INÊS 249

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quarta-feira 24 de JULHO de 2024 • R$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47762
estadão.com.br

RODILEI MORAIS/FOTOARENA

Privatização da Sabesp é concluída com evento na Bolsa

Tarcísio de Freitas (Republicanos) na cerimônia de toque de campainha na B3; governador (*ao centro*) defendeu os R$ 67 por ação pagos pela Equatorial, valor abaixo da cotação no dia do leilão. Ele disse que a vencedora terá de fazer 'investimentos pesados'. __B9

Eleição nos EUA __A11

Kamala obtém US$ 250 mi em 2 dias e ataca fragilidades de Trump

Após meses pregando que idade é crucial, o republicano, de 78 anos, se vê diante de ex-promotora de 59 que vai explorar os problemas do adversário com a Justiça.

"Quando era promotora, enfrentei agressores. Conheço bem o tipo de Trump"
Kamala Harris

E&N Estadão Think __B10 e B11

Indústria precisa de 'Plano Safra' e juros menores, afirmam líderes do setor

Posição foi defendida por Josué Gomes, presidente da Fiesp, e por Rafael Lucchesi, diretor da CNI.

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA __A13 e A14

PCC domina, ostenta e impõe lei da máfia em região nobre de SP

__ Líderes moram e lavam dinheiro do tráfico no Tatuapé, bairro marcado por violentos acertos de conta

Apartamentos de alto padrão, empresas de ônibus, fintechs, postos de gasolina, helicópteros, carros importados de luxo e muitas festas fazem de Tatuapé, Jardim Anália Franco e Vila Regente Feijó, bairros nobres da zona leste de SP, o paraíso da alta cúpula do Primeiro Comando da Capital, informa **Marcelo Godoy**. A ostentação na "Little Italy" paulistana é fruto do tráfico internacional de drogas e também beneficia parentes de líderes e gerentes do PCC. O luxo anda lado a lado com execuções de desafetos e acertos de conta sangrentos, muitos a céu aberto. A Operação Rei do Crime, da Polícia Federal, foi o início das investigações sobre a lavagem de dinheiro e os negócios da facção. Em 12 das 20 principais investigações abertas por PF, Polícia Civil, Receita Federal e Gaeco nos últimos cinco anos, o **Estadão** identificou 41 endereços de dirigentes do PCC em condomínios na região.

R$ 730 milhões
Em bens de integrantes do PCC foram bloqueados pela Justiça Federal. A lista tem de apartamentos a iates

C2

CONSPIRAÇÃO FILMES

Filme de Walter Salles __C3

Fernanda Torres como Eunice Paiva vai a Veneza

Jogos Olímpicos __C8
O que nossos atletas leem na reta final antes da competição

Eleição em SP __A6
Pablo Marçal usa estrutura de suas empresas para campanha

Vício __A16 e A17
Opioide potente é achado em drogas sintéticas em São Paulo

E&N Fertilizantes __B1 e B2

Fábricas paradas são um dos desafios para Petrobras iniciar produção

A mando de Lula, estatal vai retomar produção de adubo em quatro unidades. Custo do gás é outro problema.

Um ano após decreto __A8

Registro de armas continuou a subir na gestão Lula, mas ritmo desacelera

Total de armas em poder de CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) chegou a 1.366.845 até junho.

Notas e Informações __A3

O 'susto' de Lula

Dizer-se "assustado" com fala de Maduro sobre "banho de sangue" é óbvio fruto de cálculo político.

Sob o domínio do medo

Vera Rosa __A7
Novo recado do Centrão para Lula

Andrés Oppenheimer __A12
O plano desastroso de Trump para a imigração

Roberto DaMatta __C5
Globalização expõe planeta doente e finito

Tempo em SP
15° Mín. 22° Máx.

ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO GAYER E AUGUSTO TENÓRIO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Entrega da tributária entra nas negociações do texto que repactua dívida dos Estados

A regulamentação da reforma tributária entrou nas conversas entre Congresso e governadores sobre o projeto de lei que propõe uma renegociação da dívida dos Estados. Parlamentares avaliam a possibilidade de um acordo entre Senado e Câmara para dar andamento às duas pautas. De um lado, os senadores acelerariam a análise do primeiro texto da regulamentação da tributária, aprovado em regime de urgência na Câmara. De outro, os deputados ajudariam a aprovar, nas duas Casas, o projeto do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), para repactuar as dívidas dos Estados. Governadores com caixa comprometido já foram aconselhados a acionar parlamentares aliados. Mas as tratativas só vão ganhar tração em agosto, após o recesso do Congresso.

● **EXEMPLO.** O governador do Rio, **Cláudio Castro** (PL), é um dos que estão com a chance desse acordo no radar, dizem parlamentares ouvidos pela Coluna. Na quarta-feira passada, ele esteve em Brasília para discutir o projeto da renegociação das dívidas com Pacheco e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP). Procurado, Castro não comentou.

● **SINAIS.** A aliados, Lira diz que está aguardando as tratativas do Senado sobre a renegociação das dívidas dos Estados. Para um interlocutor, o recado é claro: é preciso destravar a tributária. O presidente da Câmara fez grande mobilização para aprovar entre seus pares o primeiro texto da regulamentação antes do recesso, e agora espera o mesmo empenho por parte dos senadores.

● **OUTRO.** Ainda sobre tributária, o setor de locação de equipamentos médicos fará corpo a corpo no Senado para entrar nas desonerações previstas na reforma.

● **SEM CHANCE.** Quem convive com a deputada Tabata Amaral (PSB-SP) é taxativo: não há mais hipótese de ela compor chapa com José Luiz Datena, mesmo se o PSDB voltasse a apresentá-lo como opção de vice na disputa pela Prefeitura de São Paulo.

● **CHANCE.** A pré-candidata, porém, só vai decidir a vice no último minuto e ainda consideraria os tucanos José Aníbal, Mario Covas Neto (Zuzinha) ou Ricardo Trípoli. Um eventual acordo entre PSDB e PSB tem a simpatia do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que pode concorrer a governador de SP em 2026. Procurada, Tabata não comentou.

● **EU VOLTEI.** O petista Mozart Sales vai reassumir o cargo de assessor especial no Ministério de Relações Institucionais até o fim da semana. Ele deixou o posto no início do mês em meio à negociação para ser vice de João Campos (PSB) no Recife, mas o prefeito escolheu compor com o PCdoB.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Cláudio Castro, governador do Rio (PL)

● **INTERCÂMBIO.** O cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, David Hodge, assinou memorando de entendimento com o Centro Paula Souza, na capital paulista, para abertura de mais um escritório do EducationUSA. A ideia é aumentar o número de estudantes brasileiros nos EUA.

● **LÍDER.** O EducationUSA é uma rede global de centros de orientação ligada ao Departamento de Estado americano. Essa será a 45.ª unidade do órgão no Brasil. O País tem o maior índice desses centros no mundo e ocupa a nona posição em número de estudantes nos Estados Unidos.

VODCAST 'DOIS PONTOS' | Hoje sobre 'desglobalização' e indústria

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO

Uallace Moreira Lima
Sec. nacional de Des. Industrial

"A política industrial de inovação tem que ser vista como política de Estado. Se for vista como política de governo, não dará certo. Essa perspectiva é importante".

Welber Barral
Consultor de comércio exterior

"Todas as políticas tributárias do Brasil punem a internacionalização de empresas. Como criar equilíbrio em momento de crescimento do protecionismo verde?"

INÊS 249

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JÚLIO CÉSAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O ‘susto’ de Lula

Quatro longos dias depois de Maduro ameaçar os venezuelanos com um ‘banho de sangue’ caso não seja reeleito, Lula resolve se dizer ‘assustado’, gesto que é óbvio fruto de cálculo político

O presidente Lula da Silva levou quatro longos dias para se dizer “assustado” com a advertência do ditador Nicolás Maduro de que haverá um “banho de sangue” na Venezuela se ele não for reeleito na votação prevista para este domingo. Nesse intervalo, enquanto todos os que prezam a democracia já haviam se assustado de fato com o violento repto chavista, Lula, ao contrário, tinha se limitado a dizer que “eles (*os venezuelanos*) que elejam o presidente que eles quiserem” – como se se tratasse de uma eleição como qualquer outra e como se o companheiro Maduro não tivesse feito uma ameaça explícita de promover uma guerra civil caso perca no voto. Na mesma linha, Celso Amorim, o chanceler brasileiro *de facto*, havia tratado a ameaça de Maduro como “um arroubo sem consequências”.

Sabe-se lá o que aconteceu nesses quatro dias para que Lula subitamente acordasse “assustado” com a perspectiva real de que Maduro se agarre ao poder na marra. É muito difícil acreditar que só agora o demiurgo petista, que sempre festejou a “democracia” chavista, tenha se dado conta de que a Venezuela é uma feroz ditadura e que ditaduras, especialmente as ferozes, não costumam cair pacificamente pelo voto. É lícito supor, portanto, que a mudança de discurso de Lula talvez tenha mais a ver com um cálculo segundo o qual um eventual desfecho violento na Venezuela pode acabar sendo debitado politicamente de sua conta. Recorde-se que mais de 100 pessoas morreram na brutal repressão do regime aos multitudinários protestos de opositores em 2017, no que talvez seja um amargo aperitivo do que pode acontecer agora.

A despeito do novo discurso do presidente, não mudou um milímetro a convicção de Lula de que o processo eleitoral venezuelano é realmente justo e livre, a despeito da perseguição a opositores, da censura, da subserviência do Judiciário ao chavismo e das ameaças aos eleitores que ousam não votar em Maduro. Nas palavras de Celso Amorim, a votação de domingo “será uma ocasião de demonstrar que a democracia está consolidada” na Venezuela.

É esse crente fervoroso da “democracia” venezuelana que será o “observador” de Lula nas eleições daquele país, o que na prática significa que ele foi designado para avalizar a lisura de uma votação que ocorre sob o signo da truculência estatal. Será curioso ver Amorim confirmar a justiça de uma eventual vitória de Maduro, desfecho que hoje todas as pesquisas de intenção de voto dizem ser virtualmente impossível – salvo se houver fraude.

O “susto” de Lula, portanto, recende a farsa. Desde antes da ascensão definitiva de Maduro ao poder, em abril de 2013, após a morte de Hugo Chávez, o petista sempre apoiou o regime de Caracas. A despeito da progressiva degradação da democracia na Venezuela, o lulismo sempre cerrou fileiras com o chavismo em nome de um alinhamento ideológico antiamericano infantil e retrógrado.

Maduro tem se mantido no poder há mais de uma década a um custo altíssimo para o povo venezuelano. Além da miséria a que foram relegados pelo regime chavista, os venezuelanos que não conseguiram se desvencilhar das patas do ditador ainda sofrem com o cerceamento de suas liberdades individuais e de seus direitos políticos. Temendo ser derrotado, Maduro cassou, uma a uma, todas as candidaturas da oposição que lhe pareceram ameaças reais a seu poder.

Na Venezuela, são escassos e corajosos os veículos de imprensa que ainda ousam levar à sociedade os fatos tais como eles são, não como Maduro quer que sejam apresentados à audiência. Não raro essa coragem cívica é retribuída com a violência da temida Milícia Bolivariana, guarda paraestatal que opera sob as ordens de Maduro e que goza de liberdade praticamente ilimitada para fazer o que bem entender com aqueles que se opõem ao regime.

É sob essas condições que Lula crê que haverá eleições limpas na Venezuela? É isso o que o autodeclarado campeão da democracia no Brasil entende por democracia?●

Sob o domínio do medo

Ao cerrar fileiras em torno de Kamala, democratas reenergizaram disputa. Mas a eleição ainda será sobre quem é menos impopular, pautada mais pelo pavor do que pela esperança

Eleições nos EUA são melodramáticas e sabia-se que esta seria ainda mais. Mas mesmo as maiores expectativas estão sendo superadas. Em uma semana o republicano Donald Trump quase foi assassinado, viu um processo judicial ser dispensado por uma corte federal, apontou seu vice-presidente e virtual sucessor à liderança do movimento MAGA (“Faça a América Grande de Novo”) e foi formalmente nomeado na convenção republicana, enquanto, do outro lado, o presidente Joe Biden se recolheu com covid, abandonou a disputa e endossou a candidatura de sua vice, Kamala Harris, que foi virtualmente nomeada por aclamação pelas lideranças democratas. É uma disputa totalmente nova – ou quase.

Em princípio, as chances dos democratas para a presidência e o Congresso, após terem sido arruinadas pela desastrosa participação de Joe Biden no debate contra Trump, foram revitalizadas. A questão da idade se evaporou – e até se voltou contra Trump. Harris, com 59 anos, se valeu de sua experiência como promotora em debates no Senado e a utilizará para confrontar Trump, que responde a ações criminais, foi condenado em uma delas e só não foi nas demais graças a inúmeras chicanas de seus advogados. Ela certamente pode se sair melhor que Biden. Mas também pode se sair pior. Há pelo menos três classes de vulnerabilidades que serão exploradas pelos adversários.

Uma é a sua personalidade. Seus maneirismos, risadas extemporâneas e frases de efeito convolutas abastecerão a usina de memes e vídeos virais. Em segundo lugar, seu registro político está mais à esquerda que o de Biden. Harris é uma típica progressista da Califórnia, o que a desfavorece nos Estados “pêndulo”. Mas o primeiro aspecto tende a ser superestimado pelos republicanos, e o segundo pode ser revertido. Harris ainda é relativamente desconhecida, e pode reconstruir uma imagem mais ao centro, a começar pela escolha de seu vice.

A terceira vulnerabilidade pode não se mostrar decisiva – dificilmente há um elemento “decisivo” neste pleito turbulento –, mas é praticamente irremediável. Após a renúncia de Biden, os democratas podiam escolher entre uma competição aberta e a coroação da vice-presidente. As duas opções tinham seus ônus e bônus. O risco no primeiro caso era precipitar o partido no caos e na guerra fratricida. Ao invés disso, a opção foi por uma demonstração de velocidade e unidade. Mas a manobra tem custos sobre a legitimidade.

Trump pavimentou sua trajetória política como um campeão contra o politicamente correto e o establishment. Harris é uma criatura desse establishment. O Partido Republicano se comporta hoje como uma seita, mas pode alegar que seu candidato foi submetido a primárias e acusar o partido adversário de se vangloriar como um “salvador da democracia” sem ter submetido sua candidata ao escrutínio do eleitorado. Em 2020, Harris não ganhou nenhuma primária em nenhum Estado e foi a primeira a abandonar a disputa. Sua escolha como vice foi declaradamente pautada menos por suas ideias, capital político ou carisma, e mais pelo seu status de “mulher negra”. Agora, ela foi entronizada por caciques democratas, articulistas da mídia e astros de Hollywood.

Mas há um aspecto dessa disputa que não só não é novo, como foi intensificado: trata-se de uma competição por quem é menos impopular, travada pelo medo. Os republicanos seguirão se apresentando como o bastião do *american way of life* contra a inflação, a esquerda identitária e a imigração. Os democratas, como o baluarte de direitos fundamentais, como o aborto, contra um megalômano com ambições ditatoriais.

O eleitorado está mais habituado às idiossincrasias e barbaridades de Trump, e nos debates e na convenção republicana o ex-presidente fez gestos de moderação. As ideias de Harris são menos conhecidas em nível nacional, e ela terá a opção de se descolar do progressismo democrata mais radical. Mas os ataques pessoais dos dois candidatos após a renúncia de Biden sugerem que a dinâmica da disputa será muito menos sobre quem será capaz de oferecer uma visão de futuro, unidade nacional e esperança aos eleitores, e muito mais sobre quem será capaz de aterrorizá-los sobre a “ameaça existencial” do adversário.●

INÊS 249

ESPAÇO ABERTO

IA: mundo rico, país pobre e povo miserável

Ronaldo Mota

A inteligência artificial (AI) está mudando o mundo contemporâneo tal qual o acesso generalizado à rede mundial de computadores, a internet, impactou a todos, no início deste século, em termos econômicos e comportamentais. Além disso, com a possibilidade de que as mudanças sejam ainda mais rápidas, profundas e abrangentes.

Os estudiosos costumam dividir a emergência da IA em três grandes etapas: 1) a fraca; 2) a geral – em inglês, Artificial General Intelligence (AGI); e 3) a super. Vivenciamos neste momento (2024-2025) a passagem entre as etapas 1 e 2.

Na fase 1, lidamos, basicamente, com máquinas reativas, calcadas em memória, tendo como um dos marcos desta era a máquina Deep Blue/IBM, que venceu Gary Kasparov no xadrez em 1997. O início gradativo da migração para a etapa 2 tem como uma das referências o surgimento do AlphaZero/Google, em 2017, que triunfou no xadrez sobre todos as máquinas tradicionais descendentes diretas do Deep Blue (Stockfish 8 e outras). A marca desta transição de fases é a utilização, em grande escala, das redes neurais, da aprendizagem de máquinas e a popularização, a partir de 2023, das inteligências artificiais generativas.

Esta etapa 2, denominada AGI, segundo alguns estudiosos, irá seguir progressivamente até próximo da virada desta década, quando praticamente todas as tarefas cognitivas poderão, enfim, ser realizadas, com pleno sucesso, por máquinas. Mais do que isso, a AGI decidirá, sem intervenção humana direta, o que aprender. A teoria da mente terá sido, parcialmente, incorporada às máquinas, e os sistemas inteligentes começarão a inferir necessidades e intenções humanas.

A fase 3, super, é ainda do campo da ficção, mas prevê-se a possibilidade de máquinas sencientes, as quais percebem pelos sentidos (dor, paixão, raiva, alegria, etc.). Sentimentos, crenças, autoconsciência e controle de suas emoções deixarão de ser marcas exclusivamente humanas.

Sobre perspectivas, um dos mais respeitados futurólogos vivos, Ray Kurzweil, destaca o que vem por aí em termos de energia, manufatura e medicina. Segundo ele, esses setores essenciais, atingidos até aqui marginalmente, serão centrais neste futuro próximo.

> ***Temos a oportunidade teórica de superarmos os bolsões de pobreza. Por outro lado, há a possibilidade de um mundo mais perverso e ainda mais desigual***

O mundo será mais rico e abundante, como ele prevê. Nem por isso será, necessariamente, mais justo ou igualitário. Dependerá de como lidamos com esse tema atualmente. No caso brasileiro, estamos (governo, empresas e academia) ainda demasiadamente tímidos no trato do tema IA, correndo o risco de comprometermos as próximas gerações.

Nesta fase 2, na qual estamos mergulhados, há grandes chances de a questão energética ser resolvida ou bem equacionada. Por mais de dois séculos temos nos abastecido de fontes poluidoras e não renováveis. Bastaria utilizarmos 0,01% da radiação solar que incide sobre o planeta e todas as necessidades humanas de energia seriam atendidas.

As células solares estão atualmente 99,7% mais baratas e muito mais eficientes do que eram meio século atrás. Uma dificuldade remanescente decorre das variações de incidência solar e a necessidade de processos eficientes de estocagem.

Uma vez equacionado o desafio acima, por certo, a energia solar irá substituir, com vantagens, os combustíveis fósseis e o carvão. AGI é parte da solução, permitindo pular dos 20 mil compostos inorgânicos conhecidos hoje para mais de 400 mil opções (GNoMe/Google e outras iniciativas). Via a abundância de novos materiais disponíveis, células fotovoltaicas e baterias altamente competitivas poderão ser viabilizadas graças à inteligência artificial.

Com energia disponível quase ilimitada, uma outra revolução estará em curso, a da manufatura. Os custos de todos os insumos, de vestuário à comida, sofrerão drásticas reduções, seja pela energia barata, seja pelos avanços de robótica e da automação de todos as etapas dos processos de produção.

Outra área fortemente impactada será a da medicina. Sairemos de tratamentos gerais aplicáveis a todos, a partir do diagnóstico da mesma enfermidade, para personalizarmos o tratamento na escala de cada indivíduo (farmacogenômica). A inteligência artificial viabilizará uma customização de drogas e de tratamentos para cada situação, desenhadas especificamente para cada enfermo.

Com IA, temos a oportunidade teórica de superarmos os bolsões remanescentes de pobreza e de miséria. Por outro lado, há a real possibilidade de um mundo mais perverso, ainda mais desigual e com consequências nefastas para aqueles que subestimarem ou não souberem lidar com as transformações em curso.

O que se pode afiançar é que, ao não investirmos fortemente no aprendizado, no domínio e no uso de IA, o futuro é, definitivamente, nada promissor. Corremos o risco de habitarmos um mundo cruel, o qual, paradoxalmente, poderá ser rico e abundante, mas com regiões pobres e carentes habitadas por povos miseráveis. Ou, pior do que isso, nações e populações irrelevantes. ●

PROFESSOR TITULAR APOSENTADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, É DIRETOR-SECRETÁRIO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Eleição na Venezuela

'Banho de voto'

"Quem perde eleições toma banho de voto", afirmou Lula da Silva sobre a fala do presidente venezuelano de que haveria um "banho de sangue" na Venezuela se ele perder a eleição do próximo domingo. Finalmente o presidente Lula abre os olhos para enxergar o ditador Nicolás Maduro e suas reais intenções. Já não era sem tempo.

Arnaldo Goltcher
São Paulo

Assustado

Lula agora se diz assustado com falas de Maduro (**Estadão**, 23/7, A14). O susto de Lula com a recente declaração de Nicolás Maduro sobre uma possível consequência violenta e sanguinária após o resultado das eleições na Venezuela também me assusta. Não faz muito tempo que nosso presidente pôs a mão no fogo sustentando que o regime de Maduro era verdadeiramente democrático. Agora, assusta-se com as ameaças do pseudodemocrata? Qual a origem desse temor? Seria o cumprimento da ameaça de Maduro? Não creio. Seria a ameaça de ver-se manchado em sua imagem por apostar em tal má companhia? Nisso eu creio. E, por isso, também me assusto. Estamos sendo governados por gente que faz de todos "companheiro", sem nem sequer perguntar-se pela índole de quem elegeu para permanecer ao lado.

Luís Fabiano dos S. Barbosa
Bauru

Lula e o regime Maduro

Com as recentes declarações, nosso presidente finge que ignorava que o regime em vigor na Venezuela não é democrático.

Luiz Antonio Ribeiro Pinto
Ribeirão Preto

Contas públicas

A fila anda

Se a previsão do governo federal para os gastos com a Previdência e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para 2024 subiu para R$ 11,3 bilhões (**Estadão**, 23/7, B1) e o governo estima 1,3 milhão de pessoas na fila só do BPC, de quanto vai ser o déficit quando essa fila andar?

Vital Romaneli Penha
Jacareí

Penúria indígena

Relatório do Cimi

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), revelou dados mostrando o aumento do número de mortes de crianças indígenas de zero a 4 anos em 2023, no primeiro ano do governo Lula 3. Foram 1.040 óbitos nessa faixa etária, o maior número desde 2003. As mortes foram causadas por diarreia, pneumonia, gripe e desnutrição. Lula da Silva, no início de seu governo, fez um estardalhaço mostrando a situação precária e de penúria dos indígenas Yanomamis – aproveitando para chamar seu antecessor, Jair Bolsonaro, de genocida. Era, de fato, uma situação calamitosa e de irresponsabilidade, mas nada foi feito desde que Lula assumiu a Presidência – e até piorou. O petista, afinal, faz jus àquele velho e conhecido ditado português: "grande gabador e pouco fazedor".

J. A. Muller
Avaré

Polarização

A direita democrática

Perfeita e oportuna a análise do sr. Sergio Fausto no **Estadão** de ontem (*A necessária coragem política*, 23/7, A4). Concordo que os conservadores no Brasil têm de buscar alternativas à direita raivosa e radical. Mas e o outro lado do espectro político? Alguém do campo da esquerda "criou-se" depois de confrontar o *Iluminado de Garanhuns*? Esta coisa de moer reputações ocorre há muito mais tempo da parte dos seguidores do *Rei Sol brasileiro*.

Rodrigo Carioni
Florianópolis (SC)

Judiciário

'Mentalidade litigante'

Ministro do Supremo critica 'mentalidade litigante' de empresas (**Estadão**, 23/7, A10). A afirmação do ministro Alexandre de Moraes de que empresários "litigando" em demasia contribuem para a insegurança jurídica é mais um capítulo de sua catastrófica visão de mundo. O ministro parte de duas premissas estrábicas: a de que o direito de acesso ao Judiciário é letra morta na Constituição federal, que ele jurou defender; e a de que a lei processual – leia-se a regra do jogo – é permissiva e aberta quanto às oportunidades recursais. Mas é a observância estrita da Constituição, do Código de Processo Civil e dos regimentos dos tribunais superiores que deve ser tomada como sinônimo de segurança jurídica. Apontar o dedo para o nariz dos empresários, contudo, parece mais conveniente ao ministro.

Carlos E. Manfredini Hapner
Curitiba

INÊS 249

ESPAÇO ABERTO

O governo Lula acabou. E depois?

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.

É hora de pensarmos o futuro. As velhas forças políticas chegaram a um ponto de exaustão; além de não ser mais levada a sério, a política nacional perdeu por completo a aura de respeito e autoridade, corroendo o ideal democrático e a esperança das pessoas em dias melhores. Sim, a política perdeu encanto, levando consigo o lustro da democracia. O cidadão vota, mas o voto já não muda nada. O País apenas patina no atraso, na ignorância, no subdesenvolvimento, na imoralidade, nos conchavos, no pensamento pequeno e na falta de vergonha na cara. Insistir nesse enredo é temerário. É colocar a democracia brasileira no brete. É humilhar a cidadania, fazendo-a de capacho do desmando estabelecido.

A gravidade da circunstância não permite desvios retóricos. Sem cortinas, o governo Lula acabou, muito antes de chegar ao fim. Ninguém acredita no Planalto. Veja-se a tragédia no Rio Grande do Sul: o governo federal fez o teatro, mas esqueceu as pessoas na lama. Literalmente na lama. Promessas não faltaram e não faltam; todavia, na crueza da realidade, apenas temos o vazio de palavras fúteis despreocupadas com a dor das pessoas. É triste, é lamentável, é humanamente baixo. Mais uma vez, aqueles que se dizem preocupados com os pobres fazem pouco caso com a miséria absoluta; é simplesmente repugnante supor que a maior tragédia ambiental da história do Brasil possa estar sendo usada para fins eleitorais, especificamente para buscar eleger prefeitos alinhados com o Planalto sob o discurso da facilidade para liberação de recursos com vistas à reconstrução do Estado. A dor e o abandono das pessoas como arma de luta política espúria.

No plano internacional, também perdemos a pouca credibilidade de que dispúnhamos. Não é por acaso que o real definha e o dólar dispara. Ninguém mais quer comprar o Brasil porque simplesmente não se sabe qual será a próxima traquinagem do governo amanhã. Ao invés de cumprir seu dever e fazer aquilo que está a seu alcance – reduzir custo público, enxugar a administração e criar espaço de investimento –, o Planalto insiste em querer jogar o rojão no colo do contribuinte. Aí, despido de respaldo parlamentar, o governo perde recorrentemente no Legislativo, vendo fracassar suas febris tentativas de garrote tributário. Aqui, a mensagem é clara: a sociedade brasileira não mais aceita pagar tributos para a estrelada incompetência política.

> ***Na indecisão do momento, o País afunda desgovernado. Precisamos reagir, garantindo melhores entregas políticas da democracia ao povo***

Afogando-se no maremoto do desgoverno perdulário, a artilharia de impropérios foi então dirigida ao digno presidente do Banco Central (BC), de trabalho e postura modelar. Aliás, sob o comando de Roberto Campos Neto, o BC, para orgulho dos brasileiros, foi reconhecido como a autoridade monetária do ano pelo Central Banking Awards 2024. Incompreensivelmente, ao invés do esperado reconhecimento oficial do Planalto, o governo brasileiro, na vã tentativa de camuflar sua incompetência, preferiu abrir críticas infantis à correta política monetária nacional em curso. Entre fantoches e fantasmas, a estratégia do governo, além de desinteligente e institucionalmente baixa, cheira à naftalina das ideias soviéticas.

Ora, o Brasil e os brasileiros merecem um governo melhor e mais qualificado. Para tanto, a alternativa para a esquerda jurássica não pode ser uma direita bizantina. A burrice ama a estupidez, mas desenvolvimento e prosperidade exigem escolhas racionais. Objetivamente, para além de personalismos de ocasião, crescimento econômico consistente e ascensão social pelo trabalho dedicado requerem instituições sérias, regras claras e garantia de justiça.

O problema é que um país continental, de baixa escolaridade, fica vulnerável ao surgir de lideranças carismáticas com forte apelo emocional às massas; o getulismo, o lacerdismo, o brizolismo, o lulismo e o bolsonarismo são exemplos eloquentes. Todavia, nas complexas democracias contemporâneas, o carisma ajuda, mas não basta. Isso porque a tecnologia e a revolução da informação digital aproximaram o povo do fato da política, reduzindo o *gap* de reação ao acontecimento. Tal responsividade cívica tem crescido a instabilidade nos regimes democráticos, aumentando o grau de participação e cobrança popular nos assuntos públicos. Como a proximidade do povo assusta, o sistema de poder, por instinto de salvação, atua e, não raro, confunde autoridade com autoritarismo.

No apagar das luzes, não há ação direta de inconstitucionalidade que faça um bom presidente da República. Sabidamente, a boa liderança não cai do céu nem é obra do acaso. Resta saber se a elite do poder nacional – não a política – realmente deseja ter um país melhor e institucionalmente mais alto. Se sim, ainda há tempo de composição em torno de um nome capaz. Se não, o pós-Lula será algo muito parecido com o que somos hoje: um país especulativo, com ciclos pontuais de crescimento, crises agudas, estagnações prolongadas com pitadas de inflação ascendente. Na indecisão do momento, o País afunda completamente desgovernado, fazendo arder a indignação cívica. Precisamos reagir, garantindo melhores entregas políticas da democracia ao povo. Ou será que nas margens do Tejo as preocupações são outras? ●

ADVOGADO, É CONSELHEIRO DO INSTITUTO MILLENIUM

TEMA DO DIA

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO - 1/11/2017

Festival de Veneza

Filme com Fernanda Montenegro, Selton Mello e Fernanda Torres é indicado

“Ainda estou aqui”, dirigido por Walter Salles, foi indicado para a Competição Oficial da 81.ª edição do festival, de 28 de agosto a 7 de setembro. O filme é inspirado em livro de Marcelo Rubens Paiva sobre sua família. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● **“O livro é incrível! Se o filme for do mesmo nível, vai ser sucesso!”**
CAMILA PIUCO PREVE

● **“Walter Salles é um diretor magistral, que dialoga profundamente com o tempo em que vivemos. E este elenco é maravilhoso.”**
HUMBERTO MACHADO LIMA JUNIOR

● **“Não curto cinema brasileiro. Opto pela qualidade.”**
SIDNEY MANES

● **“Bom diretor, bons atores e o restante fazem um filme bom.”**
JULIANA MELO

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

ALEX9500/ADOBE STOCK

Saúde

Mitos e verdades sobre a carne de porco. ●
https://l1nq.com/BkgME

Mar sem fim

Maré vermelha em SC é sinal de ocupação desordenada. ●
https://l1nq.com/jtVgv

Newsletter

Receba conteúdos do ‘New York Times’ no e-mail. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

INÊS 249

Eleições 2024

Marçal usa estrutura e helicóptero de suas empresas em pré-campanha

Prática causa incômodo em adversários e pode ser questionada na Justiça; segundo advogados, cabe ao candidato comprovar que não recebeu recursos de pessoas jurídicas

BIANCA GOMES

Pablo Marçal, pré-candidato do PRTB à Prefeitura de São Paulo, tem empregado sua estrutura empresarial na pré-campanha, numa prática que já incomoda adversários políticos e pode ser alvo de questionamentos na Justiça, segundo especialistas em Direito Eleitoral ouvidos pelo **Estadão**. Procurado pela reportagem no fim da semana passada e ontem, Marçal não respondeu.

O ex-coach tem usado um helicóptero registrado em nome de uma de suas empresas, a Marçal Participações Ltda., para comparecer a compromissos eleitorais pela cidade. Foi assim que ele chegou a uma agenda na Avenida Paulista, no mês passado, onde discursou para apoiadores, gravou um podcast e concedeu entrevista à imprensa.

> *"O uso de valores vedados pode configurar um grave problema de abuso de poder econômico"*
> **Clara Feitosa Petrola**
> **Advogada eleitoralista**

Na ocasião, Marçal também disparou ataques contra Guilherme Boulos, candidato do PSOL, oficializado em convenção no último sábado, e apresentou algumas de suas propostas para a cidade. A chegada a um heliponto próximo ao cartão-postal paulistano foi compartilhada nas redes sociais do empresário.

As redes sociais de Pablo Marçal, onde ele anunciou sua pré-candidatura em 26 de maio e onde publica conteúdos de teor eleitoral, são gerenciadas por um profissional que, no LinkedIn, se apresenta como Chief Marketing Officer (CMO) do Grupo Marçal e gestor da Marçal Digital. Além disso, de acordo com informações na mesma rede social, uma funcionária de Marçal também tem atuado na comunicação da pré-campanha.

INVESTIGAÇÃO. No ano passado, Marçal, que terá seu nome oficializado pelo partido no dia 3 de agosto, foi alvo de uma operação da Polícia Federal que apura crimes eleitorais de falsidade ideológica, apropriação indébita e lavagem de capitais na eleição de 2022.

Como mostrou o **Estadão** à época, a PF suspeita que o político e seu sócio fizeram doações milionárias à campanha, sendo que "boa parte" dos valores foi remetida às próprias empresas que a dupla controlava.

No último pleito, Marçal tentou disputar a Presidência da República pelo PROS, mas o partido cancelou seu registro de candidatura para apoiar Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Marçal, então, decidiu concorrer ao cargo de deputado federal, mas acabou tendo sua candidatura cassada pela Justiça.

PABLO MARÇAL/REPRODUÇÃO TIK TOK

Marçal usa helicóptero de sua empresa para agendas eleitorais

"Em termos hipotéticos e em análise superficial, cabe ao candidato provar que não recebeu nem utilizou recursos de pessoas jurídicas, direta ou indiretamente. O uso de valores vedados pode configurar um grave problema de abuso de poder econômico, já que doações de pessoas jurídicas são proibidas tanto durante a campanha quanto na pré-campanha", afirmou a advogada eleitoralista Clara Feitosa Petrola.

EQUILÍBRIO. "Os gastos realizados em pré-campanha também são objeto de análise pela Justiça Eleitoral, e o uso de helicóptero em vários atos pode ensejar, a qualquer tempo, representação com pedido de medida cautelar inibitória, visando resguardar o equilíbrio do pleito. Caso seja comprovada a irregularidade com reconhecimento de abuso de poder econômico, pode resultar em cassação do registro, do diploma ou do mandato, e gerar inelegibilidade", disse ela.

Professor de Direito Eleitoral da FGV em São Paulo, Fernando Neisser destacou que é ilegal usar qualquer estrutura empresarial na pré-campanha, mesmo que a empresa esteja em nome do pré-candidato. Dependendo do volume de recursos, a prática pode configurar abuso de poder econômico.

Segundo Neisser, para usar o avião de sua empresa de forma legal, Marçal precisa firmar um contrato entre a sua campanha e a empresa, pagando valor de mercado pela locação – o que Marçal não respondeu à reportagem se fez.

Neisser citou outra prática que pode levar Marçal a enfrentar problemas na Justiça: o fato de o ex-coach ter prometido ganhos financeiros a apoiadores que compartilham seu conteúdo, numa estratégia para alavancar sua audiência. "O fato de ele usar (*na pré-campanha*) perfis nas redes que ele já utilizava comercialmente, por si só, não seria ilegal. O que pode ser ilegal é se ficar demonstrado, por exemplo, que ele teria contratado pessoas para fazer cortes de vídeos dele e bombarem nas próprias redes sociais logo antes de se anunciar como pré-candidato. Essa é uma estratégia de amplificação de alcance que um pré-candidato ou candidato não pode usar", disse o especialista.

PRÓPRIO BOLSO. Segundo informações do portal DivulgaCand, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marçal transferiu R$ 968,5 mil do próprio bolso para a sua campanha presidencial que não vingou, e outros R$ 288,7 mil para a campanha de deputado federal.

Em sabatina promovida pelo UOL e o jornal *Folha de S.Paulo*, Marçal foi questionado sobre como vai tratar o dinheiro desta campanha e se vai contratar as próprias empresas novamente. Disse que, na última eleição, ele, sua mulher e seu sócio doaram dinheiro para a campanha. "Não tem um real de dinheiro público."●

Ala do PSDB ligada a Nunes tenta lançar nome alternativo a Datena

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

A declaração do apresentador José Luiz Datena (PSDB) de que poderia desistir de disputar a eleição e nem sequer ir à convenção que confirmaria sua candidatura a prefeito de São Paulo no próximo sábado estimulou uma ala do PSDB que defende o apoio do partido ao prefeito Ricardo Nunes (MDB) a reagir.

O grupo planejou, na tarde de ontem, lançar o ex-presidente municipal Fernando Alfredo como pré-candidato e disputar no voto a indicação contra Datena na convenção. A articulação ganhou força após Alfredo chamar Datena para um debate na semana passada e o apresentador responder que ele deveria se candidatar a prefeito em 2028 caso queira debater, conforme mostrou a *Coluna do Estadão*.

O presidente nacional da sigla, Marconi Perillo, porém, reagiu à declaração de Datena. Ele disse que o apresentador tem todo respaldo e segurança do partido. "Não há qualquer risco de a candidatura não ser homologada pelas Executivas da federação e do partido. O Datena terá apoio integral nos dois colegiados, que são quem vão escolher o candidato. Isso elimina qualquer possibilidade de sacanagem. Entre desistir e ser prefeito, ele está muito mais próximo de ser prefeito", afirmou Perillo.

Ontem, logo depois da manifestação de Perillo, Datena disse ao **Estadão** que será candidato a prefeito, mesmo diante da movimentação de uma ala do partido para contestar sua candidatura. Com isso, o jornalista afirmou que concorrerá no pleito de outubro.

BIDEN. Na segunda-feira, em uma entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, Datena declarou que poderia recuar da candidatura, a exemplo do presidente americano, Joe Biden, se não houvesse consenso no PSDB em torno do nome dele.

Aliado de Datena, o presidente do PSDB paulistano, José Aníbal, tratou o movimento da ala tucana apenas como "provocação" e disse que quem apoia o atual prefeito "nada tem a ver com o PSDB e hoje são bolsonaristas".

Condição
Apresentador diz que, se PSDB continuasse conversando com outras pessoas, ele desistiria

É a quinta vez que Datena se lança como pré-candidato. Nas quatro anteriores, recuou sob a justificativa de ter sido vítima de "sacanagens" de integrantes dos partidos aos quais estava filiado. Ele realizou a primeira agenda de pré-campanha na semana passada.●

INÊS 249

Vera Rosa

E-mail: vera.rosa@estadao.com ; Twitter: @VeraRosa61

O recado do Centrão para Lula

O Centrão já se prepara para cobrar ministérios com mais recursos após as eleições municipais e a disputa no Congresso, quando o governo Lula começará a segunda metade de seu mandato. Convencidos de que elegerão mais prefeitos do que o PT, partidos como o PP do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), vão voltar à carga pelo Ministério da Saúde, que tem um orçamento de R$ 236,74 bilhões neste ano.

Na prática, o presidente Lula só terá uma "trégua" até a eleição que vai renovar o comando da Câmara e do Senado, em fevereiro de 2025. A partir da nova correlação de forças que sair das urnas e do Congresso, Lula será obrigado a tirar cargos do PT e dar mais espaço à centro-direita, para garantir a governabilidade.

A estratégia também vai mirar as eleições de 2026, quando ele pretende concorrer a novo mandato. Nos bastidores, dirigentes do PT admitem que o resultado das disputas municipais pode representar um revés para o partido. A principal preocupação reside em São Paulo, onde Lula e o ex-presidente Jair Bolsonaro parecem protagonistas de um terceiro turno.

O Ministério da Saúde foi feudo político do PP de Lira por muitos anos. Ao se eleger para o terceiro mandato, porém, Lula bateu o pé e indicou Nísia Trindade para a pasta, com o apoio de Alexandre Padilha, ministro de Relações Institucionais que foi titular da Saúde no governo Dilma Rousseff.

> *Grupo de Lira diz que petista distribuiu 'promoção da 25 de Março' para a direita e aumenta apetite*

A disputa por esse ministério também está por trás da briga entre Padilha e Lira. Em conversas reservadas, aliados do presidente da Câmara afirmam que a pasta comandada por Nísia tem "cinco vezes mais orçamento" do que o total destinado às emendas parlamentares.

É com esse argumento que o Centrão se prepara para exigir a Saúde na reforma ministerial que o presidente pretende fazer, no início de 2025.

Lira não pode mais concorrer à presidência da Câmara, em fevereiro, mas, ao que tudo indica, elegerá o sucessor. Até agora, o preferido por ele é o líder do União Brasil, Elmar Nascimento, visto no Palácio do Planalto como seu "longa manus".

A portas fechadas, integrantes do Centrão disseram à coluna que Lula deu os melhores ministérios para o PT, como Saúde e Educação, e distribuiu "uma promoção da 25 de Março" para a centro-direita.

Sob a justificativa de que o PT só tem hoje 68 deputados e a base aliada de esquerda não chega a 110, dirigentes do Centrão vão apresentar a nova fatura da governabilidade. A Saúde será a primeira pedida, mas outras virão.

A depender de quem será eleito presidente da Câmara, Lula pode ter mais problemas à vista. Ou alguém já se esqueceu de Eduardo Cunha? ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Eleições 2024

Boulos diz que Nunes tenta agradar a Bolsonaro

O pré-candidato do PSOL à Prefeitura de São Paulo, deputado Guilherme Boulos, reagiu às falas do prefeito Ricardo Nunes (MDB), feitas anteontem, em convenção do PL que confirmou a indicação do coronel Ricardo Mello Araújo como vice na chapa do emedebista.

"Na tentativa de agradar a seu padrinho (*Jair*) Bolsonaro, Nunes volta a me atacar com mentiras e fake news", disse Boulos. Para ele, a conduta de Nunes indica "desequilíbrio incompatível com o cargo de prefeito da maior cidade do País".

Na convenção do PL, o prefeito subiu o tom ao se referir ao adversário, a quem chamou de "invasor" e "vagabundo". "Quero agradecer a cada um dos senhores por dar um voto de confiança para que a gente possa continuar o trabalho e vencer esse invasor, esse vagabundo", declarou Nunes. ● PEDRO LIMA E PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

Este é um lembrete para você revisar suas metas financeiras.
Ainda restam 6 meses para cumprir seus planos e organizar seu dinheiro. Confira as dicas de especialistas.
Tech & Soul
Acesse a matéria
www.b3.com.br/borainvestir

INÊS 249

CACs

Registro de armas continuou a subir, mas ritmo desacelerou

Um ano após edição de decreto por Lula, política de controle ainda enfrenta gargalos, segundo instituições

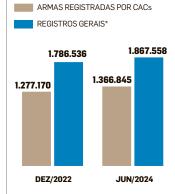
VINÍCIUS VALFRÉ
BRASÍLIA

Um ano depois da edição do principal decreto antiarmas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo federal deixou de enfrentar gargalos da política de controle de armas de fogo e vê riscos de a iniciativa ser derrubada pelo Congresso. O ritmo de entrada de novas armas em circulação diminuiu, mas o acervo em mãos de civis continua crescendo, assim como o total geral de certificados de registro de CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores), segmento incentivado na gestão Jair Bolsonaro (PL), e que se tornou o maior grupo armado do Brasil, superior às polícias.

Em dezembro de 2022, os CACs tinham 1.277.170 armas registradas. Em junho de 2024, são 1.366.845. Os registros gerais de todos os tipos de CACs, há dois anos, somavam 1.786.536. Agora, contabilizam 1.867.558 (cada pessoa pode ser, ao mesmo tempo, atirador, caçador e colecionador). Os dados são do Exército, disponibilizados por meio de pedidos feitos via Lei de Acesso à Informação (LAI). Apesar da alta, o ritmo de crescimento do acervo de CACs diminuiu. De 2018 a 2022, o total de registros cresceu em média 38% de um ano a outro. No primeiro ano da gestão Lula, a elevação foi de 8%, na comparação com o ano anterior, mostram dados do Ministério da Justiça.

Em nota, o ministério afirma que o decreto colocou fim ao "caos normativo" do governo Bolsonaro, mas "o impacto do aumento das armas em circulação no País ao longo dos últimos anos será sentido por muito tempo". Por isso, o atual governo trata como fundamentais "a retomada e o fortalecimento da política de controle de armas e munições".

CATEGORIA

Número de registros de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs)

*CADA PESSOA PODE SER, AO MESMO TEMPO, COLECIONADOR, ATIRADOR E CAÇADOR

FONTE: EXÉRCITO, VIA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

RECOMPRA. O Decreto 11.615, de 21 de julho de 2023, previa, por exemplo, um programa especial de recompra de armas que voltaram a ser restritas. A estratégia, definida quando Flávio Dino era o titular do Ministério da Justiça, não saiu do papel. Além disso, um dos pontos centrais do decreto está em xeque. A tarefa de fiscalização dos CACs deve passar do Exército para a Polícia Federal a partir de janeiro de 2025. Contudo, o contingente de novos policiais e servidores solicitados para atender a demanda ainda não está disponível.

Entidades que contribuíram com a elaboração das diretrizes do decreto de Lula criticam a "implementação incompleta" e a "perda de centralidade" da pauta. Uma análise sobre o primeiro ano do decreto elaborada em conjunto pelos institutos Igarapé e Sou da Paz aponta que a política de controle "não está consolidada nem plenamente funcional".

"Diversos pontos deste decreto ainda seguem com sua implementação incompleta, inclusive pontos que podem ser importantes legados institucionais, como a transferência de competência de fiscalização de CACs para a Polícia Federal com os recursos necessários para que seja efetiva", diz o texto.

'FUNDAMENTAL'. O documento destaca que o programa de recompra de armas é fundamental para evitar o desvio de armas legais para o crime. Investigações mostram que CACs têm sido usados pelo crime organizado para compra de armas de forma mais fácil.

"O governo passou a alegar que não tinha detectado um interesse considerável, antes mesmo de dizer como o programa funcionaria, e se absteve de promover uma campanha de comunicação sobre os riscos da posse e do porte de armas para viabilizar decisões mais informadas da população", diz a nota técnica.

Os institutos que atuam pelo desarmamento também alertam para a tramitação do projeto de decreto legislativo 206/2024 que visa reverter alguns dos principais pontos do decreto de Lula. O texto foi aprovado na Câmara e tramita no Senado.

"O decreto já enfrenta ameaças de ser parcialmente suspenso pelo Congresso, sendo necessário maior engajamento social e do próprio governo para que seus pilares sejam mantidos tendo como norte a priorização da segurança pública", frisaram as entidades.

Em nota, o ministério da Justiça afirmou que o decreto 11.615/2023 "foi um passo fundamental para colocar fim ao caos normativo que vigorou entre 2019 e 2022, corrigindo graves distorções na regulamentação da Lei 10.826/2003 e facilitação do acesso a armas e munições no País".

Também destacou que "a condução responsável da política de controle de armas e munições tem impacto em diferentes formas de criminalidade", inclusive a violência contra a mulher.

> ***"O impacto do aumento das armas em circulação no País ao longo dos últimos anos será sentido por muito tempo"***
> **Ministério da Justiça**
> **Em nota**

"O impacto do aumento das armas em circulação no País ao longo dos últimos anos será sentido por muito tempo e, por isso mesmo, a retomada e o fortalecimento da política de controle de armas e munições no País são fundamentais para o governo", informou. A pasta comandada pelo ministro Ricardo Lewandowski acrescentou, ainda, que está mantido o prazo de transferência das atribuições do Exército para a Polícia Federal e que não desistiu do programa de recompra. ●

Informe Publicitário

COLUNA SECOVI SP
A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Jornalista Responsável: Silvia Carneiro - MTb 19.466 | Ano 41 Nº 2190 - 24 de julho de 2024 | secovi.com.br

O que motiva o investimento em imóveis compactos

Inédito estudo do Secovi-SP revela razões de preferência de investidores por essa tipologia na cidade de São Paulo

Compreender o que leva investidores a optarem por imóveis compactos e qual a sua percepção sobre esse mercado, conforme regiões, atributos que tornam o produto mais atraente e perspectivas de evolução do preço. Estes foram os objetivos de inédito estudo realizado Secovi-SP.

Pesquisa qualitativa de caráter exploratório foi realizada com pessoas de diferentes perfis. Dentre as razões para investir nesse tipo de imóvel, destacam-se a demanda consideravelmente aquecida, a valorização da locação – rentabilidade mais atrativa e maior facilidade de alugar em comparação com imóveis maiores – e menor custo de manutenção.

A localização é especialmente considerada por investidores em imóveis compactos. Disponibilidade de opções de transporte e uma centralidade desenvolvida, com fácil acesso a hospitais, faculdades, comércio e serviços, são ponderados na decisão. Empreendimentos que oferecem equipamentos como lavanderia, academia e piscina também são preferidos. Motivam ainda o investimento as favoráveis condições para aquisição de unidades na planta e a expectativa de rentabilidade.

Preço acessível, praticidade, localização e condições de financiamento impulsionam a demanda por esse tipo de unidade

Dentre várias conclusões, o estudo indica que, na percepção dos investidores, a principal demanda para esse tipo de imóveis é composta por estudantes, jovens solteiros, executivos, jovens casais, idosos e clientes de plataformas para uso de curta duração. Ou seja, um universo multifacetado que indica consistente procura por esse tipo de produto.

Ex-deputado

Jefferson diz que pagou reparo de viatura da PF

PEPITA ORTEGA

O ex-deputado Roberto Jefferson entregou ao Supremo Tribunal Federal o comprovante de que pagou pelo conserto da viatura da Polícia Federal que ele fuzilou em outubro de 2022, quando agentes da corporação compareceram a sua casa em Levy Gasparian (RJ) para executar mandado de prisão. O documento foi remetido ao ministro Alexandre de Moraes junto de um pedido de revogação da prisão preventiva do ex-deputado.

Jefferson pagou R$ 39,6 mil pelo reparo de uma Trailblazer Premier 2.8 Turbo 4x4, que tinha blindagem no para-brisas e nas laterais. Ele foi cobrado a reparar os danos em junho, quando a PF concluiu a sindicância sobre o episódio que o levou à prisão em flagrante por tentativa de homicídio de policiais federais. Segundo a PF, a ação "livre e voluntária de disparar arma de fogo e lançar granadas causou 42 perfurações no veículo".

A defesa aproveitou a "oportunidade" do pedido de revogação da prisão preventiva para apresentar ao STF o comprovante de pagamento do conserto. Ao depor, em outubro de 2022, ele afirmou que deu cerca de 50 tiros de fuzil no veículo e jogou três granadas contra a equipe que foi até sua casa.

Jefferson é réu no STF por incitação ao crime, calúnia, homofobia e por tentar impedir ou restringir, com emprego de violência ou grave ameaça, o livre exercício dos Poderes. ●

INÊS 249

Operação Venire

PGR recebe novas informações sobre fraude em cartão de vacina

Gonet havia solicitado à PF diligências extras na investigação e pode decidir sobre eventual denúncia contra Bolsonaro

PEPITA ORTEGA

Enquanto acompanha os achados da quarta fase da Operação Última Milha – que mira a "Abin paralela" – e analisa o relatório final do inquérito das joias sauditas, que levou ao segundo indiciamento de Jair Bolsonaro, a Procuradoria-Geral da República terá de avaliar agora o resultado das diligências complementares solicitadas à Polícia Federal na investigação sobre suspeita de fraudes na carteira de vacinação do ex-presidente.

Na semana passada, os investigadores entregaram ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, respostas aos questionamentos do procurador-geral da República, Paulo Gonet, feitos em abril. O chefe do Ministério Público Federal pediu informações adicionais antes de decidir sobre a apresentação de uma eventual denúncia criminal. O inquérito da vacina resultou no primeiro indiciamento de Bolsonaro. Relatório da PF atribui a ele os crimes de associação criminosa e de inserção de dados falsos em sistema de informação.

> **Enquadrados**
>
> **17 investigados foram indiciados pela PF no caso, incluindo ex-presidente**

Na última quinta-feira, Moraes mandou o documento da PF para a Procuradoria-Geral. Gonet tem 15 dias para se manifestar sobre as diligências extras. O documento da PF reúne informações colhidas em cooperação com os Estados Unidos, além de resultados de perícias em aparelhos confiscados na investigação e detalhes sobre a apuração que levou à abertura da mais recente fase da Operação Venire, no início do mês.

EUA. Uma das informações aguardadas pela PF e pela Procuradoria no inquérito da vacina era a resposta a um pedido de cooperação jurídica feito aos Estados Unidos. Os investigadores brasileiros queriam informações sobre a possível entrada ilegal de Bolsonaro e de aliados no país com certificados de imunização falsos.

O Departamento de Justiça americano informou à PF que a alfândega dos EUA não possui registros "se os investigados apresentaram comprovantes de vacinação contra a covid-19". Segundo a PF, os registros de controle de entrada e de saída do território americano "não trazem as informações se investigados alegaram que foram vacinados ou que estavam isentos de apresentarem requisitos de vacinação".

Ainda de acordo com o Departamento de Justiça, os comprovantes de vacinação contra a covid-19 eram apresentados aos operadores das aeronaves, antes do embarque aos EUA, seguindo a determinação do Centro de Controle e Prevenção de Doenças daquele país e uma proclamação assinada pelo presidente Joe Biden. ●

Primeira-dama

Janja vai representar governo na abertura da Olimpíada

A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, recebeu a credencial para participar da abertura dos Jogos Olímpicos em Paris, nesta sexta-feira. A credencial foi emitida com excepcionalidade pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), uma vez que o prazo para o requerimento já havia terminado quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que enviaria a mulher como representante.

A diplomacia brasileira precisou entrar em jogo para resolver a questão. O Comitê Olímpico Internacional (COI), responsável pelo credenciamento de autoridades, foi procurado pelo COB. A entidade brasileira se negou a dar informações sobre a tratativa entre os países e alegou que são pessoais e referentes à Presidência. As assessorias da Presidência e da primeira-dama não forneceram detalhes sobre a credencial de Janja. ● KARINA FERREIRA

INÊS 249

6ª Vara Criminal de Brasília

Juíza condena empresário por ameaças a Zanin

Luiz Carlos Bassetto Junior, que filmou e xingou ministro no banheiro de aeroporto, é sentenciado a quatro meses de detenção

HEITOR MAZZOCO
FAUSTO MACEDO

A juíza substituta da 6.ª Vara Criminal de Brasília, Mariana Rocha Cipriano Evangelista, condenou o empresário Luiz Carlos Bassetto Junior a quatro meses de detenção por ofensas proferidas no aeroporto de Brasília contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin. Ele também terá de pagar indenização no valor de R$ 10 mil.

O episódio ocorreu no dia 11 de janeiro do ano passado, quando Zanin ainda atuava como advogado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e não tinha sido nomeado para a cadeira de ministro do Supremo. Bassetto Jr. encontrou Zanin no banheiro do aeroporto e, enquanto ele escovava os dentes, começou a filmá-lo e a ofendê-lo, chamando o advogado de "vagabundo, "safado", "bandido" e "corrupto". Zanin permaneceu calado. O vídeo foi postado nas redes sociais.

"Os fatos narrados na queixa-crime e comprovados pela prova documental, além de confirmados pelo querelado, constituem clara ofensa à dignidade e ao decoro, atingindo a sua intimidade. Os fatos são típicos e ilícitos, se adequando perfeitamente à descrição do artigo 140 do Código Penal", afirmou a magistrada na sentença.

Sentença

R$ 10 mil é o valor da indenização que o empresário terá de pagar

RETRATAÇÃO. Em maio deste ano, Bassetto Jr. divulgou um vídeo pedindo desculpas a Zanin. "Declaro publicamente que o advogado e atual ministro não faz jus às palavras ditas por mim naquele dia. Ele não é o pior advogado que possa existir, pelo contrário, é um excelente advogado e hoje exerce o cargo de ministro em razão da sua competência. Endereço minhas desculpas também a toda advocacia", afirmou o empresário.

Zanin foi representado no caso pelos advogados Alberto Zacharias Toron, Fernanda Tórtima e Ulisses Rabaneda, todos conselheiros federais designados pelo presidente do Conselho Federal da OAB. "A Justiça atuou de forma rápida e evidenciou a reprovação a ataques covardes contra a honra alheia e, em última análise, contra a advocacia como um todo", disse Toron.

Procurada pela reportagem, a defesa de Bassetto Jr. não havia se manifestado até a noite de ontem. ●

Operação Churrascada

PF ouve investigado por venda de sentenças

Um mês após ter sua casa vasculhada na Operação Churrascada – investigação sobre suspeita de venda de decisões judiciais a partir do gabinete do desembargador Ivo de Almeida, do Tribunal de Justiça de São Paulo –, o empresário Wilson Vital de Menezes Júnior, apontado como "intermediário" do esquema, afirmou à Polícia Federal que "nunca entrou nesse assunto" com o magistrado. Ele disse que seu padrasto, Valmi Lacerda Sampaio, que morreu em 2019, "estava vendendo ilusões em nome de Ivo de Almeida, sem este saber de nada".

Wilson Júnior depôs anteontem na Delegacia de Repressão a Corrupção e Crimes Financeiros da PF em São Paulo. Ele foi ouvido pelo delegado André Luiz Barbieri e negou ter repassado ao desembargador ou a algum funcionário do gabinete do magistrado pedidos referentes a processos.

A Operação Churrascada foi deflagrada no dia 20 de junho por ordem do ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça. O alvo principal da investigação é o desembargador, afastado por um ano da presidência da 1.ª Câmara de Direito Criminal do TJ paulista. Aos 66 anos, desde 1987 na magistratura, Ivo de Almeida nega categoricamente envolvimento com o esquema apontado nos autos da Churrascada.

Segundo a investigação, Wilson Júnior fazia a intermediação da suposta venda de decisões judiciais após a morte do padrasto, a quem chama de "pai". Os investigadores apontam que o empresário tratou de venda de sentenças até durante a "missa" de Valmi.

À PF, ele disse que "não recebeu ou ofereceu" dinheiro ao desembargador. Declarou que manteve as tratativas acerca de processos em curso no gabinete de Ivo de Almeida sob "ameaças de pessoas que não gostaria de dizer o nome". Segundo ele, essas pessoas diziam que, "se não cumprisse as promessas que Valmi tinha feito, alguma coisa de ruim ia acontecer". ● P.O. E FAUSTO MACEDO

8h30 – 19h | Teatro B32 São Paulo, SP

PALESTRANTE CONVIDADA

GRO HARLEM BRUNDTLAND
Primeira mulher a chefiar o governo da Noruega e uma das principais líderes mundiais em desenvolvimento sustentável

DANIEL BARCELOS VARGAS
Professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo

EDMOND AZIZ BARUQUE FILHO
Diretor-presidente da Tobasa Bioindustrial de Babaçu S/A

ELBIA GANNOUM
Presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica)

FERNANDA DELGADO
Diretora executiva da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (Abohv)

IAN MCKEE
CEO da Carrot.eco

JAQUE CONCEIÇÃO
Diretora executiva do Coletivo Di Jeje, professora e pesquisadora

MARCELO SARKI
Superintendente de Riscos do banco BV

MARINA SIERRA CAMARGO
Sócia-fundadora da Planta Feliz Adubo

foto: Daniel Guedes

RICARDO MASTROTI
Diretor executivo do Conselho Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (Cebds)

RODRIGO SPURI
Diretor de Conservação da The Nature Conservancy (TNC) Brasil

Realização: ESTADÃO

Parceria: ESTADÃO BLUE STUDIO

ELDORADO FM 107.3

Apresentação:

Patrocínio:

Primeiro discurso

Kamala explora problemas de Trump na Justiça e arrecada US$ 250 milhões

Após meses insistindo que idade era fator crucial, republicano, de 78 anos, se vê diante de candidata de 59; mudança obriga sua campanha a buscar novas estratégias

WASHINGTON

A vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, repetiu ontem os ataques feitos ao ex-presidente Donald Trump na segunda-feira. No primeiro comício de sua campanha presidencial, em Wisconsin, ela lembrou do tempo em que era procuradora da Califórnia e colocou atrás das grades predadores sexuais, fraudadores e criminosos. "Acreditem, eu conheço o tipo de Donald Trump", afirmou.

"Quando eu era promotora, enfrentei agressores de todos os tipos. Predadores que abusavam de mulheres. Fraudadores que roubavam os consumidores. Portanto, eu conheço bem o tipo de Donald Trump"
Kamala Harris
Vice-presidente dos EUA

Ontem, os democratas anunciaram a arrecadação de mais de US$ 250 milhões, entre a tarde de domingo e a noite de segunda-feira. O dinheiro inclui doações para a campanha presidencial, para a direção do partido e para comitês conjuntos. De acordo com a equipe de Kamala, os recursos vieram de 1,1 milhão de doadores, sendo que 62% fizeram uma doação pela primeira vem neste ciclo eleitoral.

Um dia depois de obter o voto da maioria dos 4 mil delegados democratas, o que na prática lhe garante a nomeação do partido, Kamala recebeu o apoio do senador Chuck Schumer, líder da bancada no Senado, e do deputado Hakeem Jeffries, líder dos democratas na Câmara – os dois principais nomes do partido no Congresso.

"Quando conversei com ela no domingo, ela disse que queria ter a chance de obter a indicação por conta própria e fazer isso de baixo para cima", disse Schumer. "Agora que o processo avançou a partir da base, estamos aqui para apoiar a vice-presidente Kamala Harris", disse Schumer, ao lado de Jeffries.

DIANTEIRA. Pesquisa da Reuters/Ipsos divulgada ontem – a primeira feita após a desistência do presidente, Joe Biden – mostra pela primeira vez Kamala à frente de Trump (44% a 42%). Embora sondagens nacionais tenham pouca importância nos EUA, já que a eleição se decide nos Estados, elas indicam o impulso que recebeu a campanha democrata com a troca da chapa.

O crescimento de Kamala, no entanto, ainda precisa aparecer em outras pesquisas, segundo analistas. Por enquanto, o que as sondagens mostram é um desempenho melhor que o de Biden, mas ainda atrás de Trump. De acordo com o instituto Morning Consult, o presidente está 6 pontos porcentuais atrás do republicano, enquanto Kamala fica a apenas 2.

KAYLA WOLF/AP

Kamala em Wisconsin: campanha começa com dinheiro e apoio dos líderes e delegados do partido

REFORMULAÇÃO. Com Biden fora da disputa, a campanha de Trump busca agora uma nova estratégia contra Kamala. Após passar meses insistindo que a idade era um fator determinante na eleição, o republicano, de 78 anos, se vê agora diante de uma candidata de 59.

Ontem, Trump se comprometeu a debater com Kamala, – e garantiu que estaria "disposto" a enfrentá-la mais de uma vez. O próximo encontro, programado para o dia 10 de setembro, será mediado pela ABC News. Mas, nos últimos dias, o republicano vem pressionando para que a Fox News, emissora mais conservadora, realize o debate, chamando a ABC de "uma piada".

Ontem, o ex-presidente passou o dia nas redes sociais, criticando Biden, Kamala e os democratas. "É inacreditável! Eles estão transformando Joe Biden, o pior presidente da história dos EUA, em herói", escreveu Trump. "Ele foi expulso do poder como um cachorro. Veja o que a esquerda radical é capaz de fazer."

CRÍTICAS. Sobrou até para a própria Fox News, criticada por Trump por colocar no ar uma entrevista com o governador de Minnesota, o democrata Tim Walz. "Por que a Fox News deu espaço para o governador de Minnesota, onde estou liderando (*as pesquisas*)?", questionou o ex-presidente. "Francamente, eles me fazem travar batalhas que eu não preciso travar." ● NYT, WP e AP

Chefe do serviço secreto renuncia após atentado

WASHINGTON

A diretora do serviço secreto dos EUA, Kimberly Cheatle, pediu demissão ontem, um dia depois de reconhecer que a agência fracassou em sua missão de impedir a tentativa de assassinato contra o ex-presidente Donald Trump. Ela enfrentava pedidos de renúncia desde o atentado do dia 13.

"Fracassamos", disse Cheatle, durante audiência na Câmara dos Deputados, na segunda-feira, na qual classificou a tentativa de assassinato de Trump como "a mais significativa falha operacional do serviço secreto em décadas". "Como diretora do serviço secreto do EUA, eu assumo toda a responsabilidade."

Após a renúncia de Cheatle, o presidente da Câmara dos Deputados, o republicano Mike Johnson, e Hakeem Jeffries, líder da bancada democrata, fecharam um acordo para montar uma força-tarefa para investigar a tentativa de assassinato de Trump. A pauta tornou-se um raro ponto de convergência entre os dois partidos no Congresso.

ERROS. "As falhas de segurança que permitiram uma tentativa de assassinato contra a vida de Donald Trump são chocantes", disseram ontem Johnson e Jeffries, em declaração conjunta. "A força-tarefa terá autoridade de intimação e agirá rapidamente para descobrir os fatos, garantir a responsabilidade e assegurar que tais falhas nunca mais aconteçam."

O atirador, Thomas Mathew Crooks, um jovem de 20 anos, disparou contra Trump com um fuzil semiautomático AR-15, minutos depois que o ex-presidente começou a discursar na cidade de Butler. Ele foi morto por um franco-atirador do serviço secreto 26 segundos depois de disparar oito vezes. O bombeiro Corey Camperatore, de 50 anos, morreu baleado e dois apoiadores de Trump ficaram gravemente feridos.

Cerco fechado
Cheatle reconheceu que o atentado foi a maior falha operacional do serviço secreto em décadas

A investigação determinou que Crooks, que vivia em uma cidade a 80 quilômetros de Butler, agiu sozinho e sem nenhuma motivação ideológica ou política aparente. As razões do atentado, no entanto, ainda permanecem um mistério.

HISTÓRICO. Cheatle atuou em vários cargos de chefia no serviço secreto dos EUA, incluindo como diretora-assistente. Ela trabalhou com os vice-presidentes Dick Cheney, um republicano, e Joe Biden, um democrata. Em 2019, ela assumiu o cargo de oficial de segurança da PepsiCo na América do Norte, antes de retornar à agência, em setembro de 2022. ● NYT e AP

Andrés Oppenheimer

O plano desastroso de Trump

Uma das principais mensagens de Donald Trump na convenção republicana foi que, se eleito, ordenaria "a maior deportação da história". O que ele omite é que isso causaria um desastre econômico e humanitário. A promessa não só transformaria o país em um estado policial, com detenções aleatórias e separação de pais e filhos, mas também causaria uma enorme escassez de mão de obra, que aumentaria a inflação.

Pesquisa com quase 70 economistas realizada pelo *Wall Street Journal*, que não é um jornal de esquerda, concluiu que os planos de Trump para aumentar tarifas e reprimir a imigração fariam "pressão sobre os preços". A manchete do artigo dizia: "Economistas dizem que inflação seria pior sob Trump do que sob Biden".

No seu discurso na convenção, Trump começou falando em paz e amor, mas logo voltou à sua habitual narrativa cheia de falsidades sobre os imigrantes. "A maior invasão da história está ocorrendo no nosso país", disse. A verdade é que o fluxo aumentou, em 2022 e 2023, em parte porque, em 2019 e 2020, a pandemia fez com que muitos permanecessem nos seus países.

O que Trump também omitiu é que a imigração ilegal está em queda. As travessias ilegais na fronteira sul caíram 40% nos primeiros quatro meses do ano, segundo dados oficiais.

Pior ainda, Trump passou grande parte do discurso pintando de forma enganosa os imigrantes como criminosos. Obviamente, há aqueles que cometem crimes, mas Trump seleciona atos isolados para dar a impressão de que a maioria é de criminosos violentos.

> *Em vez de demagogia, os EUA precisam de mais imigrantes para preencher empregos vagos*

Praticamente todos os estudos mostram que imigrantes ilegais cometem menos crimes do que pessoas nascidas nos EUA. Além disso, os homicídios caíram no ano passado, segundo o FBI.

Além disso, Trump afirmou que países como a Venezuela estão exportando criminosos para os EUA. Na verdade, a grande maioria dos exilados venezuelanos é de pessoas honestas que fugiram da ditadura.

ATAQUES. No seu discurso, Trump também disse que os imigrantes estão tirando empregos dos americanos, incluindo negros e latinos. A Câmara de Comércio dos EUA, outra fonte que não pode ser acusada de ser de esquerda, afirma que há quase 9 milhões de vagas não preenchidas, mas apenas 6,4 milhões de desempregados. Em outras palavras, são necessários mais imigrantes, e não menos.

Em suma, o discurso incendiário contra os imigrantes se baseia em mentiras grosseiras. Não há dúvida de que é necessário reformar o sistema de imigração e deportar os criminosos. Mas, em vez de demagogia, os EUA precisam de imigrantes para preencher empregos vagos. Deportar milhões de pessoas que fazem trabalhos que os americanos desprezam apenas aumentaria os preços, a inflação e tornaria todos mais pobres. ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

É COLUNISTA DO 'MIAMI HERALD' E APRESENTADOR DO PROGRAMA 'OPPENHEIMER APRESENTA', NA CNN EM ESPANHOL

Eleição venezuelana

'Quem se assustou que tome chá de camomila', diz Maduro sobre Lula

Embora sem citar diretamente presidente brasileiro, chavista volta a falar em violência se perder eleição de domingo

CARACAS

O ditador venezuelano, Nicolás Maduro, reagiu ontem às declarações do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre as eleições de domingo na Venezuela. Na segunda-feira, Lula disse ter ficado "assustado" com a ameaça feita por Maduro de um possível "banho de sangue" caso saia derrotado das urnas. "Quem se assustou que tome um chá de camomila", disse o chavista, sem citar expressamente Lula.

Recentemente, o brasileiro se mostrou preocupado com o futuro da democracia na Venezuela. "Fiquei assustado com a declaração do Maduro dizendo que, se ele perder as eleições, vai ter um banho de sangue. Quem perde as eleições toma um banho de voto, não de sangue", afirmou Lula durante uma entrevista com agências internacionais em Brasília. "O Maduro tem de aprender que, quando você ganha, você fica. Quando você perde, você vai embora. E se prepara para disputar outra eleição."

VIOLÊNCIA. O "banho de sangue" de Maduro seria uma referência ao "Caracazo", um levante social que deixou milhares de mortos, em fevereiro de 1989 – embora o balanço oficial tenha sido de 300 vítimas.

O episódio foi usado como justificativa para a insurreição fracassada liderada pelo padrinho político de Maduro, o tenente-coronel Hugo Chávez, em 4 de fevereiro de 1992. Apesar do fracasso do golpe militar, o episódio deu início à popularidade meteórica de Chávez na Venezuela.

"Eu disse que se a direita extremista chegasse ao poder político na Venezuela haveria um banho de sangue. E não é que eu esteja inventando, é que já vivemos um banho de sangue, em 27 e 28 de fevereiro. Prevejo para aqueles que se assustaram que na Venezuela teremos a maior vitória eleitoral da história", afirmou Maduro.

CRISTIAN HERNÁNDEZ/AP - 5/7/2024

Maduro em Caracas: campanha contra a oposição e contra o relógio

POLÍTICA. A principal força contra o chavismo nas eleições de domingo é o ex-diplomata Edmundo González Urrutia, candidato da principal aliança opositora. Ele é o substituto da líder da oposição María Corina Machado, que venceu as primárias com mais de 90% dos votos, mas foi impedida pela Justiça de exercer cargos públicos por 15 anos por uma sanção administrativa – argumento também usado contra outros políticos que manifestaram apoio à oposição.

De acordo com pesquisas, no entanto, os dias de Maduro à frente da Venezuela poderiam realmente estar contados. González Urrutia lidera com folga todas as sondagens. Segundo a ORC Consultores, o ex-diplomata teria 58% das intenções de voto. Maduro, em segundo, ficaria com apenas 14%.

Outros institutos também apontam o favoritismo do opositor. Pesquisa Delphos e do Centro de Estudos Políticos da Universidade Católica Andrés Bello mostram uma diferença de 59% a 24% para González Urrutia.

Vários analistas, no entanto, não acreditam que Maduro vá entregar o poder pacificamente e temem algum tipo de manobra, antes da eleição ou após a votação. Alguns opositores, como o próprio González Urrutia, porém, afirmam que desta vez a diferença está grande demais para que o governo chavista reverta a derrota nas urnas.

OBSERVADORES. Ontem, o ex-presidente da Argentina, o peronista Alberto Fernández, que atuará como observador das eleições venezuelanas, também sugeriu que Maduro aceitasse o resultado e deixasse o poder pacificamente.

"Se for derrotado, o que ele deve fazer é aceitar, como disse Lula: 'Quem ganha, ganha, e quem perde, perde'. Vou fazer o que me pediram, ser um observador das eleições para que tudo funcione bem", afirmou Fernández, em entrevista a uma rádio sobre a votação de domingo. ● AFP

Espanha

Protesto em Maiorca pede limites ao turismo

Milhares de pessoas foram às ruas para protestar contra o turismo em massa na ilha de Maiorca. Os manifestantes exigem também acesso a moradia, melhoria dos serviços públicos e conservação de áreas naturais nas ilhas espanholas. Para os organizadores do protesto, o turismo empobrece a maioria e enriquece apenas algumas pessoas. ●

JAIME REINA/AFP - 21/7/2024

Etiópia

Deslizamentos matam mais de 200

Deslizamentos de terra mataram mais de 200 pessoas na região de Gofa, no sul da Etiópia. Autoridades disseram ontem que as buscas por sobreviventes continua e o número de mortos deve aumentar, já que muitos ainda estão soterrados pela lama. É o desastre ligado às chuvas mais mortal já registrado na história do país. ●

INÊS 249

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : CRIME ORGANIZADO

PCC invade área rica do Tatuapé e impõe ao bairro o estilo da máfia

Facção investe em imóveis de luxo, carros importados, bitcoin, fintechs e distribuição de combustível para lavar dinheiro no bairro marcado por acertos de conta sangrentos

MARCELO GODOY

Os homens da Rota chegaram à Rua Itapeti, no Tatuapé, zona leste de São Paulo, com um mandado de busca e apreensão e outro de prisão para ser cumprido. Estavam em um dos 52 lugares revistados pela Operação Fim da Linha, feita contra a captura do transporte público de São Paulo pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Os policiais que receberam às 5h30 um envelope lacrado no quartel não sabiam que o papel os conduziria naquele dia 9 de abril a um dos endereços icônicos da cidade, o Edifício Figueira Altos do Tatuapé.

Com seus 50 andares e 168 metros de altura, ele é desde 2021 o prédio residencial mais alto da cidade. Pois foi ali, em um dos apartamentos, que eles apreenderam dois fuzis, uma submetralhadora, cinco pistolas e um revólver. A ação no prédio mostra o grau de infiltração da facção na mais rica área da zona leste de São Paulo: a região do Tatuapé. O imóvel estava registrado em nome da empresa AHS Empreendimentos e Participações, mas seria usado pelo traficante Silvio Luiz Ferreira, o Cebola. Integrante da Sintonia Final da Rua, a cúpula do PCC que cuida dos negócios fora dos presídios, Cebola é acusado de ser o "responsável pela administração da engenharia financeira necessária à lavagem de bens e capitais provenientes do tráfico". A defesa de Cebola nega.

> *"Eles estacionam carros de luxo em frente aos bares, consomem narguilé e movimentam as baladas do bairro às quartas e quintas-feiras"*
> **Patrícia Escorcio**
> **Delegada do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC)**

As letras do nome da empresa proprietária levaram os policiais a outro importante personagem: o advogado Ahmed Hassan Saleh, o Mude, apontado como peça-chave no esquema de lavagem de dinheiro que permitiu à facção controlar a empresa de ônibus UPBus e a compra de casas e apartamentos milionários em prédios da região. O **Estadão** não localizou a defesa de Mude.

APARTAMENTOS. Unidades desses empreendimentos, como o Figueira Altos do Tatuapé, entraram na mira da Receita Federal e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). São apartamentos de R$ 2 milhões a R$ 20 milhões no Tatuapé, no Jardim Anália Franco e na Vila Regente Feijó. Há prédios que tiveram até seis apartamentos revistados desde 2018 por quatro operações policiais distintas. Muitos imóveis estavam registrados em nome de empresas de fachada e de laranjas a fim de ocultar os verdadeiros donos: membros da facção, alguns ligados a Marcola (Marco Willians Herbas Camacho).

Muitos foram vendidos por Antonio Vinicius Lopes Gritzbach, ex-diretor da Porte Engenharia. A construtora informou que Gritzbach deixou os quadros da empresa em 2018 e disse desconhecer que entre os clientes do ex-funcionário estivessem pessoas ligadas ao crime organizado. Consultada pelo **Estadão**, a empresa disse ter construído três dos cinco principais prédios onde estão apartamentos listados em investigações policiais sob a suspeita de serem de bandidos da facção. "Ele (*Gritzbach*) era corretor de imóveis de uma grande construtora do Tatuapé, a Porte. Era jovem e chegava a ganhar R$ 1 milhão de comissão por mês. Ficou rico. Mas vendeu imóveis de luxo a pessoas erradas. E foi ouvindo coisas a respeito das pessoas", disse o advogado Ivelson Salotto, que defende Gritzbach.

Ao todo, a reportagem encontrou 41 endereços de apartamentos na região em 12 das 20 principais investigações abertas pela Polícia Federal, Polícia Civil, Receita e Gaeco nos últimos cinco anos. O mesmo esquema funcionaria com lojas de carros importados da área, feitas com contratos de gaveta no processo de lavagem de dinheiro do crime.

O dinheiro da droga e de outros crimes também circula em fintechs da região. Uma delas, a Cash Back Turismo e Serviços Empresariais, teve R$ 200 milhões bloqueados pela Justiça sob a suspeita de ser um "verdadeiro Banco do Crime". A empresa está em nome de Lucas de Souza Teixeira, morador de Heliópolis, favela da zona sul de São Paulo. Ela movimentou R$ 10 bilhões em pouco mais de dois anos, lavando dinheiro, segundo a Polícia Civil, de vários esquemas fraudulentos, bem como do PCC. O **Estadão** tentou contato com a defesa da empresa, mas não obteve retorno.

Foi no Tatuapé, a partir de 2018, que se encenaram alguns dos mais sangrentos acertos de contas da facção ligados ao tráfico transnacional de drogas: assassinatos como os dos traficantes Cabelo Duro, Galo, Magrelo, Sem Sangue, Django e o "suicídio" do Japonês do PCC (a policia apura a hipótese de indução ao suicídio).

É lá que mora uma das testemunhas fundamentais dessa trama: o ex-diretor da Porte Antonio Vinicius Lopes Gritzbach. Com sentença de morte decretada pela facção, ele foi acusado de mandar matar um traficante do PCC e de se apropriar de R$ 100 milhões em criptomoedas – a defesa afirmou que é inocente. Ele escapou de atentado na véspera de Natal, com tiro de fuzil, na janela de seu apartamento, no Tatuapé.

Donos ocultos
Muitos imóveis estavam registrados em nome de empresas de fachada e de laranjas

BASE DE LUXO. Todas essas circunstâncias levaram as polícias e o Ministério Público a concluir que o bairro se transformara na primeira base de luxo para criminosos que deixaram favelas de São Paulo e enriqueceram com o tráfico transatlântico por meio do qual a facção e seus parceiros da Máfia dos Bálcãs e da 'Ndrangheta abastecem com cocaína os bilionários mercados da Europa, da África e da Ásia. "É a nossa Little Italy, a nossa Sicília", disse o promotor Fábio Bechara, do Gaeco, referindo-se ao bairro de Nova York e à região da Itália dominados pela máfia.

Os caminhos que levam as investigações ao Tatuapé são diversos. Mas quase todos passam pela lavagem de dinheiro do crime organizado. Essa é a opinião de Bechara e também do delegado Marcos Galli Casseb, do 30.º Distrito Policial, a delegacia do bairro. "Eles aproveitaram a pandemia para ampliar seus tentáculos no bairro", afirmou Casseb. Foi justamente no começo dela que a PF desfechou a Operação Rei do Crime para investigar a lavagem de dinheiro da cúpula. Nela surgiram pela primeira vez os endereços e negócios relacionados a Marcola na região.

São apartamentos, postos de gasolina e outros itens que faziam parte da lista de R$ 730 milhões em bens, que incluem ainda helicópteros e iates, bloqueados pela Justiça Federal. "Esses dados apareceram nos autos das Operações Rei do Crime e Tempestade", contou o delegado Alexandre Custódio Neto, coordenador em São Paulo da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), da PF. Um dos imóveis citados na Rei do Crime, na Rua Americana, no Tatuapé, reapareceu em outra investigação, feita pelo Gaeco, dois anos depois. Ele estava em nome de Rodrigo Augusto Lima, que, segundo investigação dos promotores, era uma das identidades falsas usadas por Cebola, o mesmo suspeito do apartamento da Rua Itapeti.

ESTILO DE VIDA. Além dos chefes da facção, seus familiares e gerentes saíram das comunidades pobres da zona leste e migraram para imóveis do Tatuapé, frequentando bares, restaurantes e festas nos condomínios do bairro. "Eles querem mostrar que a favela venceu. É todo um estilo de vida que passa por restaurantes elitizados, bares da moda e muita ostentação. Eles querem ser reconhecidos como pessoas da alta sociedade", afirmou o delegado Maurício Luyten, do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC), que investiga um esquema de lavagem de dinheiro por meio da venda de carros de luxo na cidade. ●

Advogados rejeitam acusações contra Cebola e Marcola

O advogado de Cebola, o criminalista Anderson Minichillo, afirmou que seu cliente nunca teve nenhum imóvel no Tatuapé nem morou na região. Minichillo negou que o cliente tenha envolvimento com o tráfico ou com o PCC e disse que, desde que a prisão dele foi decretada, Ferreira vive "vida de cigano". Ainda segundo o criminalista, não houve lavagem de dinheiro no aumento do capital social da UPBus. "Foi um terreno e a integralização dos ônibus dos cooperados que formou o capital da empresa – que vai apresentar uma perícia contábil para demonstrar a legalidade e origem do dinheiro." Por fim, Minichillo afirmou que os bens do advogado Mude estão declarados no Imposto de Renda, bem como as armas apreendidas no apartamento da Rua Itapeti. "Tudo será esclarecido", afirmou.

Já Bruno Ferullo, advogado de Marcola, destacou, em nota, a absolvição de seu cliente no processo que tramitou na 1.ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital por lavagem de dinheiro. Segundo o defensor, "a acusação não trouxe o mínimo de elemento para estabelecer liame ou nexo causal entre o crime antecedente e a suposta lavagem de dinheiro, sendo certo ainda que não houve qualquer conclusão no sentido de que os investigados desenvolviam com habitualidade a prática ilícita".

Acrescentou ainda que, na instrução do processo, não houve produção de "prova que pudesse respaldar a acusação do Ministério Público", pois, "entre os eventos narrados pelo órgão acusatório, constam só informações genéricas, abstratas e superficiais, que tentam corroborar, sem êxito, e estabelecer ligação entre Marco, familiares dele e uma absurda acusação de lavagem de dinheiro". ●

INÊS 249

(IN)**SEGURANÇA PÚBLICA** : CRIME ORGANIZADO

Tráfico vive rotina de luxo, festa e execução

São mais de 40 apartamentos no Jardim Anália Franco e no Tatuapé, de até R$ 20 milhões, na mira da lavagem de dinheiro

MARCELO GODOY

POLICIA FEDERAL

Fuminho é preso em Maputo, em 2020; seu 'faz-tudo' foi detido seis meses depois pela PF no Tatuapé

O entregador de bebidas chegou no meio da tarde ao apartamento do prédio da Rua Americana. Trazia caixas de vinho Pêra Manca, de champanhe Dom Pérignon e Louis Roederer Cristal e de uísque blue label, além de duas garrafas de cognac Louis XIII. O jovem deixou a encomenda de R$ 300 mil em bebidas feita pelo cliente, um empresário que enriquecera com postos de gasolina suspeitos de lavar dinheiro do traficante Gilberto Aparecido dos Santos, o Fuminho, ligado à cúpula do Primeiro Comando da Capital (PCC) e preso pela DEA, a agência antidrogas dos EUA, em Moçambique.

"As meninas estão chegando", disse o dono do imóvel a um amigo, enquanto dava a gorjeta de R$ 200 e um pacote de notas de R$ 100 ao entregador. A festa ia começar – a hidromassagem estava cheia. E a bebida foi paga em dinheiro vivo, que cheirava a naftalina. No dia seguinte, a Polícia Federal bateu na porta do empresário. Era a Operação Rei do Crime. No imóvel, os federais encontraram caixas de bebida ainda fechadas. O **Estadão** não localizou a defesa de Fuminho. Em depoimento, ele negou elo com o PCC.

O prédio da Rua Americana seria visitado ainda em outras três operações policiais. A última delas foi em 9 de abril, quando agentes da Receita Federal e do Ministério Público de São Paulo bateram em quatro unidades do prédio. Quatro dos 52 alvos da Operação Fim da Linha moravam no mesmo edifício visitado pela PF em 2020. Desta vez, eles estavam ligados à lavagem de dinheiro do crime organizado na empresa de ônibus UPBus, uma das que teriam sido capturadas pelo PCC no transporte público de São Paulo.

Pouco depois de ser relacionada ao alvo da PF, o mesmo apartamento apareceu em uma investigação do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que tinha como alvo Sílvio Luiz Ferreira, o Cebola, da Sintonia Final das Ruas do PCC. Desde que teve a prisão decretada por tráfico, Cebola está foragido. Já são dez anos escapando da polícia. A defesa de Cebola nega envolvimento com o tráfico ou com lavagem de dinheiro.

DESCRIÇÃO. Foi assim que os promotores descreveram a situação do chefão responsável pela lavagem de dinheiro do tráfico: "Ostentando a situação de foragido, que perdura por anos, Silvio (Cebola) utiliza várias manobras para a ocultação de sua verdadeira identidade, o que contribui para mantê-lo distante do cárcere, mas não impede o desfrute da liberdade em elevado padrão patrimonial", aponta a investigação do MP.

Durante esta apuração, que mais tarde iria compor a Operação Fim da Linha, o Gaeco constatou que Cebola viveu com sua companheira e o filho em dois endereços "que foram alvo de cumprimento de mandados de busca e apreensão em 14 de setembro de 2020. Nesses locais, Cebola se apresentava com a identidade de Rodrigo Augusto de Lima.

"Os imóveis são repassados para parentes, amigos e integrantes do segundo escalão da facção", afirmou o promotor Fábio Bechara. Foi seguindo a identidade falsa de Cebola que os investigadores chegaram a uma CNH tirada pelo traficante no Distrito Federal e a outras duas pessoas, ambas ligadas à UPBus, assim como a mulher do acusado, ela mesma acionista da empresa. Cebola havia sido preso em 2012 pelo Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos, na sede da UPBus, com meia tonelada de maconha.

Além do apartamento da Rua Americana revistado duas vezes em 2020 – uma vez por ordem da Justiça Federal e outra por mandado de busca da 1.ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital –, a reportagem do **Estadão** encontrou outros 40 listados em 12 investigações da PF, da Polícia Civil, da Receita Federal e do Gaeco em endereços nobres do Tatuapé, do Jardim Anália Franco e da Vila Regente Feijó. Trata-se de patrimônio de R$ 150 milhões a R$ 200 milhões.

RECONHECIMENTO POLICIAL. Alguns desses endereços se tornaram conhecidos das investigações policiais. É o caso de um edifício na Rua Marechal Barbacena. Um dos apartamentos do prédio foi relacionado ao empresário Admar de Carvalho Martins, apontado pelo Gaeco como um dos principais nomes dos esquemas de lavagem de dinheiro utilizados pela facção na região. Carvalho é o maior acionista individual da UPBus, com R$ 7,1 milhões em cotas da empresa, que teria sido usada por ele para justificar o aumento de seu patrimônio – a defesa não foi localizada pela reportagem. Em depoimento, Carvalho negou elo com o PCC.

> ***"Normalmente, essas pessoas (as vítimas de acertos de contas no bairro) são induzidas a se matar. Ou fazem isso ou matam seus familiares"***
> **Luis Storni**
> **Delegado do Tatuapé**

É o que dizem os promotores: "Admar declarou que recebeu, entre 2015 e 2022, rendimentos isentos decorrentes do suposto lucro da UPBus Qualidade em Transporte S.A. no importe de R$ 14.880.852,63. Entretanto, no mesmo período a empresa teve um prejuízo acumulado de R$ 5.031.195,80." O investigado usou metade de seu patrimônio declarado (R$ 20 milhões) em 2021 para constituir a empresa SPE 7. Em 3 de dezembro de 2020, a SPE 7 vendeu a uma empresa de um sócio de Admar um apartamento que havia sido adquirido da companheira do traficante internacional Ygor Daniel Zago, o Hulk, detido em 2021 com uma Ferrari na Riviera de São Lourenço, litoral norte de São Paulo.

A prisão ocorreu durante a Operação Netuno, do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic). O departamento flagrou uma série de apartamentos da Rua Eunice Weaver, no Tatuapé, cujos verdadeiros donos estariam ocultos. Um comerciante conta já ter levado ao Guarujá (SP) uma picape cheia de bebidas, encomenda feita por um corretor de imóveis que vendia apartamentos de alto padrão no Tatuapé. O entregador da adega ganhou R$ 600 de gorjeta.

É atrás da vida nos condomínios erguidos na área rica da zona leste que circula o dinheiro do tráfico transatlântico de drogas. Os donos desse dinheiro levaram suas festas para coberturas e seus carros de luxo para as garagens. Tudo com muita ostentação.

VIZINHOS. As histórias circulam no bairro. E incomodam. Há o caso do executivo de uma empresa que decidiu vender o apartamento e se mudar depois que a esposa passou a ser cortejada por um novo morador do prédio, um traficante da facção que passou a deixar bilhetes no carro de sua mulher. "Antes, a facção alugava casas-cofre para esconder o dinheiro do tráfico. Agora, compra imóveis que servem para abrigar seus integrantes e clientes. Eles são ainda usados como moeda em todo tipo de transação. Assim também com os carros de luxo. E com postos de gasolina, estacionamentos e restaurantes. Eles precisavam lavar o dinheiro do tráfico", afirmou o delegado Marcos Casseb, do 30.º DP.

A maioria dos empreendimentos cobiçados pelos traficantes no Tatuapé fica próxima do Ceret, o antigo Centro Esportivo Recreativo Educativo do Trabalhador, parque planejado pelo jogador de futebol Leônidas da Silva. Foi o Diamante Negro quem convenceu o governador Abreu Sodré a desapropriar a área de 286 mil m² e, depois, iniciar a construção do parque, que em 2008 passou para o Município.

TIROS DE FUZIL E ENFORCAMENTOS. Ao mesmo tempo que vivem e dão festas no bairro, os integrantes do PCC acertam as contas nas disputas dentro da facção. Tudo começou após os assassinatos de dois chefes da facção: Rogério Jeremias de Simone, o Gegê do Mangue, e Fabiano Alves de Souza, o Paca, atraídos para uma emboscada e assassinados em Fortaleza.

> **Linha de ação**
> **'Imóveis são repassados para parentes, amigos e 2º escalão da facção', diz o promotor Fábio Bechara**

O crime abriu uma disputa na facção e os autores dos assassinatos tiveram sua sentença de morte decretada. O primeiro a ser executado foi o traficante Wagner Ferreira da Silva, o Cabelo Duro, executado a tiros de fuzil em frente ao Blue Tree Tower, no Jardim Anália Franco, em fevereiro de 2018.

No dia 23 de julho foi a vez de Cláudio Roberto Ferreira, o Galo Cego, de 38 anos, também implicado na execução de Gegê do Mangue. Galo foi atacado por dois homens que dispararam 70 tiros de fuzil em seu carro, estacionado na Rua Coelho Lisboa, também no Tatuapé.

Os fuzilamentos se sucederiam na região. Foi na Praça 20 de Janeiro, a poucos metros de onde hoje está um dos principais pontos das baladas do bairro, o Bar do Bololô, empreendimento do funkeiro MC Ryan, que o traficante Anselmo Santa Fausta, o Cara Preta, e seu motorista Antonio Corona Neto, o Sem Sangue, foram assassinatos em 27 de dezembro de 2021.

Não parou aí. Outro traficante de drogas ligado aos negócios da facção no bairro, Cláudio Marcos de Almeida, o Django, apareceu enforcado embaixo de um viaduto. Além dele, um importante integrante da facção foi obrigado a se matar no bairro. Era 4 de maio de 2023 quando Rafael Maeda Pires, o Japonês do PCC, mandou uma mensagem para a mulher: "Cuida bem da nenê. Eu te amo". ●

ESTADÃO BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por GSK.

Vírus sincicial respiratório: **muito além da bronquiolite**

Comum, contagioso e pouco falado, esse combo pode fazer com que o VSR seja ainda mais perigoso, principalmente agora no inverno, e acender um sinal de alerta também para a população 60+[1-3,5]

Talvez você nunca tenha ouvido falar sobre o vírus sincicial respiratório (VSR), mas provavelmente conhece os perigos da bronquiolite em crianças pequenas. O VSR é uma das principais causas de infecções respiratórias em bebês, mas é pouco mencionado quando se trata de infecções respiratórias em adultos. Muitas vezes subdiagnosticado, o VSR cocircula com vários outros vírus respiratórios, como influenza e Covid-19, mas raramente é testado em adultos. Consequentemente, seus sintomas podem ser confundidos com um resfriado comum, o que contribui para que a doença seja pouco conhecida nesta população.[1-6]

"Em pessoas com mais de 60 anos, quando há alteração de imunidade devido ao envelhecimento imunológico, com diminuição da quantidade e qualidade de células de defesa, esse vírus pode causar doenças graves e até mesmo óbito, principalmente para quem tem comorbidades", explica Lessandra Michelin (CRM 23494-RS), infectologista e gerente médica da biofarmacêutica GSK.

Com a chegada dos dias mais frios e maior variação de temperatura ao longo do dia, as pessoas tendem a ficar em locais fechados, sem ventilação adequada e muitas vezes em aglomerações, favorecendo o aumento da circulação de vírus e bactérias, como o VSR.[12,13]

Os números do VSR no Brasil e no mundo

Nos Estados Unidos, anualmente, segundo dados do Centers for Disease Control and Prevention (CDC), o VSR leva a aproximadamente de 60 mil a 160 mil hospitalizações e de 6 mil a 10 mil óbitos, em adultos com 65 anos ou mais.[1]

No Brasil, entre 2020 e 2022, foram mais de 30 mil casos da doença. Dados de 2023 mostraram que a taxa de letalidade em pessoas a partir de 60 anos que tiveram hospitalização por síndrome respiratória aguda grave (SRAG) devido ao VSR foi de 21%, ou seja, 1 a cada 5 desses pacientes foi a óbito.[7,8]*

**No boletim, foram identificados 614 casos e 129 mortes em pacientes com 60 anos ou mais e 24.349 casos e 270 mortes em pacientes com 4 anos ou menos por SRAG-VSR.*

De olho nas comorbidades
**Idosos com DPOC podem ter até 13 vezes mais probabilidade de serem hospitalizados[1,9,10]*
Portadores de asma têm 3,6 vezes mais probabilidade de serem hospitalizados[1,9,10]*
Pessoas com diabetes têm 6,4 vezes mais probabilidades de serem hospitalizadas[1,9,10]*
Portadores de insuficiência cardíaca congestiva (ICC) possuem até 7,6 vezes mais riscos de serem hospitalizados[1,9,10]***
**pacientes com 65 anos ou mais.*

Atenção redobrada no inverno
No ano de 2024, até a semana epidemiológica 26 (finalizada em 29/06/2024), 45,1% dos casos de síndrome respiratória aguda grave aconteceram por VSR no Brasil, enquanto Covid e influenza representam apenas 19,8% e 19,3%, respectivamente[11]
N= 43.334 (testes positivos para alguma infecção respiratória)

Um vírus contagioso

O VSR é comum, tem sintomas inespecíficos, e é capaz de afetar o sistema respiratório, incluindo os pulmões e as vias aéreas.[1-4] "Causa doenças que variam de um resfriado leve, com sintomas como coriza, tosse, dor de garganta, febre leve e dor de cabeça, até sintomas mais graves, como dificuldade para respirar, chiado no peito, tosse persistente, fadiga extrema e dor no peito", explica Milton Crenitte (CRM 150848), médico geriatra, professor e diretor técnico do Centro Internacional de Longevidade Brasil (ILC-BR) e consultor em Longevidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil.

"A maioria das pessoas se recupera em uma ou duas semanas, mas o VSR pode levar a complicações. E, justamente por apresentar um quadro clínico parecido com o de outros vírus respiratórios, se não for realizada a coleta de material para exame laboratorial, como fazemos para Covid-19 e influenza, não há diagnóstico", alerta Lessandra.

Alta incidência no inverno

"O período de maior incidência normalmente tem início em março, e se estende até setembro, mas a atividade do vírus pode começar antes ou persistir mais tempo em uma região. No ano de 2024, até a semana 26 (finalizada em 29/06/2024), 45,1% dos casos de síndrome respiratória aguda grave aconteceram por VSR no Brasil". N= 43.334 (testes positivos para alguma infecção respiratória).

Riscos para os idosos

O envelhecimento pode aumentar o risco de desenvolver um quadro grave da doença.[1] "Isso acontece porque o sistema imunológico também envelhece, tornando algumas pessoas mais suscetíveis a infecções. Além disso, a infecção pelo VSR pode dificultar a vida de adultos que já lidam com outros problemas de saúde, mesmo se o indivíduo for mais jovem", explica o geriatra.

"Várias comorbidades merecem destaque e atenção especial quando se trata do VSR. Pacientes com insuficiência cardíaca congestiva ou doença cardíaca crônica, aqueles com doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) ou asma, pacientes diabéticos com um risco aumentado de infecções graves e indivíduos com sistemas imunológicos comprometidos, incluindo aqueles em tratamento para câncer ou com HIV/Aids, devem redobrar a atenção", complementa Crenitte.

Impacto no dia a dia

Os especialistas alertam ainda para a relação do VSR com as principais ocupações e atividades desenvolvidas pelos adultos mais velhos, como lazer, cuidados de si e de outras pessoas, sono e prática de atividades físicas. Isso porque essas atividades acabam sendo alteradas durante uma infecção respiratória. "Enfrentar um quadro agudo de infecção respiratória implica uma perda gradual do equilíbrio da saúde, afetando todas as dimensões da vida e trazendo prejuízos importantes à autonomia e independência de uma pessoa idosa acometida", explica Carla da Silva Santana Castro, terapeuta ocupacional, docente da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP).

A terapeuta ainda ressalta: "além dos principais sintomas, como tosse e falta de ar, é preciso atentar à sensação de fadiga e mal-estar, que interferem na realização de atividades básicas da vida diária, afetando diretamente o cotidiano dos idosos, principalmente aqueles que vivem sozinhos e são os principais responsáveis por seu próprio cuidado".

Informação é a solução

Assim como outros vírus respiratórios, a prevenção é feita ao higienizar as mãos, cobrir nariz e boca ao tossir ou espirrar com lenço descartável, manter ambientes ventilados e limpos.[16] "Hoje, como uma das medidas de prevenção para pessoas com 60 anos ou mais, temos também a vacinação, recomendada pelas principais sociedades médicas", finaliza Carla.

Estar ciente de quem pode estar em maior risco de desenvolver infecções graves pelo VSR pode ser fundamental para proteger você, familiares e amigos.[1]

Referências

1. CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Respiratory Syncytial Virus Infection (RSV). RSV in older adults and adults with chronic medical conditions. Disponível em: <https://www.cdc.gov/rsv/older-adults/?CDC_AAref_Val=https://www.cdc.gov/rsv/high-risk/older-adults.html>. Acesso em: 18 de junho de 2024.
2. CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Respiratory Syncytial Virus Infection (RSV). Disponível em: <https://www.cdc.gov/rsv>. Acesso em: 18 de junho de 2024.
3. CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Respiratory Syncytial Virus Infection (RSV). RSV Transmission. Disponível em: <https://www.cdc.gov/rsv/causes/?CDC_AAref_Val=https://www.cdc.gov/rsv/about/transmission.html>. Acesso em: 18 de junho de 2024.
4. CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Respiratory Syncytial Virus Infection (RSV) Symptoms and Care. Disponível em: < https://www.cdc.gov/rsv/about/symptoms.html> Acesso em: 18 de junho de 2024.
5. NFID Urges Action to Reduce Burden of Respiratory Syncytial Virus (RSV). National Foundation for Infectious Diseases. https://www.nfid.org/nfid-urges-action-to-reduce-burden-of-respiratory-syncytial-virus-rsv/
6. SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. Nota técnica. Vírus sincicial respiratório em adultos no Brasil. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp- content/uploads/2023/11/Virus-Sincicial-Respiratorio-em-adultos-no-Brasil-1.pdf> Acesso em: 24 de junho de 2024.
7. DE VERAS, Bruna Medeiros Gonçalves et al. CASOS GRAVES DE VÍRUS SINCICIAL RESPIRATÓRIO EM ANOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA DA BASE DE DADOS DO SIVEP-GRIPE NO BRASIL (2020-2022). The Brazilian Journal of Infectious Diseases, v. 27, p. 103129, 2023.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Informe Vigilância das Síndromes Gripais. Semana Epidemiológica 46 (21 de novembro de 2023). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/coronavirus/atualizacao-de-casos/informe-se-46-vigilancia-das-sindromes-gripais-influenza-covid-19-e-outros-virus-respiratorios-de-importancia-em-saude-publica>. Acesso em: 18 de junho de 2024.
9. Branche AR, Saiman L, Walsh EE, et al. Incidence of respiratory syncytial virus infection among hospitalized adults, 2017–2020. ClinInfect Dis. 2022;74(6):1004-1011. doi:10.1093/cid/ciab595
10. Colosia AD, Yang J, Hillson E, et al. The epidemiology of medically attended respiratory syncytial virus in older adults in the United States: a systematic review. PLoS One. 2017;12(8):e0182321.doi:10.1371/journal.pone.0182321
11. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). InfoGripe. Resumo do Boletim InfoGripe -- Semana Epidemiológica (SE) 26 2024 Disponível em: https://gitlab.fiocruz.br/marcelo.gomes/infogripe/-/blob/533423a45aaa5a1335341261d46de28bcc20c005/Boletins%20do%20InfoGripe/Resumo_InfoGripe_atual.pdf. Acesso em: 17 de maio de 2024.
12. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Doenças típicas de inverno. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/noticias/?p=19225>. Acesso em: 18 de junho de 2024.
13. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Alerta para doenças respiratórias no outono. Disponível em: <https://www.saude.sp.gov.br/coordenadoria-de-controle-de-doencas/noticias/10042023-alerta-para-doencas-respiratorias-no-outono>. Acesso em: 18 de junho de 2024.
14. FIOCRUZ. InfoGripe: crescem internações e óbitos por influenza e VSR. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/05/infogripe-aumenta-o-numero-de-internacoes-e-obitos-por-influenza-e-vsr>. Acesso em: 18 de junho de 2024.
15. NFID Urges Action to Reduce Burden of Respiratory Syncytial Virus (RSV). National Foundation for Infectious Diseases. https://www.nfid.org/nfid-urges-action-to-reduce-burden-of-respiratory-syncytial-virus-rsv/
16. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PREVENÇÃO DE DOENÇAS INFECCIOSAS RESPIRATÓRIAS. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/prevencao_doencas_infecciosas_respiratorias.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2024.

Material dirigido ao público em geral. Por favor, consulte o seu médico.

NP-BR-RSA-BRF-240012 – Julho/2024

Conteúdo patrocinado

Vício e risco

Nitazeno, opioide 20 vezes mais potente que o fentanil, é achado em drogas em SP

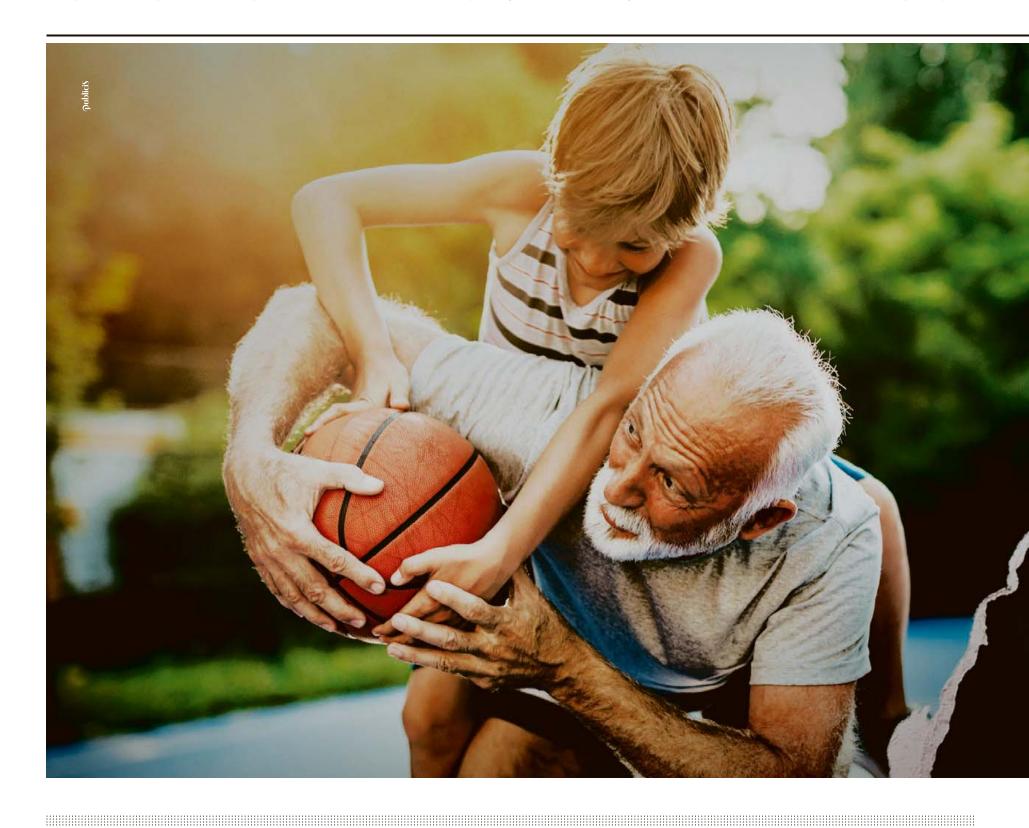
LAYLA SHASTA

Pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) identificaram pela primeira vez a presença de nitazeno, um opioide extremamente forte, em drogas sintéticas vendidas em São Paulo. A substância é descrita como até 20 vezes mais potente que o fentanil, um anestésico que, por sua vez, supera em 100 vezes a morfina, e em 50 vezes a heroína.

Os cientistas, que trabalharam com a Polícia Técnico-Científica de São Paulo, descobriram que, de julho de 2022 a abril de 2023, um total de 140 amostras de ervas e pílulas apreendidas pela polícia continham um opioide, isolado ou misturado a outra substância. Dentre eles, 95% era nitazeno. Segundo o estudo, os canabinoides sintéticos, também chamados de drogas K, são as substâncias mais associadas aos opioides.

A pesquisa aponta, ainda, que há dois anos tem sido observado um aumento consistente no número de apreensões de nitazeno, o que representa uma mudança no cenário brasileiro, cujos dados relacionados ao uso de opioides sempre foram baixos.

Um estudo de 2021 feito por pesquisadores brasileiros do Centro de Pesquisa Aplica-

Publicis

Investigação

Coordenador da Operação Escudo e cabo da Rota viram réus

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Dois policiais das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) vão responder por homicídio em razão de uma das 28 mortes atribuídas às ações da Polícia Militar durante a Operação Escudo, no ano passado, na Baixada Santista.

O juiz Thomaz Correa Farqui, da 3.ª Vara Criminal do Guarujá, acatou denúncia do Ministério Público Estadual que torna réus por homicídio qualificado o cabo Ivan Pereira da Silva e o capitão Marcos Correa de Moraes Verardino, coordenador da operação. Agora já são seis policiais denunciados por mortes da Escudo.

A decisão, dada no dia 16, foi confirmada ontem, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). O processo, que tramita em segredo de Justiça, refere-se à morte do morador Fabio Oliveira Ferreira durante uma abordagem policial, em 28 de julho de 2023.

O juiz determinou também a suspensão do exercício das funções na PM do cabo Silva e do capitão Verardino, o primeiro oficial a ser denunciado em decorrência da operação. A defesa deles pode entrar com recursos. O **Estadão** não conseguiu contato com os advogados de Silva e Verardino. Outros dois policiais da Rota que estavam na mesma viatura não teriam participado da ação.

O CASO. Conforme a denúncia da promotoria, os policiais patrulhavam o distrito de Vicente de Carvalho quando viram Fabio e o abordaram, alegando que ele portava uma arma. Os PMs não usavam câmeras corporais na farda.

A investigação apontou que o capitão Verardino disparou três tiros de fuzil contra o rapaz, que estava com as mãos levantadas. O cabo Silva fez mais dois disparos contra o tórax do homem já caído. Antes de deixar o local, os policiais recolheram imagens de câmeras de segurança instaladas em uma casa próxima. ●

Os crimes em análise
Policiais vão responder por homicídio e obstrução da Justiça; caso ocorreu em Vicente de Carvalho

INÊS 249

da em Saúde Mental e Dependência da Universidade Simon Fraser, no Canadá, concluiu que apenas 111 de todas as mortes relacionadas a substâncias psicoativas no Brasil estavam associadas a opioides entre 1998 e 2018. Isto é, apenas 0,08% do total.

Por outro lado, as internações relacionadas ao uso de opioides no Sistema Único de Saúde (SUS) aumentaram nos últimos anos, conforme mostraram dados levantados pelo Ministério de Saúde a pedido do **Estadão**. No ano de 2023, foram registradas 1.934 hospitalizações. Nos anos anteriores foram: 1.676 em 2022, 1.242 em 2021, 958 em 2020, e 1.265 em 2019. Já segundo o relatório da USP e da Unicamp, o aumento nas vendas de opioides prescritos e as apreensões de opioides sintéticos pela polícia de São Paulo levantam uma preocupação sobre o abuso dessas substâncias no País.

Sem estudos

'Por sua potência, nunca foram feitos estudos em humanos', afirma Maria Amália, da USP

"De um modo geral, o brasileiro e o latino-americano costumam buscar (*drogas*) estimulantes e não depressores do sistema nervoso central. Temos um perfil de abuso de drogas diferente da Europa e dos Estados Unidos. Isso nos faz pensar: de onde isso está vindo? Por que isso está sendo adicionado a essas drogas agora?", indaga José Luiz Costa, um dos autores da pesquisa e coordenador do Centro de Informação e Assistência Toxicológica de Campinas (CIATox).

O estudo tenta explicar a mudança no padrão brasileiro, que pode ser atribuída a diferentes causas, como o perfil dos usuários, acesso facilitado, legislação, questões socioculturais, bem como o surgimento do fenômeno em todo o mundo. Mas Costa destaca que ainda é cedo para alcançar essa resposta.

COMO SURGIU? O nitazeno, em específico, foi sintetizado pela primeira vez por uma empresa suíça na década de 1950, que buscava desenvolver opioides analgésicos mais seguros para uso farmacológico. No entanto, logo se descobriu que esses compostos tinham um alto potencial de abuso e de toxicidade. Por isso, eles nunca chegaram a ser usados em humanos, como explica a psiquiatra Maria Amália Pedrosa, coordenadora do Ambulatório de Álcool e Drogas da USP. ●

Golpe na família

Homem viaja ao Rio e forja próprio sequestro

LEONARDO ZVARICK

A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu no sábado um homem que teria forjado o próprio sequestro para tirar dinheiro de familiares. O suspeito mora no interior de São Paulo e teria ido à capital fluminense em um carro alugado para prestar um serviço no dia 17, quando o suposto desaparecimento foi reportado às autoridades.

De acordo com a investigação, o homem entrou em contato com familiares na sexta-feira, dizendo que estava em cárcere privado e pedindo transferências bancárias. Por videochamadas, dizia que só seria libertado caso pagassem as quantias solicitadas.

As equipes da 66.ª Delegacia de Polícia (Piabetá), na cidade de Magé, e da Delegacia Antissequestro (DAS) conseguiram identificar que as ligações vinham de dentro de uma comunidade em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Após negociação, os policiais conseguiram buscar o suspeito no sábado.

CONFISSÃO. Na delegacia fluminense, o homem confessou que foi por conta própria até a comunidade, onde passou os dias consumindo drogas. Segundo a Polícia Civil, ele foi autuado em flagrante por extorsão. ●

Sócio de Nego Di em suposto esquema fraudulento é preso

A polícia do Rio Grande do Sul prendeu na tarde de anteontem Anderson Boneti, sócio do ex-BBB e humorista Dilson Alves da Silva Neto, o Nego Di, que era considerado foragido. A prisão aconteceu no município de Bombinhas, no litoral de Santa Catarina.

De acordo com a polícia, Anderson e Nego Di são sócios de uma empresa, a Tá di Zuera, e teriam aplicado golpes em mais de 300 pessoas, causando um prejuízo de mais de R$ 5 milhões nos consumidores, que compravam produtos com preços abaixo do mercado e nunca receberam. A defesa de Boneti não foi localizada pela reportagem.

As forças de segurança entenderam que existia possibilidade de fuga dos acusados e, por isso, foram expedidos mandados de prisões preventivas para os dois sócios. Enquanto Boneti foi encontrado apenas na segunda-feira, Nego Di está preso desde o dia 14. ● DANIEL SILVEIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A USP reinventa seu tribunal racial

Presencial ou virtual, a avaliação de quem faz jus às cotas é arbitrária e ilegítima

A Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento da Universidade de São Paulo (USP) anunciou novas regras para a confirmação da autodeclaração de candidatos postulantes a vagas pelo regime de cotas raciais. A partir de 2025, os candidatos reprovados na análise fotográfica serão convocados para uma entrevista virtual, em que uma comissão composta por professores, alunos, servidores e integrantes da sociedade civil decidirá, com base em critérios fenotípicos como tom da pele, formato do nariz, espessura dos lábios ou configuração do cabelo, se o aluno é ou não "negro".

Trata-se de uma reação à polêmica despertada pelo bloqueio da inscrição de um aluno pobre na Faculdade de Medicina da USP em uma vaga pelo regime de cotas. Não é um caso isolado. Só neste ano, a USP recebeu 204 recursos de candidatos que tiveram sua autodeclaração racial negada.

É uma lamentável ironia testemunhar a principal universidade do País apelando à pseudociência para resolver a quadratura do círculo e, sob eufemismos como "comissão" ou "banca" de heteroidentificação, negar o status de tribunal racial àquilo que não pode ser classificado senão como um tribunal racial.

Não se trata de ignorar os efeitos deletérios do racismo. Como disse Joaquim Nabuco, "a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil". Mais de um século após a Abolição, quase todos os brasileiros reconhecem e lastimam essa chaga. Tampouco se trata de questionar a legalidade, moralidade ou eficácia de ações afirmativas, como as cotas raciais. É um questionamento legítimo, mas o fato é que o Congresso aprovou as cotas e o Supremo Tribunal Federal reconheceu sua constitucionalidade, contrabalançando a vedação da Constituição a qualquer forma de discriminação racial com a sua exigência de igualdade de direitos e busca de harmonia social. Para o bem ou para o mal, a discriminação racial a título de reparação histórica foi acolhida no ordenamento jurídico brasileiro.

Nem por isso os tribunais raciais são legítimos. A Lei de Cotas para as universidades federais (Lei 12.711 de 2012), por exemplo, determina que as vagas serão preenchidas por "autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas". A regra está em linha com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288 de 2010), que define como "população negra" o "conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas". Em outras palavras, para todos os efeitos jurídicos, a lei não admite outro critério para definir se um cidadão é negro senão a sua própria subjetividade.

Mas não é o que acontece na USP e outras instituições que estão instituindo tribunais raciais. Por óbvio, essas bancas e comissões visam a coibir o problema real de eventuais oportunistas ("loiros de olhos azuis") que buscam se beneficiar de vagas reservadas para negros. Mas a solução é ilegal. Quem define se é preto ou pardo é o cidadão, e deve ser tratado como tal. Se há fraude, o ônus da prova recai sobre quem acusa, e a questão deve ser arbitrada pela instituição legitimada para tanto: o Poder Judiciário. ●

LEILÃO JUDICIAL
IMÓVEL INDUSTRIAL EM BARUERI
LOCALIZADO NA AV. GRUPO BANDEIRANTE, 400
48.000,00m² de área de terreno e 24.908,80m² de área construída
Rodovia Castelo branco
Centro de Barueri
Estação de trem Jardim Belval
5 GALPÕES DE USO GERAL E MEZANINO ADMINISTRATIVO
1 POÇO ARTESIANO
VIAS INTERNAS DE ACESSO
BALANÇA RODOVIÁRIA
OPORTUNIDADE ÚNICA
IMÓVEL COM TERRENO TOTALMENTE PLANO, LOCALIZADO A 50M DA LINHA DIAMANTE DA CPTM - ESTAÇÃO JARDIM BELVAL
UPI – Módulo III - Galpão industrial localizado na Avenida Grupo Bandeirante, 400, Barueri/SP, registrado na matrícula 72.915 do CRI de Barueri/SP, com 48.000,00m2 de área de terreno e 24.908,80m2 de área construída, consistente em 5 galpões de uso geral, mezanino administrativo, 1 poço artesiano, além de vias internas de acesso e balança rodoviária. A matrícula atualizada do imóvel, qual seja: no 72.915 do CRI de Barueri/SP, assim como a avaliação do imóvel estão disponíveis no site do Leiloeiro para visualização. Valor da Avaliação do Imóvel: R$151.650.000,00 (cento e cinquenta e um milhões, seiscentos e cinquenta mil reais). Proc.: 1013665-95.2019.8.26.0068. 2a Vara Cível, do Foro de Barueri, Estado de São Paulo. Recuperação Judicial ajuizada por ELDORADO INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA. Consulte Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. **O teor deste edital substitui os anteriormente publicados.**
PRAÇA ÚNICA
Lance inicial:
R$75.825.000
50% do valor de avaliação
Encerramento:
28/08 às 14h
OS INTERESSADOS EM VISTORIAR O BEM DEVERÃO ENVIAR SOLICITAÇÃO POR ESCRITO AO E-MAIL: OTAVIO.JUDICIAL@SODRESANTORO.COM.BR
IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607
Consulte as condições de venda de cada lote e editais completos no site.

Heteroidentificação

MEC fará seminário para debater análise de cotas

O Ministério da Educação (MEC) vai criar um seminário para debater métodos de heteroidentificação para candidatos a cotas em vestibulares. O objetivo é propor parâmetros para a forma como os cotistas são avaliados em instituições públicas de ensino superior do País, diminuindo o risco de distorções e injustiças.

Questionamentos sobre essas bancas vieram à tona novamente após casos de candidatos da Universidade de São Paulo (USP) que protestaram contra negativas de vagas, decididas pelas comissões de heteroidentificação, para candidatos autodeclarados pardos.

As instituições, no entanto, não serão obrigadas a seguir as recomendações do MEC. "É importante reafirmar a autonomia das instituições, as quais já praticam mecanismos para eficácia da política de cotas." ● GIOVANNA CASTRO

INÊS 249

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 23/07

HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA
0% 15°	0% 22°	0% 16°	0 MM	35 a 95%

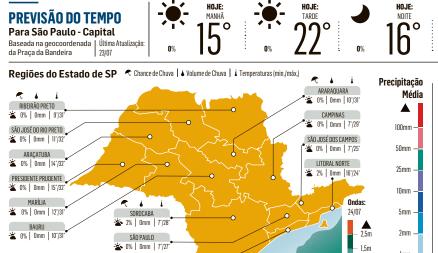
AMANHÃ	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
11°/26°	14°/26°	16°/26°	15°/27°

SOL
NASCENTE: 6h43
POENTE: 17h42

LUA: **CHEIA**

CHEIA	21/07	07h17
MINGUANTE	27/07	23h51
NOVA	04/08	08h13
CRESCENTE	12/08	12h18

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (min./máx.)

Precipitação Média
100mm – 50mm – 25mm – 10mm – 5mm – 2mm – 1mm

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	50%	4mm	23°C/28°C
BELÉM	45%	1mm	25°C/33°C
BELO HORIZONTE	0%	0mm	14°C/23°C
BOA VISTA	85%	21mm	24°C/29°C
BRASÍLIA	0%	0mm	12°C/25°C
CAMPO GRANDE	0%	0mm	20°C/30°C
CUIABÁ	0%	0mm	20°C/34°C
CURITIBA	0%	0mm	8°C/21°C
FLORIANÓPOLIS	0%	0mm	14°C/21°C
FORTALEZA	0%	0mm	24°C/30°C
GOIÂNIA	0%	0mm	14°C/29°C
JOÃO PESSOA	30%	1mm	23°C/28°C
MACAPÁ	65%	16mm	26°C/31°C

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	45%	1mm	22°C/28°C
MANAUS	0%	0mm	26°C/34°C
NATAL	35%	2mm	24°C/27°C
PALMAS	0%	0mm	20°C/35°C
PORTO ALEGRE	0%	0mm	16°C/24°C
PORTO VELHO	0%	0mm	23°C/34°C
RECIFE	50%	3mm	23°C/27°C
RIO BRANCO	0%	0mm	19°C/31°C
RIO DE JANEIRO	0%	0mm	18°C/22°C
SALVADOR	30%	0mm	23°C/27°C
SÃO LUÍS	15%	0mm	25°C/31°C
TERESINA	0%	0mm	23°C/33°C
VITÓRIA	0%	0mm	17°C/24°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	17°C/27°C
ATENAS	+6h	27°C/34°C
BARCELONA	+5h	25°C/30°C
BERLIM	+5h	16°C/22°C
BRUXELAS	+5h	14°C/23°C
BUENOS AIRES	0h	15°C/18°C
CARACAS	-1h	22°C/27°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	15°C/22°C
ESTOCOLMO	+5h	17°C/24°C
GENEBRA	+5h	17°C/26°C
JOANESBURGO	+5h	9°C/20°C
LIMA	-2h	16°C/17°C
LISBOA	+4h	21°C/35°C
LONDRES	+4h	16°C/24°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
LOS ANGELES	-4h	20°C/29°C
MADRID	+5h	25°C/37°C
MIAMI	-1h	28°C/30°C
MONTEVIDÉU	0h	14°C/20°C
MOSCOU	+6h	15°C/25°C
NOVA YORK	-1h	24°C/26°C
PARIS	+5h	19°C/24°C
ROMA	+5h	25°C/37°C
SANTIAGO	0h	3°C/14°C
SYDNEY	+13h	10°C/19°C
TEL-AVIV	+6h	27°C/30°C
TÓQUIO	+12h	28°C/33°C
TORONTO	-1h	17°C/28°C
WASHINGTON	-1h	24°C/29°C

Clima

Domingo foi o dia mais quente já registrado na média global da Terra

Registro de 17,09°C é o maior da história e surge em meio a recordes consecutivos de calor e a uma série de fenômenos extremos

A Terra registrou o dia mais quente de toda a série histórica de medição de temperatura no domingo, com média global do ar na superfície de 17,09°C. E em pleno verão no hemisfério norte muitas partes do Mediterrâneo enfrentam riscos extremos de incêndios florestais.

O valor mundial registrado quebrou o recorde anterior, estabelecido há um ano, de acordo com dados provisórios do Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus, da União Europeia – que tem registros de medições desde 1940. As temperaturas médias globais já atingiram ou ultrapassaram um limiar climático chave durante 12 meses, destacando o desafio de limitar o aquecimento global a menos de 1,5°C acima da era pré-industrial, como estabelece o Acordo de Paris.

Esse acordo, firmado em 2015, procura limitar o aquecimento planetário a menos de 2°C acima da média pré-industrial e, idealmente, a 1,5°C. As alterações climáticas estão aumentando a frequência e a intensidade das ondas de calor, provocando fenômenos meteorológicos extremos, desde inundações a incêndios florestais – no Brasil, as enchentes no Rio Grande do Sul e as queimadas no Pantanal e na Amazônia são exemplos.

CENÁRIO. No sul da Europa, o aquecimento global está provocando temperaturas superiores a 40°C, como ocorreu nas últimas duas semanas na Grécia. Por isso, as ameaças de incêndios florestais são cada vez maiores. Na Grécia, ocorreram ao menos 33 incêndios florestais entre domingo e segunda-feira. Atenas e partes do sul do país permanecem em alerta máximo para as próximas horas.

> **Temperatura em alta**
> **Grécia e Espanha têm calor acima dos 40°C e Berlim e Paris devem enfrentar onda de calor em agosto**

A Espanha também corre risco extremo de incêndio esta semana, à medida que as temperaturas aumentam no sul do país. Sevilha e Córdoba se aproximarão de 43°C nesta quarta-feira, conforme previsão da agência de meteorologia espanhola AEMET.

Partes do sul de França e da Itália também correm risco de incêndios florestais. Mais ao norte, Berlim e Paris – que vai receber os Jogos Olímpicos a partir de hoje – deverão enfrentar ondas de calor no início de agosto. A temperatura média na capital alemã deverá subir até 28°C em 6 de agosto, oito graus acima do normal, em um nível não visto há 30 anos.

DETALHAMENTO. A temperatura média para o ano até junho foi 1,64°C mais alta do que a da era de 1850 a 1900, de acordo com o Copernicus. O mês passado foi o mais quente de todos, recorde que se deu pela 13.ª vez consecutiva nos últimos meses. "Isto é mais do que uma raridade estatística e evidencia uma mudança importante e contínua em nosso clima", declarou à época o diretor do observatório europeu, Carlo Buontempo, após um mês já marcado por fortes ondas de calor no México, na China, na Grécia e na Arábia Saudita, onde mais de 1.300 pessoas morreram durante a peregrinação a Meca. "Ainda que esta série de extremos acabe em algum momento, estamos preparados para observar novos recordes sendo batidos, pois o clima continua esquentando." ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor cobra recape na Rua Canário, em Moema

Reclamação de Jeferson Bechara: "Moro na Rua Canário, em Moema, zona sul de São Paulo, há 34 anos e nesse período o asfalto nunca foi refeito nessa via específica. Hoje o asfalto se encontra cheio de irregularidades, também por causa do serviço de tapa-buracos malfeito pelas concessionárias de serviço público, com buracos e depressão na via. Com o crescimento do número de prédios e o trânsito na região, o leito carroçável ficou terrível, desde as imediações da Avenida República do Líbano. Vários moradores solicitaram reparos, correção e asfaltamento novo, mas a administração regional e a Prefeitura ignoram os pedidos. Será que esse prestigioso jornal consegue estimular a Prefeitura a refazer o asfalto? Estamos em um bairro que merece mais atenção dos gestores da cidade."

Resposta da Secretaria Municipal das Subprefeituras: "A Secretaria Municipal das Subprefeituras informa que o recapeamento alcançou a marca de 15 milhões de metros quadrados na capital e se trata de um programa dinâmico, que está em constante atualização e novos estudos de elegibilidade das vias do Município são realizados de forma rotineira." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Revolução de 1924

O dia de hontem assignalou-se por um ininterrupto duello de artilharia. De onde em onde, um ou outro disparo de fuzil. Parecia um signal para novas detonações das peças, de ambos os lados. A população de quasi todos os bairros ficou presa de forte commoção nervosa. Não atinava com aquelles incessantes estampidos. E as granadas explodiam, ora aqui, ora alli, ora acolá, sobressaltando pavidas famílias (...)

Varias casas e innocentes transeuntes foram attingidos pelos estilhaços (...)

Os bairros, que mais soffreram estragos, foram os da Liberdade, Bella Vista, Augusta, Santa Cecilia, Gloria, Villa Buarque, Santa Ephigenia, Palmeiras, Luz, Villa Ema e Hygienopolis, que pela primeira vez foi hontem alvejado. Os estilhaços derrubaram muros, fenderam telhados e paredes, e abriram, em algumas ruas, covas formidaveis.

Os projecteis eram, na sua maioria, de canhão-revólver e peça 75. ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

MISSAS

Giselda Beatriz Bastos Dias da Silva – Amanhã, às 12 horas, na Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na R. Honório Líbero, 100 (7º dia).

José Roberto de Vasconcellos – Hoje, às 19h30, na Igreja do Imaculado Coração de Maria (Capela da PUC), na R. Monte Alegre, 948, Perdizes (7º dia).

José Salvador Sueiro Ferrin – Amanhã, às 19h30, na Paróquia Imaculada Conceição, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2071, Bela Vista (7º dia).

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a SP-Regula. Não há funerárias particulares.

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

INÊS 249

Transportes

Metrô assina contrato de R$ 1,98 bilhão para a Linha 2

Valor para serviços de sistemas elétricos e auxiliares se destina a preparar ramal para expansão até a Penha, prevista até 2027

ELISA CALMON

A Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) assinou ontem contrato que prevê R$ 1,98 bilhão em investimentos para ampliar os sistemas da Linha 2 – Verde, entre Vila Prudente e Penha. O montante, pago pelo Estado de São Paulo à Agis Construção, será destinado ao fornecimento e à instalação de sistemas de alimentação elétrica, auxiliares e telecomunicações no trecho atualmente em obras.

O Banco Mundial vai financiar cerca de US$ 160 milhões desse investimento. O contrato vai prover serviços para o futuro trecho (Vila Prudente a Penha) e para o intervalo já em operação (entre as Estações Vila Madalena e Vila Prudente), de forma a unificar e padronizar os sistemas, garantindo a operação dos trens na extensão total do ramal quando estiver inaugurado.

No total, o governo de São Paulo vai aportar cerca de R$ 13,4 bilhões para construir mais de 8,3 quilômetros e oito novas estações, cruzando a zona leste de São Paulo. A previsão é de que o trecho até a Penha esteja finalizado em 2027.

A obra já avançou com a construção de túneis pela tuneladora Shield, conhecida como Tatuzão. O equipamento percorreu 1,6 quilômetro, além da conexão de um trecho de túnel da obra com um túnel do trecho operacional, na Estação Vila Prudente.

Para o trecho em obras, a contratação anunciada compreende a instalação de sistemas de alimentação elétrica e auxiliares, responsáveis pela ventilação. Inclui também o funcionamento das escadas rolantes, elevadores e portas de plataforma, assim como iluminação e sistemas de telecomunicação e fibra ótica.

No trecho em operação, haverá a instalação de portas de plataforma em oito estações, a modernização do sistema de alimentação elétrica para tração dos trens, com a substituição de 11 quilômetros do terceiro trilho (barras para a captação de energia pelas composições), e novos sistemas de telecomunicação.

NO EXTREMO OPOSTO. Também estão previstas obras de metrô no extremo sul da capital paulista. Até o momento, a Linha 5 do Metrô paulistano conecta a Chácara Klabin ao Capão Redondo.

Com a expansão já acertada entre Estado e governo federal, a rota se estenderá do Capão Redondo ao bairro de Jardim Ângela. Estão previstos R$ 3,4 bilhões em investimentos e duas novas estações: Comendador Sant'anna e Jardim Ângela. Calcula-se que as novas paradas beneficiem até 150 mil pessoas por dia. A iniciativa faz parte do chamado Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). ●

Custo de R$ 13,4 bilhões
Projeto prevê construir mais 8,3 quilômetros e oito estações, cruzando a zona leste do Município

LEILÃO ONLINE DE MATERIAIS
Senac
AMANHÃ
25 E 26/07
15H00
DIVERSAS OPORTUNIDADES!
MÓVEIS E INFORMÁTICA
EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS
EQUIPAMENTOS PARA PROFISSIONAIS
TABLET MICROSOFT SURFACE WINDOWS 8 PRO 1514 64GB
LAVADORA EXTRATORA FRONTAL GIRBAU LS-332 PM-H
FILMADORA SONY HVR-Z5N
PROJETOR SANYO PLC-XU106
IMPRESSORA 3D CUBE GEN3
IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SODRÉ SANTORO 45 anos
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Tragédia ambiental

Rio Piracicaba tem 3ª morte de peixes no mês

Uma nova mortandade de peixes foi registrada anteontem no Rio Piracicaba, interior paulista. É a terceira perda de fauna aquática registrada na área neste mês. Desta vez, os peixes começaram a boiar próximo da Rampa dos Pescadores, na Avenida Beira-Rio, na região central da cidade. A quantidade de peixes mortos ainda não foi estimada. ●

CECOM/PREFEITURA DE PIRACICAB

Documentação

SP passa a oferecer registro de óbito digital

Desde ontem, os registros de óbito na capital paulista podem ser feitos de forma totalmente digital, com o uso de uma plataforma desenvolvida pelo Operador Nacional do Registro Civil (ON-RCPN). O e-Óbito cria registros de falecimento de forma online, integrando funerárias e cartórios. O usuário ainda poderá optar pelo documento físico. ●

INÊS 249

Campeonato Brasileiro

São Paulo tenta frear embalo do Botafogo e voltar ao G-4

Tricolor conta com a força da torcida e o retorno de titulares como Calleri para superar o líder, que tem desfalques importantes

SERGIO NETO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Depois de empatar sem gols com o Juventude fora de casa, o São Paulo retorna ao MorumBis hoje, precisando vencer para retornar ao G-4 do Brasileirão. O adversário, porém, é o mais indigesto possível. A equipe, que tem 31 pontos em quinto lugar, encara o líder Botafogo (39), às 19h30, em jogo pela última rodada do primeiro turno da competição.

A volta para casa é mais do que importante para o São Paulo. Isso porque, jogando no MorumBis, o time de Luis Zubeldía conta com um reforço de importância irrefutável: a torcida. A expectativa é de casa cheia para enfrentar os cariocas, que estão embalados em busca do título que não veio na temporada passada.

Além do apoio das arquibancadas, o técnico argentino também terá reforços importantes. Os laterais Igor Vinícius e Welington voltam à equipe depois de cumprirem suspensão. Jonathan Calleri também está de volta, após ser poupado contra o Juventude em razão de um desconforto muscular.

Mas Zubeldía tem problemas. Ele não pode contar com Pablo Maia e Alisson, que estão contundidos e são desfalques importantes no meio de campo. Para amenizar a situação, a diretoria busca reforços e ontem anunciou a contratação do volante Marcos Antônio. Ele foi emprestado pela Lazio, da Itália, até junho de 2025. No contrato do jogador de 24 anos haverá um valor fixado para compra em caso de cumprimento de metas.

Em sentido oposto, James Rodríguez deve mesmo sair. Essa possibilidade passou a ser admitida pela diretoria, que até então sempre afirmou que ele estava nos planos.

CARIOCAS COM PROBLEMAS. No Botafogo, o técnico Artur Jorge terá um desfalque de peso. Júnior Santos sofreu uma fratura na tíbia no jogo com o Internacional e não há previsão para seu retorno aos gramados. Ele é o artilheiro do time na temporada, com 18 gols, além de ter dado cinco assistências em 41 partidas.

Além de Júnior Santos, Eduardo também é baixa no Botafogo. Ele passou por cirurgia na coxa e não deve voltar a jogar este ano.

As ausências abriram espaço para nomes menos utilizados no decorrer da temporada. É o caso de Carlos Alberto, que volta ao Rio de Janeiro depois de passar o primeiro semestre emprestado ao RWD Molenbeek, time da Bélgica também liderado por John Textor. É a primeira vez que o atacante é relacionado na temporada. Na Europa, foi um dos destaques do time, com três gols e duas assistências em 16 jogos disputados.●

ERICO LEONAN/SAOPAULOFC.NET - 10/7/2024

Calleri foi poupado contra o Juventude, mas hoje volta ao time

CLASSIFICAÇÃO

		PG	J	V	E	D	SG
1	Botafogo	39	18	12	3	3	15
2	Palmeiras	36	18	11	3	4	14
3	Flamengo	34	17	10	4	3	12
4	Fortaleza	32	17	9	5	3	5
5	São Paulo	31	18	9	4	5	8
6	Bahia	30	18	9	3	6	5
7	Cruzeiro	29	17	9	2	6	3
8	Athletico-PR	25	17	7	4	6	3
9	RB Bragantino	25	17	7	4	6	2
10	Atlético-MG	25	17	6	7	4	0
11	Vasco	23	18	7	2	9	-8
12	Juventude	21	16	5	6	5	-1
13	Internacional	19	14	5	4	5	0
14	Corinthians	18	18	4	6	8	-8
15	Criciúma	17	16	4	5	7	-3
16	Cuiabá	17	17	4	5	8	-4
17	Vitória	15	18	4	3	11	-11
18	Grêmio	14	16	4	2	10	-8
19	Fluminense	11	17	2	5	10	-11
20	Atlético-GO	11	18	2	5	11	-13

● Libertadores ● Sul-Americana ● Rebaixamento

19ª RODADA

HOJE			
19h	Cruzeiro	x	Juventude
19h30	São Paulo	x	Botafogo
20h	Vitória	x	Flamengo
21h30	Fluminense	x	Palmeiras
21h30	Atlético-GO	x	Bahia
AMANHÃ			
20h	Corinthians	x	Grêmio
A DEFINIR			
	Internacional	x	Fortaleza
	Vasco	x	Cuiabá
	Athletico-PR	x	Atlético-MG
	Criciúma	x	RB Bragantino

*JOGO NÃO ENCERRADO ATÉ O TÉRMINO DESTA EDIÇÃO

19ª RODADA DO BRASILEIRÃO

SÃO PAULO BOTAFOGO

SÃO PAULO: Rafael; Igor Vinícius, Arboleda, Alan Franco e Welington; Luiz Gustavo e Bobadilla; Luciano, Lucas e Ferreirinha; Calleri.
Técnico: Luis Zubeldía.
BOTAFOGO: John; Damián Suárez, Bastos, Barboza e Cuiabano; Gregore e Marlon Freitas; Luiz Henrique e Savarino; Igor Jesus e Tiquinho Soares.
Técnico: Artur Jorge.
Horário: 19h30..
Árbitro: Felipe Fernandes de Lima (MG).
Local: MorumBis.

Desfalcado e com volta de Ríos, Palmeiras vai ao Rio pegar o Flu

GUSTAVO FALDON

O Palmeiras sobe ao gramado do Maracanã, no Rio, hoje, às 21h30, com a missão de frear a reação do Fluminense no Campeonato Brasileiro para se manter na cola do líder Botafogo. Para o duelo, o time alviverde vai contar com o retorno do volante Richard Ríos, vice-campeão com a Colômbia na Copa América.

A equipe comandada por Abel Ferreira ocupa a vice-liderança, com 36 pontos, apenas três a menos do que o Botafogo, que encara o São Paulo às 19h30. Em caso de derrota dos cariocas, os palmeirenses fisgam a liderança tirando a diferença de dois gols de saldo, podendo encerrar a rodada como campeão simbólico do primeiro turno. O time alviverde ainda não figurou no topo da tabela no atual Brasileirão.

"Desde que estou aqui, creio que esse será o ano mais difícil", comentou Abel, após a vitória por 2 a 0 sobre o Cruzeiro, no sábado. "Várias equipes se reforçaram. O ano passado já foi, mas creio que esse ano vai ser mais apertado ainda a disputa pelo título."

Última vitória

O Palmeiras não vence o Fluminense no Maracanã desde 2017, quando fez 1 a 0, com gol de Egídio

O retorno de Richard Ríos acirra a disputa no meio-campo do Palmeiras. A tendência é que o colombiano inicie no banco de reservas diante do Fluminense, com Zé Rafael e Aníbal Moreno entre os titulares. Gabriel Menino, que balançou as redes na rodada passada, deu conta do recado na ausência do companheiro e corre por fora na briga por uma vaga entre os 11 iniciais.

A volta de Ríos é um alento para Abel Ferreira, que está com desfalques importantes no time titular. O zagueiro Murilo torceu o tornozelo direito diante do Cruzeiro e deve ficar fora por pelo menos três semanas. O lateral-direito Mayke tem um edema na coxa e também pode ser desfalque. A tendência é que Naves e Marcos Rocha sejam titulares.

Cabe ressaltar que o prodígio Estêvão se recupera de torções no tornozelo e no joelho esquerdos, enquanto o lateral-esquerdo Piquerez passou por cirurgia para corrigir problema no menisco do joelho esquerdo e corre risco de não jogar mais em 2024.

Abel está suspenso e o auxiliar João Martins deve ficar à beira do campo.

Pelo lado do tricolor carioca, os olhos estarão voltados para Thiago Silva. O zagueiro de 39 anos vai fazer o seu primeiro jogo no Maracanã no seu retorno ao Fluminense. O time ainda está em situação dramática, em 19º, com apenas 11 pontos.●

19ª RODADA DO BRASILEIRÃO

FLUMINENSE PALMEIRAS

FLUMINENSE: Fábio; Samuel Xavier, Thiago Silva, Thiago Santos (Ignácio) e Marcelo (Diogo Barbosa); André, Martinelli e Paulo Henrique Ganso; Jhon Arias, Marquinhos e Cano.
Técnico: Mano Menezes.
PALMEIRAS: Weverton; Marcos Rocha, Naves, Gustavo Gómez e Vanderlan; Aníbal Moreno, Zé Rafael (Richard Ríos) e Raphael Veiga; Dudu, Felipe Anderson e Flaco López.
Técnico: Abel Ferreira.
Árbitro: Wilton Pereira Sampaio (Fifa/GO).
Horário: 21h30.
Local: Maracanã, no Rio (RJ).

Coronado deve retornar, mas Corinthians tem duas perdas

Desfalque na vitória por 1 a 0 sobre o Bahia por causa de dores no quadril, o meia Igor Coronado treinou normalmente ontem e se colocou à disposição para a partida com o Grêmio, amanhã, às 20h, na Neo Química Arena.

Apesar do retorno de Coronado, o treinador Ramón Díaz terá dois desfalques, ambos por suspensão: o volante Alex Santana e o zagueiro Gustavo Henrique, que levou o terceiro cartão amarelo em Salvador no banco de reservas. Em compensação, Raniele, ausente do jogo com o Bahia por suspensão, volta a ficar à disposição.

Embalado pela segunda vitória seguida, que tirou o time da zona de rebaixamento, o Corinthians busca agora começar a brigar por vaga na Sul-Americana ou até na Libertadores.●

INÊS 249

PARIS-2024

Jogos têm início de fato hoje com futebol e rúgbi

Modalidades começam antes da cerimônia de abertura, marcada para sexta-feira; tiro com arco e handebol têm disputa amanhã

MARCOS ANTOMIL
RICARDO MAGATTI
ENVIADOS ESPECIAIS
PARIS

GASPAR NÓBREGA/COB

Marcus D'Almeida vai competir amanhã no tiro com arco

A cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Paris será realizada apenas na sexta-feira, mas, como já se tornou hábito no evento esportivo, algumas modalidades têm o início da disputa antecipado. Na capital francesa, a disputa de quatro esportes começa entre hoje e amanhã, portanto antes do início oficial da Olimpíada: futebol, handebol, rúgbi e tiro com arco.

Desde 2000, de forma consecutiva, os dias que antecediam a abertura oficial da Olimpíada ficavam restritos aos jogos de futebol. Mas em Tóquio, em 2021, o futebol ganhou a companhia do softbol, modalidade que não está no programa olímpico de Paris. A última edição dos Jogos em que não houve eventos antes da cerimônia foi em 1996, em Atlanta.

Hoje, quatro países entram em campo, às 10h (de Brasília), no torneio masculino de futebol. A Argentina mede forças com Marrocos, em Saint-Étienne, e a Espanha encara o Usbequistão, em Paris.

Além do futebol, também começam as disputas masculinas do rúgbi. Entre os países sul-americanos, estarão atuando nessa modalidade Argentina, Uruguai e Paraguai. O dia olímpico se encerra por volta das 18h (de Brasília).

Os eventos envolvendo o Brasil começam amanhã, dia em que os mais fanáticos terão de madrugar para acompanhar todos os eventos. Às 4h, Eslovênia e Dinamarca dão início às disputas do handebol feminino.

Meia hora depois, tem a primeira brasileira em ação. Ana Luiza Caetano participa da fase de ranqueamento do tiro com arco. Essa fase classificatória é que vai definir os duelos eliminatórios das próximas fases. Às 9h15, será a vez da etapa masculina, com Marcus D'Almeida, forte candidato a conquistar uma medalha.

Brasileiros em ação
O Brasil entra nos Jogos amanhã, no futebol feminino, handebol feminino e no tiro com arco

Às 9h, no handebol feminino, a seleção brasileira tem uma dura missão diante da Espanha. O Brasil está no Grupo B do torneio olímpico, que é composto ainda por Hungria, Holanda, França – atual campeã mundial –, e Angola. As quatro melhores equipes avançam às quartas de final. Para passar de fase, as brasileiras terão de ganhar das africanas e de pelo menos uma adversária europeia. Há bastante equilíbrio entre as seleções.

SELEÇÃO FEMININA. No futebol feminino, o Brasil estreia às 14h, em Bordeaux, diante da Nigéria. Começar com uma vitória, com boa diferença de saldo de gols, será fundamental em função da dificuldade do grupo e do próprio regulamento, que prevê a classificação das duas primeiras colocadas de cada grupo além das duas melhores terceiras colocadas.

No Grupo C, a seleção de Arthur Elias terá ainda de medir forças com Japão e a campeã mundial, a Espanha, considerada a principal favorita à medalha de ouro em Paris.●

Hérnia de disco tira Darlan Romani de Paris

Darlan Romani está fora dos Jogos Olímpicos de Paris. O atleta brasileiro do arremesso de peso, quarto lugar em Tóquio-2020 e destaque da modalidade, teve de abdicar da disputa por causa de uma hérnia de disco. Ele será submetido a uma cirurgia nas costas nos próximos dias, em São Paulo.

Após o Troféu Brasil, em São Paulo, no fim de junho, Romani viajou para um camping de treinamento em León, na Espanha, mas retornou ao País em 19 de julho por causa de dores na região lombar, depois de passar por tratamento fisioterápico e medicamentoso. De acordo com sua equipe, o atleta de 33 anos está com dificuldade para andar.

Uma avaliação médica detectou a hérnia comprimindo e inibindo "diversos reflexos musculares no corpo de Darlan". A recomendação, portanto, foi de se afastar de qualquer competição.

Segundo André Guerreiro, médico da delegação brasileira em Paris, a lesão é uma recidiva de uma hérnia nas vértebras L4 e L5, na região lombar, que já havia sido tratada com correção cirúrgica há três anos.

Darlan era uma das esperanças de medalha para o Brasil no atletismo. O catarinense havia se destacado em Tóquio, quando se aproximou do pódio, ao obter o quarto lugar no arremesso do peso. Na época, ele era forte candidato à medalha, deixando escapar o lugar no pódio por pouco. Em Paris, Darlan disputaria sua terceira Olimpíada. Nesta temporada, não vinha entre os melhores da categoria.●

Santos

Fábio Carille considera que time atingiu 50% da pontuação necessária para subir

O Santos parece ter superado definitivamente o período de instabilidade na Série B. Com a goleada de anteontem por 4 a 0 sobre o Coritiba, chegou aos 32 pontos e alcançou 50% da pontuação que o técnico Fábio Carille entende ser necessária para garantir o retorno à Primeira Divisão. "Temos de continuar no mesmo ritmo", afirmou Pedrinho, autor de um dos gols contra os paranaenses. O Santos vem de sete jogos de invencibilidade, com cinco triunfos e dois empates. O time volta a campo no domingo, quando enfrenta o CRB, em Maceió.●

Condenação

Justiça nega pedido da defesa de Robinho por redução de pena em caso de estupro

O pedido da defesa de Robinho para que a pena de nove anos de prisão imposta ao jogador por estupro coletivo ocorrido em 2013 fosse reduzida foi negado pela Justiça na segunda-feira. A defesa de Robinho pedia para que o crime não fosse considerado "hediondo". Porém, o juiz Luiz Guilherme Cursino de Moura Santos, da Vara de Execuções Criminais de São José dos Campos, negou. Robinho está preso desde março na penitenciária 2 de Tremembé (SP).●

Tênis

Bagagem extraviada complica preparação de Bia Haddad para a Olimpíada de Paris

FELIPE RAU/ESTADÃO - 13/4/2024

A tenista Beatriz Haddad está enfrentando uma situação dramática a poucos dias da sua estreia na Olimpíada de Paris. A mala da brasileira, com os equipamentos que devem ser utilizadas por ela nos Jogos, ainda não chegou à capital francesa. A assessoria de imprensa de Bia informou que ela está com suas raquetes, mas que os demais equipamentos como calçados e palmilhas estão na mala perdida. A tenista e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) questionaram a companhia área, que afirma estar procurando a bagagem.●

Olimpíada

Credencial para a mãe é negada e COB designa responsável por Rayssa nos Jogos

A skatista Rayssa Leal terá uma funcionária do Comitê Olímpico do Brasil (COB) como responsável durante a Olimpíada de Paris-2024. Rayssa queria ter a companhia da mãe, Lilian Mendes, na Vila Olímpica, mas não conseguiu. Como ela tem 16 anos, o Comitê Olímpico Internacional não permite que tenha uma credencial de acompanhante. Em 2021, com 13 anos, Rayssa teve a mãe a seu lado durante a Olimpíada de Tóquio, quando conquistou uma medalha de prata.●

O MELHOR DA TV

JOGOS OLÍMPICOS
● **Futebol Masculino**
Argentina x Marrocos
9h45 / SporTV 2
Usbequistão x Nova Zelândia
9h45 / SporTV 3
Egito x República Dominicana
12h / SporTV 2
Japão x Paraguai
14h / SporTV 2
Iraque x Ucrânia
14h / SporTV 3
França x Estados Unidos
16h / SporTV 2
Mali x Israel
16h / SporTV 3

FUTEBOL
● **Campeonato Brasileiro**
Cruzeiro x Juventude
19h / Premiere
São Paulo x Botafogo
19h30 / SporTV
Vitória x Flamengo
20h / Premiere
Atlético-GO x Bahia
21h30 / Premiere
Fluminense x Palmeiras
21h30 / Globo e Premiere
● **Copa Sul-americana**
Boca Juniors x I. Del Valle
21h30 / ESPN4 e Disney+
RB Bragantino x Barcelona
21h30 / ESPN e Disney+
● **Série B**
Amazonas x Guarani
21h30 / SporTV

PARIS-2024

Uma Vila Olímpica em navio de luxo para os surfistas

Nada de instalações convencionais; cruzeiro hospedará parte dos atletas em Teahupo'o, local da competição

ARANUI CRUISES

Luxuoso, o Aranui 5 é local de hospedagem de surfistas no Taiti

VINÍCIUS HARFUSH
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Enquanto mais de dez mil atletas se hospedam nos quartos da Vila Olímpica construída em Paris, parte dos surfistas que disputarão os Jogos Olímpicos de 2024 terá a oportunidade de desfrutar de acomodações muito mais luxuosas. Eles ficarão hospedados em um navio de cruzeiros que funcionará como uma 'vila flutuante'. A embarcação está atracada nas águas de Teahupo'o, na Polinésia Francesa.

As provas olímpicas do surfe acontecem entre os dias 27 de julho e 5 de agosto, mas alguns competidores já estão há alguns dias em Teahupo'o.

Este seleto grupo de atletas 'sortudos' terá uma dinâmica de hospedagem no navio bem diferente da existente nas instalações da capital francesa. Surfistas que já chegaram ao Taiti, onde acontecerão as provas do surfe nesta edição da Olimpíada, compartilharam imagens e vídeos da estrutura do Aranui 5, embarcação escolhida para receber não só os atletas, mas também as autoridades presentes ao evento.

As principais mudanças começam com a estrutura do quarto à disposição dos surfistas. Enquanto em Paris os atletas vão dormir em camas feitas de papelão, popularmente conhecidas como 'camas antissexo', os surfistas desfrutam de camas de verdade e bastante confortáveis, as mesmas usadas para hospedar turistas em um cruzeiro.

CENA PARADISÍACA. Além da cama, os atletas ganham de brinde uma vista para as águas de Teahupo'o e podem passear pela estrutura do navio de mais de 120 metros de comprimento. A surfista peruana Sol Aguirre mostrou em seu Instagram como é um dos quartos mais chiques do Aranui 5, onde está hospedada.

O quarto, do modelo premium suíte, conta ainda com uma televisão grande, sala de estar com sofá e uma varanda com mesa e cadeiras. "Não precisamos de televisão porque temos essa vista incrível do meu quarto", diz Sol em um vídeo ao mostrar a varanda de sua habitação.

No total, o Aranui 5 conta com 103 acomodações, entre dormitórios compartilhados, cabines e suítes, e capacidade para 230 passageiros. São oito decks diferentes para os hóspedes, um restaurante, lounge, duas salas de conferência, piscina, spa, academia e três bares, um deles com vista panorâmica para o mar do Taiti.

A embarcação de origem francesa costuma fazer passeios pela região das Ilhas Marquesas, arquipélago de ilhas vulcânicas da Polinésia Francesa. Porém, o navio também conta com estrutura de cargueiro e pode operar neste modelo.

Os atletas brasileiros não ficarão hospedados no navio durante os Jogos. A equipe escolheu ficar em uma pousada na beira da praia, próximo de onde saem os barcos rumo ao local de competição.●

VEM AÍ, EM SETEMBRO
a 3ª temporada

A LITERATURA REFLETIDA POR DIVERSOS OLHARES

CLUBE do LIVRO ELDORADO
apresentado por Roberta Martinelli

Dos ouvintes e leitores que escrevem, leem, estudam e interpretam.

Com participações especiais de autores, leitores, tradutores e pesquisadores.

Nadja Kouchi

Realização:
ESTADÃO
ELDORADO FM 107.3

Conheça as oportunidades de patrocínio e evidencie a sua marca para os mais qualificados ouvintes

Entre em contato pelo email: **publicacoes@estadao.com**

Estado indutor Retomada

Unidades paradas são desafio para Petrobras produzir fertilizantes

Por ordem de Lula, estatal vai retomar produção de adubo em quatro fábricas que hoje estão fora de funcionamento; custo do gás é outro problema, dizem especialistas

DENISE LUNA
RIO

A Petrobras terá de investir em modernização de fábricas e enfrentar os preços altos e a escassez de gás natural para atender à determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de acelerar o seu retorno à produção de fertilizantes no País, de acordo com especialistas. No mercado, há dúvidas se a produção de fertilizantes pode ser viável financeiramente – ou seja, se a Petrobras vai conseguir ter retorno do investimento.

Depois da intenção de reestatizar refinarias – o governo negocia a recompra de duas unidades – e da aposta na construção de navios, o setor de fertilizantes é mais um em que a companhia tenta retomar sua influência, seguindo um modelo adotado em outros governos petistas e que é criticado pelo mercado – que vê um excesso de interferência política numa empresa com ações na Bolsa.

A pressão para acelerar o retorno ao setor de fertilizantes foi um dos motivos para a demissão do ex-presidente da Petrobras Jean Paul Prates. Já no discurso de posse, Magda Chambriard, que sucedeu Prates no comando da estatal, disse estar "totalmente alinhada com a visão do presidente Lula" sobre a atuação da companhia no setor de fertilizantes. A ideia, afirmou ela, seria reduzir a dependência do País das importações.

Questionamento
Mercado tem dúvidas se investimento vai gerar retorno financeiro para a estatal

A estatal já teve participação importante no setor de fertilizantes quando operava suas fábricas no Paraná (Araucária Nitrogenados – Ansa), Sergipe e Bahia, que têm capacidade instalada de 2,87 milhões de toneladas por ano. Uma quarta unidade de produção, a UFN-III, em Três Lagoas (MS), cujas obras não foram finalizadas, pode produzir pelo menos 1,3 milhão de toneladas anuais.

A empresa, porém, havia saído do setor. De acordo com a estatal, a ideia era que companhia apostasse só em óleo e gás. A iniciativa privada evita investir no Brasil nessa área em razão dos custos considerados altos. A estatal, porém, afirma que "busca a atuação no negócio de fertilizantes de forma sustentável e com retorno financeiro".

DESLIGADAS. Das quatro unidades de fertilizantes ligadas à Petrobras, nenhuma está atualmente em funcionamento. A Ansa parou a produção em 2020, após um processo de venda fracassado que durou dois anos.

As unidades de Sergipe e da Bahia foram arrendadas à Unigel, mas também estão com as operações paralisadas. Há uma forte pressão para que a estatal reassuma as duas fábricas. A atuação mais forte é da Federação Única dos Petroleiros (FUP), que participa do grupo de trabalho de fertilizantes coordenado pela Petrobras.

A quarta unidade, em Mato Grosso do Sul, nunca foi terminada. As obras pararam em 2015, com 80% da fábrica concluída. As tentativas de vendê-la nunca vingaram. ●

SÓ NA UNIDADE DO PARANÁ, ESTATAL PREVÊ R$ 1,2 BILHÃO EM INVESTIMENTO. PÁG. B2

SOMENTE ONLINE
LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DO GRUPO BRADESCO
VEÍCULOS SINISTRADOS
HOJE, 24/07/24 - 14h, ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS
IPVA 2024 PAGO
JEEP RENEGADE 1.8 AT 19/19 - (MÉDIA MONTA)
IPVA 2024 PAGO
CHEVROLET ONIX PLUS 10TMT LTZ 23/23 - (MÉDIA MONTA)
IPVA 2024 PAGO
BMW 320I ACTIVE FLEX 18/18 - (PEQ. MONTA)
*VISITAÇÃO TODA SEGUNDA, TERÇA E SEXTA DAS 15H ÀS 17H MEDIANTE AGENDAMENTO EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DO TELEFONE 11-2464-6464.
IPVA 2024 PAGO
HONDA CG 160 FAN 22/22 - (PEQ. MONTA)
IPVA 2024 PAGO
CITROËN C4CACTUS FEEL AT 21/22 - (MÉDIA MONTA)
IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS
SODRÉ SANTORO
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
bradesco
SODRÉ SANTORO 45 anos
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192
Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

O que o Agro tem a ensinar à indústria?

ARTIGO

Celso Pansera
Presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Em 2023, a agropecuária cresceu 15% – um recorde na série histórica – e alcançou a participação de 7,2% do PIB do País. Não à toa, o setor ganhou, nos últimos anos, a alcunha de motor da economia nacional. O crescimento do agronegócio pode ser explicado, em grande parte, pelo aumento da produtividade no campo, aliado a mecanismos e instrumentos públicos de incentivo ao setor. Por outro lado, vemos um crescimento de 1,6% do setor industrial, ainda abaixo do que se espera de um país da importância do Brasil.

A política brasileira para o agro reforça a competitividade do segmento no mercado nacional e internacional por meio do acesso a crédito diferenciado, subsídios direcionados e investimentos para a industrialização, a comercialização e o transporte da produção. Só o Plano Safra, principal política creditícia do setor, destinou em 2023 cerca de R$ 364,2 bilhões. Além disso, o financiamento público à inovação no campo, como o realizado há décadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), completa o círculo virtuoso da agropecuária nacional.

Financiamento adequado à indústria impulsiona exportações, desenvolvimento tecnológico e inovação

Quanto ao setor industrial, a experiência histórica dos países desenvolvidos mostra que o apoio do Estado à indústria também é a regra, não a exceção. O financiamento adequado à indústria não apenas promove a criação de empregos de qualidade e o aumento da complexidade do tecido econômico, mas também impulsiona as exportações de alto valor agregado, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, aspectos fundamentais para um crescimento econômico robusto de longo prazo.

No Brasil, o investimento à indústria ganhou tração no último ano, sobretudo com o Plano Nova Indústria Brasil (NIB), que busca alinhar o Brasil ao movimento global de fortalecimento de políticas industriais. Além do programa, outras iniciativas como o Mover e a recomposição tarifária das importações caminham no mesmo sentido daquelas que, há muitos anos, garantem a competitividade mundial do setor agropecuário.

Mas ainda há por onde avançar. Um exemplo é a proposta de criação das Letras de Crédito ao Desenvolvimento (LCD), títulos com incentivos tributários operados pelos bancos de desenvolvimento para aplicação em projetos de desenvolvimento, que poderiam ampliar em cerca de R$ 10 bilhões os recursos para o financiamento ao desenvolvimento industrial já no primeiro ano de sua existência.

As iniciativas atuais de política industrial são modernas e coerentes. Com compromisso de longo prazo, podem levar a indústria nacional ao mesmo nível do agronegócio brasileiro. ●

Estado indutor **Retomada**

Só na unidade do Paraná, estatal prevê R$ 1,2 bilhão em investimento

Estatal também negocia com a Unigel para reativar duas fábricas, na Bahia e em Sergipe, que estão paradas

DENISE LUNA
RIO

A Petrobras já tem um plano para os investimentos nas fábricas de fertilizantes que estão paradas. No dia 6 de junho, a companhia recebeu aval para reativar a Araucária Nitrogenados - Ansa e, segundo a companhia, "já (*está*) em curso e com investimento previsto da ordem de R$ 1,2 bilhão".

Além disso, a estatal diz que pretende retomar as obras da UFN-III. "O estudo de viabilidade técnica e econômica da unidade de Três Lagoas (MS) está em andamento", informa. "As unidades situadas nos Estados da Bahia e Sergipe estão arrendadas e permanecem de posse da Proquigel (*empresa do Grupo Unigel*), agora em condição de hibernação. A Petrobras vem mantendo diálogo com a Unigel em busca da melhor condição para o retorno da operação das duas fábricas." Os investimentos nessas outras fábricas não foram divulgados.

No início deste mês, a estatal deu mais um passo para voltar aos fertilizantes, com o avanço nas negociações para uma parceria com a Yara, uma das três maiores produtoras globais de fertilizantes, o que poderá acelerar o ganho de escala que o governo brasileiro quer.

SETOR PRIVADO. De acordo com o diretor da área de fertilizantes da consultoria Stonex, Marcelo Mello, sem investimentos no segmento, seja público ou privado, o Brasil pode se tornar nos próximos dois a três anos o maior importador mundial de fertilizantes, ultrapassando a Índia, que vem aumentando sua produção interna.

No ano passado, o consumo de fertilizantes no Brasil foi de 45,8 milhões de toneladas. Desse total, apenas 6,8 milhões de toneladas foram produzidas no País, segundo números da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda). Em 2013, como comparação, o consumo foi de 30,7 milhões de toneladas, e quase um terço foi produzido aqui – 9,3 milhões de toneladas.

Em 2023, por meio da Petrofértil (hoje Gaspetro), criada no início da década de 1970, a Petrobras atendia parte do mercado, mas nunca conseguiu suprir toda a demanda.

Conforme o analista de Insumos do Rabobank Brasil, Bruno Fonseca, nem com os novos investimentos será possível alcançar a autossuficiência. Para ele, a volta da Petrobras ao setor está ligada ao Plano Nacional de Fertilizantes, lançado em 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, após a crise no setor trazida pela guerra na Ucrânia, e renovado agora no governo Lula.

Na versão anterior do plano, a iniciativa privada seria a responsável pelo aumento da oferta, mas isso nunca aconteceu. "O Brasil levou um susto com a invasão da Rússia à Ucrânia. O preço dos fertilizantes disparou até três vezes do que era, e teve risco de faltar, o que seria um desastre para um País agrícola como o nosso. Então, foi criado o Plano Nacional de Fertilizantes", disse Fonseca. "O Brasil entendeu isso como uma política importante para a continuidade da agricultura no País, porque sem fertilizante você não produz. É isso que mais espanta, deve espantar todo mundo, porque é um País que abastece o mundo inteiro e não produz fertilizante."

DEMANDA MAIOR

País já teve uma capacidade para atender compradores

FONTE: ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DO ADUBO (ANDA) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

De fora
Em 2023, o Brasil importou mais de 85% dos fertilizantes usados pela agricultura

Mesmo com o "susto", porém, a iniciativa privada não abraçou o plano. Atualmente, empresas internacionais do setor, como Mosaic e Yara, contribuem com uma parte da oferta no Brasil, mas que não chega a 20% da demanda.

Segundo Mello, da StoneX, a iniciativa privada até tem investido no segmento de fertilizantes, mas focando basicamente nas atividades de mistura e distribuição, incluindo logística. Já os investimentos em produção efetiva de fertilizantes, tanto em plantas petroquímicas para produção de nitrogenados quanto em atividades minerais para produção de fosfatados e potássio, ainda não cresceram significativamente.

"Possivelmente, os principais motivos para esta situação são o alto custo estrutural de energia no País; o alto preço de gás natural, não apenas para geração de energia em si, mas também para produção de amônia e ureia; e os baixos teores minerais em muitas das reservas já provadas de fósforo e potássio", disse.

Entre os poucos projetos que chegaram ao País, Mello cita o da EuroChem, na Serra do Salitre, em Minas Gerais, um investimento de US$ 1 bilhão, que vai incrementar a produção nacional em cerca de 1 milhão de toneladas de fosfatados por ano. A operação começou em março deste ano, e a previsão é de que a capacidade total seja atingida no ano que vem.

INVESTIMENTOS. Segundo Mello, a primeira unidade da Petrobras a ser reativada, no Paraná (Ansa), é muito antiga e terá de passar por muita modernização. Paralisada no governo Bolsonaro, a Ansa, inaugurada em 1982, já não operava bem, destacou, ficando mais tempo parada do que produzindo.

Já as duas fábricas de fertilizantes do Nordeste, em Sergipe e na Bahia, são mais modernas que a do Paraná, mas também foram construídas na década de 1980 e ainda sofrem com a falta de gás natural para operar, "tanto que a Unigel não deu conta", explicou o executivo. Agora, porém, com a descoberta de reservatórios de gás no Nordeste, é possível que a estatal consiga colocar essas fábricas em operação, disse.

A melhor das fábricas da estatal, na avaliação de Mello, é a de Mato Grosso do Sul, que por não ter sido concluída ainda pode passar por uma modernização para atender o novo perfil de mercado, voltado para a descarbonização. ●

Orçamento Renúncia fiscal

Governo projeta R$ 26 bi com desoneração

Planalto espera que a negociação de medidas compensatórias com o Senado ajude a fechar as contas deste ano

MARIANA CARNEIRO
ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA

A equipe econômica retomou a expectativa de que a política de desoneração da folha de pagamentos responderá por R$ 26,2 bilhões em renúncias fiscais (perda de receita) neste ano e espera que a negociação de medidas compensatórias com o Senado ajude a fechar as contas do Orçamento deste ano.

No relatório de receitas e despesas da União do terceiro bimestre, divulgado na segunda-feira, o governo incorporou parte da previsão de renúncias com a desoneração da folha de pequenos municípios ao Orçamento deste ano (perda de R$ 5,2 bilhões). Isso contribuiu, segundo a equipe econômica, para a redução na projeção das receitas do governo, o que levou à necessidade de contingenciamento.

Em junho, o governo havia divulgado previsão de perda de receita de R$ 26,3 bilhões com a desoneração. Depois, reviu os cálculos e passou a divulgar números mais próximos à conta do Senado, ao redor de R$ 17 bilhões – valor que foi reproduzido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em declarações há poucos dias.

Agora, a equipe econômica retomou a cifra inicial, com previsão da Receita de que a desoneração dos municípios represente uma renúncia de R$ 10,5 bilhões neste ano e a das empresas, R$ 15,7 bilhões.

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirma que há segurança na Receita no número de R$ 26 bilhões uma vez que a entrega de declarações, até o último sábado, mostra que as empresas já usufruíram de R$ 8,2 bilhões neste ano – o que, em termos anuais, deve fazer com que as renúncias cheguem ao valor projetado.

No relatório anterior, divulgado em maio, o governo havia contabilizado o valor total relativo à renúncia das empresas e parcialmente o das prefeituras. Agora, o governo incorporou o restante da desoneração prevista com os municípios.

Segundo o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, com o acordo, as fontes de compensação de receitas já poderiam ser incorporadas no próximo relatório bimestral, em setembro.

Economistas e analistas do mercado financeiro preveem que o governo precisará fazer novo contingenciamento na revisão bimestral de setembro para fechar o ano dentro do intervalo de tolerância da meta de déficit zero – com um resultado negativo de R$ 28,8 bilhões.

O QUE É. A desoneração da folha foi instituída em 2011 para setores intensivos em mão de obra, que juntos empregam 9 milhões de pessoas. A medida substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Para municípios, o benefício reduz a tributação de 20% para 8%. ●

Revisão

R$ 26,3 bi foi a previsão de perda de receita do governo feita em junho

R$ 17 bi foi a previsão posterior do Planalto, após revisão de cálculos. Agora, conta voltou aos R$ 26,2 bilhões

Problema dos gastos são os privilégios, diz Tebet

A distribuição dos cortes nos gastos públicos, que somam R$ 15 bilhões, será informada em decreto presidencial, na próxima terça-feira, após o relatório bimestral que avalia o comportamento de receitas e despesas, assegurou ontem a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, durante evento no Rio.

"A gente tem uma semana para avisar os órgãos setoriais de quanto vai gastar, de onde vai cortar, de onde vai conseguir e quem vai ter o maior corte", afirmou. "Isso vai ser anunciado na data certa, com decreto presidencial, no dia 30."

Na segunda-feira, o Ministério do Orçamento e Planejamento confirmou o congelamento de gastos da ordem de R$ 15 bilhões, sendo R$ 11,2 bilhões em bloqueio em verbas do Orçamento e contingenciamento de R$ 3,8 bilhões.

A ministra enfatizou que é preciso fechar a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 com meta zero. "Disso depende nós termos uma revisão de gastos da ordem de R$ 9 bilhões."

Indagada sobre como equilibrar a necessidade de corte nos gastos com a determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de "colocar o pobre no Orçamento", a ministra disse que a resposta é gastar bem o dinheiro público. "O problema dos gastos no Brasil não é o pobre no Orçamento, são os privilégios dos ricos."

A ministra afirma que os gastos tributários no País cresceram muito mais do que os gastos com políticas sociais. "Há 10 anos, tínhamos 2% do PIB em gastos tributários. Hoje, eles chegam a 5,6%, 5,8% do PIB." Tebet também descartou mudança nos reajustes das aposentadorias, embora tenha deixado a porta aberta para eventuais alterações em 2026. ● JULIANA GARÇON/RIO

INÊS 249

Fábio Alves *E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve*

Bonança à vista

A grande expectativa do mercado é de que o Federal Reserve (Fed), ao final da sua próxima reunião de política monetária, no dia 31 deste mês, sinalize finalmente que irá começar a cortar os juros no encontro seguinte, em setembro. O debate, no entanto, não é mais apenas quando terá início o ciclo de redução da taxa básica nos Estados Unidos, mas qual o ritmo desse afrouxamento até o fim deste ano, assim como em 2025 e 2026.

Ao final da reunião da próxima semana, uma eventual sinalização mais clara de que o primeiro corte de juros ocorrerá mesmo em setembro – no comunicado que acompanhará a decisão ou nas declarações do presidente do Fed, Jerome Powell, em entrevista à imprensa – poderá ser um poderoso catalisador de preços para os ativos de risco, especialmente os de mercados emergentes.

E, se o mercado passar a apostar que o ritmo de corte de juros nos EUA será mais acelerado do que o Fed está projetando para até o fim do ano e também para 2025, os países emergentes terão uma importante janela de oportunidade para entrar num círculo virtuoso. Mas a questão é se os fundamentos da economia – sobretudo, os das políticas fiscal e monetária – vão permitir ao Brasil aproveitar esses ventos favoráveis.

Atualmente, o mercado está precificando mais de dois cortes de 0,25 ponto porcentual dos juros americanos até o fim deste ano. A taxa está atualmente na faixa entre 5,25% e 5,50%. Na sua última atualização de projeções de variáveis macroeconômicas, o Fed indicou só uma redução de juros neste ano. Já para 2025 e 2026, o Fed prevê cortar 0,25 ponto por trimestre, ou seja, quatro reduções em 2025 e outras quatro em 2026, com a taxa caindo para 3,1%.

> ***Países emergentes terão oportunidades diante da aceleração do ritmo de corte de juros nos EUA***

Diante das surpresas para baixo nas últimas duas leituras da inflação ao consumidor e de alguns dados mostrando uma perda de fôlego do mercado de trabalho, é provável que, até o fim deste ano, o número de cortes de juros acabe alinhado com o que o mercado espera, de pelo menos dois. Até a sua reunião de setembro, o Fed terá em mãos outras duas leituras de inflação e dois relatórios do mercado de trabalho, referentes a julho e agosto.

Caso a inflação siga rodando aquém do previsto e o nível de emprego e de salários desacelere mais rapidamente, o mercado poderá apostar que, em 2025, o Fed possa cortar juros mais de uma vez por trimestre. Seria uma festa para ativos de risco. O problema é que, se Donald Trump vencer a eleição presidencial americana, a sua política econômica mais inflacionária jogará um balde de água fria nessa precificação do mercado. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel **(quinzenalmente)** ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Agências reguladoras **Negociação salarial**

Oferta do governo é rejeitada e categoria fará greve

O Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências) informou ontem que rejeitou a última proposta de reajuste salarial para os funcionários públicos de 11 órgãos reguladores apresentada pelo governo. Também foi decidida a convocação de uma greve de 48 horas, em 31 de julho e 1º de agosto.

"Servidores de todas as 11 agências reguladoras deverão interromper a prestação de serviços essenciais para o funcionamento da economia, como o controle e fiscalização em portos, aeroportos, o abastecimento de energia elétrica e água, bem como demais serviços regulados e fiscalizados pelas agências", diz a nota do sindicato.

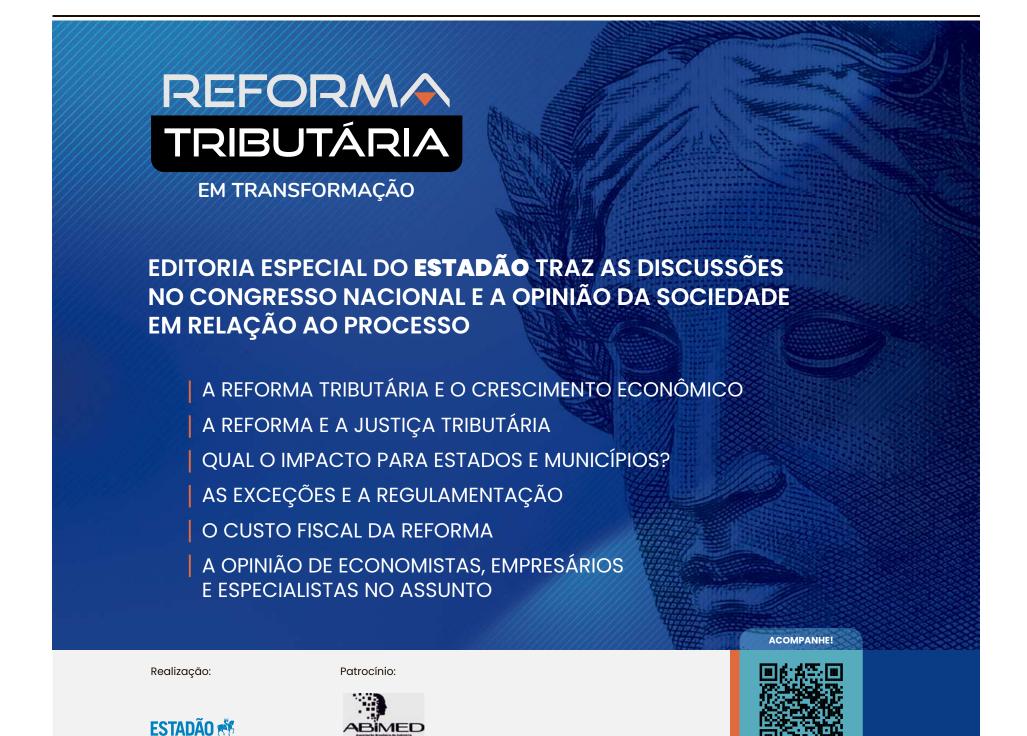
O Ministério da Gestão propôs correções de 26% a 34% até 2026 aos servidores das agências, já considerando os 9% dados em 2023, mas sem reajuste neste ano.● **RENAN MONTEIRO/BRASÍLIA**

REFORMA TRIBUTÁRIA
EM TRANSFORMAÇÃO

EDITORIA ESPECIAL DO **ESTADÃO** TRAZ AS DISCUSSÕES NO CONGRESSO NACIONAL E A OPINIÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO AO PROCESSO

A REFORMA TRIBUTÁRIA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO
A REFORMA E A JUSTIÇA TRIBUTÁRIA
QUAL O IMPACTO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS?
AS EXCEÇÕES E A REGULAMENTAÇÃO
O CUSTO FISCAL DA REFORMA
A OPINIÃO DE ECONOMISTAS, EMPRESÁRIOS E ESPECIALISTAS NO ASSUNTO

ACOMPANHE!

Realização: ESTADÃO
Patrocínio: ABIMED

Vida Corporativa

Ricardo Amorim,
economista e fundador da Ricam Consultoria

APRESENTADO POR

Cuidado!

Se você viu o título desta coluna e imaginou ler um alerta importante, acertou...mas só pela metade. Existe algo que merece, sem dúvida, nossa atenção especial. Estou falando de cuidado, a gentileza com as pessoas, a responsabilidade assumida com alguém ou o carinho e a atenção de fazer o melhor que podemos fazer.

No meu trabalho, equilibrar arrojo com cautela em relação às informações é essencial para prover conteúdo e análises bem fundamentados, úteis, atualizados e práticos. Esse zelo com o que faço é mais do que uma mera questão de profissionalismo. É respeito com quem dedica tempo e atenção para consumir o conteúdo que produzo. O cuidado que coloco em cada análise, em cada palestra, em cada post em minhas redes sociais é percebido e valorizado. E isso se reflete na confiança que as pessoas depositam em mim. Mesmo que nada disso acontecesse, meu cuidado não seria diferente porque o maior valor do cuidado é interno, não externo. Ou seja, quem cuida do que faz cuida, acima de tudo, de si próprio. Fazer com cuidado traz um sentimento de missão cumprida, de fazer a sua parte.

Os valores de ESG, que estão rapidamente ganhando importância nas empresas, nasceram dessa mesma tendência humana. ESG é cuidado: com o meio ambiente, com a sociedade e com as próprias empresas, por meio de sua governança. Empresas que abraçam esses princípios não só contribuem para um mundo melhor, mas também inspiram mais confiança e admiração de clientes, credores e do mercado de capitais.

No entanto, vivemos um paradoxo interessante: enquanto os valores de ESG se consolidam, vemos uma nova geração entrando no mercado de trabalho com uma esperança quase cega na tecnologia, especialmente na inteligência artificial. Muitos jovens imaginam que, como as IA poderão fazer "tudo", eles não precisam se dedicar com o mesmo empenho a realizar e aprender tarefas que ficarão obsoletas.

Ledo engano. A inteligência artificial veio para ficar e mudar nossa forma de viver e trabalhar, mas o cuidado, o capricho e a dedicação são exatamente os elementos humanos que não serão substituídos por máquinas. Nada substitui o sabor único de um processo feito com esmero, ou a sensação de realização de reconhecer, com honestidade e sem arrogância, um trabalho feito com primor. São a atenção aos detalhes, a responsabilidade e a gentileza que fazem toda a diferença, tanto na vida profissional quanto pessoal. Logo, cuidado é muito mais do que um mero alerta. É, ou ao menos deveria ser, um valor essencial que permeia todas as esferas da vida de todos nós. Quando praticado, eleva a qualidade do que é feito e, principalmente, a satisfação de quem faz.

Sempre me perguntam o que vai mudar nesse futuro que está chegando cada vez mais rapidamente. O que não me perguntam, mas é fundamental entender, é o que não vai mudar, independentemente de qualquer revolução tecnológica, o que nunca perde valor porque é parte de nossa essência humana: o cuidado que não antecipa um perigo, mas que expressa compromisso, planejamento, dedicação. Aliás, quanto mais escasso ele fica, mais seu valor aumenta. Portanto, cuidado com o cuidado.

A inteligência artificial veio para ficar e mudar nossa forma de viver e trabalhar, mas o cuidado, o capricho e a dedicação são exatamente os elementos humanos que não serão substituídos por máquinas

Conteúdo patrocinado

Quando se trata de segurança e serviços todo o cuidado é pouco

Escolha quem cuida muito

GRUPO SOUZA LIMA

www.gruposouzalima.com

INÊS 249

Tributos Comércio eletrônico

Compras internacionais já podem ter 'taxa das blusinhas'

Imposto de Importação sobre as compras internacionais de até US$ 50 deve entrar em vigor oficialmente no dia 1.º de agosto

JESSICA BRASIL SKROCH

As compras internacionais feitas a partir do próximo sábado já poderão vir a ser taxadas com o novo imposto de importação, segundo as plataformas de comércio eletrônico AliExpress, Shein e Shopee. No fim de maio, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que determina uma taxação de 20% de Imposto de Importação sobre as compras internacionais de até US$ 50 a partir do dia 1.º de agosto.

Como há normalmente um intervalo entre a compra e o registro da Declaração de Importação à Aduana, compras efetuadas alguns dias antes já podem entrar nas novas regras. Segundo a Shein, compras feitas até dois ou três dias antes do dia 1.º de agosto poderão ser tributadas. A plataforma afirma que todas as informações referentes ao preço do produto, frete e tributos serão disponibilizados de forma clara e objetiva no momento do pagamento.

Em nota ao **Estadão**, o Aliexpress afirmou que todos os pedidos de compra efetuados na empresa a partir do dia 27 de julho já seguirão as novas regras tributárias, devido à necessidade de "ajuste das declarações de importação, de acordo com a nova regulamentação".

"Os clientes e parceiros serão comunicados nos canais oficiais do AliExpress sobre as próximas etapas", completou a empresa. O consumidor poderá conferir a taxação da sua compra quando estiver pagando e finalizando a transação, assim como já ocorre atualmente.

Já a Shopee informou que a nova taxa de importação também será aplicada no aplicativo a partir do dia 27 porque os pedidos terão a Declaração de Importação de Remessas emitidos a partir do dia 1.º de agosto, data em que as novas regras entram em vigor. Os valores serão calculados e detalhados na finalização da compra, aponta a empresa.

A Shopee afirmou que a taxação só é aplicável nos vendedores internacionais, minoria na plataforma, e que "para os usuários que comprarem dos mais de 3 milhões de vendedores brasileiros, não haverá impacto".

> **Taxação**
>
> **20%** **é a alíquota para produtos importados de até US$ 50, conforme texto aprovado pelo Congresso**
>
> **60%** **é a alíquota de tributação para produtos importados entre US$ 50,01 e US$ 3 mil**

COMO FICA. A partir do dia 1.º de agosto, produtos internacionais terão imposto de 20% para compras de até US$ 50. Para produtos com valores entre US$ 50,01 e US$ 3 mil, a taxação será de 60%, com uma dedução fixa de US$ 20 no valor total do imposto.

O preço das compras internacionais deverá ir além dos 20% da taxação, já que ela é apenas sobre a importação, e não leva em conta o cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros que incidem em forma de cascata, entre eles o frete. Alguns tributaristas indicam que compras de até US$ 50 podem ficar ainda mais caras do que os 20% do imposto por não levar em conta a incidência de outras cobranças.

JABUTI. A taxação de produtos importados foi sancionada no mês passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A chamada "taxa das blusinhas", como ficou conhecida, foi inserida no projeto de lei que regulamentou o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) e cria incentivos às montadoras de veículos. A taxação foi considerada como um "jabuti", ou seja, matéria estranha ao tema do texto. À época, Lula disse achar equivocada a taxação, mas afirmou estar sancionando a medida para garantir a "unidade" entre governo e Congresso.

A alíquota de 20% sobre o e-commerce estrangeiro foi um "meio-termo" e substituiu a ideia inicial de aplicar taxa 60% sobre mercadorias adquiridas em sites estrangeiros.

A sanção do texto rendeu brincadeiras na internet com ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chamado de "Taxadd". O ministro foi defendido pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin. "A questão (*da taxação das compras internacionais acima*) dos 50 dólares é que a gente precisa preservar o emprego", comentou. "Se você for verificar a indústria, quando você soma todos os tributos, dá quase 80%. Então, o que se está buscando é ter uma lealdade concorrencial, não é criar nada", defendeu o chefe do Mdic.

A taxação é uma demanda do setor varejista nacional, que vê competição desleal com a isenção às empresas estrangeiras, já que hoje é cobrado apenas 17% de ICMS sobre o e-commerce internacional. ●

VEM AÍ

ESTADÃO
Finanças mais

O MAIS COMPLETO
RANKING
DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

EM SUA 8ª EDIÇÃO, A PREMIAÇÃO DESTACA AS LÍDERES DO SETOR FINANCEIRO NO PAÍS EM CRESCIMENTO, LIDERANÇA DE MERCADO E DESEMPENHO.

EVENTO PRESENCIAL
10.OUT.24
TEATRO B32

ADOBE STOCK

Realização:
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Apoio: ELDORADO FM 107.3

SEJA UM PATROCINADOR!
Se a sua empresa quer consolidar a marca no segmento e promover o networking com os mais reconhecidos profissionais do setor, conheça as oportunidades de patrocínio.
publicacoes@estadao.com

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA USP
CNPJ Nº 63.025.530/0085-12
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90091/2024 - HU
PROCESSO SEI Nº 154.00003349/2024-43

Torna publico o PREGÃO ELETRÔNICO nº 90091/2024 – HU, menor preço, cujo objeto é ESPÉCULO E OUTROS conforme Edital e seus Anexos disponíveis a partir do dia 24/07/2024, nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br. O inicio do Recebimento das Propostas Eletrônicas ocorrerá dia 24/07/2024 a partir das 08h00, estando à sessão de disputa agendada para o dia 06/08/2024 às 09h00, no “Portal de Compras do Governo Federal” - www.gov.br/compras.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA USP
CNPJ Nº 63.025.530/0085-12
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90092/2024 - HU
PROCESSO SEI Nº 154.00003432/2024-12

Torna publico o PREGÃO ELETRÔNICO nº 90092/2024 – HU, menor preço, cujo objeto é GLICOSE E OUTROS conforme Edital e seus Anexos disponíveis a partir do dia 24/07/2024, nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br. O inicio do Recebimento das Propostas Eletrônicas ocorrerá dia 24/07/2024 a partir das 08h00, estando à sessão de disputa agendada para o dia 06/08/2024 às 09h00, no “Portal de Compras do Governo Federal” - www.gov.br/compras.

HESA 76 - Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF - 09.008.802/0001-12 - NIRE - 35 221 620 817

Extrato da Ata da Reunião de Sócios Realizada em 10/06/2024

Em 10/06/2024, às 08:00min, na sede social em Mogi das Cruzes/SP, com a totalidade do capital social. **Mesa Diretora:** Henrique Borenstein (presidente da mesa e administrador da sociedade) e Antônio Setin (secretário da mesa e representante de uma das sócias). Submetidas as matérias à deliberação de todos os presentes, os mesmos por unanimidade aprovaram a redução do capital social para R$ 14.842.504,00 mediante o cancelamento de 7.100.000 quotas e o rateio dos R$ 7.100.000,00 representativos de tais quotas, conforme a participação de cada sócio na sociedade. O montante devido aos sócios em razão da redução das respectivas participações societárias será pago pela administração da Sociedade em moeda corrente nacional, sendo que os sócios se comprometem, neste ato, a restituir para o patrimônio da Sociedade o valor total recebido, caso haja a oposição de algum credor, nos termos do artigo 1.084 e parágrafos do Código Civil. Nada mais. Mesa: Henrique Borenstein - Presidente; Antônio Setin - Secretário. **Sócios: Helbor Empreendimentos S.A.** - *Henrique Borenstein*; **SEI Incorporação e Participações S.A.** - *Antonio Setin.*

HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 49.263.189/0001-02
NIRE 35.300.340.337 | Código CVM nº 20877

CERTIDÃO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 05 dias de julho de 2024, às 10:00 horas, nos termos e prazos previstos no artigo 23 do Estatuto Social da Helbor Empreendimentos S.A. (“Companhia”), exclusivamente por meio de videoconferência. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação desta Reunião em virtude da participação de todos os Conselheiros, nos termos do artigo 23, parágrafo segundo do Estatuto Social da Companhia. Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, Srs. Henrique Borenstein, Henry Borenstein, Moacir Teixeira da Silva, Francisco Andrade Conde, Marcelo Vitorino Cavalcante, Fábio de Araujo Nogueira, Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente. Presentes, ainda, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Leonardo Fuchs Piloto. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Henrique Borenstein, e secretariados pela Sr. Leonardo Fuchs Piloto. **4. Ordem do dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da proposta da diretoria de outorga de garantia solidária pela Companhia em obrigações decorrentes da aquisição de imóvel por controlada, em conjunto com outras entidades. **5. Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação da matéria constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram o quanto segue, por unanimidade e, conforme aplicável, com abstenção dos legalmente impedidos: **5.1.** Aprovar a prestação de garantia fiduciária solidária no âmbito da Escritura de Venda e Compra e/ou Novação referente à aquisição do Imóvel situado à Rua Piauí, nº 527, esquina da Rua Itacolomi, São Paulo/SP, objeto da matrícula nº 57.968 do 5º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP (“Imóvel”), a ser adquirido da **Sociedade Itacolomi Empreendimentos e Participações Ltda.,** sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.765.259/0001-10, pelas Empresas: (i) **Futura 27 Empreendimento Ltda.,** sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.077.539/0001-26; (ii) **Hesa 214 - Investimentos Imobiliários Ltda.,** sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.939.099/0001-79; e (iii) **HBR 69 - Investimentos Imobiliários Ltda.,** sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.737.811/0001-94 (“Adquirentes”), até a quantia limite de R$100.000.000,00 (cem milhões de Reais), valor este sujeito a atualização a ser prevista na respectiva Escritura, nos termos do Contrato de Compromisso de Compra e Venda e seus aditamentos (“Compra e Venda”) celebrados entre as referidas entidades. **5.2.** Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas, conforme as regras de representação previstas no estatuto social. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos. Mesa: Presidente - Sr. Henrique Borenstein. Secretário - Sr. Leonardo Fuchs Piloto. Conselheiros: Srs. Henrique Borenstein, Henry Borenstein, Moacir Teixeira da Silva, Francisco Andrade Conde, Marcelo Vitorino Cavalcante, Fábio de Araujo Nogueira e Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** Mogi das Cruzes, 05 de julho de 2024. **Mesa:** Sr. Henrique Borenstein - Presidente; Sr. Leonardo Fuchs Piloto - Secretário. **JUCESP** nº 266.575/24-9 em 16/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

www.helbor.com

Hélio Borenstein S.A.
Administração, Participações e Comércio

CNPJ.MF. 52.541.307/0001-01 - JUCESP.NIRE 35.300.056.361

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 13.05.2024

1. Data, Hora, Local: Realizada em 13 de maio de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **Hélio Borenstein S.A. - Administração, Participações e Comércio** (“Companhia”), situada na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 1.145, 16º andar, Jardim Armênia, Helbor Concept - Edifício Corporate, CEP 08780-500. **2. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista o disposto no §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). **3. Presença:** Comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas e do Boletim de Presenças do **Anexo I**. **4. Mesa: Henrique Borenstein -** Presidente; e **Maria de Castro Borenstein -** Secretária. **5. Ordem do Dia**: Em Assembleia Geral Ordinária: **(a)** tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(c)** deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal no presente exercício social. Em Assembleia Geral Extraordinária: **(d)** deliberar acerca de aumento de capital social da Companhia; **(e)** caso a deliberação do item “d” seja aprovada, alterar o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(f)** outros assuntos de interesse da Companhia. **6. Deliberações:** Em Assembleia Geral Ordinária: **(a)** Com a abstenção dos legalmente impedidos, a totalidade dos acionistas presentes aprovou as contas da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relacionadas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, que foram publicadas no “O Estado de São Paulo” na edição do dia 10.04.2024, página B7 do caderno “Economia & Negócios”; **(b)** Foi aprovada pela totalidade dos acionistas presentes a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 39.536.050,80 (trinta e nove milhões, quinhentos e trinta e seis mil, cinquenta reais e oitenta centavo): **(b.i)** R$ 1.976.852,42 (um milhão, novecentos e setenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos) para a constituição da reserva legal da Companhia, conforme determina o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, combinado com a letra “a” do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia; **(b.ii)** R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para distribuição aos acionistas a título de dividendos, observado o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, combinado com a letra “b” do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia; e **(b.iii)** o saldo de R$ 12.559.198,38 (doze milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, cento e noventa e oito reais e trinta e oito centavos) para a conta de Reserva de Lucros. Fica desde já consignado que o valor total dos dividendos declarados será pago aos acionistas até o final do presente exercício social, em moeda corrente nacional, bens e/ou créditos, conforme vier a ser individualmente acordado entre a Companhia e cada acionista. **(c)** Dispensar a instalação do Conselho Fiscal no corrente exercício de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: **(d)** A totalidade dos acionistas presentes aprovou aumentar o capital social de R$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) para R$ 918.000.000,00 (novecentos e dezoito milhões de reais) nos seguintes termos: **(i)** o valor do aumento: R$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais); **(ii)** número de ações emitidas e suas classes: 18.000.000 (dezoito milhões) de ações ordinárias, todas com direito a voto, nominativas e com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 6.000.000 (seis milhões) de ações da Classe H; 6.000.000 (seis milhões) ações da Classe M; e 6.000.000 (seis milhões) de ações da Classe E; **(iii)** preço de emissão das ações ordinárias: o valor de R$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o valor total de R$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), montante este destinado em sua integralidade à conta de capital social; **(iv)** forma de subscrição: subscrição particular, pelo atual acionista Henrique Borenstein, com a expressa autorização dos demais acionistas que renunciaram expressamente aos seus respectivos direitos de preferência, tudo devidamente registrado no **Boletim de Subscrição e Integralização** que, rubricado pelos presentes e autenticado pela mesa, fazem parte integrante desta ata como **Anexo II**; **(v)** forma de integralização: a integralização foi realizada previamente em boa e corrente moeda nacional, e é formalizada neste ato mediante a capitalização de crédito de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social verificado em balancete patrimonial da Companhia, levantado em 30.04.2024. **(e)** Em virtude do aumento de capital ora deliberado, aprovar a nova redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que, devidamente adaptado, passa a vigorar da seguinte forma: “***Artigo 5º -*** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 918.000.000,00 (novecentos e dezoito milhões de reais), dividido em 918.000.000 (novecentas e dezoito milhões), ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 72 (setenta e duas) ações ordinárias nominativas Classe B (“Ações Classe B”); 305.999.976 (trezentos e cinco milhões, novecentas e noventa e nove mil, novecentas e setenta e seis) ações ordinárias nominativas Classe H (Ações Classe H); 305.999.976 (trezentos e cinco milhões, novecentas e noventa e nove mil, novecentas e setenta e seis) ações ordinárias nominativas Classe M (Ações Classe M); e 305.999.976 (trezentos e cinco milhões, novecentas e noventa e nove mil, novecentas e setenta e seis) ações ordinárias nominativas Classe E (Ações Classe E), todas com direito a voto”. Decidem ainda os acionistas manter as demais cláusulas do Estatuto Social da Companhia em vigor inalteradas e as ratificar como se a cada uma delas fosse feita especial e particular menção; **(f)** Fica a Diretoria da Companhia desde já autorizada a praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações ora tomadas. **7. Documentos:** Boletim de Presenças (Anexo I); e Boletim de Subscrição (Anexo II). **8. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, achada conforme, aprovada por todos os presentes e assinada pela Mesa. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mogi das Cruzes, 13 de maio de 2024. Mesa: **Henrique Borenstein -** Presidente; **Maria de Castro Borenstein -** Secretária. **JUCESP** nº 269.198/24-6 em 18/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 08.294.224/0001-65 - NIRE 35.300.333.578 - Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2024

Data, Hora e Local: Em 28/6/24, às 15h, na sede social da JHSF Participações S.A., com a presença de determinados membros por meio de teleconferência. **Presença:** Todos os membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Sr. José Auriemo Neto; Secretária: Sra. Giovanna Araujo Pacheco. **Deliberações:** Por unanimidade: **1.** A aprovação da realização da Emissão das Debêntures, com as seguintes características e condições, a serem detalhadas e reguladas por meio da celebração da Escritura de Emissão: (a) Data de Emissão: Para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será indicada na Escritura de Emissão; (b) Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização: as Debêntures serão subscritas pela Securitizadora por meio da assinatura de boletim de subscrição, conforme modelo constante no Anexo VI da Escritura de Emissão (“Boletim de Subscrição”), e serão integralizadas nas mesmas datas de integralização dos CRI (cada uma, uma “Data de Integralização”), à vista e em moeda corrente nacional, **(i)** na primeira Data de Integralização, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série, e **(ii)** após a primeira Data de Integralização, **(a)** com relação às Debêntures DI I, Debêntures PréxDI e Debêntures DI II, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da respectiva Série, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva Série até a data da efetiva integralização, e **(b)** com relação às Debêntures IPCA, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da respectiva Série, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva Série até a data da efetiva integralização (“Preço de Integralização das Debêntures”), observado o disposto nas Cláusulas 6.10.2.1 e 6.10.2.2 da Escritura de Emissão; (c) Colocação: as Debêntures serão objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores; (d) Número de Séries: a Emissão será realizada em até 4 séries, sendo **(i)** a primeira série de Debêntures referida como “Debêntures DI I”; **(ii)** a segunda série de Debêntures referida como “**Debêntures PréxDI**”; (iii) a terceira série de Debêntures referida como “**Debêntures DI II**”; e (iv) a quarta série de Debêntures referida como “**Debêntures IPCA**”, no sistema de vasos comunicantes, de modo que a quantidade de Séries das Debêntures a serem emitidas e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries, observada a Quantidade Mínima de Debêntures IPCA, será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, ressalvado que qualquer uma das Séries poderá ser cancelada, exceto as Debêntures IPCA, conforme resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento, de modo a definir **(a)** o número de séries dos CRI, e, consequentemente, o número de Séries das Debêntures, ressalvado que qualquer uma das Séries das Debêntures poderá ser cancelada, conforme resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, observada a Quantidade Mínima das Debêntures IPCA; **(b)** a quantidade de CRI a ser efetivamente alocada em cada série da emissão dos CRI e, consequentemente, a quantidade de Debêntures a ser emitida e alocada em cada Série da Emissão das Debêntures, observada a Quantidade Mínima das Debêntures IPCA; e **(c)** a taxa final de remuneração dos CRI e, consequentemente, a taxa final de Remuneração das Debêntures (“**Procedimento de *Bookbuilding***”); (e) Prazo e Data de Vencimento: ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e/ou resgate antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme os termos previstos na Escritura de Emissão, **(i)** as Debêntures DI I terão prazo de vencimento de [1645] dias a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser indicada na Escritura de Emissão; **(ii)** as Debêntures PréxDI terão prazo de vencimento de [2375] dias a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser indicada na Escritura de Emissão; **(iii)** as Debêntures DI II terão prazo de vencimento de [2375] dias a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser indicada na Escritura de Emissão; e **(iv)** as Debêntures IPCA terão prazo de vencimento de [3108] dias a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser indicada na Escritura de Emissão; (f) Forma e Comprovação de Titularidade: as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, sem a emissão de certificados, sendo que para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelos registros realizados no Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Companhia; (g) Quantidade de Debêntures: serão emitidas 700.000 Debêntures, sendo certo que a Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir a quantidade total alocada em cada Série, conforme Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que deverão ser alocadas, no mínimo, 200.000 Debêntures nas Debêntures IPCA; (h) Espécie e Conversibilidade: as Debêntures serão da espécie com garantia real nos termos do artigo 58, caput, da Lei das S.A. e não serão conversíveis em ações da Companhia; (i) Atualização Monetária das Debêntures DI e Préx DI: O Valor Nominal Unitário das Debêntures DI I, das Debêntures DI II e das Debêntures PréxDI não será atualizado monetariamente; (j) Atualização Monetária das Debêntures IPCA: as Debêntures IPCA terão o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do seu Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado monetariamente a partir da primeira Data de Integralização da Debênture IPCA, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (“IPCA”), calculada de forma pro rata temporis por Dias Úteis, até a data de seu efetivo pagamento, sendo que o produto da Atualização Monetária das Debêntures IPCA será incorporado automaticamente ao seu Valor Nominal Unitário ou saldo do seu Valor Nominal Unitário, conforme o caso, segundo a fórmula presente na Escritura de Emissão; (k) Remuneração das Debêntures DI: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures DI I incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI de um dia, “*over extra grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, acrescida exponencialmente de *spread* a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a 0,80% ao ano, base 252 Dias Úteis, e será calculada de acordo com a fórmula presente na Escritura de Emissão; (l) Remuneração das Debêntures PréxDI: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures PréxDI incidirão juros remuneratórios prefixados a serem definidos na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, limitados ao percentual correspondente à respectiva Taxa DI, conforme taxa referente ao preço de ajuste verificado na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 Dias Úteis, divulgado pela B3 em sua página na internet, correspondente ao contrato futuro com vencimento em 1/7/2027 (DI1-F27), acrescida exponencialmente de sobretaxa a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a 0,90% ao ano base 252 Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, a ser calculado de acordo com a fórmula presente na Escritura de Emissão; (m) Remuneração das Debêntures DI II: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures DI II incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa a ser definida na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a 0,90% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures DI II ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures DI II, conforme o caso, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures DI II, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures DI II, imediatamente anterior, até a Data de Pagamento da Remuneração em questão, data de pagamento decorrente de declaração de Vencimento Antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro. A Remuneração das Debêntures DI II será calculada de acordo com a fórmula presente na Escritura de Emissão; (n) Remuneração das Debêntures IPCA: sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA incidirão juros remuneratórios a serem definidos na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao maior entre: (i) 6,80% ao ano, base 252 Dias Úteis; e (ii) a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em 15/8/30, a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet no fechamento do Dia Útil da data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 1,00% ao ano, base 252 Dias Úteis incidentes desde a primeira Data de Integralização das Debêntures IPCA ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures IPCA imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures IPCA será calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; (o) Pagamento da Remuneração: ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e/ou resgate antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme os termos previstos na Escritura de Emissão, os valores relativos à respectiva Remuneração serão pagos conforme os termos e condições a dispostos na Escritura de Emissão e as datas de pagamento indicadas no Anexo VII da Escritura de Emissão; (p) Amortização Programada: ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e/ou resgate antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme os termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado, para cada uma das Séries, conforme aplicável, de acordo com as datas e percentuais indicados no Anexo VII da Escritura de Emissão, sempre a partir do 12º mês contado da Data de Emissão; (q) Repactuação Programada: as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (r) Resgate Antecipado Facultativo Total: a Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, **(i)** em relação às Debêntures DI I, a partir do 24º mês a contar da Data de Emissão, ou seja, na data a ser indicada na Escritura de Emissão; **(ii)** em relação às Debêntures PréxDI, a partir do 48º mês a contar da Data de Emissão, ou seja, na data a ser indicada na Escritura de Emissão; **(iii)** em relação às Debêntures DI II, a partir do 48º mês a contar da Data de Emissão, ou seja, na data a ser indicada na Escritura de Emissão; **(iv)** em relação às Debêntures IPCA, a partir do 60º mês a contar da Data de Emissão, ou seja, na data a ser indicada na Escritura de Emissão; ou **(v)** a qualquer tempo, exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos e/ou taxas nos termos da Escritura de Emissão; (s) Comunicação de Resgate Antecipado: a Companhia deverá comunicar a Securitizadora e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 (“Agente Fiduciário”), com, no mínimo, 5 Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo. Tal comunicado deverá conter os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, que incluem, mas não se limitam **(a)** a data do Resgate Antecipado Facultativo; **(b)** estimativa prévia do Valor do Resgate Antecipado Facultativo; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo; (t) Resgate Antecipado Parcial: Não será permitido o resgate antecipado parcial das Debêntures; (u) Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributo: a Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures na hipótese de ocorrência de um Evento de Retenção de Tributos. Para os fins da Escritura de Emissão, será considerado um “Evento de Retenção de Tributos” (i) o desenquadramento das Debêntures como lastro válido para os CRI por inobservância ao disposto na Resolução CMN 5.118, (ii) qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures em razão do não atendimento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão e na legislação e regulamentação aplicável, pela Companhia, criando ou elevando alíquotas do imposto de renda incidentes sobre as Debêntures, e/ou (iii) qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos dos CRI em razão de alteração na legislação e regulamentação tributária aplicável, criando ou elevando alíquotas do imposto de renda incidentes sobre os CRI; (v) Local e Horário de Pagamento: os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação às datas de pagamento dos CRI, mediante depósito na Conta Centralizadora (conforme definida na Escritura de Emissão; (x) Encargos Moratórios: ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da primeira Data de Integralização da Debênture da respectiva Série ou da Data de Pagamento de Remuneração da Debênture da respectiva Série imediatamente anterior, conforme o caso, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial **(i)** juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata die, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e **(ii)** multa não compensatória de 2% ; (w) Garantia Real: a fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia em razão das Debêntures, o que inclui, principalmente, mas não se limita, ao pagamento de todo e qualquer valor devido pela Companhia em razão das Debêntures, abrangendo a sua amortização, Atualização Monetária, Remuneração, o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, aos Encargos Moratórios, multas, indenizações, penalidades, despesas, custas, imposto de transmissão inter vivos, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração da Securitizadora e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pela Securitizadora e/ou pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Titulares dos CRI em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Titulares dos CRI, da Escritura de Emissão e da Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Imóveis, tais como honorários advocatícios judiciais ou extrajudiciais e despesas processuais necessárias ao exercício de seu direito (“Obrigações Garantidas”), será constituída a alienação fiduciária dos (i) imóveis correspondentes a unidades autônomas da Torre Birdie; (ii) imóveis correspondentes a unidades autônomas da Torre Eagle; (iii) imóveis correspondentes a unidades autônomas da Torre Albatroz, sendo a Torre Birdie, a Torre Eagle e a Torre Albatroz, no Condomínio denominado “Boa Vista Golf Residences”, do loteamento denominado “Boa Vista Village”; (iv) imóveis correspondentes a unidades autônomas da Torre Jacarandá; (v) imóveis correspondentes a unidades autônomas da Torre Buriti; (vi) imóveis correspondentes a unidades autônomas da Torre Jequitibá; (vii) imóveis correspondentes a unidades autônomas da Torre Flamboyant; (viii) imóveis correspondentes a unidades autônomas da Torre Sequoia, todas as torres integrantes do empreendimento denominado “Fasano Residences Cidade Jardim”; (ix) imóvel correspondente a um terreno rural denominado “Estância 2F”; (x) imóveis correspondentes a lotes residenciais mistos, todos desmembrados do Lote 2 da Quadra G do Loteamento denominado “Loteamento Canárias”; (xi) imóveis correspondentes ao Loteamento denominado “Fazenda Boa Vista - Fase II”; (xii) imóveis correspondentes a terrenos constituídos pelos Lotes 2, 3 e 4 da Quadra V do Loteamento denominado “São Sebastião”; (xiii) imóveis correspondentes ao terreno constituído pelo Lote 14 da Quadra 09 do Loteamento denominado “Fazenda Boa Vista”; (xiv) imóveis correspondentes ao terreno constituído pelos Lotes 1 e 2 da Quadra 10 do Loteamento denominado “Fazenda Boa Vista”; (xv) imóvel correspondente ao Edifício Tuias, Setor Residencial II empreendimento denominado “Parque Cidade Jardim”, do “Condomínio Cidade Jardim”, outorgada pela **(i) Canárias Administradora de Bens Ltda.**; **(ii) JHSF Incorporações Ltda.**; **(iii) JHSF FBV Empreendimentos Ltda.**; **(iv) Boa Vista de Desenvolvimento Imobiliário e Serviços de Concierge Ltda.**; **(v) São Sebastião Desenvolvimento Imobiliário Ltda.** e **(vi) RT 082 Empreendimentos e Participações Ltda.**, constituída nos termos da “Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis” lavrada em 28/6/24, a qual outorga a Alienação Fiduciária de Imóveis em favor da Securitizadora (“Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Imóveis” e “Garantia Real”, respectivamente); (y) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de R$700.000.000,00, na Data de Emissão , sendo certo que a Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o valor total alocado em cada Série, conforme Procedimento de *Bookbuilding*; (z) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00; (aa) Aquisição Facultativa: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das S.A. e na regulamentação aplicável, adquirir Debêntures por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas a regulamentação aplicável; e (bb) Demais Características: as demais características das Debêntures e da Operação de Securitização encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e serão negociadas pela administração da Companhia. **2.** Autorizar a administração da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a praticar todos e quaisquer atos e celebre todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação das deliberações do item 1 acima, inclusive a assinatura de quaisquer instrumentos necessários, ficando ratificados todos os atos que foram praticados pela administração da Companhia ou por seus respectivos procuradores até o momento. Nada mais. JUCESP nº 266.417/24-3 em 17/7/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral. da respectiva ata. O inteiro teor desse documento poderá ser consultado nos seguintes endereços eletrônicos: (a) ri.jhsf.com.br; (b) gov.br/cvm; e (c) na versão digital do jornal “O Estado de São Paulo” desta data.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 925/2024 – GMS/FUNDEPAR
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90925/2024 – PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 22.284.497-5. **OBJETO:** Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios do Grupo VI: Biscoitos - barra de banana com cacau - sem adição de açúcares, barra de banana com morango - sem adição de açúcares, biscoito amanteigado sabor banana com canela, biscoito amanteigado sabor coco, biscoito amanteigado sabor leite, biscoito amanteigado sabor maçã com canela, biscoito amanteigado sabor nata, biscoito cream cracker, biscoito doce glaceado, biscoito maizena, biscoito maisena chocolate, biscoito polvilho doce, biscoito rosquinha de leite e cereal de milho flocado sem açúcar, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (dividido em 14 lotes). **VALOR MÁXIMO: 191.012.900,00** (Cento e noventa e um milhões, doze mil e novecentos reais).**DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 12 de agosto de 2024, às 08:30** (oito horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO:** por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS:** O Edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br **INFORMAÇÕES:** (41) 2117-8288 ou (41) 2117-8286. **DATA:** 23/07/2024. Comissão de Contratação

INÊS 249

SUBPREFEITURA SAPOPEMBA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência **nº 90006/SUB-SB/2024 -** Processo SEI **nº 6061.2024/0000982-8**
Objeto: **Revitalização, incluindo reforma de quadra poliesportiva, instalação de ATI, playground, mobiliário urbano e serviços de paisagismo e complementares de engenharia na Praça Humberto Reis Costa, localizada na Rua Soldado Pedro Graciano Moreira - Conj. Habitacional Mascarenhas de Moraes - Distrito de Sapopemba.** - Tipo: **EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL -** Regime de Execução: **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL -** Data/hora da sessão publica: **08/08/2024 às 09:00h** - Local: www.compras.gov.br. O edital de licitação e seus anexos e os demais atos pertinentes também constarão no site http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br - Subprefeitura Sapopemba.

SUBPREFEITURA VILA MARIA/ VILA GUILHERME

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **Nº 90009/SUB-MG/2024 -** Processo SEI **nº 6058.2024/0001200-8**
Objeto: **Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para execução de obras para revitalização da Praça Sérgio Estanislau de Camargo, Vila Isolina Mazzei, local em área sob jurisdição da Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme, conforme especificações constantes do ANEXO I do Edital -** Tipo: **MENOR PREÇO -** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL.**
Modo de Disputa: **ABERTO E FECHADO -** Local: **www.compras.gov.br -** O edital de licitação e seus anexos e os demais atos pertinentes também constarão no site **http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br.**

SUBPREFEITURAS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO SEI: **6012.2024/0013541-9 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 019/SMSUB/COGEL/2024**
ASSUNTO: Contratação de Empresa para a locação de 50 Sonômetros (decibelímetros) para o Setor de Divisão Técnica de Fiscalização do Silêncio (PSIU) da Secretaria Municipal das Subprefeituras SMSUB - Critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL -** Data de abertura da sessão: **08/08/2024 às 11:00h -** Local: https://www.gov.br/compras - **UASG nº 925004 -** Download do edital: site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br, https://www.gov.br/compras e também através do link: https://tinyurl.com/sonometrospsiu

EDUCAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **n° 90032/SME/2024 -** Processo SEI **nº 6016.2024/0091558-0**
Objeto: **Aquisição de "Arroz Polido Tipo 1" destinado ao abastecimento das unidades educacionais vinculadas aos sistemas de Gestão Mista e Direta, sendo CEIS, CCIs, CECIs, EMEIs, EMEFs, CIEJA, CMTC, EMEBs e SME Convênios do Programa de Alimentação Escolar (PAE) no Município de São Paulo -** Data/hora da sessão pública: **09h30 do dia 05/08/2024**.
Download do edital: www.comprasnet.gov.br e http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br, bem como, as cópias do Edital estarão expostas no mural do Núcleo de Licitação.

INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **nº 002/24/SIURB** - Processo SEI: **6022.2024/0000859-4**
OBJETO: **registro de preços para a prestação de serviços especializados para plantio de mudas, compreendendo espécies arbóreas nativas da mata atlântica, manutenção por período de até 12 (doze) meses, com o fornecimento de insumos, materiais diversos e mão de obra, e prestação do serviço de consultoria técnica com elaboração de documentos e relatórios técnicos para atendimento de TERMOS DE COMPROMISSO AMBIENTAIS - TCAs e TERMOS DE COMPROMISSO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - TCRAs -** CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.**
DATA: **12/08/2024 às 11h -** LOCAL: www.compras.gov.br - CÓDIGO UASG: **925058.**
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/24/SIURB - **107291542.**

SUBPREFEITURA SAPOPEMBA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA **Nº 90007/SUB-SB/2024 -** PROCESSO SEI **Nº 6061.2024/0001017-6**
TIPO: **EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL -** REGIME DE EXECUÇÃO: **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL -** OBJETO: **Revitalização, incluindo reforma de quadra poliesportiva, instalação de ATI, playground, mobiliário urbano e serviços de paisagismo e complementares de engenharia na Praça Humberto Reis Costa, localizada na Rua Soldado Pedro Graciano Moreira - Conj. Habitacional Mascarenhas de Moraes - Distrito de Sapopemba -** Data/hora da sessão pública: **09/08/2024 às 09:00h -** Local: www.compras.gov.br.
CONCORRÊNCIA **Nº 90008/SUB-SB/2024** - PROCESSO SEI **Nº 6061.2024/0001019-2**
TIPO: **EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL -** REGIME DE EXECUÇÃO: **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL -** OBJETO: **Revitalização, incluindo reforma de quadra poliesportiva, instalação de ATI, playground, brinquedo de madeira plástica, mobiliário urbano e serviços de paisagismo e complementares de engenharia, na Praça Luiz Gonzaga Nascimento Junior, Rua Chiquinha Gonzaga, Vila Primavera - Distrito de Sapopemba, SP -** TIPO: **EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL -** Data/hora da sessão pública: **12/08/2024 às 09:00h** - Local: www.compras.gov.br.
Os editais de licitação e seus anexos e os demais atos pertinentes também constarão no site http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br **- Subprefeitura Sapopemba.**

SUBPREFEITURA GUAIANASES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência **n° 90006/SUB-G/2024** - Processo SEI **6038.2024/0001176-2**
OBJETO: **Construção 2º Pavimento no prédio da Rua Antonio Januário Ferraz.**
Data/hora da sessão pública: **11/09/2024, às 10 horas -** Download do edital: https://www.gov.br/compras/pt-br (UASG 925074) ou clicando no link a seguir: **SEI 107291492** (edital e termo de referência) ou no site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio. Informações adicionais: Telefone (11) 2392-1090 ou 2392-1045 e/ou e-mail claudiomelo@smsub.prefeitura.sp.gov.br ou rspigariol@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

VERDE E MEIO AMBIENTE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência Eletrônica **Nº 007/SVMA/2024 -** Processo SEI **Nº 6027.2024/0007094-7**
Critério de julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL -** Objeto: **Contratação de obras, serviços e projeto para instalação de grama sintética e execução de drenagem nos campos dos Parques Raposo Tavares, localizado na zona oeste e Vila Rodeio na zona leste de São Paulo, que busca soluções arquitetônicas, estruturais, infraestruturais, paisagísticas, técnicas, topográficas e urbanísticas conforme projeto básico, planilha orçamentária e demais documentos disponibilizados por esta Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) -** Data/hora da sessão pública: **27 de agosto de 2024, às 10:00h -** Local: www.comprasnet.gov.br **UASG Nº: 925020** - RETIRADA DO EDITAL: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/ ou www.comprasnet.gov.br , ou por meio de agendamento via svmalicitacao@prefeitura.sp.gov.br na Divisão de Licitações e Contratos - DLC da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, na Rua do Paraíso, 387 - 9º andar - Paraíso - São Paulo/SP - CEP 04103-000, mediante a entrega de 01 (um) pendrive.

SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **90005/CRSO/2024 -** PROCESSO SEI: **6018.2024/0008391-8**
Objeto: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de aparelhos CPAP - (Continuous Positive Airway Pressure) automático para atendimento a usuários portadores de Apnéia Obstrutiva do Sono - (AOS) residentes na área de abrangência da Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, de acordo com as especificações e condições constantes do Anexo I do Edital** - Data/hora da sessão pública: **09/08/2024 às 08:00h - Local:** https://www.gov.br/compras/pt-br - O edital e seus anexos poderão ser obtidos através da Internet pelo endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/ ou poderão ser adquiridos mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo, nos termos da legislação vigente, junto ao Setor de Compras/Licitações da Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, sito à Rua Doutor Virgílio de Carvalho Pinto, 519, Bairro Pinheiros - São Paulo/SP - CEP 05415-030 das 09:00 às 16:00 horas.

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90003/2024 -** Processo **nº 6018.2024/0006487-5**
Objeto: **Prestação de serviço de transporte, *sob demanda*, para retirada e entrega de BENS PERMANENTES, INSERVÍVEIS E MATERIAIS das Unidades Básicas de Saúde, realizar a movimentação física destes materiais, seja nas modalidades de concessão, transferência, recolhimento, empréstimos e mudanças, pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Centro, através de caminhão baú do tipo V.U.C. (Caminhão Urbano de Carga), o qual deverá respeitar as dimensões aproximadas de 2,20m de largura x 6,30m de comprimento, para ser enquadrado como tal, com a inclusão de 01 (um) motorista e 01 (um) ajudante, de combustível, quilometragem livre, de lubrificantes, de equipamentos de segurança e manutenção. Conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência -** Tipo menor preço - Data início do recebimento das propostas: **23/07/2024 -** Data e hora da abertura da sessão pública: **06/08/2024 às 11:00h -** Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio - Coordenadoria Regional de Saúde Centro e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, https://www.gov.br/pncp/pt-br, clicar em contratações, na palavra-chave digitar**: 926799,** doc. SEI **nº 107256001.**

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar
Processo SEI**: 6018.2024/0006102-7 -** Dispensa eletrônica **Nº 90435/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **A AQUISIÇÃO DE COVISA: SOLUÇÕES E REAGENTES.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00, do dia 06 de agosto de 2024,** a cargo da **6ª CPL/SMS.**
Processo SEI: **6018.2024/0017027-6 -** Pregão eletrônico **Nº 90543/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE FITA ADESIVA, MICROPOROSA, BRANCA, 2,5 CM X 10 M; FITA ADESIVA, MICROPOROSA, BRANCA, 5,0 CM X 10 M; FITA ADESIVA, MICROPOROSA, BRANCA, 10,0 CM X 10 M; FITA ADESIVA PARA SUTURA DE PELE 12 MM X 100 MM.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00 do dia 06 de agosto de 2024,** a cargo da **10ª CPL/SMS.**
Processo SEI: **6018.2024/0053326-3 -** Pregão eletrônico **Nº 90499/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER ELÉTRICA, CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO OPERACIONAL E MANUTENÇÃO DURANTE O PERÍODO DA GARANTIA, POR EMENDA MUNICIPAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL PROF. DR. ALIPIO CORREA NETO, POR EMENDA FEDERAL E EMENDA MUNICIPAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL PROF. DR. WALDOMIRO DE PAULA E POR EMENDA FEDERAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL IGNÁCIO PROENÇA DE GOUVÊA, VINCULADOS A ESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00 do dia 05 de agosto de 2024,** a cargo da **9ª CPL/SMS.**

Informações relevantes de instituições de ensino de todo o País com conteúdos especiais, notícias e insights criativos sobre o universo acadêmico

Dados sobre tipo de instituição, infraestrutura, sistema e níveis de ensino de colégios do Brasil

Avaliação e informações de milhares de cursos superiores que auxiliam na decisão dos estudantes

Análise dos principais MBAs, para ajudar a impulsionar carreiras e adquirir novos conhecimentos e networking

Mais informações: publicacoes@estadao.com

Realização: ESTADÃO

Criação:

Desestatização Empresa de saneamento

Tarcísio diz que alto investimento justifica preço de venda da Sabesp

Ações da estatal foram vendidas abaixo da cotação no dia do leilão; para o governador, desconto era 'natural'

ALTAMIRO SILVA JUNIOR
MATHEUS DE SOUZA
ELISA CALMON
CYNTHIA DECLOEDT

Em cerimônia que marcou o encerramento do processo de privatização da Sabesp, ontem na B3 (a Bolsa brasileira), o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, defendeu o modelo de venda e disse que o preço de R$ 67 da ação pago pelos investidores pelas ações da companhia ficou bem acima das cotações de quando o processo de venda do controle da estatal de saneamento começou, há 18 meses. Em 2022, o preço das ações da Sabesp foi de R$ 33 a R$ 46, e ganhou impulso depois das eleições daquele ano e a expectativa de privatização, chegando a R$ 51.

"Estamos falando da maior ordem individual (de compra) da história das ofertas públicas de ações no Brasil"

"Era natural que tivesse um desconto em relação ao valor de tela (das ações) do dia. Do ponto de vista financeiro, valeu muito a pena para o Estado"
Tarcísio de Freitas
Governado de São Paulo

"Essa narrativa não nos preocupa", disse o governador, reagindo a críticas, vindas principalmente de partidos de esquerda, que questionaram o fato de o preço de venda das ações ter ficado abaixo das cotações dos papéis no dia do leilão. "Do ponto de vista financeiro, valeu muito a pena para o Estado", disse Tarcísio, argumentando que este (o ganho financeiro) não é o objetivo principal do Estado, mas sim a universalização do acesso ao saneamento, previsto para 2029.

"Atingimos nosso objetivo e o alcance financeiro foi maior do que o esperado", reforçou a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do governo paulista, Natália Resende, também ao ser questionada sobre o preço de venda das ações.

Em 28 de junho, dia em que o nome da Equatorial foi anunciado como investidor de referência, o preço da ação da Sabesp estava ao redor de R$ 74 na B3. "Estamos falando da maior ordem individual da história das ofertas públicas de ações no Brasil", disse governador, ressaltando que a Equatorial pagou R$ 6,8 bilhões, mas não terá o controle da Sabesp. Hoje será divulgado o preço mínimo que o governo de São Paulo fixou em junho para a venda das suas ações da Sabesp, mas que só seria revelado após a conclusão da oferta.

Ainda ao defender o preço de R$ 67 por ação, Tarcísio argumentou que a Equatorial, que propôs esse preço para ficar com 15% da Sabesp, terá de fazer investimentos pesados para universalizar o acesso ao saneamento no Estado até 2029, além de não poder vender as ações até dezembro daquele ano, o chamado lock-up. "Era natural que tivesse um desconto em relação ao valor de tela do dia."

Tarcísio disse ainda que o preço das ações subiu na B3 depois da divulgação do nome do investidor de referência como era esperado, em razão dos vultosos investimentos previstos no compromisso de universalizar o acesso a água e saneamento em São Paulo até 2029. Se não houvesse essa figura do investidor de referência, a ação estaria a um valor menor do que está hoje, argumentou o governador.

No evento da B3, ontem, o Tarcísio disse ainda que as ações da Sabesp têm potencial para subir e chegar a R$ 120. "Vamos ter um crescimento muito grande da base de ativos da Sabesp, vai dobrar", disse ele. A esse preço, os 18% da fatia de ações remanescentes em poder do governo paulista depois da privatização estarão valendo 32% mais do que os que foram vendidos agora – e renderam R$ 14,8 bilhões aos cofres do Estado.

TRANSIÇÃO DE COMANDO. Concluída a oferta pública, o próximo passo será a transição do comando da empresa para o setor privado. Isso só ocorrerá após aprovação da entrada da Equatorial pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em processo que deve terminar ainda neste ano.

"Queremos garantir uma transição suave, o Estado continua na empresa, como principal acionista", disse Tarcísio. O processo de transição vem sendo discutido dentro da Sabesp desde o ano passado, quando foi montado um grupo para avaliar o assunto, que estabeleceu um plano de 100 dias.

MÔNICA ANDRADE/GOVERNO DO ESTADO DE SP

Governador Tarcísio de Freitas (c) em cerimônia na Bolsa de Valores

Depois da aprovação do Cade, haverá a assembleia dos acionistas para eleger o novo conselho, no qual a Equatorial terá três assentos, incluindo o novo presidente do colegiado. A empresa também indicará o presidente executivo da Sabesp. "(Ainda) Este ano", disse Resende.

REDUÇÃO DE TARIFAS. O CEO da Equatorial Energia, Augusto Miranda, afirmou que ainda é cedo para falar das indicações da companhia para a presidência e conselho. "Indicações ainda estão prematuras", disse.

Para bancar os investimentos na Sabesp, Miranda disse que a Equatorial tem "ativos maduros" que podem ser vendidos, além de poder acessar os mercados locais e externos. "Não é uma ruptura, é uma continuidade", disse.

Perguntada sobre as cláusulas do edital da oferta que teriam sido o motivo para afastar outros investidores do processo, como a Aegea, Resende argumentou que o governo paulista se baseou em princípios de governança e avaliou outros modelos no mercado para definir o da Sabesp. Uma das cláusulas que teria afastado outros interessados, foi a da "posion pill", mecanismo que protege minoritários em trocas de controle. Segundo Resende, essa é uma regra comum, presente em várias empresas. "Tem investidores com características especificas, que trabalham mais com lógica do controle e não se enquadrariam, mas o governo sempre manteve uma linha reta, clara do que queria."

Finalizada a venda à iniciativa privada, a Sabesp anunciou ontem a redução de suas tarifas. Haverá corte de 1% na tarifa residencial, de 10% na tarifa social e vulnerável, e de 0,5% para outras tarifas.●

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

Golfe em Harmonia com a Natureza

Uma experiência única para os amantes do golfe no Hotel Resort e Golfe Clube dos 500. Nosso campo, em meio a uma paisagem natural deslumbrante, proporciona o ambiente perfeito para os entusiastas do esporte.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!

Debate Reindustrialização

Indústria precisa de 'Plano Safra' e de juros menores, afirmam líderes do setor

Presidente da Fiesp diz que no País hoje 'viver de renda se tornou um grande negócio', mas produzir, não

A indústria brasileira enfrenta hoje dois grandes entraves para o seu desenvolvimento: juros altos e falta de uma política específica para o setor, com crédito mais barato, aos moldes do Plano Safra, que é voltado para a agricultura. No período (2024/2025), serão destinados R$ 400 bilhões para o setor.

É o que disseram ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, e o diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, durante a abertura do Fórum Estadão Think – A Indústria no Brasil Hoje e Amanhã, na sede da Fiesp, uma realização do **Estadão**, com apoio da Fiesp, do Ciesp, da Firjan e da CNI.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, no Brasil "viver de renda se tornou um grande negócio", e produzir, uma péssima iniciativa. Segundo ele, o Plano Real, que acabou com o flagelo da hiperinflação, impôs uma taxa de juro real alta que deveria ser transitória, mas se tornou permanente.

"Ao longo dos últimos 30 anos, se nós tivéssemos aplicado R$ 100 em CDI, títulos públicos sem qualquer spread bancário (*a diferença entre os juros que os bancos pagam e cobram*), teríamos hoje R$ 8.043. Enquanto um bem ou serviço que custava R$ 100 há 30 anos, hoje, se corrigido pelo IPCA, custaria R$ 808. Ou seja, a taxa de juro real nestes 30 anos é dez vezes maior do que a taxa de inflação", disse Josué.

"Mesmo se levarmos em consideração os últimos 25 anos desde a criação do tripé macroeconômico colocado em prática pelo Armínio Fraga, nós vamos ver que a taxa de juro, em média, foi de 12,4% contra uma taxa de inflação de 6,5%", disse o presidente da Fiesp.

Ele questionou como um setor intensivo em capital pode ter os recursos necessários para manter a sua produtividade e continuar competitivo, se não consegue tomar recursos de terceiros. "Como manter a competitividade em um contexto como este?", indagou Josué. O presidente da Fiesp disse ainda que é preciso "aplaudir o desempenho do agro brasileiro", mas é necessário lembrar que desde 2003 o setor conta com o Plano Safra, que oferece crédito subsidiado.

Segundo Josué, é a indústria quem cria tecnologia e, a seu ver, os polos de inovação têm de estar próximos dos centros de produção, da indústria. "Os Estados Unidos estão cientes que exportaram sua indústria."

"Dentro deste extremo liberalismo, era preciso ser eficiente. E buscar a eficiência significava buscar os países de menor custo de produção, especialmente em função do custo de trabalho mais baixo e das regulações ambientais mais flexíveis. Agora, eles estão se dando conta de que perderam, inclusive, sua classe média", disse o presidente da Fiesp, acrescentando esperar que o Brasil se dê conta da importância da indústria de transformação e passe a fazer o mesmo.

> ***"A taxa de juro real nestes 30 anos (desde o Plano Real) é dez vezes maior do que a da inflação"***
> **Josué Gomes**
> **Presidente da Fiesp**

> ***"A reindustrialização precisa vir de uma política de Estado"***
> **Rafael Lucchesi**
> **Diretor de Desenvolvimento da CNI**

OPORTUNIDADE. De acordo com Rafael Lucchesi, o crescimento exponencial da economia brasileira, tendo a indústria como base entre as duas grandes guerras mundiais no século passado, dá uma pista da janela de oportunidades que o Brasil tem hoje. "O Brasil cresceu na crise de hegemonia no século passado. Durante cinco décadas foi um dos países que mais cresceram no mundo", disse. "O momento atual é semelhante, apesar de condições fiscais não tão favoráveis."

Josué Gomes, presidente da Fiesp, discursa na sede da entidade, em São Paulo

Lucchesi afirmou que existem três processos em curso atualmente. A nova revolução industrial baseada em big data, na internet das coisas e na inteligência artificial; os extremos climáticos, que fazem acelerar a necessidade da transição energética; e a nova geopolítica, que mostra descolamento entre o Ocidente e o Oriente, assim como ocorreu no século passado, entre os anos 1920 e 1980.

"Precisamos fazer mais do que discutirmos a questão fiscal. Temos de ter estratégia, uma missão. A reindustrialização precisa vir de uma política de Estado", disse Lucchesi. Se de um lado a janela de oportunidades que o setor industrial brasileiro tem é estreita, de outro, precisa haver mais ambição, defende o representante da CNI.

O Brasil é o país que mais retrocedeu em termos de competitividade, disse, por causa da ausência de políticas industriais ativas, ao contrário do que ocorre com os países mais ricos, que despejam atualmente quase US$ 13 trilhões nesse tipo de política. "O rentismo sem produção também vai con-

'Precisamos conquistar mercados com tecnologia'

ENTREVISTA

Igor Rocha
Economista-chefe da Fiesp

DIEGO LAZZARIS
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O Brasil tem a oportunidade de desenvolver uma economia mais sustentável que atraia recursos e estimule o crescimento do emprego e da renda, se souber aproveitar suas vantagens naturais para liderar em setores estratégicos de inovação e tecnologia. A avaliação é do economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Igor Rocha, que participou, ontem, do Fórum Estadão Think – A Indústria no Brasil Hoje e Amanhã, realizado na sede da Fiesp, na Avenida Paulista.

"Precisamos fazer uma transformação produtiva nos nossos setores e na nossa economia, especialmente para conquistar mercados com setores de média tecnologia, que são intensivos em inovação e tecnologia, além de promover a disseminação de inovações para o restante da economia", afirma Rocha. Segundo ele, nesse sentido, o Brasil tem uma posição "bastante singular e positiva, principalmente em relação à sustentabilidade e à transição verde".

"O País está sendo colocado no centro das instituições globais como uma economia com um potencial fantástico, dadas, obviamente, suas dotações naturais que atraem esse tipo de capital", diz.

Para o economista, o custo elevado do crédito e a carga tributária extremamente alta no País penalizaram na última década a indústria brasileira. A reforma tributária aprovada pelo Congresso traça, portanto, um cenário positivo para o futuro do setor. "No futuro, podemos realizar revisões nesses tratamentos diferenciados introduzidos pela reforma tributária, buscando criar um ambiente tributário mais justo e isonômico entre os setores", defende.

Como fazer com que a indústria volte a ganhar competitividade e protagonismo na economia brasileira?

De fato, a indústria teve uma queda bastante acentuada na participação do PIB (*Produto Interno Bruto*) nos últimos 30 anos, e isso se deve a uma conjunção de fatores. Um dos principais motivos é o custo do crédito, que é muito elevado no setor industrial. Outro ponto é a questão tributária. A indústria, sobretudo a de transformação, tem uma carga tributária extremamente elevada quando comparada a outros setores. Nesse sentido, a reforma tributária é muito positiva porque trará mais transparência, evidenciando claramente quais setores pagam muito, quais pagam pouco e quais nada pagam. No futuro, podemos realizar revisões nesses tratamentos diferenciados introduzidos pela reforma tributária, buscando criar um am-

INÊS 249

TABA BENEDICTO/ESTADÃO

denar o futuro no Brasil", segundo Lucchesi.

Se, do ponto de vista estratégico, o setor industrial precisa de um Plano Safra, a questão tributária ainda gera apreensão, na visão de Rafael Cervone, presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Entre outros pontos, porque a lista extensa de benefícios tende a gerar distorções nos ganhos da reforma tributária em curso no Congresso.

"A alíquota média tende a ficar em 26%, mas, sem os chamados puxadinhos, poderia ficar em 20%. É preciso que isso seja analisado com urgência pelo Congresso Nacional", disse Cervone. Segundo ele, é ainda necessário dar andamento à "dormente" reforma administrativa, "igualmente fundamental".

Além das questões fiscal e tributária, outras áreas precisam ser atacadas para que a indústria brasileira volte a ter uma curva ascendente, segundo Carlos Erane de Aguiar, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Para ele, a falta de segurança pública é outro gargalo que gera bilhões de reais em prejuízo. Desde a questão da ida e vinda ao trabalho por parte do trabalhador, passando pela perda de patrimônio em si até questões envolvendo roubo de energia, de água e de crimes eletrônicos, como fraudes.

"Atividades ilegais cibernéticas como roubo de propriedade intelectual têm um impacto devastador para toda a sociedade", disse. "Toda a insegurança na indústria precisa ser tratada como uma abordagem integrada." ● FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/SÃO PAULO, EDUARDO GERAQUE e DIEGO LAZZARIS/ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Perspectivas

O que os palestrantes disseram

BRÁULIO BORGES
Pesquisador associado do Ibre/FGV

"A comparação com o Plano Safra é pertinente, pois o agronegócio, que teve um desempenho pujante nos últimos 20 a 25 anos, recebe financiamento anual cinco vezes maior do que o proposto para a nova indústria brasileira. Há um claro diagnóstico de deficiência de financiamento na indústria", disse o economista Bráulio Borges, pesquisador associado da FGV e consultor da LCA.

MELINA ROCHA
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

"A indústria é a maior beneficiária da reforma tributária", afirmou Melina Rocha, consultora especialista em temas tributários. "A carga e a cumulatividade sobre o setor é muito alta, e agora isso vai mudar", afirmou a especialista. "O aumento de produtividade no setor industrial deve crescer 8%. Enquanto a atividade do setor em si pode crescer até 25%", disse Melina.

PAULO GALA
Economista do Banco Master

"Com uma taxa de juros muito alta, não se consegue comprar as máquinas e os equipamentos necessários (para a indústria). Entramos em uma situação em que apenas a parte tradicional dos serviços simples da economia se expande e esses serviços são mais inflacionários do que o setor industrial", afirmou o economista do Banco Master.

CORNELIUS FLEISCHHAKER
Economista sênior do Banco Mundial

"Não vai mudar bruscamente o sistema e tributação do dia para a noite. E não é coincidência ela chegar apenas agora depois de muita resistência. O fato de termos agora uma transição paulatina ajudou a quebrar as contrariedades", afirmou o economista, para quem um dos níveis importantes que vai ser alterado a partir da regulamentação da lei é o da tributação indireta.

Mário Bernardini
Conselheiro do Cosec

"Se o financiamento é a seiva que alimenta a indústria, são os vampiros que estão se alimentando, a indústria, não. Então, se você me pergunta se temos financiamento, a resposta é essa: pouco e caro", disse Bernardini. "E não temos financiamento porque o brasileiro não gosta de pegar dinheiro emprestado? Não, ele pega dinheiro emprestado todos os dias", afirmou Bernardini.

PAULO RABELLO
Ex-presidente do BNDES

"O Brasil não tem paralelo em nenhum lugar do mundo, em termos do que é feito errado na concessão de crédito para o setor produtivo", disse o economista. "A reforma tributária, depois de muito tempo, fará com que o Brasil deixe de ser um manicômio e se torne apenas um pandemônio", afirmou o ex-presidente do BNDES no governo Michel Temer.

EVERTON AMARO/FIESP

biente tributário mais justo e isonômico entre os setores. Assim, aqueles que forem mais competentes poderão performar melhor, sem as distorções que muitas vezes fazem parecer que o setor A, B ou C é mais competente que o D, E ou F, sem uma análise adequada dos fatores por trás disso.

A burocracia e a insegurança jurídica também são vistas como entrave para o desenvolvimento da indústria. Como melhorar isso?
Toda a incerteza, por mais que seja de curto prazo, gera uma dificuldade para o investimento de longo prazo, porque a imprevisibilidade traz insegurança. A insegurança jurídica é um dos componentes do chamado custo Brasil que os empresários frequentemente mencionam. Existem outros fatores, mas a insegurança jurídica é um dos mais comumente abordados. Isso é muito custoso para as empresas. Quando você está planejando um investimento, como fábricas e plantas industriais, que geralmente envolvem volumes de investimento bastante vultosos, a falta de clareza e segurança jurídica criam um ambiente muito adverso para o investimento produtivo. A famosa frase 'no Brasil, até o passado é incerto' reflete bem essa situação, tornando o ambiente ainda mais desafiador para quem quer investir. Sem dúvida, a reforma tributária também ajuda a melhorar a segurança jurídica, e se espera que reduza a judicialização tributária. Embora o período de adaptação seja longo, essa mudança é um fator positivo.

Existem setores específicos que poderíamos focar para aumentar a competitividade da indústria?
Precisamos fazer uma transformação produtiva nos nossos setores e na nossa economia, especialmente para conquistar mercados com setores de média tecnologia, que são intensivos em inovação e tecnologia, além de promover a disseminação de inovações para o restante da economia. Nesse sentido, o Brasil tem uma posição bastante singular e positiva, principalmente em relação à sustentabilidade e à transição verde. Temos setores de energias renováveis, como a eólica, incluindo a potencialidade do vento do mar, além do hidrogênio verde e a exploração da eólica offshore. O Brasil pode, sem dúvida, atrair muito capital para essa agenda. O País está sendo colocado no centro das instituições globais como uma economia com um potencial fantástico, dadas, obviamente, suas dotações naturais que atraem esse tipo de capital. A entrada desses recursos pode fomentar significativamente o crescimento do emprego e da renda no País. É uma oportunidade para desenvolvermos uma economia mais sustentável e competitiva globalmente, aproveitando nossas vantagens naturais para liderar em setores estratégicos de inovação e tecnologia. ●

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

EDITAL 005/2024, Modalidade: Ato Convocatório, Tipo: Menor Preço Global. **OBJETO DA SELEÇÃO:** AQUISIÇÃO DE TUBO DE SILICONE E CONECTORES. **PROCESSO:** 001/0708/000.109/2024. **DATA: 09/08/2024, HORA: 10h00min, LOCAL:** Centro Administrativo (Avenida da Universidade, 210 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP).

Prefeitura de São José dos Campos

Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

Edital de licitação: Pregão Eletrônico 033/SGAF/2024 Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de radiocomunicação digital com fornecimento de equipamentos. Abertura: 06/08/2024 às 09h00.

Informações: Rua José de Alencar, 123 - 1º andar - sala 03, das 08h15 às 17h00. **Everton Almeida Figueira** - Diretor do Departamento de Recursos Materiais. Os editais completos podem ser retirados através do site: www.sjc.sp.gov.br.

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Convocação para Seleção de Fornecedores

A Fundação Butantan comunica sobre a realização de procedimento de compra para contratação de prestação de serviço de testes de validação de eficácia de desinfetantes. Aos interessados, para maiores informações e recebimento das Especificações, entrar em contato através do endereço de e-mail "editais@butantan.gov.br" **até o dia 26/07/2024 – sexta-feira.**

Instituto Butantan

CNPJ 46.374.500/0264-01

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Instituto Butantan, o PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90005/2024, Processo n° 024.00184370/2023-16, destinado a aquisição de feno para equinos com entrega parcelada, modo de disputa Aberto do tipo MENOR PREÇO. A sessão será realizada no dia 05/08/2024 às 09:30 hs, no endereço eletrônico www.compra.sp.gov.br O Edital estará disponível a partir de 24/07/2024 no endereço eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES> EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao Núcleo de Compras do Instituto Butantan pelo e-mail: compras.ib@butantan.gov.br.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE MEDICINA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°: 05/2024 - FM

PROCESSO SEI Nº: 154.00003457/2024-16

A Faculdade de Medicina torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob N° 05/2024 - FM, do tipo menor preço, cujo objeto é a aquisição de peças de reposição para Racks Ventiladas e Módulo de troca das Áreas SPF e Experimental da DTAPEPI-FMUSP, estando a sessão de disputa agendada para o dia 05.08.2024, às 08h00, com cadastro de propostas até o início da sessão, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos, que poderá ser obtido nos seguintes endereços eletrônicos: www.pncp.gov.br e www.portalservicos.usp.br/contratacoes.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1019391-86.2021.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Crespo Dias, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **WANDERLEY MACHADO SILVA JÚNIOR**, Brasileiro, Solteiro, Empresário, RG 13.396.939-3, CPF 18001607801, que lhe foi proposta uma ação de Notificação por parte de Comissão de Representantes do Empreendimento do Condomínio Edifício Start Up Liberdade, objetivando a notificação do requerido para comparecer no escritório que representa a Notificante, em horário comercial, com sede na Rua Cincinato Braga, n. 321, 12ª Andar, Bela Vista, CEP 01.333-011, São Paulo/SP, telefone: (11) 3262- 0087, pagar a dívida em aberto para com o prosseguimento das obras, que somam o valor total de R$ 27.138,11 (vinte e sete mil cento e trinta e oito reais e onze centavos), atualizados até 20.04.2021, decorrente de Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra de Imóvel em Construção e Outras Avenças do Empreendimento Start Up Liberdade, em 12/07/2017, ESSER BAHAMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, a unidade 1510, no empreendimento Start Up Liberdade, em construção, localizado na Rua Pandiá Calógeras, n. 84, Aclimação, São Paulo – SP, objeto da matrícula nº 160.523 do 16º CRI-SP. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **NOTIFICAÇÃO**, por **EDITAL**, para os atos e termos da ação, conforme artigo 726, do CPC, observando-se que na notificação judicial não cabe contestação ou dilação probatória (arts. 726 a 728 do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de julho de 2024.

Banco Voiter S.A.

CNPJ/MF nº 61.024.352/0001-71 - NIRE 353.000.242-90

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 05 de Abril de 2024

1. Data, Local e Hora: Aos 05/04/2024, às 17h, na sede social do Banco Voiter S.A. presente o único acionista da Companhia. **Deliberações:** Destituir os Srs. **Roberto de Rezende Barbosa,** RG nº 3.431.622-X e CPF nº 368.376.798-72; **Afonso Antônio Hennel,** RG nº 297.257 e CPF nº 027.813.102-63; e **Walter Iorio,** RG nº 3.464.021 e CPF nº 051.364.908-53, do cargo de Conselheiro da Companhia, outorgando-lhes a mais ampla, rasa, plena, geral, irretratável e irrevogável quitação com relação a todo o período durante o qual este ocupou cargos na administração da Companhia, para nada mais reclamarem uns dos outros a qualquer tempo. Aprovar a eleição de **Daniel Bueno Vorcaro,** MG 12.849.925 (SSP/MG), CPF/MF nº 062.098.326-44, para o cargo de Presidente do Conselheiro da Companhia; **Maurício Antônio Quadrado,** RG nº 9.801.378-6-SSP-SP, e CPF/MF nº 032.718.308-00, para o cargo de Conselheiro da Companhia; e **Viviane Aparecida Rodrigues Afonso,** RG nº 25.073.325-0, e CPF/ME nº 273.105.798-01, para o cargo de Conselheira da Companhia, pelo período remanescente do mandato em curso, até a posse daqueles que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025. Os membros do Conselho de Administração tomarão posse após a homologação da sua eleição pelo Banco Central do Brasil. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 05/04/2024. Mesa: **Angelo Antônio Ribeiro -** Presidente; **Luiz Antônio Bull -** Secretário. **JUCESP** nº 266.850/24-8 em 17/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

Comunica: Chamamento Público

O Instituto Butantan e a Fundação Butantan tornam público o Edital de Chamamento de Interessados nº 002/2024, cujo objeto é a seleção de interessados em estabelecer aliança estratégica em saúde para participação no Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) do Ministério da Saúde, considerando os desafios e soluções produtivas e tecnológicas para o SUS, constantes da Matriz de Desafios Produtivos e Tecnológicos em Saúde do Ministério da Saúde. O Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites https://fundacaobutantan.org.br e https://butantan.gov.br.

A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - TORNA PÚBLICO O EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE CROMATOPLACAS DE ALUMÍNIO
PREGÃO ELETRÔNICO 90017/2024 - CONTRATANTE (UASG) (180216)
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CROMATOPLACAS DE ALUMÍNIO
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 641.500,00
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 05/08/2024 às 10h30min (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item - MODO DE DISPUTA: aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
REALIZAÇÃO: https://compras.sp.gov.br/

ICBUSP

INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 07/2024 - ICB/USP

PROCESSO SEI Nº 154.00003209/2024-75

O Instituto de Ciências Biomédicas torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº: 07/2024 - ICB/USP, do tipo menor preço, cujo objeto é PRODUTOS DE LIMPEZA, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 25/07/2024 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 06/08/2024 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do sítio www.gov.br/compras. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 24/07/2024, além da página do GOV.BR citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br.

COMPANHIA DE TRANSPORTES DO ESTADO DA BAHIA – CTB

AVISO DE LICITAÇÃO PRESENCIAL - LP Nº 24.001 / CTB

A Companhia de Transportes do Estado da Bahia – CTB, torna público que fará realizar licitação, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/16 e Legislações pertinentes, cujo objeto é a **contratação de empresa de Consultoria para Supervisão, Gerenciamento, Certificação e Apoio à Fiscalização da CTB das Obras e Serviços para Implantação do VLT de Salvador e Região Metropolitana, Trechos, Ilha de São João – Calçada, Paripe – Águas Claras e Águas Claras – Piatã**, de acordo com as exigências e demais condições expressas no Edital e seus Anexos. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.ctb.ba.gov.br ou na sede da CTB, situada no Largo da Calçada, s/n, Estação de Trens – Prédio Anexo, Calçada, Salvador – BA, na sala da COPEL, das 09:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas. A sessão pública para recebimento das propostas dar-se-á no dia **30 setembro de 2024**, às 9:00 horas, na sala de reuniões da CTB, no endereço acima. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone: (71) 3612-1205. Salvador - BA, 23/07/2024.
Ana Claudia Martins de Souza Couto – Presidente da Comissão Especial de Licitação.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO OSASCO VOLEIBOL CLUBE

O Presidente da Diretoria do Osasco Voleibol Clube, no uso de suas atribuições e com base no Artigo 24, do Estatuto da entidade, convoca todos os seus associados para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 30.07.2024, na cidade de Osasco - SP, na Rua Jubair Celestino, nº 150, Bairro Presidente Altino, CEP 06216-150, às 10:00 horas, em primeira chamada e, não havendo quórum, 01 hora depois, conforme Artigos 21, parágrafo único, 22, e 25, II, b, todos do Estatuto Social.

ORDEM DO DIA:
1. Em razão do pedido de renúncia de membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, convocar eleição para adequação dos cargos até o final do mandato vigente, 13.03.2026, inclusive para representante de atletas.

Osasco – SP, 22 de julho de 2024.
OSASCO VOLEIBOL CLUBE
Cláudio Sérgio da Silva - Presidente da Diretoria

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2024

Acha-se aberto no Parque Tecnológico de Sorocaba o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2024 - CPL Nº. 011/2024**, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇO DE LIMPEZA PARA ATENDER A ESTA EMPTS.** O limite para o recebimento da proposta no site www.bnc.org.br será até às 08:00 horas do dia 08/08/2024 e a **Abertura da Fase de Lances será dia 08/08/2024 às 09h00.** Informações pelos sites www.parquetecsorocaba.com.br e https://bit.ly/3x2RHwz **(PNCP)**, pelo fone (15) 3316-2323 ou e-mail licitacoes@empts.com.br. Sorocaba, 23 de julho de 2024. **Regiane Christina Florentino Frassato – Pregoeira.**

ABCB - Amar Brasil Clube de Benefícios

C.N.P.J.: 39.911.488/0001-44 - Rua Funchal, 538, Sala 163, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04551-060

Balanço Patrimonial do Exercício em 31/12/2023

Descrição	Saldo Atual	Descrição	Saldo Atual
Ativo	R$ 2.066.145,88	**Passivo**	R$ 2.066.145,88
Ativo Circulante	R$ 1.365.769,54	**Passivo Circulante**	R$ 726.944,45
Disponível	R$ 274.467,88	Fornecedores	R$ 226.686,58
Caixa	R$ 1.886,63	Fornecedores	R$ 226.686,58
Bancos Conta Movimento	R$ 8.963,74	**Obrigações Tributárias**	R$ 481.855,90
Aplicações Financeiras Liquidez Imediata	R$ 263.617,51	Impostos e Contribuições a Recolher	R$ 481.855,90
Outros Créditos	R$ 1.091.301,66		
Valores a Compensar	R$ 409.697,46	**Obrigações Trabalhista e Previdenciária**	R$ 18.401,97
Adiantamentos a Fornecedores	R$ 628.971,79		
Tributos a Recuperar/Compensar	R$ 52.632,41	Obrigações Sociais	R$ 18.401,97
Ativo Não Circulante	R$ 700.376,34	**Passivo Não Circulante**	R$ 6.133,47
Investimentos	R$ 359.976,34	Passivo Exigível a Longo Prazo	R$ 6.133,47
Fundo de Investimentos Imobiliários - FII	R$ 359.976,34	Receitas Diferidas	R$ 6.133,47
Imobilizado	R$ 340.400,00	**Patrimônio Líquido**	R$ 1.333.067,96
Móveis e Utensílios	R$ 113.140,00	**Lucros ou Prejuízos Acumulados**	R$ 1.333.067,96
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	R$ 227.260,00	Lucros ou Prejuízos Acumulados	R$ 1.333.067,96

Demonstração do Resultado

Descrição	Total	Descrição	Total
Receita Bruta	R$ 82.252.864,92	**Despesas Administrativas**	-R$ (75.500.556,45)
Cancelamentos e Devoluções	-R$ (4.598.369,46)	**Receitas Financeiras**	R$ 850,00
Receita Líquida	R$ 77.654.495,46	**Resultado Operacional**	R$ 1.239.080,19
Lucro Bruto	R$ 77.654.495,46	**Resultado antes do IR e CSL**	R$ 1.239.080,19
Despesas Operacionais	-R$ (76.416.265,27)	**Lucro Líquido do Exercício**	R$ 1.239.080,19
Despesas com Vendas	-R$ (915.708,82)		

Reconhecemos a Exatidão do Presente Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2023 totalizando no Ativo e Passivo: R$ 2.066.145,88 (dois milhões e sessenta e seis mil, cento e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos).

São Paulo, 15 de Fevereiro de 2024

Janie Lupianhez Piva - Presidente - CPF - 006.245.178-29

Mauro Palombo Concílio - Contador - CRC - 1SP159491/O-2

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Segunda Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 116ª (Centésima Décima Sexta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 116ª (Centésima Décima Sexta) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.3.2. do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 116ª (Centésima Décima Sexta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Tanac S.A.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **31 de julho de 2024, às 10:30 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom*, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de junho de 2023, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a Assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares dos CRA: **(i)** A Assembleia instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de qualquer número de Titulares de CRA em Circulação presentes à Assembleia. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos de CRA em Circulação presentes à Assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular do CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares dos CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br, rzf@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares dos CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação destes Titulares de CRA via instrução de voto a distância.

São Paulo, 23 de julho de 2024

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

BSF HOLDING S.A. - NIRE 35.300.196.040 - CNPJ/MF nº 05.676.559/0001-50

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024

Data, hora, Local: 03.06.2024, às 10h, na sede, Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296, Ed. Torre Z - 19º e 20º andar-parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Felipe Carneiro Gonçalves Gomes, Presidente; Rafael Bandeira de Almeida, Secretário. **Deliberações Aprovadas: (i)** a alteração da sede da Companhia para na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 4.777 - 2º andar - Condomínio Edifício Villa Lobos, São Paulo/SP, São Paulo/SP, com a consequente alteração do artigo 2 do Estatuto. **(ii)** a Consolidação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo (SP), 03.06.2024. **Acionistas:** (a) **Carrefour Comércio e Indústria Ltda.**, por Stéphane Samuel Maquaire, Diretor Presidente; e (b) **Itaú Unibanco S.A.**, Rubens Fogli Netto, Diretor. **Administradores**: Felipe Carneiro Gonçalves Gomes e Rafael Bandeira de Almeida. JUCESP nº 268.461/24-7 em 17.07.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Anexo I - **"Estatuto Social da BSF Holding S.A." Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1.** BSF HOLDING S.A. é uma sociedade por ações que se rege por estes Estatutos e pelas disposições legais aplicáveis (doravante designada simplesmente "Companhia"). **Artigo 2.** A Companhia tem sede e foro em São Paulo/SP, na Av. Dra Ruth de Cardoso, nº 4.777 - 2º Andar - Condomínio Edifício Villa Lobos, Jardim Universidade Pinheiros - CEP 05477-903, podendo estabelecer filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional, ou do exterior, onde e quando a Diretoria julgar conveniente e desde que autorizada pelos poderes competentes. **Artigo 3.** A Companhia tem por objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Artigo 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 5.** O capital social é de R$ 1.742.000.000,00, dividido em 1.742.000.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6.** Cada ação ordinária dará direito a 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 7.** As Assembleias Gerais Ordinárias serão realizadas uma vez por ano, nos termos estipulados por lei, e as Assembleias Gerais Extraordinárias poderão ser realizadas sempre que os interesses e benefícios da Companhia assim exigirem. Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias poderão ser convocadas e realizadas simultaneamente. **§ único.** Os Acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por um procurador nomeado em um período inferior a 1 ano, que deverá ser acionista, administrador e/ou advogado que atenda às exigências legais. **Artigo 8.** As Assembleias Gerais deverão ser convocadas pelo Diretor Presidente da Companhia ou, nos casos previstos por lei, pelos acionistas ou pelo Conselho Fiscal. A primeira convocação deverá ser feita com, no mínimo, com 15 dias de antecedência, e a segunda convocação deverá ser feita com, no mínimo, 8 dias de antecedência. **§ 1.** As Assembleias Gerais deverão ser instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 51% do capital social com direito de voto da Companhia, exceto pelas Assembleias Gerais que deliberarem sobre as matérias listadas no Artigo 10 abaixo, as quais deverão ser instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando 100% do capital votante da Companhia, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **§ 2.** As Assembleias Gerais deverão ser instaladas e presididas pelo Diretor Presidente da Companhia ou, em sua ausência ou incapacidade, deverão ser instaladas e presididas por outro Diretor ou acionista designado, por escrito, pelo Diretor Presidente. O Presidente da Assembleia Geral deverá convidar 1 Diretor para atuar como secretário de cada assembleia. **§ 3.** As Assembleias Gerais deverão deliberar apenas sobre as matérias listadas na ordem do dia constante da correspondente convocação, observadas as exceções previstas na Lei nº 6.404/76. **Artigo 9.** Exceto conforme de outro modo previsto neste Estatuto Social ou na legislação aplicável, as deliberações tomadas nas Assembleias Gerais exigirão o voto favorável dos acionistas representando a maioria das ações ordinárias da Companhia. **Artigo 10**. As seguintes matérias a serem deliberadas pela Assembleia Geral da Companhia serão apenas consideradas aprovadas mediante o voto de acionistas representando, no mínimo, 75% do capital social da Companhia: (i) quaisquer alterações ao Estatuto Social da Companhia; (ii) quaisquer alterações na política de dividendos da Companhia; (iii) qualquer redução ou aumento de capital, emissão, recompra ou resgate de quaisquer ações de emissão da Companhia, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia, ou qualquer capitalização, incluindo emissão de novas ações com relação a aquisições ou parcerias estratégicas; (iv) qualquer reorganização societária ou operação de reestruturação, incorporação, transformação, consolidação, fusão, cisão, ou qualquer outras associações comerciais que envolvam a Companhia; (v) dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial, término ou início de processos de falência ou processos similares que envolvam a Companhia; (vi) a assinatura de quaisquer contratos pela Companhia com uma contraprestação anual em montante superior a R$ 5.000.000,00; (vii) qualquer decisão referente: (a) quaisquer alterações ao Estatuto Social do Banco CSF S.A., sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede em São Paulo/SP, na Rua George Eastman nº 213, CNPJ/MF 08.357.240/0001-50 ("Banco CSF") que possa afetar quaisquer direitos dos acionistas da Companhia; (b) quaisquer alterações na política de dividendos do Banco CSF; (c) qualquer redução ou aumento de capital, emissão, recompra ou resgate de quaisquer ações de emissão do Banco CSF, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações Banco CSF, ou qualquer capitalização, incluindo emissão de novas ações com relação a aquisições ou parcerias estratégicas; (d) qualquer reorganização societária ou operação de reestruturação, incorporação, transformação, consolidação, fusão, cisão, ou qualquer outras associações comerciais que envolvam o Banco CSF; e (e) dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial, término ou início de processos de falência ou processos similares que envolvam o Banco CSF, caso essas deliberações sejam submetidas à aprovação em uma Assembleia Geral do Banco CSF (a qual, por essa razão, deverá ser votada pela Companhia em sua capacidade de acionista do Banco CSF); e (viii) quaisquer alterações à política de remuneração da administração da Companhia. **Capítulo IV - Da Diretoria: Artigo 11.** A Companhia será administrada por uma Diretoria. **§ 1.** Os cargos nesse órgão deverão ser preenchidos por meio de um instrumento de posse redigido em livro apropriado e assinado pelo administrador que assumir o cargo. **§ 2.** Os administradores deverão permanecer em seus cargos até seus respectivos sucessores tomarem posse, exceto se de outra forma decidido pela Assembleia Geral. **Artigo 12**. A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global dos membros da Diretoria. **Artigo 13.** A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer momento pela Assembleia Geral, será composta de 3 membros, eleitos dentre profissionais de renome e com capacidade técnica, residentes e domiciliados no Brasil. Um membro da Diretoria será designado Diretor Presidente, um membro da Diretoria será designado Diretor Financeiro, e um membro não terá designação específica. **§ 1.** Os Diretores serão eleitos para um mandato de 1 ano e poderão ser destituídos a qualquer tempo, reeleição sendo permitida. **§ 2.** Não obstante o acima exposto, se, em decorrência de morte, incapacidade, aposentadoria, rescisão voluntária, demissão ou por qualquer outro motivo, houver uma vaga na Diretoria da Companhia, um novo membro deverá ser eleito para ocupar esse cargo, e o prazo de mandato do novo Diretor eleito durará até o final do mandato de seu antecessor. **§ 3.** As decisões tomadas em uma reunião da Diretoria deverão ser refletidas, por escrito, na ata a ser redigida no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, que deverá ser assinada por todos os membros da Diretoria presentes na reunião. **Artigo 14.** A Companhia deverá ser representada da seguinte forma: (i) pelo Diretor Presidente, individualmente; e (ii) na ausência do Diretor Presidente, pelo Diretor Financeiro em conjunto com um outro Diretor da Companhia. **§ único.** As procurações *ad judicia* outorgadas pela Companhia, bem como aquelas outorgando poderes gerais de representação perante terceiros, devem sempre ser assinadas pelo Diretor Presidente, individualmente. Todas as procurações deverão ter uma vigência não superior a 1 ano, exceto pelas procurações *ad judicia* que terão prazo indeterminado. **Artigo 15.** A Diretoria deverá se reunir e aprovar deliberações apenas com o comparecimento e a aprovação da maioria de seus membros. **Artigo 16.** A Diretoria terá as seguintes atribuições: (i) assegurar que a lei aplicável e o Estatuto Social da Companhia sejam observados e as decisões aprovadas pela Assembleia Geral sejam devidamente cumpridas; (ii) propor à Assembleia Geral da Companhia a declaração e distribuição de dividendos anuais; (iii) preparar, anualmente, o relatório da administração a respeito dos negócios da Companhia, bem como o balanço patrimonial e demonstrações financeiras, e fornecer à Assembleia Geral as informações necessárias para este órgão de deliberação examinar tais documentos; (iv) desempenhar quaisquer outros deveres e responsabilidades impostos pela Assembleia Geral; (v) negociar/solucionar qualquer disputa envolvendo a Companhia e terceiros (salvo controvérsias ou litígios entre os acionistas da Companhia), desde que essa negociação/solução tenha sido previamente autorizada pela Assembleia Geral; (vi) admitir e demitir empregados e formalizar designações para posições e cargos de confiança, conforme previamente aprovado pela Assembleia Geral; e (vii) preparar o plano de trabalho/carreira e salarial da Companhia. **Artigo 17**. Todos e quaisquer atos praticados por Diretores ou procuradores que não estejam dentro do escopo do objeto social e dos negócios da Companhia, tais como fianças, cauções, endossos e outras garantias em favor de terceiros, estão expressamente proibidos e serão considerados nulos de pleno direito. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo 18.** O Conselho Fiscal da Companhia será composto de 3 membros e igual número de suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral, reeleição sendo permitida, e funcionará tão somente nos exercícios em que for instalado a pedido dos acionistas, na forma da lei, quando se fixará sua remuneração, respeitado o limite mínimo legal. **§ único.** Nos casos de conflito de interesse, ausência ou vacância, os membros efetivos do Conselho Fiscal serão substituídos pelos suplentes por ordem de idade a começar pelo mais idoso. **Capítulo VI - Das Demonstrações Financeiras, Lucros e sua Aplicação: Artigo 19**. O exercício social, coincidente com o ano civil, encerra-se no dia 31 de dezembro. **Artigo 20.** Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as Demonstrações Financeiras, observadas as disposições legais vigentes. **§ 1**. O lucro líquido apurado em cada exercício, após deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. **§ 2.** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício ajustado pelas importâncias destinadas à constituição das reservas legal e de incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências. **§ 3**. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira da Companhia. **§ 4.** O saldo remanescente do lucro líquido ajustado, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral Ordinária, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria, podendo ser 100% destinado à Reserva de Lucros - Estatutária, visando garantir meios financeiros para a operação da Companhia, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas eventuais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social integralizado. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor. **§ 5.** A Diretoria poderá, nos termos do Artigo 204 da Lei nº 6.404/76 e "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, autorizar o levantamento de balanços intercalares sempre no último dia útil de cada mês, e distribuir dividendos intermediários à conta de resultados desses balanços, sempre em consonância dos dispositivos legais vigentes. **§ 6.** A Diretoria poderá determinar distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia, de forma proporcional e individualizada, sujeitas às limitações e em conformidade com o que vier a dispor a legislação aplicável, em substituição total ou parcial dos dividendos obrigatórios ou intermediários. Os valores pagos aos acionistas a títulos de juros sobre o capital próprio, após a dedução do imposto de renda na fonte, serão computados para efeito da apuração do valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício. **Artigo 21.** Os dividendos não reclamados no prazo de 05 (cinco) anos prescrevem a favor da Companhia. **Capítulo VIII - Da Dissolução e Liquidação: Artigo 22.** Promover-se-á a dissolução da Companhia nos casos previstos em lei e atendidas suas determinações, cabendo a Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, elegendo o Liquidante e membros do Conselho Fiscal, que deve funcionar durante o período da liquidação. **Capítulo IX - Disposições Finais: Artigo 23.** A Companhia deverá observar o Acordo de Acionistas arquivado em sua sede. Quaisquer transferências de ações ou quaisquer votos emitidos em Assembleias Gerais ou em reuniões da Diretoria que sejam contrários aos termos do referido Acordo de Acionistas não serão válidos ou registrados. Em caso de conflito entre as disposições deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, as disposições de referido Acordo de Acionistas prevalecerão. **Artigo 24.** Os casos não previstos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regidos pelas disposições da Lei nº 6.404/76."

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA 2ª REGIÃO-SP

EDITAL DE INTIMAÇÃO

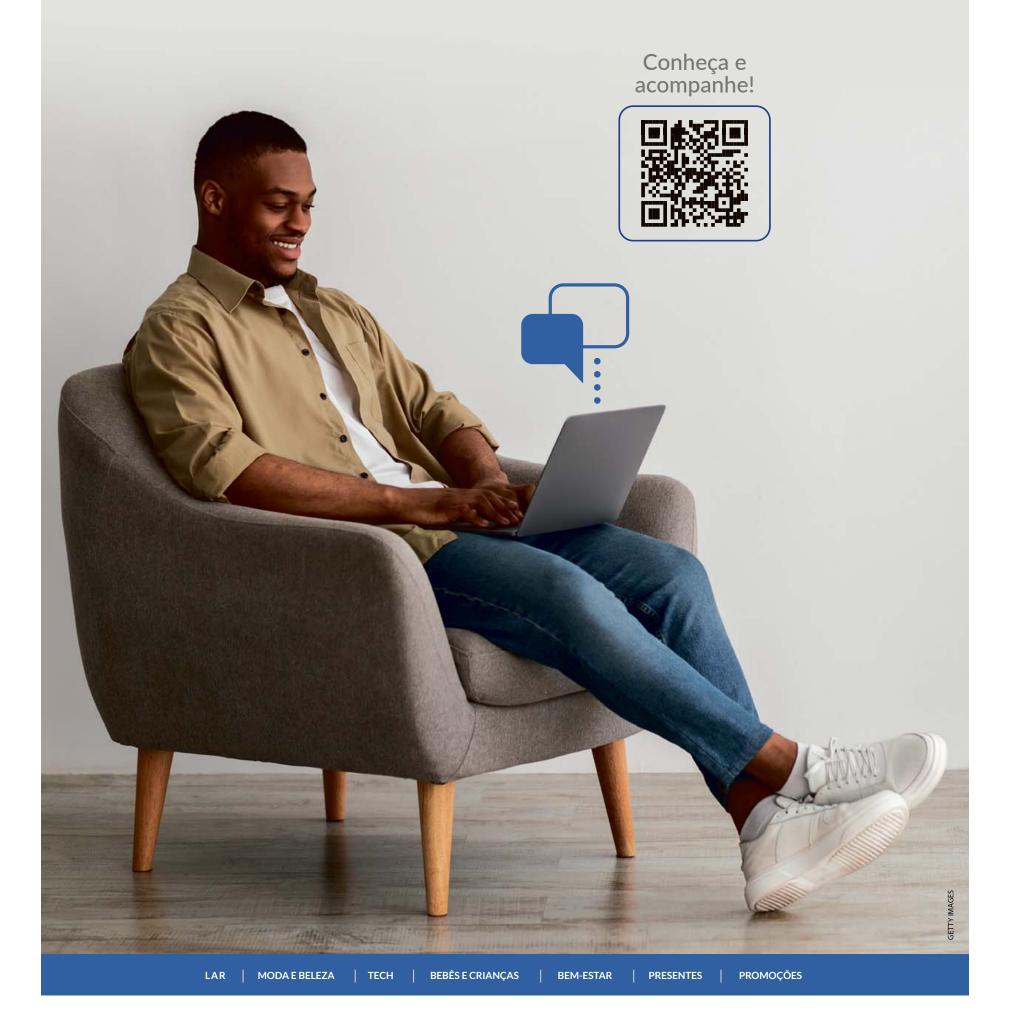
Por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, ficam as Pessoas Jurídicas relacionadas abaixo devidamente intimadas a comparecerem à Sede deste Conselho Regional de Economia – 2ª Região-SP, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis com o objetivo de atualizarem seus dados cadastrais: 12 - B.O.R.A. BUREAU DE ORGANIZAÇAO RACIONAL APLICADA LTDA; 19 - BONI - JASON - MILLER LTDA S/C; 23 - RURALPLAN S/A – PLANEJAMENTOS; 38 - SOCIEDADE FINANCEIRA VERGUEIRO CESAR LTDA; 51 - SETIL SOCIEDADE ESTUDOS TÉCNICO-IMOBILIÁRIOS LTDA; 72 - LANERY LIMITADA - INVESTIMENTOS E ESTUDOS ECONÔMICOS E FINAN; 73 - CONSORCIO FINANCEIRO MENDES CALDEIRA LTDA; 84 - SEPEL - SOCIEDADE DE ESTUDOS E PLANEJAMENTOS ECONÔMICOS LTDA; 87 - BRUCE PAYNE E ASSOCIADOS LTDA; 112 - JALT - EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO S/A; 115 - O AUDITOR - AUDITORIA, CONTÁBILIDADE, ADMINISTRAÇÃO; 128 - MESBLA PARTICIPAÇÕES E REPRESENTACOES LTDA; 129 - INTERCONSULT LTDA - ASSESSORIA EMPRESARIAL; 132 - NORTEC S/A - PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, INVESTIMENTOS; 136 - AMISCA S/A - ADMINISTRADORA DE BENS; 139 - ANGRA PARTICIPAÇÕES LTDA; 142 - OLIVER BURNEY PROMOTORA DE VENDAS LTDA; 143 - INAR - EMPREENDIMENTOS RURAIS S/C LTDA; 171 - RUMO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A; 188 - AUDIPA AUDITORA PAULISTA LTDA S/C; 277 - TÉCNICO DE RACIONALIZACAO E PLANEJAMENTO; 278 - COMMIL - CORRETAGEM E MEDIAÇÕES IMOBILIARIAS LTDA; 298 - JOTAI S/A - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES; 307 - PROJETEC - SOCIEDADE CIVIL DE PESQUISAS, PROJETOS E ASSESSOR; 314 - ASTEM - ASSISTENCIA TÉCNICA A EMPRESAS LTDA; 346 - AUDITORA EQUIPE S/C; 349 - CONSUPLAN - CONSULTORIA E PLANEJAMENTO S/C; 362 - AMPLA S/C - ASSESSORIA DE EMPRESAS; 369 - PLAECO - ESCRITÓRIO TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO LTDA; 378 - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES INCENTIVO S/A; 389 - SOMOC - SOCIEDADE MOBILIZADORA LTDA; 423 - COMPANHIA DE ADMINISTRAÇÃO E MATERIAS PRIMA SÃO JOSE; 431 - SOCIDE S/A NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; 436 - SILAZA - ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA; 442 - CAEC - CIA DE ADMINISTRAÇÃO, ENGENHARIA E COMÉRCIO; 448 - CONSORCIO NACIONAL COPERKAR S/C LTDA; 456 - INSTALLATION EFFICIENCY ENGINEERING DO BRASIL S/A; 466 - ECPLAN - ECONOMISTAS E PLANEJADORES ASSOCIADOS LTDA; 468 - INVEST-PLANEMA - PLANEJAMENTO ECONÔMICO E ASSESSORIA DE EMPR; 486 - TECNITEC - ESTUDOS E PROJETOS LTDA; 488 - CONSULTORES ADMINISTRATIVOS LTDA; 497 - PEREIRA RODRIGUES - ENGENHEIROS ASSOCIADOS; 507 - RODOVIÁRIAS EMPREENDIMENTOS SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO; 510 - OCREL - SOCIEDADE CIVIL PLANEJAMENTO, ENGENHARIA, ASSESSORIA; 519 - CONTULTORIA DE ORGANIZAÇÃO BORA LTDA S/C; 525 - ADMINISTRADORA TÉCNICA E INDUSTRIAL HAMBURGER S/A; 529 - RAF - RIMOTOR AUTO FINANCIAMENTO S/C LTDA; 534 - ASSEC - ASSESSORIA ECONÔMICA E CONTÁBIL S/C LTDA; 545 - CLAUDIO ZARZUR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES; 547 - ELIAS ZARZUR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES; 549 - SD CONSULTORIA DE PLANEJAMENTO LTDA; 560 - BRASIL FINANCEIRA S/A - BRAFISA INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS; 572 - R. NASCIMENTO S/A CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES; 577 - ARCAP - ARREGIMENTAÇÃO DE CAPITAIS S/C LTDA; 618 - ABEVAL - ADMINISTRADORA DE BENS E VALORES LTDA; 620 - CIMAG ENGENHARIA LTDA; 634 - ADVEMCO S/C - PROMOÇÃO DE VENDAS E ADMINISTRAÇÃO DE EMPREEND; 643 - TRADER - ASSESSORIA FINANCEIRA E ADMINISTRAÇÃO; 646 - REDITO - CONSELHEIRO ECONÔMICOS S/C; 653 - CONSORCIO DE ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO; 657 - SIGMA PARTICIPAÇÕES LTDA; 661 - CIBUS S/A COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO; 671 - CONSPLAN - CONSULTORIA EM PLANEJAMENTO LTDA S/C; 693 - ETERPA - ESCRITÓRIO TÉCNICO DE RACIONALIZAÇÃO E PROJ.AGRO-IN; 714 - PLANUR LTDA PLANEJAMENTO E URBANISMO; 729 - BANCO AGRICOLA VALE DO PARANAPANEMA SOCIEDADE COOPERATIVA; 732 - EMPRESA PRUDENTINA DE PLANEJAMENTO E AGRONOMIA S/C LTDA; 745 - FIDUVAL S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS; 769 - CONSORDENA - PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA; 772 - EPLAN - ASSESSORIA, PESQUISA E PLANEJAMENTO LTDA; 793 - TECPLAN - TÉCNICOS EM PLANEJAMENTO S/C; 796 - CONSULPLAN LTDA - CONSULTORIA E PLANEJAMENTOS; 807 - GTPLAN - GRUPO TÉCNICO DE PLANEJAMENTO S/C LTDA; 809 - SANAPLAN - SANEAMENTO E PLANEJAMENTO; 813 - SETAPLAN - SERVIÇOS TÉCNICOS AUDITORIA E PLANEJAMENTO S/C LT; 814 - AGEPLAN AGRO-PECUARIA - ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO; 819 - SOCINPLA - SOCIEDADE CIVIL NACIONAL DE PLANEJAMENTO E ASSESS; 822 - HARRISON - PLANEJAMENTO, ANÁLISE, CONTROLE INDUSTRIAIS LTDA; 839 - DORA ADMINISTRAÇÕES E COMÉRCIO S/A; 849 - BRASCASA - URBANIZACAO E EMPREENDIMENTOS S/A; 852 - SISPLAN - PLANEJAMENTO DE SISTEMAS LTDA; 853 - ACTISA S/A - ADMINISTRAÇÃO, INDUSTRIA E COMÉRCIO; 855 - ADIPLAN - ADMINISTRAÇÃO INDUSTRIAL E PLANEJAMENTO; 865 - PIB - PROJETOS DE INDUSTRIAS BRASILEIRAS LTDA S/C; 866 - SIMPLEX - AUDITORIA, PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA; 869 - SAAD - ADMINISTRADORA DE FUNDOS E CONSÓRCIOS S/C LTDA; 882 - COELHO CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES LTDA; 914 - INVESTEXPORT S/A - COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO; 915 - CONSPLANES CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E ESTUDOS SOCIOLÓGICOS; 919 - CETAM - ECONOMISTAS, ORGANIZADORES E CONSULTORES S/C LTDA; 920 - CENTRO DE ESTUDOS E SERVIÇOS DE VALORIZACAO PROFISSIONAL; 924 - UNI - KAS - ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA; 929 - UNIMEC S/A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES; 935 - G.P.I. - GRUPO DE PLANEJAMENTO INTEGRADO LTDA; 941 - ESCRITÓRIO COMERCIAL LIMA S/C; 949 - ECONOMIA WHITAKER DE ASSUMPÇÃO LTDA; 951 - SERPLA - SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO; 952 - PLAEC - PLANEJAMENTO, AUDITORIA E CONTÁBILIDADE S/C LTDA; 956 - CONSULTIL - CONSULTORIA DE EMPREENDIMENTOS S/C; 959 - UNIMEC S/A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES; 960 - PROSPECTIVA - PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONSULTORIA; 965 - PRUDENPLAN - PRUDENTE PLANEJAMENTOS S/C LTDA; 966 - PROPLAN - PROJETOS, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO S/C LTDA; 969 - PROJETEC - PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA S/C; 979 - PLANAUDI - PLANEJAMENTO E AUDITORIA S/C; 993 - O.M.S. ORGANIZAÇÃO METODOS E SISTEMAS S/C LTDA; 997 - CERTA - ASSESSORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS S/C LTDA; 1013 - P. C. A. - PLANEJAMENTO, CONSULTORIA, ASSES. E PARTIC.COMLS.; 1015 - MINERVA CONTÁBILIDADE S/C LTDA; 1018 - RDV - AUDITORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO S/C LTDA; 1022 - PKANIC PLANEJAMENTO INFORMAÇÃO CONTÁBEIS; 1025 - ORGEMP CONSULTUM ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS S/C LTDA; 1040 - COPERTEC - CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA; 1049 - CABRAL DE MENEZES - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA; 1055 - SEPLAN - SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA; 1071 - TRANS-AÇÃO PLANEJAMENTO E ASSESSORIA ECONÔMICA LTDA; 1084 - PLANUS PLANEJAMENTO & CONSULTORIA LTDA; 1088 - CACIPLAN PARTICIPAÇÕES E AGENCIAMENTOS LTDA; 1091 - SÃO PAULO ADMINISTRADORA DE BENS E VALORES LTDA; 1101 - DUVA - CONSULTORES FINANCEIROS E JURIDICOS DE INVESTIMENTOS; 1108 - ESCRITÓRIO PROGRESSO AUDITORIA CONTÁBILIDADE S/C LTDA; 1113 - ZETETA - ASSESSORIA E EXECUTIVOS PROFISSIONAIS S/C LTDA; 1114 - BRAINTRUST S/A SERVIÇOS PROFISSIONAIS; 1127 - INSTITUTO DE PESQUISAS DE OPINIÃO E MERCADO; 1129 - ANEP - INSTITUTO DE ANÁLISE ESTUDOS ECONÔMICOS DE ORG.DE EMP; 1143 - PAULISTA FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA; 1200 - COPLAG -CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, LEVANTAMENTOS E AEROFOTOG; 1202 - INTERBRASIL TRADING S/C LTDA; 1223 - FBC - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA; 1229 - SILVA PRADO & ASSOCIADOS - CONSULTORIA DE PROJETOS LTDA; 1236 - ADECON CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA; 1242 - JOTAPE - GERÊNCIA DE NEGÓCIOS E PATRIMONIOS S/A; 1257 - EMBRAFI - EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO E ASSES. FINANC; 1261 - CONSULTORIA DE DIRECAO S/A ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS; 1264 - VRM CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA; 1283 - CASTRO RAMOS S/C LIMITADA; 1324 - PLANTEC - PLANEJAMENTO E AGRICULTURA S/C LTDA; 1331 - BRANCO BERTIPAGLIA - PLANEJAMENTO E ENGENHARIA S/C LTDA; 1336 - ACCOUNT AUDITORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO S/C LTDA; 1344 - PLANAPEC - ASSESSORIA TÉCNICA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO AG; 1347 - P. TORRES CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA; 1350 - SANTOS & CAMARGO, PLANEJAMENTO, CONSULT E ASSESSORIA S/C; 1353 - B.M.I. - CONSULTORIA PARA ASSUNTOS FINANCEIROS LTDA; 1372 - SODEPLAN - CONSULTORIA EM SISTEMAS S/C LTDA; 1383 - HOLDMINE S/A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES; 1394 - PLANAPI S/A PLANEJAMENTO AGRICOLA, PECUÁRIO E INDUSTRIAL; 1415 - CONSAGRO - CONSULTORIA AGROPECUARIA E AGROINDUSTRIAL LTDA; 1420 - M. GAINES CAMPBELL III CONSULTORIA S/C LTDA; 1438 - ENTERPRISE PROJETOS E CONSULTORIAS S/C LTDA; 1439 - CONDIR CONSULTORIA E DIRETRIZES ECONÔMICAS LTDA; 1443 - APS - ASSESSORIA PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA; 1446 - DELPA - ORGANIZAÇÃO E CONSULTORIA DE EMPRESA S/C LTDA; 1448 - ASTE - ASSESSORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA; 1459 - EQUIPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO S/C LTDA; 1467 - ROWIL ASSESSORIA TÉCNICA S/C LTDA; 1471 - TRES S/C LTDA PROMOÇÕES E MERCHANDISING; 1476 - CONSULTORES ASSOCIADOS - CONSULTORIA ECONÔMICA E ADM. EMPRESARIAL S/C LTDA; 1480 - SIGAR - ASSESSORIA TÉCNICA CONTÁBIL E ECONÔMICA S/C LTDA; 1487 - BESTER ASSESSORES S/C LTDA; 1491 - FCS - PROCESSAMENTO DE DADOS S/C LTDA; 1492 - ANDRADE DINIZ & ASSOCIADOS CONSULTORES LTDA; 1501 - ASSESSORA S/C ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA; 1515 - C.A.R. PLANEJAMENTO E CONSULTORIA FINANCEIRA S/C; 1562 - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA ITAPETI; 1611 - CAIO CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA; 1614 - FINATEC - ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA; 1655 - JP ENGENHARIA LTDA; 1695 - EXTERIOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA; 1728 - MOLINE PARTICIPAÇÕES LTDA; 1846 - GESTAFIN - CONSULTORIA, ASSESSORIA, ADMINISTRAÇÃO E PARTICIP; 1916 - SOCIEDADE COMERCIAL AMAZONENSE LTDA; 1917 - RILISA TRADING S/A; 1930 - PROGRESSO EMPRESA DE ESTUDOS DE CAPITAL LTDA; 1939 - CENTRAL TRADING COMPANY S/A; 1962 - ENGEXCO EXPORTADORA S/A; 1964 - T.A.W. CONSULTORIA E PROMOÇÕES LTDA; 2021 - BRAZILIAN VENTURE CONSULTANTS-CONSULT.DE INV.PROM. INDLS.E AG; 2023 - FAZ SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA; 2025 - C. I. - CONSULTORES INTERNACIONAIS S/S LTDA; 2026 - ATIVA - PARTICIPAÇÃO E EMPREENDIMENTOS S/C LTDA; 2030 - SO-OPEN - CONSULTORIA E ASSESSORIA FINANCEIRA S/C LTDA; 2040 - LIBOR DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA; 2054 - ATS - CONSULTORIA E PLANEJAMENTO S/C LTDA; 2078 - INTERFIN S/C LTDA; 2108 - PLAMAR - PLANEJAMENTO E CONSULTORIA DE MARKETING S/C LTDA; 2114 - POLIS CONSULTORIA DE POLÍTICA E ESTRATEGIA S/C LTDA; 2125 - FALKENBURG & ASSOCIADOS S/C LTDA; 2141 - R.R. EMPREENDIMENTOS S/C LTDA; 2142 - TOTUM-PART INTERMEDIAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA; 2147 - LOUZADA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA; 2148 - A COMUNIDADE - ASSESSORIA ECONÔMICO-FINANC., PARTIC. E EMPRE; 2176 - NOVA PETRÓPOLIS ASSESSORIA COMERCIAL LTDA; 2183 - INCOTRADING S/A; 2184 - NOGA S/A - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO; 2187 - RESEGUE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A; 2190 - S.P.L. - CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA; 2200 - TELEINVEST CONSULTORIA E ASSESSORIA INTERNACIONAL LTDA; 2202 - BUSINESSGRUP LTDA; 2203 - AGUIAR CORRETORA DE CÂMBIO LTDA; 2209 - CONSULCAN - CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA; 2211 - MARITEC - SERVIÇOS TÉCNICOS E ASSESSORIA FINANCEIRA S/C LTDA; 2213 - TECNOCONSULT CONSULTORIA S/C LTDA; 2214 - STEUDNER E STEUDNER CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA; 2215 - AFINCO ASSESSORIA FINANCEIRA E COBRANÇA LTDA; 2217 - HORIZONTE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA; 2220 - RISK MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA DE RISCOS E SEGUROS LTDA; 2222 - CAVALCANTE, LOUZADO, PATI-CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA; 2234 - PRECISA - ASSESSORIA, CONSULTORIA S/C LTDA; 2237 - RARO - CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES S/A; 2240 - BROOKLIN COMMODITIES CORRETORA DE MERCADORIAS S/C LTDA; 2254 - VALINVEST-PARTICIPAÇÕES, ASSESSORIA E CONSULTORIA S/C LTDA; 2256 - ORGANIZAÇÃO SAO CARLOS S/C LTDA; 2298 - LIVRE INICIATIVA S/A; 2320 - B.W.U. - ASSESSORIA EMPRESARIAL E SERVIÇOS S/C LTDA; 2362 - MUQUEM S/C LTDA; 2386 - IFREC-INTERNATIONAL FINANCIAL & REAL ESTATE CONSULTANTS S/C; 2388 - ALMASHREK SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA; 2390 - MAXIMIZA CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA; 2408 - LOG CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA; 2412 - CONTROLES EMPRESARIAIS IMEDIATOS S/C LTDA; 2423 - CONCEITO - COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA; 2433 - J.IOCHPE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA; 2434 - APHI CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA; 2456 - C.A. CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA; 2485 - CLEMENTE & CLEMENTE ENGENHARIA COMÉRCIO LTDA; 2496 - CARDIN - ASSESSORIA ECONÔMICA E FINANCEIRA S/C LTDA; 2522 - A. PONTES ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA EMPRESARIAL S/C LTDA; 2539 - BRM - PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LTDA; 2540 - LOBBY CONSULTORIA ECONÔMICA PARA NEGÓCIOS INDUSTRIAIS E COME; 2554 - BRUNOZEN - ASSESSORIA CONTÁBIL ECONÔMICA S/C LTDA; 2560 - CONTINENTAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS; 2565 - DIMENSÃO CORPORATIVA ASSOCIADOS INTERNACIONAL S/C LTDA; 2573 - POLICARO-CONSULTORIA, PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS S/C LTDA; 2577 - ABS - ADMINISTRAÇÃO DE BENS E CONDOMÍNIOS S/C LTDA; 2581 - BOASAFRA - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA; 2583 - ARZ - ASSESSORIA E PARTICIPACAO EMPRESARIAL S/C LTDA; 2598 - AGUA BELA ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA; 2601 - COINPRO-CONSULTORIA, INTERMEDIACAO E PROJETOS S/C LTDA; 2604 - NOVO RUMO ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA; 2622 - FREDRIC. J. MORRIS - ASSOCIADOS, CONSULTORIA S/C LTDA; 2633 - MORAES E TREVISAN CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA; 2637 - SUPPORT FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA; 2641 - FLARSON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA; 2670 - BINDER CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA; 2707 - ALFA DESENVOLVIMENTO NEGOCIAL S/C LTDA; 2722 - AMPEC EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA S/C LTDA; 2727 - TEKNOS EMPREENDIMENTOS S/C LTDA; 2827 - PRIMAPLAN - PLANEJAMENTO E ASSESSSORIA DE EMPREEND. E INVEST; 2978 - TODAY MERCHANDISING S/C LTDA; 2992 - TQM - TOTAL QUALITY MANAGEMENT CONSULTORIA INTERNACIONAL S/C; 3006 - APPM - ASSESSORIA DE PESQUISA E PROMOÇÃO DOS MUNICÍPIOS S/C; 3014 - SBA - CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA; 3059 - CONPETTEC CONSULTORIA EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E TRANSF. DE TECN LTDA;

São Paulo, 24 de julho de 2024.

PEDRO AFONSO GOMES

Presidente do Conselho

Nova frente Transporte

HELCIO NAGAMINE /ESTADÃO-28/1/2022
Unidade da Braskem em Santo André, na Grande SP: cabotagem

Braskem obtém aval e passará a atuar no transporte marítimo

Empresa estima economizar R$ 10 milhões ao ano com frete; navios são encomendados no México

IVO RIBEIRO

A petroquímica Braskem, maior fabricante de resinas termoplásticas das Américas, está montando um braço no ramo de navegação. A companhia se prepara para iniciar operações de cabotagem de produtos que fabrica em suas unidades no País. Em junho, a companhia obteve a aprovação para se tornar uma EBN (Empresa Brasileira de Navegação) da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

> *“Nosso objetivo, com a (autorização da) EBN, é operar com embarcações modernas, mais eficientes e movidas por combustíveis limpos”*
> **Eduardo Ivo Cavalcanti**
> **Gerente de logística da Braskem**

O objetivo inicial é transportar produtos líquidos e gases diversos produzidos nas centrais petroquímicas situadas no Nordeste, Sudeste e Sul, e também as resinas PVC (policloreto de vinila) e soda cáustica da fábrica de Alagoas.

A empresa estima uma economia anual de custos, neste primeiro momento, de ao menos R$ 10 milhões na operação de cabotagem, além de assegurar maior agilidade e controle nas operações, explicou Silvia Pires Migueles, diretora de Logística de Olefinas, em entrevista ao **Estadão**.

No futuro, o plano prevê a oferta de serviços para movimentar produtos de terceiros, principalmente para clientes da companhia. O início das operações marítimas da Braskem no País não inclui, neste momento, o transporte de resinas plásticas, que continua a ser feito, na maior parte, por caminhões de várias transportadoras. Segundo Migueles, o transporte de resinas via cabotagem é ainda pequeno – 42 mil toneladas por mês, de um total de mais de 300 mil toneladas movimentadas mensalmente.

Atualmente, informa Eduardo Ivo Cavalcanti, gerente de logística, o desembolso anual com cabotagem de produtos líquidos e gases entre os terminais da companhia é da ordem de R$ 400 milhões a R$ 500 milhões. A Braskem opera as centrais petroquímicas de Camaçari (Bahia), de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Triunfo (Rio Grande do Sul), além da fábrica de Alagoas. O transporte é realizado por oito embarcações, incluindo três barcaças na Lagoa dos Patos, no Sul, em contratos de prestação dedicada de serviços.

AUTORIZAÇÃO. Com a licença, explicam os executivos, a Braskem poderá alugar ou ter navios com tripulação contratada para realizar o transporte marítimo. A atividade vai começar, em alguns meses, com o transporte de propeno da central de Camaçari para a unidade do Rio de Janeiro (antiga Riopol). É um suprimento adicional da matéria-prima para a fabricação de resina nessa unidade. A previsão é fazer três cargas por mês.

Cavalcanti informa que, até agora, a Braskem utilizava navio com tripulação estrangeira, o que obriga a embarcação, a cada três meses, sair do País para fazer a renovação do visto obrigatório de navios internacionais. “Isso leva a aumento de custos na cabotagem”, diz. “A criação da EBN altera esse fluxo e facilita nossa programação.”

ENCOMENDAS. A diretora de logística informa que toda a operação marítima da Braskem é coordenada pela Braskem Trading & Shipping (BTS), sediada na Holanda, que vai avaliar a estratégia da companhia para movimentação de produtos e matérias-primas por cabotagem. No México, por exemplo, foram encomendados dois navios para fazer o transporte de etano dos EUA para a planta petroquímica da Braskem Idesa, que fica em Nanchital, no estado de Veracruz.

Devido à insuficiência de suprimento da estatal petroquímica mexicana Pemex, a Braskem Idesa está construindo um terminal com investimento de US$ 500 milhões para receber navios com etano americano. A previsão é que seja concluído até fevereiro de 2025.

A ideia é que a operação brasileira tenha também sua própria frota de navios no futuro, mas isso passará por avaliação da BTS e será feito de forma gradual. Segundo Cavalcanti, a Braskem tem contratos com operadores de cabotagem que vão até 2032. Além disso, da encomenda à construção, um navio novo demanda prazo de cinco a dez anos, informa.

O valor de uma embarcação com capacidade de transportar 36 mil metros cúbicos de gás varia de US$ 70 milhões a US$ 80 milhões. “Nosso objetivo, com a EBN, é operar com embarcações modernas, mais eficientes e movidas por combustíveis limpos”, afirma o gerente de logística. ●

Conheça o hub com informações sobre a indústria e varejo alimentar

Scanntech, inteligência com resultado

Quer saber mais? Acesse o hub

INÊS 249

CRISTIANE BARBIERI, CYNTHIA DECLOEDT, ALTAMIRO SILVA JUNIOR E WILIAN MIRON
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Mercado dos EUA só está aberto a empresas que buscam mais de US$ 500 mi

Os EUA se tornaram um dos poucos lugares do mundo no qual empresas de diferentes países têm buscado acesso a capital via bolsa. Apenas este ano, a empresa de saúde peruana Auna e a varejista mexicana Tiendas 3B captaram cerca de U$S 1,6 bilhão. A chilena Latam também lançou oferta pública de American Depositary Receipts (ADR), que são recibos de ações de uma empresa estrangeira, com a qual pode captar mais de US$ 530 milhões na Bolsa de Nova York esta semana. Até agora, foram 105 ofertas iniciais de ações (IPOs) na Bolsa de Nova York - sendo boa parte de companhias de fora dos EUA. Entre as europeias estão nomes como a empresa química alemã Linde e a britânica de semicondutores Arm

Demanda de investidores é atrativa

"Não é um fenômeno latino-americano", diz Marcelo Lo Re, diretor de renda variável do Morgan Stanley no Brasil. "Temos visto empresas asiáticas e europeias considerando listagem nos EUA, porque aquele país tem se mostrado mais convidativo pela demanda de investidores e aceitação de ativos."

Operações têm mais chance de sair

Segundo ele, o movimento traz confiança aos emissores de que as ofertas serão finalizadas, o que tem sido um dilema em outros países, por conta dos juros altos e investidores mais cauteloso. Porém, diz Lo Re, o valor mínimo para emissões tem ficado ao redor de US$ 500 milhões (cerca de R$ 2,8 bilhões).

● **BOM ATIVO.** "A oferta não precisa apenas ser de boa companhia, mas também se tornar um bom ativo num portfólio", afirma. Historicamente, acrescenta Lo Re, o número costumava ser menor, entre US$ 300 e US$ 400 milhões, mas o patamar mínimo subiu.

● **BRASILEIRAS.** Lo Ré diz que várias companhias brasileiras têm tamanho para almejar a meta de captar US$ 500 milhões no exterior. "A gente não só tem visto essa movimentação, como temos trabalhado em várias situações", afirma Lo Re. "Quando se olha o processo no papel, com as condições de mercado corretas e o trabalho bem executado, dá tempo de ter um IPO ainda esse ano."

● **UNIÃO.** Quatro distribuidoras de equipamentos hospitalares de diferentes partes do País se juntaram para criar a 7 Import Medical Group, joint venture que tem como objetivo avançar no mercado paulista. A Medicalway (de Curitiba), a Mhédica Service (de Belo Horizonte), a Prime Medical (de Lauro de Freitas, na Bahia) e a Safe Suporte à Vida (do Recife) começaram a importar em conjunto há anos, até decidirem abrir a empresa juntas.

● **INVESTIMENTOS.** Líderes em seus Estados de origem, as quatro sócias empregam mais de 500 pessoas e teriam faturamento, caso somado, de cerca de R$ 500 milhões. Com participações iguais na joint venture, preveem investir R$ 20 milhões na nova companhia. Até agora, metade do valor foi usado em montagem da estrutura física, estoques e tecnologia.

● **PERSPECTIVA.** "Pelo fato de serem empreendedores locais, muito conhecedores da realidade brasileira e do próprio mercado de São Paulo, eles criaram uma empresa muito ágil", diz Jefferson Nesello, sócio da Zaxo, consultoria de M&A (fusões e aquisições), que estruturou o negócio. A expectativa é que a nova empresa fature R$ 100 milhões, entre cinco e dez anos.

PRODUÇÃO

UCB-5/7/2022

UCB Power vem se fortalecendo para liderar mercado de baterias no Brasil e conseguiu levantar novos recursos voltados para as fábricas

● **AQUISIÇÃO.** A UCB Power, antiga Unicoba, deu mais um salto para se consolidar na dianteira do mercado nacional de baterias, com a compra dos ativos da EP Telecom. A partir dela, o grupo criará uma divisão focada em segurança para sistemas de armazenamento de energia. Os valores não foram informados.

● **BLINDAGEM.** A empresa levou a patente do sistema de blindagem de baterias estacionárias e cabos, que protege os equipamentos de furtos e vandalismo. A produção dos equipamentos será na fábrica de Extrema, em Minas Gerais. A nova divisão oferecerá também monitoramento e posicionamento geográfico das baterias, entre outros serviços.

● **REFORÇO.** Desde o início do ano, quando teve o ingresso da Spectra Investments em seu quadro acionário, a UCB tem se movimentado para consolidar a liderança no mercado de baterias. Em 2021, chegou até a considerar uma abertura de capital na Bolsa, plano que deve ser retomado conforme o andamento do negócio e a situação do mercado. A companhia também aguarda aprovação de um aporte de R$ 170 milhões do BID Invest.

SOBE

Dívida das empresas alcança recorde e supera US$ 8 tri

MARCOS ARCOVERDE/ESTADÃO-10/9/2016

Os níveis de endividamento das empresas devem ter nova alta no período 2024/2025, atingindo mais um recorde, em US$ 8,38 trilhões. O número é 2,5% maior que o período 2023/2024, prevê a gestora Janus Henderson. As taxas de juros mais altas no mundo fizeram com que as maiores empresas de capital aberto gastassem US$ 458 bilhões em pagamentos de juros de suas dívidas em 2023/2024, alta de 24,4%.

DESCE

Temor com China afeta preço de minério e metais

TABA BENEDICTO / ESTADÃO-4/7/2023

A demanda mais fraca da China por minério de ferro, e a expectativa de que essa tendência continue em meio à crise do setor imobiliário e a atividade econômica menos robusta, fez as cotações da commodity e das empresas de metais e mineração operarem em queda na B3. A ação da CBA despencou 12,5%, testando mínimas históricas. A CSN caiu 5% e o papel da Usiminas recuou 3%, enquanto a Vale perdeu 1,3% ontem.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 126.589,84 PTS. | Dia -0,99% | Mês 2,17% | Ano -5,66%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
EMBRAER ON NM	41,81	8,32	39.570
P.ACUCAR-CBDON	2,89	2,85	8.582
SABESP ON NM	88,58	1,82	35.025

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

SID NACIONALON	12,07	-4,81	13.697
GERDAU MET PN N1	10,61	-4,67	12.353
CSMINERACAOON N2	4,97	-4,61	13.563

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

20/7 a 20/8	0,0671	0,7718	0,5674	0,5000
21/7 a 21/8	0,0708	0,8087	0,5712	0,5000
22/7 a 22/8	0,0745	0,8457	0,5749	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	40.358,09	-0,14	3,17	7,08
FRANKFURT - DAX	18.557,70	0,82	1,77	10,78
LONDRES - FTSE	8.167,37	-0,38	0,04	5,61
TÓQUIO - NIKKEI	39.594,39	-0,01	0,03	18,32

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,37	3.204,47
	15/5/2035	6,25	2.243,67
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	6,27	4.275,42
PREFIXADO	1º/1/2027	11,79	762,53
	1º/1/2031	12,29	476,18
SELIC	1º/3/2027	0,08	15.088,37

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Maio	Junho	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,46	0,25	2,68	3,70
IGP-M (FGV)	0,89	0,81	1,10	2,45
IGP-DI (FGV)	0,87	0,50	1,11	2,88
IPC (FIPE)	0,09	0,26	1,87	2,93
IPCA (IBGE)	0,46	0,21	2,48	4,23
CUB (Sinduscon)	1,16	0,76	2,19	2,35
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,71	0,69	3,16	5,42

Índices de reajuste do aluguel (Junho)

IGP-M (FGV)	1,0245	IPCA (IBGE)	1,0423
IGP-DI (FGV)	1,0288	INPC (IBGE)	1,0370
IPC-FIPE	1,0293	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (JULHO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

VENCIMENTO 7/8. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	10,42	0,00	0,00	-10,56
CDI	10,40	0,00	0,00	-10,73

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	OUT/24	18,16	342.710	18,08	18,41	-0,77
CAFÉ NY*	DEZ/24	237,50	68.752	236,70	241,05	-1,57
SOJA CBOT**	AGO/24	11,18	70.213	11,11	11,29	-0,02
MILHO CBOT**	DEZ/24	4,17	679.609	4,117	4,225	0,56

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	135,05	1,70	-3,14
BOI Cepea/esalq, R$/@	230,40	-1,10	-6,47
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	58,41	0,85	8,69
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1441,85	-6,95	75,54

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,5863	0,29	-0,04	15,10
DÓLAR TURISMO	5,8200	0,52	0,40	15,13
EURO	6,0620	-0,03	1,29	12,89
OURO US$/ONÇA-TROY	2407,90	13,30	3,04	13,10
WTI US$/BARRIL	77,3400	-1,07	-4,79	8,49
IBRENTUS$/BARRIL	81,4300	-0,80	-4,04	5,70

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0852	1,2907	0,1789
EURO	0,922	1,0000	1,1893	0,1649
FRANCO SUÍÇO	0,891	0,9674	1,1505	0,1595
LIBRA ESTERLINA	0,775	0,8408	1,0000	0,1386
IENE	155,599	168,8625	200,8350	27,8440

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Fadel Transportes e Logística Ltda.

FADEL Soluções em Logística

CNPJ nº 02.913.489/0001-18

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante	230.088	192.563	298.169	229.826
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	88.607	54.983	89.067	60.791
Contas a receber de clientes (Nota 7)	124.500	121.043	188.020	148.065
Estoques	1.490	1.777	1.613	2.478
Tributos a recuperar (Nota 8)	2.242	8.243	4.017	8.243
Outros ativos (Nota 9)	5.662	2.436	7.865	6.168
	222.501	188.482	290.582	225.745
Ativos não circulantes mantidos para venda	7.587	4.081	7.587	4.081
Não circulante	535.356	513.367	616.971	572.509
Realizável a longo prazo	17.840	25.175	17.840	30.707
Tributos a recuperar (Nota 8)	3.955	10.798	3.955	16.330
Depósitos judiciais (Nota 14)	5.600	6.457	5.600	6.457
Outros ativos (Nota 9)	8.285	7.920	8.285	7.920
Investimento em controladas (Nota 10)	47.802	43.613	–	–
Ativos de direito de uso (Nota 11)	32.076	19.318	33.454	20.643
Intangível (Nota 12)	577	905	577	905
Imobilizado (Nota 13)	437.061	424.356	565.100	520.254
Total do ativo	**765.444**	**705.930**	**915.140**	**802.335**

Balanço Patrimonial	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante	140.933	194.715	195.716	207.594
Fornecedores (Nota 15)	18.838	22.918	19.339	23.954
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	46.651	99.749	93.587	105.810
Obrigações trabalhistas a pagar (Nota 17)	30.022	28.006	32.681	30.771
Obrigações tributárias e previdenciárias (Nota 18)	25.184	22.443	28.294	23.191
Adiantamento de clientes	1.333	1.274	1.333	1.274
IR e CS a pagar	–	–	–	2.269
Passivo de arrendamento (Nota 11)	8.317	9.518	9.810	9.518
Outras contas a pagar (Nota 19)	10.588	10.807	10.672	10.807
Não circulante	319.944	254.789	414.857	338.315
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	217.812	178.948	312.705	261.031
Passivo de arrendamento (Nota 11)	25.330	10.365	25.330	11.808
IR e CS diferidos (Nota 21)	54.834	45.586	54.834	45.586
Provisão para contingências (Nota 20)	15.868	15.467	15.888	15.467
Outras contas a pagar (Nota 19)	6.100	4.423	6.100	4.423
Total do passivo	460.877	449.504	610.573	545.909
Patrimônio líquido (Nota 22)	304.567	256.426	304.567	256.426
Capital social	80.380	80.380	80.380	80.380
Reserva de capital	90.050	53.647	90.050	53.647
Reserva de lucros	121.484	106.260	121.484	106.260
Ajuste de avaliação patrimonial	12.653	16.139	12.653	16.139
Total do passivo e do patrimônio líquido	**765.444**	**705.930**	**915.140**	**802.335**

Demonstração do Resultado	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita de contratos com clientes (Nota 23)	671.378	549.225	840.650	763.174
Custo do serviço prestado (Nota 24)	(536.057)	(450.303)	(674.115)	(615.387)
Lucro bruto	**135.321**	**98.922**	**166.535**	**147.787**
Despesas administrativas (Nota 24)	(33.255)	(45.584)	(38.102)	(60.413)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 27)	4.925	16.587	5.165	24.155
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	10.678	28.389	–	–
Lucro operacional	**117.669**	**98.314**	**133.598**	**111.529**
Receitas financeiras (Nota 25)	8.279	2.495	8.444	3.111
Despesas financeiras (Nota 25)	(45.996)	(31.737)	(58.129)	(36.796)
Receitas (despesas financeiras), líquidas	**(37.717)**	**(29.242)**	**(49.685)**	**(33.685)**
Lucro antes do IR e da CS	**79.952**	**69.072**	**83.913**	**77.844**
IR e CS (Nota 21)	(9.322)	(10.145)	(13.283)	(18.917)
Lucro líquido do exercício	**70.630**	**58.927**	**70.630**	**58.927**

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2022	**30.680**	**49.700**	**78.192**	**22.281**	**18.944**	**199.797**
Lucro líquido do exercício	–	–	58.927	–	–	58.927
Distribuição de lucros	–	–	(2.732)	–	–	(2.732)
Adiantamento para futuro aumento de capital	49.700	(49.700)	–	–	–	–
Subvenção de investimento	–	–	(31.366)	31.366	–	–
Avaliação patrimonial	–	–	2.805	–	(2.805)	–
Outros resultados abrangentes	–	–	434	–	–	434
Em 31 de dezembro de 2022	**80.380**	**–**	**106.260**	**53.647**	**16.139**	**256.426**
Em 1º de janeiro de 2023	**80.380**	**–**	**106.260**	**53.647**	**16.139**	**256.426**
Lucro líquido do exercício	–	–	70.630	–	–	70.630
Distribuição de lucros (nota 22 b)	–	–	(16.000)	–	–	(16.000)
Subvenção de investimento (nota 22 c)	–	–	(36.403)	36.403	–	–
Avaliação patrimonial (nota 22 d)	–	–	3.486	–	(3.486)	–
Outros resultados abrangentes	–	–	(6.489)	–	–	(6.489)
Em 31 de dezembro de 2023	**80.380**	**–**	**121.484**	**90.050**	**12.653**	**304.567**

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IR e da CS	**79.952**	**69.072**	**83.913**	**77.844**
Ajustes de				
Depreciação e amortização	17.565	12.783	28.330	19.635
Amortização de direito de uso	7.799	3.566	8.406	6.353
Reversão de *impairment*	(1.105)	(188)	(1.105)	(222)
Resultado na baixa/alienação de imobilizado e intangível baixado	(1.519)	(3.709)	(1.360)	6.361
Reversão/(provisão) líquida de créditos com liquidação duvidosa	170	61	170	61
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	(10.678)	(28.389)	–	–
Reversão/(provisão) para contingências	3.197	3.424	3.197	3.424
Juros sobre empréstimos, clientes e fornecedores	43.392	29.752	55.043	33.668
	138.773	**86.372**	**176.594**	**147.124**
Variações no capital circulante				
Aplicação financeira	–	17.533	–	17.533
Contas a receber	(3.626)	(14.661)	(40.124)	2.060
Estoques	287	265	864	(356)
Tributos a recuperar	12.844	9.317	16.601	4.567
Ativos mantidos para venda	(3.506)	(3.619)	(3.506)	(3.619)
Depósitos judiciais	856	(1.093)	856	(790)
Outros ativos	(24.147)	(6.004)	(23.279)	(9.470)
Fornecedores	(4.080)	6.470	(4.614)	1.293
Salários e encargos sociais	4.757	6.298	7.013	5.239
Tributos a pagar	(75)	13.369	(2.581)	(2.717)
Outros passivos	19.069	(5.841)	19.734	(8.324)
Caixa gerado pelas operações	**141.152**	**108.406**	**147.558**	**152.540**
Juros pagos	(41.475)	(27.015)	(47.883)	(30.400)
IR e CS pagos	–	(5.006)	(3.723)	(5.006)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**99.677**	**76.385**	**95.952**	**117.134**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 13)	(59.875)	(144.783)	(116.821)	(252.543)
Alienação de bens do ativo imobilizado (Nota 13)	32.591	13.740	33.296	15.103
Aquisição de bens do ativo intangível (Nota 12)	(34)	(167)	(34)	(167)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(37.268)	–	–
Recebimento de distribuição de lucros (Nota 10)	–	37.975	–	–
Recebimento de juros sobre capital próprio (Nota 10)	–	7.318	–	–
Outros resultados abrangentes	–	–	(6.489)	434
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(27.318)**	**(123.185)**	**(90.048)**	**(237.173)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Distribuição de lucros	(16.000)	(2.732)	(16.000)	(2.732)
Pagamento de arrendamento mercantil (Nota 11)	(6.584)	(6.179)	(7.091)	(6.947)
Captação de empréstimos (Nota 16)	69.110	179.437	158.400	258.090
Amortização de empréstimos (Nota 16)	(85.261)	(69.256)	(113.064)	(79.248)
Variação cambial ativa	–	–	127	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(38.735)**	**101.270**	**22.372**	**169.163**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**33.624**	**54.470**	**28.276**	**49.124**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	54.983	513	60.791	11.667
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	88.607	54.983	89.067	60.791
Aumento do caixa no exercício	**33.624**	**54.470**	**28.276**	**49.124**
Transações que não afetam o caixa:				
Aumento de Capital com AFAC	–	49.700	–	49.700
Aquisição de bens do ativo imobilizado por meio da incorporação	–	(19.683)	–	–
Baixa de investimentos por incorporação	–	19.683	–	–
	–	**49.700**	**–**	**49.700**

Demonstração do Resultado Abrangente	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	70.630	58.927	70.630	58.927
Outros componentes do resultado abrangente				
Participação no resultado abrangente das investidas (Nota 10)	(6.489)	434	(6.489)	434
Total do resultado abrangente do exercício	64.141	59.361	64.141	59.361

Diretoria

Ramon Perez Martinez Garcia de Alcaraz - Administrador

Contador

Ricardo Rodrigues Godinho - CRC/SP 1SP 305052/0-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO

EDITAL RESUMIDO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024** OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS SEMAFÓRICOS PARA O MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO/SP. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08/08/2024, às 09h00. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FILTRO CAPACITIVO, COM INSTALAÇÃO. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08/08/2024, às 09h00. Os Editais estarão disponíveis no site www.sertaozinho.sp.gov.br e https://bll.org.br INFORMAÇÕES: TEL. (16) 2105 3036/(16) 2105 3051 Secretaria de Administração; Departamento de Licitações, 22 de julho de 2024. Valdir Zamoner Secretário Municipal de Administração

A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - TORNA PÚBLICO O EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 90006/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 90006/2024
CONTRATANTE (UASG) (180216)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLEMENTAÇÃO DE REDE LÓGICA ESTRUTURADA, REDE DE COMUNICAÇÃO, MONITORAMENTO E CPD PARA EQUIPE DE PERÍCIAS MÉDICO-LEGAIS -SUL E NÚCLEO DE PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS DE SANTOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 481.236,71
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 06/08/2024 às 10h30min (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item - MODO DE DISPUTA: aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO - REALIZAÇÃO: https://compras.sp.gov.br/

Banco Voiter S.A.

CNPJ/ME nº 61.024.352/0001-71 - NIRE 353.000.242-90

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

30/04/2024, às 14:30 horas. A Assembleia Geral Ordinária ("AGO") foi realizada na sede social do Banco Voiter S.A. presença da acionista titular da totalidade do capital social da Companhia. **Deliberações:** Foram aprovadas, as contas dos administradores, o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os quais foram devidamente publicados no jornal "O Estado de S. Paulo", na edição de 29/03/2024, nas páginas B15 a B20, bem como na versão digital, ficando dispensada a publicação do aviso aos acionistas conforme estabelece o artigo 133, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações. Foi aprovado, por unanimidade e sem ressalvas, que o prejuízo apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 32.413.353,73, seja integralmente destinado à conta de Prejuízos Acumulados da Companhia. Foi aprovado, por unanimidade e sem ressalvas, o Relatório de Remuneração da Administração, referente ao ano de 2023, o qual fica arquivado na sede da Companhia. Foi aprovado, por unanimidade e sem ressalvas, o Orçamento da Companhia para o ano de 2024, conforme termos apresentados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/03/2024. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 30/04/2024. **Mesa: Daniel Bueno Vorcaro; Alexandra Silva de Lima. JUCESP** nº 263.447/24-8 em 12/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CLUBE DE CAMPO DE SÃO PAULO

Ficam convocados os Senhores membros do Conselho Deliberativo do Clube de Campo de São Paulo para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 03/08/2024 às 16hs na sala do CINEMA, na Praça Rockford nº 28, Vila Represa, nesta Capital, a fim de tomar conhecimento, discutir e deliberar sobre a matéria constante da seguinte Ordem do Dia: 1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior; 2. Apresentação do Relatório da Diretoria Executiva sobreweb as obras que constam do orçamento do FVP 2024 e deliberação sobre proposta de realocação de verbas do orçamento vigente; 3. Assuntos não passíveis de votação. Em conformidade com o disposto no artigo 70 do Estatuto Social, o Conselho Deliberativo instalar-se-á na hora acima marcada, desde que presente a maioria absoluta dos Senhores e Senhoras Conselheiros (as), ou meia hora depois, com a presença de 1/3, mais um de seus membros, mínimo exigido para deliberação. São Paulo, 22 de julho de 2024

Artur Rodrigues Quaresma Filho - Presidente do Conselho Deliberativo

AVISO DE ALTERAÇÃO

Concorrência nº 0196/2024 - UASG 393003

Nº Processo: 50600009090202146. Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no DOU de 21/06/2024, foi alterado. Objeto: Contratação de empresa ou consórcio de empresas para a construção, manutenção, conservação e execução de obras e serviços relativos à coleta de dados de veículos pesados e monitoramento de operações através de Postos de Pesagem Mistos – PPM e Unidades Móveis Operacionais - UMOs nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará, Rondônia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.. Total de Itens Licitados: 6. Novo Edital: 24/07/2024 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Saun Quadra 3 Bloco a - Mezanino - Cgcl, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-3-90196-2024 . Entrega das Propostas: a partir de 24/07/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras . Abertura das Propostas: 28/08/2024 às 15h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido por meio dos sítios: www.dnit.gov.br ou www.gov.br/compras .

FLAVIA CINTRA EVANGELISTA
Agente de Contratação

BANCO SOFISA S.A.

CNPJ nº 60.889.128/0001-80 - NIRE 35.300.100.638

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora, Local: 27.05.2024, às 14hs, na sede social, na Alameda Santos nº 1.496, Bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade dos membros do Conselho de Administração, de maneira remota, via Web, em tempo real. Acham-se presentes os Srs. Alexandre Burmaian, André Jafferian Neto, Antonio Carlos Feitosa, Gilberto Maktas Meiches, Juan Guillermo Fuentes Alcedo e Raul Rosenthal Ladeira de Matos. **Mesa**: Gilberto Maktas Meiches – Presidente, Antonio Carlos Feitosa - Secretário. **Deliberações Aprovadas**: a eleição do Sr. **Emilio Pedro Borsari Filho**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 29.102.279-0 SSP/SP, CPF nº 199.626.928-30, para o cargo de Diretor sem designação específica. Dessa forma, a Diretoria ficará assim composta até a RCA que suceder a AGO do ano de 2026, observado o disposto no § 1º do artigo 26, do Estatuto Social do Banco: (i) Diretor Presidente Sr. **Alexandre Burmaian**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 11.552.930 SSP/SP, CPF nº 148.785.288-69; (ii) Diretor Vice-Presidente Sr. **Diaulas Morize Vieira Marcondes Júnior**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG nº 5.726.106-4 SSP/SP, CPF nº 01067367870; (iii) Diretora Sra. **Adelaide Campos Andreu Simões**, brasileira, casada, publicitária, RG nº 22.826.201-x SSP/SP, CPF nº 142.518.018-30; (iv) Diretor Sr. **Daniel Donizete de Faria**, brasileiro, casado, cientista de dados, RG nº 28.641.929-4 SSP/SP, CPF nº 301.924.108-14; (v) Diretor Sr. **Emilio Pedro Borsari Filho**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 29.102.279 SSP/SP, CPF nº 199.626.928-30; (vi) Diretor Sr. **Fabrício Costa Angelin**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 27.744.958-3-SSP/SP, CPF nº 300.311.938-97; (vii) Diretor Sr. **Gabriel Miguel Cezar**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 30.081.850-6 SSP/SP, CPF nº 333.106.348-76; (viii) Diretor Sr. **Márcio Cecílio Santos**, brasileiro, casado, economista, RG nº 25.072.170-3 SSP/SP, CPF nº 258.357.868-59; (ix) Diretor Sr. **Rafael Pavão de Assis**, brasileiro, em união estável, administrador de empresas, RG nº 35.255.268-2 SSP/SP, CPF nº 223.442.678- 24, e (x) Diretora Sra. **Sílvia Scorsato**, brasileira, casada, advogada, RG nº 22.700.366-4 SSP/SP, CPF nº 252.413.478-44, todos com endereço comercial em São Paulo/SP. Permanecem vagos os demais cargos da Diretoria. O Sr. **Emilio Pedro Borsari Filho** declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração do Banco. A eficácia das deliberações está condicionada à homologação deste ato pelo Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação em vigor. **Encerramento**: Nada mais. Antonio Carlos Feitosa - Secretário. JUCESP nº 268.963/24-1 em 18.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

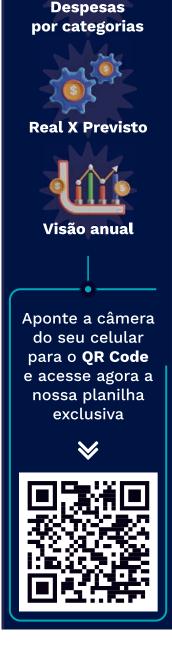
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Segunda Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries, da 161ª (Centésima Sexagésima Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) séries, da 161ª (centésima sexagésima primeira) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3.3. do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 161ª (Centésima Sexagésima Primeira) Emissão, em até Três Séries, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Hortus Comércio de Alimentos S.A.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **30 de julho de 2024, às 11:30 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom*, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de junho de 2023, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas; e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso Assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral de Titulares de CRA instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de qualquer número de Titulares de CRA. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos Titulares de CRA em Circulação ou dos Titulares de CRA em Circulação da respectiva Série presentes, desde que estes correspondam a, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos Titulares de CRA em Circulação ou de CRA em Circulação da respectiva Série. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral de Titulares de CRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia Geral de Titulares de CRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia Geral de Titulares de CRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação destes Titulares de CRA via instrução de voto a distância.

São Paulo, 22 de julho de 2024

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Cibersegurança **'Não' à oferta bilionária**

Startup recusa US$ 23 bi do Google e frustra a maior compra da big tech

Maior negócio feito até hoje pela gigante da tecnologia foi a aquisição da Motorola, em 2012, por US$ 12,5 bilhões

NICO GRANT
THE NEW YORK TIMES

Na semana passada, o Google estava prestes a comprar a startup de segurança cibernética Wiz por US$ 23 bilhões (o equivalente a R$ 123,8 bilhões), no que teria sido a maior aquisição de sua história. No entanto, na noite de segunda-feira, a Wiz informou a seus funcionários que o negócio estava cancelado. Em vez da venda, a empresa buscaria uma listagem pública em uma Bolsa de Valores, de acordo com um memorando ao qual o jornal *The New York Times* teve acesso.

A Wiz continuaria a perseguir sua meta anteriormente declarada de gerar US$ 1 bilhão (cerca de R$ 5,58 bilhões) em receita recorrente antes de ir ao mercado de ações, escreveu Assaf Rappaport, CEO da Wiz, no memorando.

"Embora estejamos lisonjeados com as ofertas que recebemos, optamos por continuar em nosso caminho para construir a Wiz", escreveu ele. "Dizer não a ofertas é difícil, mas, com nossa equipe excepcional, me sinto confiante em fazer essa escolha."

O Google não respondeu imediatamente a um pedido de comentário. Um representante da Wiz não quis comentar. A CNBC e a *Fortune* divulgaram o conteúdo do memorando na segunda-feira.

Se tivesse sido concluída, a compra teria injetado um novo ímpeto na divisão de computação em nuvem do Google e ajudado a empresa a acompanhar a rival Microsoft em segurança cibernética.

Um número cada vez maior de empresas confia na Wiz para proteger seus aplicativos em nuvem. O Google nunca fez um cheque tão grande para comprar outra empresa, muito menos uma startup com apenas quatro anos de fundação. Seu maior negócio foi a compra da Motorola por US$ 12,5 bilhões em 2012 (o equivalente a R$ 69,7 bilhões na cotação atual), que foi vendida por um valor mais baixo para a Lenovo apenas alguns anos depois.

OBSTÁCULOS. Desta vez, os obstáculos regulatórios pareciam grandes. O Google vem tendo um relacionamento difícil com os órgãos reguladores dos EUA, com o Departamento de Justiça processando-o em dois casos antitruste diferentes. Um deles tem como alvo seu onipresente mecanismo de busca e o outro busca desmembrar seu negócio de tecnologia de publicidade digital. O veredicto no caso da busca é esperado para este ano.

> ***"Embora estejamos lisonjeados com as ofertas que recebemos, optamos por continuar em nosso caminho para construir a Wiz"***
>
> ***"Dizer não a ofertas é difícil, mas, com nossa equipe excepcional, me sinto confiante em fazer essa escolha"***
>
> **Assaf Rappaport**
> **CEO da Wiz, em memorando enviado aos funcionários**

Os órgãos reguladores sob o comando do presidente Joe Biden adotaram uma linha dura contra a consolidação corporativa. A Comissão Federal de Comércio (FTC) tentou bloquear a aquisição da empresa de videogames Activision pela Microsoft. Já a Amazon abandonou a aquisição da iRobot por US$ 1,7 bilhão (R$ 9,5 bilhões) após a resistência dos órgãos reguladores americanos e europeus.

Uma análise governamental de uma aquisição multibilionária pode levar mais de um ano e minar o ímpeto de uma empresa. Esse seria um tempo precioso para a Wiz, que sempre manteve rápido crescimento. A empresa informou no início deste ano que gerou mais de US$ 350 milhões (R$ 1,95 bilhão) em receita, em comparação com US$ 100 milhões (R$ 558 milhões) dois anos antes.

Rappaport disse em seu memorando que toda a atenção que a empresa recebeu desde que surgiram notícias sobre uma possível aquisição pelo Google o encorajou a continuar criando uma plataforma independente. "A validação que recebemos do mercado após essa notícia apenas reforça nosso objetivo de criar uma plataforma que tanto as equipes de segurança quanto as de desenvolvimento adorem." ●

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

CLASSIFICADOS

JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES&LEILÕES CARREIRAS&EMPREGOS

Para anunciar:
(11) 3855-2001

IMÓVEIS SÃO PAULO

Vendem-se

CASAS

ZONA SUL

CAMBUCI
R$1.200.000 Sobrado 3ds, 3wcs 1vg. Viu, gostou (11)99290-5864

AUTOS

MOTOS

SUZUKI JTA V-STROM
R$65.000 20/21 1000 XT Amarela. 1590km. Protetor carter e motor. Partic ☎(11)96435-0736

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE
LIGUE (11) 3855 2001

OPORTUNIDADES

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

GALPÃO COM RENDA
A venda no Butantã. Terr.3350m², construção 2193m². Alugado por rede famosa por R$67.500 Pço: R$9.200.000. (11)99937-0291

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO - LIVRO USADO
Livros, Gibiteca, CD, DVD e discos usados.Compro, vendo. Pça João Mendes, 140 ☎(11)3104-7111

EMPREGOS

COZINHEIRA ESCOLAR - PCD
Empresas do Grupo Angá (ANGÁ, G&T, Pack Food e COELFER) admitem. Vaga exclusiva p/ pessoas com deficiência.Enviar Currículo: trabalheconosco@grupoanga.com.br ou (11)98867-8275

PCD - VAGAS
PARA RESTAURANTE INDUSTRIAL Empresa ALERE Alimentação admite. Vagas exclusivas p/ pessoas com deficiência. Enviar Currículo: talentos@alerealimentacao.com.br ou ☎(11)98867-8275

Classificados ESTADÃO
(11) 3855-2001

negocios & oportunidades
Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

✓Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor

✓Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida

✓O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo

✓Forneça seus dados apenas pessoalmente

✓Faça a transação apenas pessoalmente

✓Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios

✓Não adiante nenhum valor

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO

O SEU MELHOR NEGÓCIO ESTÁ AQUI NO IMPRESSO E NO DIGITAL

Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
anunciar.classificados@estadao.com

Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h

SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO.

LEILÃO ON-LINE CADASTRE-SE!

Visitação e Relação c/fotos: www.deseulance.com
Informações: (11) 5575 9555

CPTM COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS

DATA: 30.07.24 - 3ª FEIRA - 10:00 H
366 T. Trilhos Usados • 10 T. Sucata de Cobre • 06 T. Fio de Cobre Encapado • 150 T. Ferrosa de Via Permanente • 21 T. Rodas Ferroviárias • 100 T. Aço/Terro Miúda • 09 T. Discos de Freio • 7.265 KG Limalha Ferro/Aço • 3.663 KG Sapatas de Composição • 1.900 KG Rolamentos • 10.900 KG Baterias • 24.200 L. Óleo Mineral Isolante • 21.600 L Óleo Utilizado • 217 Dormentes de Madeira AVM • 336 M³ Dormentes de Madeira em Pedaços • 14 Transformadores Elétricos • 77 Luminárias • 556 KG Sucata de Isoladores Elétricos • 14 Carretéis de Madeira • Diversos.

PERSIO BOSCHETTI JÚNIOR - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 678

deseulance.com
LEILÕES "ON-LINE" E "PRESENCIAIS" - CADASTRE-SE!
Participação via internet c/ transmissão de áudio e vídeo em tempo real - Local dos Leilões: R. Uruana, 139 - São Paulo/SP - Visitação e Relação c/ fotos: www.deseulance.com Infs: (11) 5575-9555 - VENHA TRABALHAR CONOSCO NA CAPTAÇÃO DE NOVOS CLIENTES! (rh@deseulance.com)

CAMINHÃO MB • EMPILHADEIRAS (CAPAC. 1,6 A 7T) • MÁQS. OPERATRIZES • 200 MÓDULOS PORTA PALETES • 18 TANQUES EM INOX • COMPRESSORES DE AR • TURBINAS HIDR. • ALTERNADORES GERADORES • ROLAMENTOS • UTILIDADES DOMÉSTICAS • 02 LANCHAS • MOTORES ELÉTRICOS • DIVERSOS.

Espaço Casa
DATA: 31/07/2024 4ª FEIRA - 14:00H
Utilidades Domésticas: Aprox. 660 Eletrodomésticos (Cafeteiras/ Fritadeiras/ Panelas Elétricas/ Liquidificadores, Etc.) • Aprox. 400 Eletrônicos (Drones/ Rádios/ Fones/ Caixas Amplificadoras, Etc.) • Itens de Vestuário (Tênis/ Shorts/ Bermudas) • Peças e Acessórios Automotivos (Caixas de Câmbio/ Escapamentos/ Faróis/ Suspensões/ Amortecedores, Etc.) • 02 Motores a Gasolina • Quadros p/ Bicicleta • Aprox. 10.000 Itens para Bicicleta • Diversos.

cba
DATA: 01/08/2024 5ª FEIRA - 10:00H
Caminhão M. Benz Axor Mod. 2035 S (07) • Empilhadeira Hyster Mod. H 155FT 7,0 Tons. • Aprox. 10 Tons Lingotes de Magnésio Metálico • Lavadora Indl. Hobart • 52 KG Pastilhas de Ferramentas de Corte • Quadro Elétrico de Comando (2 Portas) • 06 Árvores Metálicas p/ Acondicionamento • Peças Sem Uso (Rolamentos / Válvulas e Outras) • Diversos.

LOCA ESPAÇO Logística & Transportadora
DATA: 01/08/2024 5ª FEIRA - 11:00H
02 Tornos Mecânicos Paralelos • Strechadeira Envolvedora Orbital • Aprox. 200 Módulos Porta Paletes • 56 Montantes Duplos Porta Paletes • Empilhadeiras Elétricas • 02 Lanchas Metal Boat • 13 Plataformas Niveladoras de Doca • Esteiras Transportadoras • Tanques • Cabine Salt Spray • Betoneiras • Exaustores • Caçambas • Diversos.

Pernod Ricard
DATA: 01/08/2024 5ª FEIRA - 14:00H
06 Tanques em Inox, Capac. 10 a 35m³ • 1.800 Barris de Carvalho, Capac. 200L • Guilhotina Indl. JMac • Camâra Fria M/ Polifrio • 05 Motores Elétricos, Capac. 40 e 50CV • 15 IBC's Container em PP, Capac. 1.000L • Pçs. p/ Rotuladoras • Divs.

DATA: 02/08/2024 6ª FEIRA - 11:00H
07 Turbinas Hidráulicas • 06 Alternadores Geradores, Capac. 1.500 a 4.000KVA) • 02 Colheitadeiras de Cana Case A8800 • Redutor Dedini H29 • Unidade Hidráulica 800 L • Ventilador Forçador.

PERSIO BOSCHETTI JÚNIOR - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 678

INÊS 249

Amanda Graciano @amandagraciano.com

Os desafios da inclusão e diversidade

Nos últimos anos, a diversidade e inclusão (D&I) se tornaram tópicos centrais nas agendas corporativas, com empresas em todo o mundo se comprometendo com a criação de ambientes de trabalho mais diversos e inclusivos. No entanto, cresce a percepção de que muitas dessas iniciativas são meramente superficiais, configurando o que é conhecido como "diversitywashing". Este termo refere-se às ações de empresas que adotam uma postura pública de compromisso com a diversidade e inclusão, mas que, na prática, não implementam mudanças significativas. Assim como o "greenwashing", em que organizações promovem uma imagem ecologicamente correta sem práticas sustentáveis reais, o "diversitywashing" cria uma fachada de responsabilidade social sem um compromisso genuíno com a causa.

Recentemente, várias áreas globais de diversidade foram descontinuadas, justificadas como mudanças nas estratégias das empresas. Este movimento levantou ainda mais suspeitas sobre a autenticidade das iniciativas de D&I. As empresas alegam que estão reestruturando suas abordagens para serem mais eficientes e alinhadas aos objetivos de negócios, mas a eliminação dessas áreas especializadas pode ser vista como um retrocesso, revelando um compromisso superficial com a diversidade.

> ***Sem políticas efetivas de inclusão e diversidade, num país como o Brasil, todos saem perdendo***

Compromissos superficiais são um dos principais sinais de "diversitywashing". Muitas empresas fazem promessas grandiosas sobre diversidade sem planos concretos ou metas mensuráveis. Anúncios vistosos e campanhas de marketing são frequentemente usados para promover uma imagem inclusiva, mas sem ações práticas para suportar essas declarações. Além disso, a falta de representatividade em posições de liderança é um indicativo claro. Empresas que se dizem comprometidas com a diversidade, mas não possuem representação significativa de minorias em cargos executivos, podem estar praticando "diversitywashing".

Ações pontuais e cerimoniais, como eventos anuais ou treinamentos obrigatórios, sem a integração da diversidade na cultura organizacional diária, também são suspeitas. Outro ponto crítico é a falta de transparência: empresas que não divulgam dados claros e transparentes sobre seus progressos em D&I, ou que evitam auditorias externas e relatórios de diversidade, podem estar escondendo a falta de avanço real.

As consequências do "diversitywashing" são diversas e, em um país como o Brasil, todos saem perdendo. Sem o devido olhar para o tema, as empresas estão estrategicamente decidindo não se comprometer com o futuro nem com a sociedade. ●

CONSELHEIRA DO PACTO GLOBAL DA ONU E MANAGING PARTNER NO EXPERIENCE CLUB

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA .** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Tecnologia Comunidades digitais

Redes sociais alternativas, do início da década passada, resistem ao tempo

Plataformas como Last.fm e Pinterest, que pareciam ter saído de cena, mantêm os seus públicos ativos

SABRINA BRITO

Não faz muito tempo, o menu de redes sociais ia muito além de plataformas como TikTok, Instagram e Facebook. Mas, a despeito da quase onipresença dessas gigantes, ainda é possível acessar serviços alternativos, que venceram o teste do tempo. Entre eles estão o Last.fm, o Pinterest e o ASKfm. Mas o que têm essas plataformas, que as impede de desaparecer?

"Dá para conhecer pessoas novas com gostos parecidos com os meus, receber sugestões de filmes, memes, comidas", conta Daniela Stähelin, 29, usuária do ASKfm. "É um ambiente legal, inspirador. Eu me conheço mais respondendo às perguntas", diz.

Lançado em 2010, o ASKfm surgiu como um concorrente da então popular rede social Formspring. Trata-se de um site de perguntas e respostas onde é possível participar de forma anônima ou não. Assim, são permitidas questões de até 300 caracteres para outras pessoas, que podem ou não responder. A pessoa tem também a opção de responder a questões aleatórias.

Se para muitos a rede social já havia encontrado seu fim após ter um boom de usuários há mais de uma década, para muitos ainda é uma fonte importante de entretenimento. "Nós nos acostumamos com redes sociais muito grandes, com todos dentro do alcance de um clique. Recentemente, vemos uma certa vontade de ter redes mais fechadas, em que se conecta apenas com pessoas do mesmo interesse – é o caso do ASKfm", diz David Nemer, professor do departamento de estudos de mídia e antropologia na Universidade de Virgínia (EUA).

Outro exemplo de rede social que possivelmente já está distante de seu auge mas que continua bastante viva é o Pinterest. Lançado também em 2010, o serviço teve sucesso ao apresentar uma nova maneira de colecionar ideias e imagens em um mesmo lugar. A plataforma permite salvar fotos e vídeos em pastas para criar referências ou formar inspirações. Assim, o Pinterest se encaixa em uma categoria de rede que traz uma funcionalidade específica que a torna útil, mesmo com o passar do tempo.

HELENA FLEURY

Helena Fleury, 23, é usuária do Pinterest: comunidade e pesquisas

COMUNIDADE. É o que diz Helena Fleury, 23. "Acho que o Pinterest continua vivo porque ele faz muito bem o que se propõe fazer. Ele junta uma comunidade de pessoas com os mesmos interesses que você e possibilita a pesquisa de diversos assuntos diferentes", diz. "Dentro do nicho de pessoas que gostam de ir atrás de referências, o Pinterest ainda é muito usado."

Helena conta que entra no Pinterest de três a quatro vezes por semana. "É uma plataforma em que sempre fico de olho, especialmente quando quero me sentir inspirada ou produtiva", diz. "Para mim, quase substituiu o Google Imagens."

"Há um movimento de cansaço de redes que tudo fazem, em direção a comunidades mais específicas. Estamos caminhando para plataformas mais íntimas", argumenta Nemer.

> **Comportamento**
> **O uso cada vez maior de algoritmos e inteligência artificial pode despertar sentimentos nostálgicos**

"O que acontece é que, às vezes, uma rede social fica restrita a uma bolha, e, quando se esbarra em uma dessas bolhas, nos parece que a rede 'voltou'. A verdade é que elas nunca se foram de verdade", diz Edney Souza, professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e especialista em mídias digitais. "Alguns fatores podem explicar essas 'voltas': a nostalgia, a presença de funcionalidade específica para um fim, entre outros."

ALGORITMOS. A evolução de serviços como Facebook, Instagram, X e TikTok, reconhecem os especialistas, pode representar o fim das redes sociais como conhecemos, na medida em que algoritmos e sistemas de inteligência artificial (IA) passaram a mediar as interações dos usuários. Quando o feed para de ser gerado por amigos para ser construído por algoritmos, não há mais elemento social presente. Ou seja, se no começo eram uma forma de se conectar com pessoas no ambiente virtual e criar comunidades, hoje elas são ambientes recheados de inteligência artificial e publicidade.

"Problemas em outras redes, como mudanças nos algoritmos, uso de dados, aumento de anúncios ou alterações no comportamento dos consumidores, podem despertar sentimentos nostálgicos nos usuários e levá-los a buscar ambientes que proporcionem segurança ou conforto, diz Renata Turlão, diretora de mídia social e inteligência da mediatech Play9, lembrando ainda que as plataformas mais antigas também seguem atualizando suas funcionalidades, o que pode levar os usuários a redescobrirem algumas delas.

Segundo ela, atualmente existem mais de 5 bilhões de usuários de redes sociais no mundo, com uma projeção de ultrapassar os 6 bilhões até 2028. "Observamos um constante movimento de criação de novas redes e crescimento de criadores de conteúdo, muitos dos quais se tornarão influenciadores." ●

C6 E C7 A fundo

Especialistas apontam os oito hábitos ruins que sabotam o seu sono

Ben Daniels

‘Ele tem uma energia que amamos odiar’

Ator britânico fala sobre Santiago, que interpreta na série ‘Entrevista com o Vampiro’

@IMMORTAL_AMC/TWITTER

‘Eu era uma esponja’, diz sobre influência de Vincent Price na carreira

ENTREVISTA

Celebrado intérprete de teatro, ganhador do Prêmio Olivier, ele conta que se inspirou em David Bowie para criar papel

SEAN T. COLLINS
THE NEW YORK TIMES

Alerta de spoiler: até perder a cabeça no final da segunda temporada de *Entrevista com o Vampiro*, Santiago foi o grande destaque da cena teatral vampiresca. Interpretado pelo britânico Ben Daniels, veterano dos palcos e ganhador do Prêmio Olivier, Santiago virou um dândi após se tornar um vampiro. “Ele é tão horrível e tão delicioso! Ele adora ser vampiro. E tem uma energia que adoramos odiar”, diz Daniels.

Ao longo da 2.ª temporada da série, que chega agora ao Prime Video, Santiago assumiu o controle da sua trupe de teatro. No clímax da temporada, encena um julgamento de mentira que culmina em execuções de verdade. É o crime que lhe rendeu o desfecho fatal.

Baseada nos romances da série *Vampire Chronicles*, de Anne Rice, a série já foi renovada para a terceira temporada – e Daniels falou, em entrevista, sobre o personagem e seu percurso ao longo da produção.

Se você é um ex-gótico que fazia teatro na escola e adorava o musical *The Rocky Horror Picture Show*, Santiago é uma figura muito magnética. Na série, ele tem fãs que assistem a todas as apresentações e se vestem como ele.

Rocky Horror foi uma grande influência. É muito bom que a atuação de Tim Curry em *The Rocky Horror Show* exista em vídeo, porque é uma das melhores de todos os tempos. Eu adoraria ter visto no teatro.

Fiquei curioso para saber se houve alguma influência de David Bowie também.

Sim! Santiago vai ficando cada vez mais niilista. Aí mandei para a Carol Cutshall, a figurinista, inúmeras fotos de Bowie como o Thin White Duke (*persona de Bowie associada ao seu álbum ‘Station to Station’*). Se você comparar, vai ver que ela copiou quase tudo. Depois, acrescentou uma camisa transparente, o que é genial.

Santiago precisa desse tipo de armadura. Ele tem de se defender dos “quatro grandes” da série, Louis, Lestat, Claudia e Armand, mesmo que não esteja romântica ou emocionalmente envolvido com eles.

Não está envolvido? (*risos*)

Bem...

Este foi um dos primeiros trabalhos que fiz sem pensar duas vezes, só porque significava trabalhar com Rolin (*Jones, criador da série*). Logo no começo, ele me ligou e disse: “Escute, tudo bem para você se Santiago não for LGBT?”. Mas, quando o roteiro foi chegando, pensei que a única maneira de esse nível de ódio funcionar seria se ele estivesse apaixonado por Armand. A psicologia tem um conceito extraordinário, chamado formação reativa, que é o que Iago tem com Otelo. É um mecanismo de defesa pelo qual seus impulsos são tão inaceitáveis para seu ego que são substituídos por esse comportamento oposto e exagerado. Santiago acha Louis lindo. Como Armand matou o criador de Santiago – por quem acho que ele também estava apaixonado – e também acha Louis atraente, tudo precisa ser destruído. Isso deu um impulso gigantesco ao seu ódio e o levou a agir de um jeito tão agressivo, louco, extremo.

Você não é só um humano interpretando um vampiro interpretando um humano interpretando um vampiro. Você também é um ator de teatro interpretando um ator de teatro.

Quando filmamos a maior parte das cenas de teatro, no episódio 2, eu estava havia três meses atuando em *Medea*, em Londres. Terminei num domingo e na quarta ou quinta fui filmar aquela sequência. Então, já estava preparado quando (*o diretor*) Levan Akin disse: “Faça como se fosse uma performance teatral”. Eles filmaram tudo com quatro câmeras, então não sabíamos quando estávamos na tela ou não. Foi implacável e ele filmou de forma brilhante. No episódio 7, estar naquele palco foi como fazer uma peça. Filmamos aquela sequência do tribunal em pedaços de 15 minutos. Foi uma coisa insana. Muitas vezes não havia câmeras no palco conosco. Ou elas estavam em gruas, ou então entravam e saíam, ou era só a (*diretora*) Emma Freeman filmando, fazendo toda a cobertura de closes, para termos todas as atuações na hora, não depois de três ou quatro dias. Aí as câmeras sumiram. Virou uma peça.

> ***“A psicologia tem um conceito extraordinário, chamado formação reativa, que é o que Iago tem com Otelo. É um mecanismo de defesa pelo qual seus impulsos são tão inaceitáveis para seu ego que são substituídos por esse comportamento oposto e exagerado”***
> **Ben Daniels**
> Ator, sobre a relação entre os personagens na série

Como ator, é complicado viver um ator com um... nível de talento diferente?

Sim, ele nunca alcançou as alturas vertiginosas que gostaria de ter alcançado. Ele é um cavalo de circo, não é? Basicamente, eu era uma esponja, olhando para tudo, desde Vincent Price em *As 7 Máscaras da Morte* – bem, Vincent Price em muitas coisas, na verdade – até meu gato. Eu observava como meu gato brincava com ratos e pensava: “Quer saber? Vou roubar um pouco disso”.

Você sempre quis interpretar o papel de um vampiro?

Sim, sem dúvida. Eu adoro terror. É para isso que vivo. Cresci assistindo a Christopher Lee como Drácula e William Marshall como Príncipe Mamuwalde, em *O Vampiro Negro*. Muito elegante, teatral, uma voz incrível. Sou vidrado nesses vampiros desde pequeno. Sempre gostei de terror. As crianças que são diferentes geralmente gostam. Quando você cresce como uma criança LGBT, vai percebendo que esses vilões e vampiros muitas vezes refletem o jeito como as pessoas tratam os gays. Está sempre presente, essa codificação queer. Nos filmes antigos de James Whale, ela está lá.

Mais do que qualquer outro escritor, Anne Rice identificou a tragédia na monstruosidade do vampiro. Eles são imortais, mas as pessoas que amam morrem, e essa experiência fica com eles para sempre.

Parte do motivo pelo qual não consigo assistir a *Vampiro* agora é que meu parceiro acabou de morrer. A dor é horrível. As ressonâncias são enormes. É como ser assaltado em plena luz do dia, você nunca sabe quando vai acontecer. E ela explora tudo isso de forma brilhante. Acho que, em qualquer tipo de trabalho criativo, você é uma esponja. Absorve o que está acontecendo com você e com o mundo, e às vezes isso sangra e é útil. Estávamos filmando *Vampiro* quando Ian (*seu parceiro, o ator Ian Gelder*) recebeu o diagnóstico de câncer de pulmão. Quando comecei a assistir ao episódio 2, eu sabia que o que estava acontecendo na minha vida era uma coisa importante para minha atuação – e é claro que seria, ainda mais quando você está contando uma história sobre morte, sobre morrer e matar pessoas e viver para sempre. Eu sabia das conversas que estava tendo entre as tomadas... Foi muito difícil. Tinha muito a ver com a minha vida pessoal. Mas vou conseguir ver o que estava acontecendo com Ian, até mesmo na raiva que sinto dos outros personagens. Sei que isso influenciou minha atuação de algum jeito, espero que em um bom sentido. O que estou curtindo mesmo são as reações das pessoas. Rolin me ligou e disse: “É só dar um Google no seu nome, pesquisar ‘Ben Daniels Santiago’ no Twitter. Se você não for assistir, pelo menos veja a reação das pessoas”. Então, tenho vivido a reação das pessoas, o que tem sido ótimo. ●

TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Direto da Fonte

Gilberto Amendola gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

No Instagram

Sorveteria judaica Glidah sofre ataques antissemitas

A sorveteria Glidah, em Santa Cecília (SP), vem sofrendo ataques de cunho antissemita em sua página no Instagram. Segundo Ronny Trojbicz, proprietário do local e administrador do perfil do Instagram, comentários antissemitas são postados desde a inauguração do espaço, em dezembro do ano passado.

Antes, Ronny costumava apagar as postagens, mas agora resolveu mantê-las "para que todos vejam quem está fazendo isso", diz. "Não vou apagar mais. Quem escreve esse tipo de coisa tem que ficar exposto", diz. Ele conta que, para ele, o mais difícil é ser chamado de genocida. "Acho que isso fere qualquer judeu".

A situação viralizou na semana passada, depois que a influencer carioca Marina Muller chamou a atenção para o caso. Desde então, o perfil da sorveteria também passou a receber centenas de comentários de apoio. "Isso já vinha acontecendo: alguém fazia uma postagem de ódio e os clientes respondiam". Depois de um comentário onde se lia 'Heil Hitler' em hebraico ter sido postado no perfil, dezenas de pessoas se revoltaram, incluindo o ator Luciano Szafir, que desafiou o usuário a ter coragem de fazer o comentário antissemita na porta da casa dele. "Apesar dos muitos comentários online, nunca houve nada assim na sorveteria. Nunca fui xingado pessoalmente", diz Ronny. Mesmo assim, ele afirma que existe sim um boicote a estabelecimentos judaicos. "Eu sei de gente que chama amigo para ir a um restaurante judaico e a pessoa diz que não vai justamente por ser de um judeu. Os judeus no Brasil não tem nada a ver com o que acontece em Gaza e em Israel". ● MARCELA PAES.

ARQUIVO PESSOAL E FELIPE RAU

O proprietário da sorveteria Glidah, Ronny Trojbicz, disse que os comentários antissemitas são postados desde a inauguração do espaço, no ano passado.

Carol Trentini na Casa de Criadores

Depois de uma temporada em Paris, onde foi destaque da semana de moda de alta-costura desfilando com exclusividade pela maison Schiaparelli, Carol Trentini irá abrir a 54ª edição da Casa de Criadores. A supermodelo abrirá a apresentação do estilista Alexandre Herchcovitch. O desfile da grife 'Herchcovitch; Alexandre' encabeça o line-up da edição e será realizado às 11h30, no Salão Almeida Junior, em São Paulo.

WAY MODELS

Doação de sangue para cães em Moema

O AmarVet's Hospital Veterinário, localizado no bairro de Moema, realizará no dia 27 de julho, sábado, das 10h às 16h, a Campanha Patinha Vermelha, um evento destinado à doação de sangue de cães. Idealizada com o propósito de promover a saúde e o bem-estar dos animais, a campanha visa salvar vidas de pets que necessitam de transfusões de sangue para procedimentos médicos. Na Av. Indianópolis, 962, Moema.

ARQUIVO PESSOAL

1. Renata Rocco na abertura das exposições "Reflexos Urbanos" e "Água Corrente" na Galeria Kovac & Vieira. 2. Carol e Sofia Roxo. 3. Andre Mogle. 4. Bruna Kherlakian.

LEDA ABUHAB

Bloco de Notas

● **EDUCAÇÃO.** A Vale e o Instituto Sociedade População e Natureza abrem inscrições para o *Programa Indígena de Permanência e Oportunidades na Universidade*, o PIPOU. Ao todo, serão 56 bolsas no valor de R$ 1.200 por mês, além da doação de um laptop para cada estudante e suporte acadêmico. A iniciativa tem o objetivo de apoiar a permanência de indígenas em universidades.

● **MICO-LEÃO.** No dia 2 de agosto, data em que se comemora o Dia Nacional do Mico-Leão-Dourado, a ExxonMobil Brasil renova o apoio à Associação Mico-Leão-Dourado, por meio do FUNBIO, com um aporte de R$ 1,1 milhão. O projeto tem como objetivo o enriquecimento de 10 hectares em áreas restauradas, com o plantio de 15 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica.

Cinema *Festival*

Filme de Walter Salles concorre em Veneza

ALILE DARA ONAWALE

Selton Mello e Fernanda Torres como Rubens Paiva e Eunice, uma mulher que teve de se reinventar

'Ainda Estou Aqui', indicado para o Leão de Ouro da mostra, é baseado em livro de Marcelo Rubens Paiva sobre sua mãe, Eunice

O filme *Ainda Estou Aqui*, do diretor Walter Salles, foi indicado para a competição oficial do Festival de Veneza, que será realizada entre 28 de agosto e 7 de setembro, disputando o Leão de Ouro. O anúncio foi feito nesta terça, 23.

Com Fernanda Montenegro, Selton Mello e Fernanda Torres no elenco, o primeiro filme com produção original Globoplay é inspirado em um livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva sobre sua família. Longa volta aos anos 1970 para rever a trajetória de Eunice Paiva (Fernanda Torres), mãe do escritor, que se tornou advogada, lutando por Justiça após o marido, Rubens Paiva (Selton Mello), ser preso e morto pela ditadura, em 1971. O roteiro é assinado por Murilo Hauser e Heitor Lorega.

"Estamos felizes de ir a Veneza com um filme tão pessoal. A busca da família Paiva se confunde com a luta pela redemocratização do Brasil. Essa sobreposição entre o pessoal e o coletivo é uma das razões pelas quais quis fazer esse filme", explica Walter Salles. *Ainda Estou Aqui* também foi selecionado pelo Festival de Toronto, que ocorre em setembro.

Para o cineasta, Eunice é um pilar essencial para a narrativa. "Marcelo Rubens Paiva nos convida a olhar essa história do ponto de vista de sua mãe, uma mulher que teve de se reinventar e romper com os laços patriarcais das famílias brasileiras. O livro e o filme podem ser vistos como um relato sobre a reconstrução de uma memória individual conduzida por essa mulher, que se sobrepõe à busca pela reconstrução da memória de um país, o Brasil", diz, em nota à imprensa.

> ***"É sobre a reconstrução da memória individual conduzida por essa mulher, que se sobrepõe à busca pela reconstrução da memória de um país"***
> **Walter Salles**
> **Cineasta**

Na disputa

Competição oficial tem vinte e uma produções

- ***Ainda Estou Aqui*, de Walter Salles**
- ***The Room Next Door*, de Pedro Almodóvar**
- ***Joker*, de Todd Phillips**
- ***Queer*, de Luca Guadagnino**
- ***Maria*, de Pablo Larraín**
- ***Campo di Battaglia*, de Gianni Amelio**
- ***Leurs Enfants après Eux*, de Ludovic e Zoran Boukherma**
- ***The Brutalist*, de B. Corbet**
- ***Jouer avec le Feu*, de Delphine e Muriel Coulin**
- ***Vermiglio*, de M. Delpero**
- ***Iddu*, de F. Grassadonia e Antonio Piazza**
- ***Love*, de D.J. Haugerud**
- ***April*, de Dea Kulumbegashvili**
- ***The Order*, de J. Kurzel**
- ***Trois Amies*, de E. Mouret**
- ***Kill the Jockey*, de Luis Ortega**
- ***Babygirl*, de Halina Reijn**
- ***Diva Futura*, de Giulia Louise Steigerwalt**
- ***Harvest*, de Athina Rachel Tsangari**
- ***Youth*, de Wang Bing**
- ***Stranger Eyes*, de Yeo Siew Hua**

OSCAR. É a terceira vez de Walter Salles no Festival de Veneza. Conhecido por seu trabalho em *Central do Brasil*, que rendeu a Fernanda Montenegro uma indicação para o Oscar, o diretor também esteve presente em 2001, acompanhando a estreia de *Abril Despedaçado*, e em 2009, quando recebeu o prêmio Robert Bresson, pelo conjunto da obra.

Também fazem parte do elenco nomes como Valentina Herszage, Luiza Kosovski, Bárbara Luz, Guilherme Silveira e Cora Ramalho, Olivia Torres, Antonio Saboia, Marjorie Estiano, Maria Manoella e Gabriela Carneiro da Cunha. ●

Cinema *'O Sequestro do Papa'*

Bellocchio, olhar maduro sobre Vaticano e judaísmo

ESTADÃO ANALISA

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O título brasileiro é enganoso – dá a entender que o papa é sequestrado, quando se trata do contrário. Pio IX não é vítima, mas mandante de um sequestro – e de uma criança, ainda por cima. O caso – real – aconteceu na Itália do século 19 e é contado por Marco Bellocchio, em seu título mais recente, *Rapto*, como foi lançado na Itália.

O caso é o de um menino judeu que, doente, teria sido batizado na fé católica pela mulher que cuidava dele. Recuperado, o garoto vê-se presa da polícia do Vaticano, que o tira do convívio familiar e o leva para o seio da Santa Madre Igreja.

O caso arrasta-se por anos, numa longa batalha judicial entre a família e o Vaticano, em que entram como ingredientes uma luta por poder político numa Itália ainda convulsionada pelo processo de unificação, além de preconceitos variados, o antissemitismo entre eles.

No fundo, o que pode interessar a Bellocchio, cineasta notadamente político, neste embate entre Igreja e pátrio poder, entre catolicismo e judaísmo? Parece notório que se trata de expor à luz os absurdos provocados pela luta religiosa, em particular pela então dominante Igreja Católica, que, nessa posição, ainda se confunde com o próprio poder do Estado.

O tema é super atual num momento em que, em várias frentes, o Estado laico vem sendo questionado. Quando uma pessoa integrante do governo Bolsonaro afirma que é chegada a hora de a Igreja governar, é disso que se trata: o estabelecimento de um Estado teocrático que impõe dogmas de fé como lei geral sobre um povo. Como se vê, esse obscurantismo não é monopólio de neopentecostais contemporâneos, nem dos imãs iranianos, mas esteve no centro do poder religioso quando a Igreja Católica ainda mandava em boa parte do mundo. É o passado ajudando a ler o presente.

O caso escabroso do sequestro do menino de 7 anos Edgardo Mortara é desenvolvido por Bellocchio num artefato cinematográfico sólido como madeira de lei. *Rapto*, ou *O Sequestro do Papa*, como se quiser, é mais um ponto alto na carreira desse mestre, que começa lá atrás, nos anos 1960, com obras como *De Punhos Cerrados* (1965) e *A China Está Próxima* (1967). Em sua trajetória, ele faz uma dobradinha interessante de marxismo e psicanálise, influências críticas que emprestam tom contestador e progressista aos seus trabalhos.

O poder real e ideológico da Igreja faz-se presente em sua obra em filmes como *Em Nome do Pai* (1972) e *Aula de Religião* (*Ora di Religione*, 2002), além desse *Sequestro do Papa*. E, mesmo não sendo tema central, a questão religiosa insinua-se, sob crítica, em praticamente todos os seus filmes.

Outra constante temática da obra de Bellocchio, mas que também tem a ver com a questão religiosa, é um fato histórico que marcou a Itália moderna – o sequestro e morte do presidente da Democracia Cristã, Aldo Moro, em 1978. O cineasta visitou esse episódio – um divisor de águas que acabou por demonizar a esquerda armada italiana – no notável *Bom Dia, Noite* (2003). E voltou a ele, no mais notável ainda *Esterno Noite* (2022), em quatro episódios – ainda sem distribuição no Brasil, embora tenham sido exibidos na Mostra de Cinema de São Paulo de 2022. Inútil dizer que em todas as barganhas para a liberação de Moro esteve presente a Igreja Católica que, na figura do papa, julgou mais estratégico não ceder às exigências dos sequestradores.

O cinema de Bellocchio, banhado por essas fontes de inspiração, ganha uma densidade notável, em especial quando contrastado com o tipo de cinema autocentrado e pudico praticado de forma dominante hoje em dia. O seu é um cinema de grande mestre, culto, maduro em seu domínio técnico da realização e com alma rebelde de adolescente preservada aos 84 anos de idade. ●

INÊS 249

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Heróis e heroínas

Data estelar: Lua míngua em Peixes

Se está tudo escrito no livro do destino ou se há livre-arbítrio, essa é uma pergunta relevante para nossa humanidade, e pelo mero fato de ela existir significa que, sim, temos uma margem de manobra dentro de nosso alcance para decidir o rumo que pretendemos dar ao destino, porque apesar de haver também questões ineludíveis, nosso relacionamento com essas tem um aspecto mutável, que dá origem à liberdade de decidir.

No entanto, o livre-arbítrio é um tipo de dom que não se revela espontaneamente, como se o céu se abrisse e nos fosse outorgada uma varinha mágica, porque essa seria uma imposição, o contrário da liberdade de decidir. O livre-arbítrio, para ser utilizado, requer uma decisão livre, a de não nos deixarmos abater pelo destino duro e severo, mas, nos armando de boa vontade, nos comportarmos como heróis e heroínas. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Tudo que foi acordado com grande entusiasmo se transforma agora em deveres e obrigações que ninguém além de você terá de colocar em prática. É assim que as coisas são, do entusiasmo teórico à prática persistente.

TOURO 21-4 a 20-5

Suas razões não são exclusivas, podem e devem ser compartilhadas com outras pessoas para, inclusive, elas conflitarem e apresentarem o contraditório. É assim que a razão humana se enriquece, através do conflito.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Quando você se atrever a tomar as decisões que estão na ponta da língua, perceberá também que passou tempo demais segurando essas decisões, que estavam prontas de muito antes de sua alma se sentir segura.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Evite esperar que as pessoas questionem suas razões, porque é certo que isso acontecerá. Tome a dianteira e questione você suas próprias razões até descobrir as falhas e vulnerabilidades de seus raciocínios.

LEÃO 22-7 a 22-8

Na hora em que você perceber que se envolveu numa discussão estéril, procure sair pela tangente sem argumentar nada, apenas dando chá de sumiço. Não é hora de ficar perdendo tempo com questões inúteis. Saia dessa!

VIRGEM 23-8 a 22-9

As dúvidas se dissiparão, mas não por isso sua alma ficará completamente convencida de que o que precisa fazer seja o melhor. Não importa, faça e depois veja os resultados, esses serão a prova que você busca.

LIBRA 23-9 a 22-10

É importante você continuar pressionando as pessoas que precisam fazer a parte delas para tudo dar certo, mas cuidando para que essa pressão não seja tão impositiva que produza conflitos sem perspectiva de solução.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Parece que você fez tudo que estava ao seu alcance, e agora chegou o momento de começar a pedir ajuda, sem nem mesmo saber a quem se dirigir para isso. Não importa, a vida proverá com as pessoas pertinentes.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Os planos podem parecer perfeitos, porque são teóricos, você só saberá se valem mesmo quando comecem a ser executados na prática. Nessa hora, é certo que você terá de fazer várias retificações e mudanças de rumo.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

As preocupações são teóricas, mas têm força suficiente para produzirem angústia. Está tudo na mente, tanto a angústia quanto a possibilidade de superação se encontram na maneira de arquitetar os pensamentos.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Nem sempre os conselhos que as pessoas oferecem são as melhores orientações possíveis, mas como chegam com sorrisos e abraços a alma cai direitinho na armadilha de se orientar por algo que não orienta coisa nenhuma.

PEIXES 20-2 a 20-3

De certa forma, se tornou necessário aceitar o nível de conflito que se instalou, e enfrentar as pessoas com seus argumentos e razões para ver no que isso dará. É melhor isso do que continuar esperando algo mágico.

Cinema **Personalidade**

Atriz de 'Harry Potter' encerra carreira e reflete sobre saúde em declínio

Miriam Margolyes, de 83 anos, expressa tristeza ao enfrentar problemas físicos: 'Não tenho muito mais tempo para viver'

Miriam Margolyes, aos 83 anos, conhecida por dar vida à Professora Sprout na franquia *Harry Potter*, compartilhou que vai parar de atuar por conta de sua saúde debilitada, em entrevista ao *The Telegraph*. "Sei que não tenho muito mais tempo para viver, provavelmente vou morrer em cinco ou seis anos, talvez até antes." E completou: "Lamento ter de parar de atuar, é um prazer".

A atriz sofre de estenose espinhal, uma condição que provoca dores na coluna e dormência. Recentemente, Miriam passou por uma cirurgia cardíaca, aumentando suas limitações físicas. "Quero interpretar papéis que não sejam apenas sentar em cadeiras de rodas, mas não tenho mais forças."

Além de seu trabalho em *Harry Potter*, Miriam tem um vasto currículo que inclui participações em produções como *Yentl* (1983), *A Pequena Loja de Horrores* (1986), *Como Cães e Gatos* (2001), *Romeu + Julieta* (1996) e *Magnólia* (1999). Em 1994, venceu o prêmio Bafta por seu desempenho em *A Época da Inocência* (1992).

CRÍTICAS. Nos últimos meses, a atriz causou polêmica ao criticar os fãs adultos da franquia *Harry Potter*. Em entrevista ao canal TVNZ, ela declarou: "Me preocupo com os fãs de *Harry Potter* porque eles já deveriam ter superado isso tudo. Sabe, já se passaram 25 anos, é para crianças. Mas eles ficaram presos nisso".

Apesar das críticas, Miriam expressou gratidão pelo impacto de seu papel na franquia, mas destacou a necessidade de seguir em frente: "*Harry Potter* é incrível, sou muito grata. Mas acabou. É o que penso". ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Dá o que tem para merecer receber o que te falta"* **Santo Agostinho**

Roberto DaMatta

Países adiantados

Era como eu (e a torcida do Flamengo) me referia aos Estados Unidos e a algumas nações da Europa, em contraste com o persistente "atraso" do Brasil, visto como um utópico "país do futuro".

Éramos ruins em tudo, menos em sermos retrógrados, em oposição a uma civilizada Argentina, que era a mais falada nação de nossa vizinhança. Quando, nos anos 1950, tio Marcelino voltou de excursão a Buenos Aires foi categórico: éramos um país de mestiços analfabetos! Buenos Aires só não foi Pasárgada porque meu tio estava com a mulher e o real não tem rima.

Esses eram tempos nos quais Chicago tinha mais telefones que toda a América do Sul. E Hollywood esbanjava confiança no dinâmico e individualista estilo de vida americano. Livros de viagem que garantiam o nosso atraso eram best-sellers. Não havia essa comunicabilidade instantânea, reveladora das incertezas humanas, hoje tão óbvias.

O "mundo" era gigantesco e possuía a autossuficiência misteriosa e indecifrável das bolas, sinônimo de eternidade contida na inesgotável superfície das esferas. Quando se dizia que o nosso amor era "o maior do mundo", éramos retribuídos com um sublime beijo na boca. Símbolo das promessas desse mundo majestoso e inesgotável.

Um contraparente nosso, o saudoso jornalista Roberto Gonzaga, foi aos Estados Unidos e nos visitou. Com inocência infantojuvenil, perguntamos se o que o cinema mostrava era verdade. Ah! O que os EUA representaram para esse Brasil que tinha "criadas", não tinha banheiros públicos, importava trigo e manteiga, não fabricava automóveis e que os políticos assaltavam de pleno direito e com paradoxal e impecável compostura...

O filho de um diplomata que morava na nossa rua trouxe de Nova York um assombroso revólver de faroeste e camisas coloridas que nossa inveja questionava se haviam sido compradas em lojas que vendiam artigo para homem.

Haja ingenuidade. Uma lista de países impecáveis produzia inveja. Um amigo dizia ser francês em espírito. A nobre Inglaterra era invejada – seus reis não eram gordos – e uma duvidosa Alemanha era vista como feita de gênios, ao lado de uma Itália próxima demais. Tão familiar quanto seu Remo, nosso professor de canto orfeônico, Portugal era um piada de português.

Hoje, a globalização nos esbofeteia, revelando um planeta doente e finito. Ela comprova a frase mais dura que jamais li quando eu, crente na perfeição de certos países e aprendiz de Antropologia Social – essa disciplina matriz das Ciências Ocultas e Letras Apagadas –, me confrontei abalado com a reflexão de Claude Lévi-Strauss, segundo a qual "não existe sociedade perfeita".

Acho que todos concordamos que um mundo globalizado e ordinário revela sem rodeios a não existência de sistemas perfeitos, lâmpadas de Aladim e balas de prata. Estamos à mercê de nossas fantasias, intolerâncias, indecisões e hipocrisias... ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

TER. Patrícia Ferraz, Sergio Martins **(quinzenal)** ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Lusa Silvestre **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues **(quinzenal)** ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli ● **DOM.** Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **https://bit.ly/46lWdnp**

- Dão fama à cidade paulista de Itu
- Carvão da churrasqueira
- Situação de duas saídas difíceis
- Sucede ao "O"
- Faça referência
- A primeira tela do site (Inform.)
- Sugestão útil
- Base do pandeiro
- Trincheira comum em protestos populares
- Condição das roupas tiradas do varal
- Agoniar
- O 4º signo do Zodíaco (Astr.)
- Que respeita a moral
- No alto
- Taís Araújo, atriz carioca
- A temperatura da região temperada
- Filtradas
- Vitamina da banana
- Liguei; amarrei
- Pronome oblíquo da 2ª pessoa do singular
- Um dos Sete Anões (Lit. inf.)
- Deixa de mencionar
- Hábil; capacitado
- Menor flexão verbal
- Parte da Matemática
- Psiu!
- Nome do sinal "@"
- Scooby-(?), amigo do Salsicha (TV)
- Estabelecimento; empresa
- Gê
- Post-(?), adesivo
- Fica mais doente
- Até esse momento
- Estado nortista
- Local do cinto, na calça → C O S
- Enganar (bras.)
- Níquel (símbolo)
- Tenho fé
- Unidade de Terapia Intensiva
- (?) Hermanos, banda brasileira
- Macho reprodutor do rebanho bovino
- Consoantes de "reto"
- Tamanho pequeno de camisa (abrev.)
- Animal que possui esqueleto
- Afasta-se
- Livro com coleção de mapas

BANCO 2/it. 3/doo. 5/firma. 6/soneca — tapear. 7/afligir.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

A década da mudança

O **PERÍODO** entre os anos de 1970 e 1979 foi um dos mais emblemáticos da história **MODERNA**, sobretudo com relação às **TRANSFORMAÇÕES** culturais e políticas. O **MUNDO** presenciou a **DERROTA** norte-americana no **VIETNÃ**, o escândalo de Watergate, o **SURGIMENTO** do movimento **PUNK** na Inglaterra, a ascensão da **DISCO** music como o **GÊNERO** musical mais **POPULAR** no planeta, o fim dos **BEATLES** e a crise do **PETRÓLEO**. Já no Brasil, o **MOMENTO** era de transição: iniciava-se o **PROCESSO** de abertura **POLÍTICA**.

A **DÉCADA** de 70 também trouxe **MUDANÇAS** no comportamento humano, principalmente entre os **JOVENS**. Eles puderam, por **EXEMPLO**, exercer com mais esclarecimento sua sexualidade – a popularização da ~~**PÍLULA**~~ anticoncepcional e o maior acesso à **EDUCAÇÃO** contribuíram para isso.

P	M	G	S	R	I	O	A	A	Y
L	U	O	M	U	N	D	O	N	D
O	R	N	R	R	T	O	D	R	N
E	L	D	K	L	C	S	O	E	N
G	B	I	N	T	M	Y	I	D	L
A	N	O	G	E	N	E	R	O	O
F	C	S	M	E	A	I	E	M	M
O	S	S	E	C	O	R	P	C	R
E	A	T	D	D	I	C	A	A	I
G	Ç	L	U	N	J	O	H	D	T
G	N	R	C	B	O	L	A	A	G
M	A	S	A	R	V	P	S	C	T
O	D	E	Ç	D	E	M	U	E	N
G	U	Õ	Ã	M	N	E	R	D	P
T	M	Ç	O	O	S	X	G	L	E
R	E	A	S	L	O	E	I	S	T
S	L	M	E	P	N	H	M	E	R
B	M	R	O	I	A	I	E	M	O
E	T	O	R	L	T	D	N	N	L
A	M	F	A	U	O	I	T	O	E
T	T	S	L	L	R	T	O	C	O
L	C	N	U	A	R	L	I	S	D
E	D	A	P	M	E	A	A	I	T
S	N	R	O	H	D	E	D	D	I
H	T	T	P	S	E	S	N	F	E
P	O	L	I	T	I	C	A	R	G
B	D	S	O	O	L	F	C	T	O
B	E	T	O	Ã	N	T	E	I	V
A	M	O	M	E	N	T	O	T	E

© Revistas COQUETEL

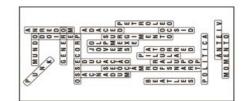
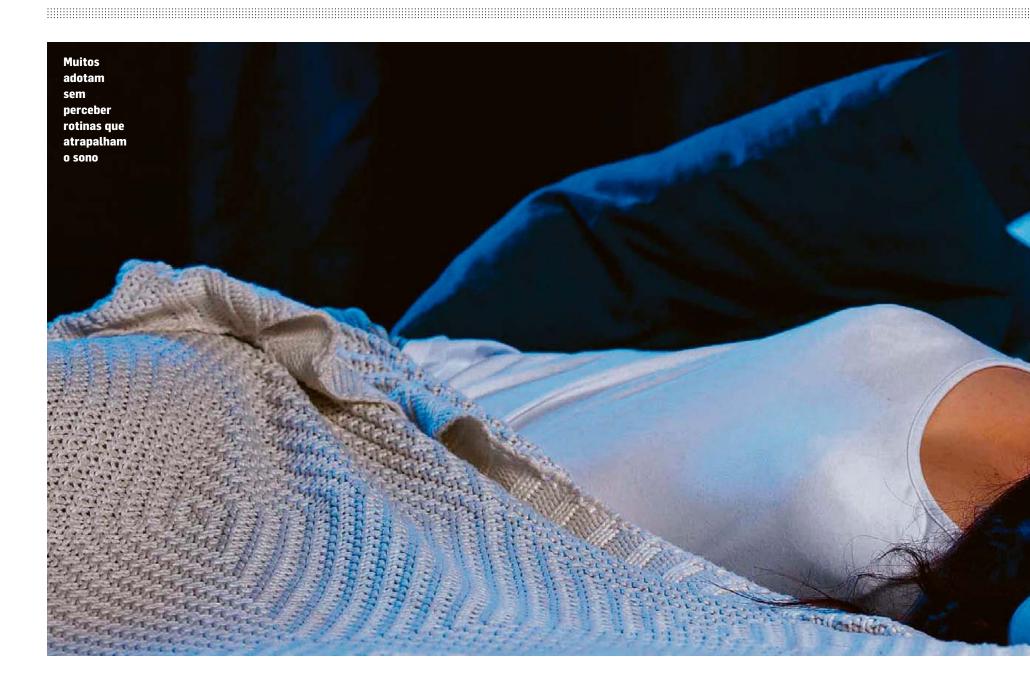
SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **https://bit.ly/4bRHJNb**

Nível Fácil

7			8		9	5		4
		8	4			6		
3	9			2			1	
9							3	7
		5				4		
2	4							9
	1			4			7	2
		9			2	3		
8		2	6		3			5

SOLUÇÕES

Muitos adotam sem perceber rotinas que atrapalham o sono

Especialistas listam 8 comportamentos que nos impedem de dormir bem para que tenhamos um descanso adequado

Os hábitos ruins que sabotam o seu sono

LINDSEY LEAKE
FORTUNE

Procure dormir o suficiente

Um descanso adequado traz benefícios de curto e longo prazos à saúde física e mental, reduzindo até o risco de doenças cardíacas

Quando criança, você provavelmente tinha uma rotina na hora de dormir: tomar banho, vestir o pijama, escovar os dentes e se aconchegar com seu livro favorito. Nos fins de semana, talvez pudesse dormir até um pouco mais tarde. Lembra-se daqueles tempos em que você não precisava se preocupar com o despertador, quando dormir o suficiente era responsabilidade dos seus pais? Bons tempos.

Embora a vida adulta traga a liberdade de ir para a cama quando você quiser, a falta de um regime que prepare seu corpo para o descanso adequado está entre a infinidade de hábitos ruins que podem estar prejudicando a saúde do seu sono.

O descanso adequado traz inúmeros benefícios de curto e longo prazos para sua saúde física e mental, desde a redução do estresse e o aprimoramento da memória até a redução do risco de doenças cardíacas e derrames, de acordo com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês). Dormir o suficiente pode até salvar a vida de outras pessoas, aponta a agência, pois motoristas descansados têm menos probabilidade de causar acidentes que resultem em ferimentos e morte.

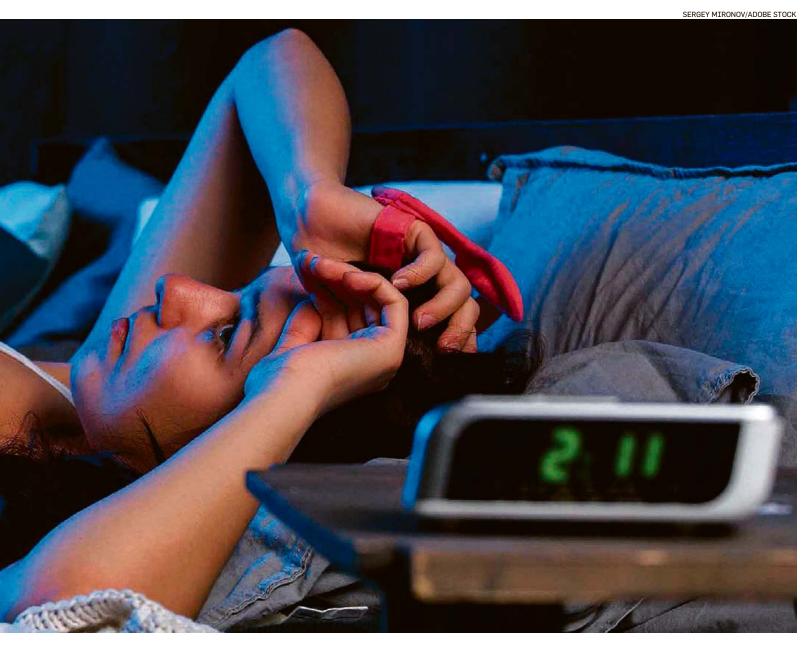
É provável que você saiba o que deve fazer para ter uma boa noite de sono – como refrescar um pouco o quarto –, mesmo que seja mais fácil falar do que colocar esses hábitos em prática. Além disso, pode estar adotando sem perceber comportamentos que sabotam seu sono. Confira a seguir oito comportamentos aos quais você deve prestar atenção.

1. Tratar seu corpo como uma máquina com botão de desligar

Não dá para desligar o corpo como se faz com o laptop. Se você já passou por noites difíceis em que seu corpo está exausto, mas o sono não vem, talvez seja porque esperasse que o simples fato de ir para a cama seria suficiente para acalmar sua mente acelerada.

O Instituto Nacional do Coração, Pulmão e Sangue dos Estados Unidos recomenda reservar uma hora de "tempo de tranquilidade" antes de dormir. Você pode passar esse tempo lendo, meditando, ouvindo músicas relaxantes ou tomando um banho quente – qualquer coisa que acalme e não envolva luz artificial intensa. Vale a pena definir um alarme para relaxar uma hora ou mais antes do horário em que você planeja dormir.

O neurologista Eric Sklar, diretor médico do Programa de Distúrbios do Sono da Inova, nos EUA, disse à reportagem que "o tempo de inatividade à noite é fundamental para a saúde do ritmo circadiano – ou seja, do relógio biológico". Manter esse relógio bem ajustado ajuda a evitar um dos dis- →

SERGEY MIRONOV/ADOBE STOCK

➔ túrbios mais comuns que Sklar trata: a insônia.

2. Dormir e acordar em horários inconsistentes

Digamos que seu horário de sono durante a semana seja das 23h às 7h, talvez um pouco tarde demais para quem gosta de acordar cedo, talvez um pouco cedo demais para quem gosta de dormir tarde. Se você é mais deste último tipo, provavelmente vai querer ficar acordado até mais tarde e dormir até mais tarde nos fins de semana, digamos das 2h às 10h da manhã. Já os madrugadores provavelmente vão preferir deitar às 20h e acordar ao raiar do dia.

O problema é que manter uma programação consistente de sono e vigília, inclusive nos fins de semana, é outro componente importante para a saúde do ritmo circadiano e a qualidade do descanso. A regularidade do sono pode até aumentar sua expectativa de vida, além de melhorar sua saúde geral, de acordo com um estudo com quase 61 mil pessoas publicado na edição de janeiro da revista *Sleep*. Os pesquisadores descobriram que a regularidade do sono é um indicador mais forte para o risco de mortalidade do que a duração do sono, e que as pessoas com padrões de sono mais irregulares têm um risco maior de morte prematura.

Mas, se você está com o sono atrasado, a Fundação Nacional do Sono americana diz que tudo bem dormir até duas horas a mais nos dias de folga.

As pessoas que trabalham em horários não tradicionais correm o risco de sofrer um distúrbio do ritmo circadiano chamado distúrbio do sono no trabalho por turnos. Se você acha que tem esse problema, seu médico de atenção primária ou um especialista em sono pode ajudar.

3. Tirar cochilos longos e cochilar muito perto da hora de dormir

Em alguns países asiáticos e europeus com clima quente, os cochilos vespertinos – a siesta espanhola talvez seja o exemplo mais famoso – proporcionam um descanso no meio do dia, tanto do trabalho quanto das temperaturas escaldantes. Os cochilos não são reverenciados da mesma forma nos Estados Unidos, mas muitos americanos aproveitam seu poder restaurador. Mesmo assim, cochilar sem uma estratégia pode prejudicar a saúde do seu sono.

Se você quiser tirar um cochilo, faça-o com a maior antecedência possível da hora de dormir desejada, disse Alaina Tiani, psicóloga clínica do Centro de Distúrbios do Sono da Cleveland Clinic, recomendando "cochilos inteligentes", com duração máxima de 30 minutos.

"Isso aumenta a probabilidade de que seu cérebro permaneça nos estágios mais leves do sono e que você acorde revigorado", disse ela. "Quando cochilamos por muito mais tempo, podemos entrar em estágios mais profundos do sono, nos quais é mais difícil acordar."

Consulte seu médico se não conseguir ficar acordado durante o dia ou se notar um aumento repentino na necessidade de cochilar.

4. Fazer grandes refeições antes de dormir

A Cleveland Clinic recomenda não comer menos de três horas antes de dormir. Como a resistência à insulina – o hormônio que regula o açúcar no sangue – aumenta à noite, o corpo armazena as refeições tardias como gordura enquanto você dorme. Com o tempo, isso aumenta o risco de obesidade e doenças cardiometabólicas. Além disso, fazer refeições generosas perto da hora de dormir pode causar problemas como azia, indigestão e refluxo. Sem mencionar que é difícil fazer escolhas alimentares sensatas quando se está exausto.

Mas se você precisar fazer um lanche no meio da noite, não perca a esperança: pesquisas sugerem que lanches ricos em nutrientes e com menos de 200 calorias podem ser consumidos tarde da noite sem prejudicar sua saúde.

5. Relaxar com álcool

Uma bebida no fim da noite pode parecer uma boa ideia, um sedativo sofisticado para aliviar a tensão antes de dormir. Mas, embora o álcool possa deixar você sonolento de início, ele pode atrapalhar seu sono horas depois. Pesquisas demonstraram que grandes quantidades de álcool antes de dormir prejudicam a qualidade do sono.

Os distúrbios crônicos do sono são uma marca característica do abuso e da dependência de álcool. Se você estiver lutando contra o uso de álcool, organizações como o grupo Alcoólicos Anônimos podem lhe dar apoio.

"O tempo de inatividade à noite é fundamental para a saúde do ritmo circadiano – ou seja, do relógio biológico"
Eric Sklar
Diretor médico do Programa de Distúrbios do Sono da Inova

"(O cochilo de até 30 minutos) aumenta a probabilidade de que seu cérebro permaneça nos estágios mais leves do sono e que você acorde revigorado"
Alaina Tiani
Psicóloga do Centro de Distúrbios do Sono da Cleveland Clinic

6. Consumir cafeína e nicotina muito tarde

Não é necessário parar de tomar café depois do jantar – basta optar por variedades descafeinadas. O momento exato em que você deve trocar o café comum pelo descafeinado é objeto de debate: o CDC, por exemplo, recomenda parar de tomar cafeína depois do meio-dia, enquanto uma análise publicada no ano passado na revista *Sleep Medicine Reviews* defende o corte do café cerca de nove horas antes de dormir. No entanto, como a sensibilidade à cafeína varia de pessoa para pessoa, ouça seu corpo para saber quando está na hora de passar para o descafeinado.

Assim como a cafeína, a nicotina é um estimulante conhecido por atrapalhar o sono, e pesquisas demonstraram que os fumantes têm um sono de qualidade inferior ao dos não fumantes. No Brasil, se você precisar de ajuda com a dependência da nicotina, é possível procurar ajuda em unidades de saúde vinculadas ao Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT).

7. Não beber água suficiente durante o dia

Você conhece sua bexiga, mas beber muita água perto da hora de dormir pode fazer com que tenha de ir ao banheiro no meio da noite. Garantir que você esteja devidamente hidratado durante o dia pode eliminar esses despertares e ajudá-lo a ter um sono mais profundo.

Seu corpo é composto principalmente de água, que faz tudo, desde regular a temperatura até proteger seus ossos. Quando você está desidratado, seu corpo não consegue funcionar, muito menos se recuperar adequadamente. Por outro lado, a desidratação pode estar associada a um sono de menor duração. Em 2018, pesquisadores da Universidade Estadual da Pensilvânia descobriram que os adultos que dormiam seis horas por noite, em vez de oito, tinham uma probabilidade maior de hidratação inadequada.

8. Malhar antes de dormir

A prática regular de exercícios é fundamental para uma boa higiene do sono, de acordo com o CDC, e fazer um pouco de atividade física – sempre que você conseguir encaixá-la na sua agenda – é melhor do que não fazer nada. No entanto, fazer exercícios vigorosos algumas horas antes de dormir pode lhe custar uma noite tranquila.

Seu ritmo circadiano faz com que a temperatura corporal central caia antes do sono; o exercício, por outro lado, a aumenta. O exercício também desencadeia a liberação de endorfinas, substâncias químicas que dão sensação de bem-estar e que também podem mantê-lo acordado. ● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

ESTA MATÉRIA FOI ORIGINALMENTE PUBLICADA NO SITE FORTUNE.COM.

O que nossos atletas estão lendo na reta final antes dos Jogos Olímpicos

Catorze esportistas falam sobre seus hábitos de leitura e sobre como as obras os ajudam durante a preparação

JULIA QUEIROZ
SABRINA LEGRAMANDI

Dedicação, foco, tensão, treino, sacrifícios e superação são palavras que nos veem à mente quando pensamos na trajetória de esportistas profissionais. Mas será que a literatura poderia servir como apoio, e alento, em todos esses contínuos esforços? E que livros ajudaram o desenvolvimento de alguns atletas, ou estão sendo suporte agora e foram colocados nas malas que chegam à Vila Olímpica?

Foram essas perguntas que motivaram o **Estadão**, às vésperas dos Jogos Olímpicos de Paris 2024, a procurar atletas que representarão o Brasil na batalha pelo ouro na competição a partir desta sexta-feira, 26, na capital francesa, e pedir indicações de leitura.

Entre os atletas que enviaram recomendações, estão nomes como Hugo Calderano, mesa-tenista brasileiro que já chegou ao 3.º lugar do ranking mundial; Gabi Guimarães, capitã da seleção brasileira de vôlei; Bia Ferreira, bicampeã mundial de boxe; e Fernando Scheffer, nadador medalhista de bronze nos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020.

HUGO CALDERANO (TÊNIS DE MESA)
Cabeça de Campeão, de François Ducasse e Makis Chamalidis: "François Ducasse trabalhou comigo na minha preparação mental antes dos Jogos Olímpicos do Rio. Ele faleceu poucas semanas antes da minha estreia na Rio 2016, mas o seu livro me trouxe insights importantes que me ajudam até hoje". (Editora Citadel)

GABI GUIMARÃES (VÔLEI)
O Obstáculo É o Caminho, de Ryan Holiday: "Um dos melhores livros que já li. Aborda como podemos enfrentar as dificuldades que aparecem em nosso caminho e nos fortalecermos no contato com elas. Como transformar os obstáculos em oportunidade por meio do estoicismo. Gosto muito de ler sobre o estoicismo e o Ryan é um autor que sempre usa os fundamentos do estoicismo em seus livros". (Intrínseca)

THAÍSA DAHER (VÔLEI)
O Jeito Harvard de Ser Feliz, de Shawn Achor: "Psicologia positiva, a importância de manter uma mente saudável, buscando observar os pontos positivos e de aprendizado das situações. O livro traz ainda exercícios para mudança de estado físico e mental". (Benvirá)
Desbloqueie o Poder da Sua Mente, de Michael Arruda: "Entender como nosso cérebro funciona e o poder que temos de influenciar nosso subconsciente, mudar nossas programações e ter resultados melhores". (Gente)

TOTA MAGALHÃES (CICLISMO)
Garra: O Poder da Paixão e da Perseverança, de Angela Duckworth: "O livro fala sobre o poder da perseverança e da paixão. A autora e psicóloga mostra, através de estudos e exemplos, que nem sempre os mais talentosos alcançam o sucesso. Na verdade, o que ajuda você a chegar ao sucesso é a sua 'garra'. Isso não significa que ser talentoso não importa, mas que, quando os tempos difíceis chegam, o que nos faz seguir adiante é a nossa paixão e a nossa perseverança". (Intrínseca)

BIA FERREIRA (BOXE)
Dentro e Fora dos Ringues, de Jônatas Marques Caratti: "Ganhei esse livro do próprio escritor, autografado. Ele conta a história do boxe e dos boxeadores brasileiros. Gostei muito porque pude conhecer um lado do meu esporte que eu não conhecia, assim como fatos marcantes". (Appris)

RAFAEL MACEDO (JUDÔ)
Uma Vida com Propósitos, de Rick Warren: "Já li duas vezes, é um dos meus preferidos. Esse livro é de estudo baseado na Bíblia, que nos ajuda a refletir sobre qual é o nosso propósito aqui neste mundo, onde estão meu coração e minhas propriedades e como posso melhorar minhas atitudes e comportamentos em meio às situações da vida cotidiana". (Vida Livros)

FERNANDO SCHEFFER (NATAÇÃO)
Força de Vontade Não Funciona, de Benjamin Hardy: "A obra fala sobre o poder de influência que o nosso ambiente tem sobre a gente, e como apenas querer muito alguma coisa não vai funcionar se o nosso ambiente não for propício para que isso de fato ocorra". (Leya)

GUILHERME BASSETO (NATAÇÃO)
Essencialismo, de G. Mckeown: "É um livro que mostra como, quando tentamos fazer tudo ao mesmo tempo, acabamos não fazendo nada com excelência. O essencialista não procura fazer menos, procura fazer apenas as coisas certas. Tanto no mundo corporativo, como no esporte de alto rendimento, devemos ter clareza em nossos pensamentos e concentrar nossa energia para tomar as decisões". (Sextante)

KAYKY MOTA (NATAÇÃO)
Diário Estoico, de Ryan Holiday e Stephen Hansleman
"É possível ler diariamente trechos do *Diário Estoico*, de Ryan Holiday e Stephen Hansleman, porque é um livro que tem uma passagem para cada dia do ano". (Intrínseca)
Potencial Oculto, de Adam Grant: "Acabo de ler *Potencial Oculto*, de Adam Grant, que é um livro que aborda como podemos fortalecer as habilidades necessárias para melhorar nosso próprio potencial na vida". (Sextante)

MP HEITMANN (NATAÇÃO)
Resgate do Tigre, de Collen Houk (segundo livro da série *A Maldição do Tigre*): "Não tenho lido muito ultimamente por causa da rotina de treinos e de preparação para os jogos. Mas gosto muito de livros que misturam ficção, romance e aventura porque ajudam no descanso mental pós-treino, algo muito importante. O último que li foi *Resgate do Tigre*, de Collen Houk". (Arqueiro)

ULAN GALINSKI (MOUNTAIN BIKE)
Guga, um Brasileiro, de Gustavo Kuerten: "O que eu li nessa reta final de preparação do ciclo olímpico foi *Guga, um Brasileiro*, sem dúvida um livro que me inspirou bastante. A obra conta a história do maior tenista brasileiro da história, fala de sua jornada, sua caminhada, mostra como ele encarou os desafios da carreira, além de trazer várias curiosidades interessantes sobre sua mentalidade. Ele foi um cara pioneiro em âmbito mundial nesse esporte, a gente nunca tinha visto um brasileiro que tivesse chegado tão longe no ranking mundial como o Guga, e é o caminho que eu estou buscando, então foi um livro que me inspirou bastante. Gosto muito de ler biografias de grandes atletas e entender a mentalidade desses esportistas, seus desafios, e como eles encaram suas jornadas para chegar ao topo. Ainda não escolhi o livro que levarei comigo para a Olimpíada, mas, com certeza, vai ser algo relacionado a isso, com essa temática, talvez uma outra biografia de outro grande nome do esporte mundial". (Sextante)

RAIZA GOULÃO (MOUNTAIN BIKE)
O Jogo Mental, de Renato Endo: "A cada ano que passa vejo mais a importância do trabalho mental para alcançar o equilíbrio que um atleta precisa na carreira. Estou sempre buscando ler livros nessa linha, na busca do estado de flow. Esse livro que eu superindico se chama *O Jogo Mental*, uma obra que acho que resume o que venho trabalhando na parte psicológica e mentalização nos últimos anos. Alguns pontos bem legais são exemplos de atletas com modos de seguir uma carreira, com momentos de superação e outros de nem tanto sucesso. Sempre consigo tirar algo importante disso. Esse livro está comigo no meu Kindle, eu o leio bem pausadamente. Há coisas muito boas nessa busca pelo tão sonhado estado de flow – um momento, um transe do atleta que é ímpar e que eu busco sempre. Um livro que eu superindico, tanto para atletas quanto para quem busca o equilíbrio mental. É quase uma leitura diária". (Edição independente)

JULIANA VIANA (BADMINTON)
Nada Pode Me Ferir, de David Goggins: "Um livro bom, que fala de superação, de seguir em frente e ir além da sua capacidade física e mental. Por isso, eu o estou levando comigo: para lembrar de sempre estar me superando, apesar das dificuldades". (Sextante)

JULIANA DE MENIS CAMPOS (SALTO COM VARA)
A Filosofia Explica as Grandes Questões da Humanidade, de Clóvis de Barros Filho e Júlio Pompeu: "Eu gosto mesmo é de ler livros de ficção, mas o último que eu li antes dos jogos foi *A Filosofia Explica as Grandes Questões da Humanidade*". (Casa da Palavra) ●

INÊS 249

JORNAL DO CARRO
QUARTA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 2024 • ANO 42 • Nº 2134 O ESTADO DE S. PAULO
JC

Mercado

Listamos 7 SUVs compactos que devem chegar ao Brasil até 2026

Chevrolet, Fiat, Honda, Hyundai, Jeep, Toyota e Volkswagen têm projetos inéditos e versões nacionais de modelos globais em andamento, todos com tecnologias híbridas

DIOGO DE OLIVEIRA

Nos próximos dois anos, a categoria de SUVs compactos vai crescer bastante no Brasil. Chevrolet, Fiat, Honda, Hyundai, Jeep, Toyota e Volkswagen trabalham nos futuros modelos nacionais, que chegam até 2026 – atualmente, há mais de 20 opções no segmento.

E, para atender as novas regras de controle de emissões de poluentes, será preciso adotar novas tecnologias. Porém, é consenso entre as fabricantes que, por falta de infraestrutura de carregamento de baterias de veículos elétricos, a aposta será nos híbridos.

Assim, todas estão investindo em soluções flexíveis. Afinal, além de o etanol ser mais limpo que a gasolina, é um combustível renovável.

KLEBER SILVA/KDESIGN

Projeção antecipa como será o Projeto VW 246, que terá base de Polo, T-Cross e Cia e sistema híbrido

Além disso, para manter o preço competitivo dos novos carros, haverá diferenças entre os vários sistemas. O da Fiat, por exemplo, será um micro híbrido de 12V.

Também há uma corrida para ver quem lançará o primeiro híbrido flex de entrada. A Toyota foi a primeira a oferecer o conjunto que une motor elétrico e flexível a combustão – o conjunto estreou no Corolla, em 2018. Porém, trata-se de um carro relativamente caro.

Vale lembrar, muitos dos nomes abaixo são provisórios – alguns remetem ao projeto, como o Chevrolet Carbon. O certo é que todos chegam entre 2025 e 2026 com preços de carro de entrada. Alguns, aliás, virão para disputar a liderança de vendas totais de zero-km.

VOLKSWAGEN. A empresa trabalha num SUV que será posicionado abaixo de T-Cross e Nivus. Por enquanto, é chamado de "Projeto VW 246" – alguns apostam na volta do nome "Gol", mas a marca nega.

O novato terá a base MQB-A0, de Polo, Virtus, Nivus e T-Cross. Por isso, vai compartilhar componentes, incluindo a mecânica. Haverá opções com motor turbo e híbrido flex. ●

KLEBER SILVA/KDESIGN

● **Hyundai HB20 SUV**
O futuro SUV da Hyundai será posicionado abaixo do Creta. A estreia deve ser em 2026, com produção em Piracicaba (SP). Além de motor 1.0 turboflex, terá sistema híbrido leve, com baterias de 48V.

FIAT

● **Novo 'Fiat Uno'**
A Fiat acaba de revelar, na Itália, o novo Grande Panda. Desde então, fãs e profissionais do mercado o apontam como o novo Uno. Afinal, o SUV deve ser feito também em Betim (MG), a partir de 2026.

HONDA

● **Novo Honda WR-V**
Para recuperar as vendas, que andam patinando, a Honda deve trazer de volta o WR-V, em 2025. Feito sobre a mesma base do City, deve estrear o sistema híbrido flex da marca em carros fabricados no País.

TOYOTA

● **Toyota Yaris Cross**
Confirmado em 2023, o inédito Yaris Cross será feito em Sorocaba (SP) sobre a plataforma DNGA. Deverá ter motor 1.5 flex e elétrico e será rival do Hyundai Creta, entre outros SUVs compactos.

JEEP

● **Jeep Avenger**
Jeep compacto, que já está na Europa e EUA, deve ser feito em Porto Real (RJ) a partir de 2025. Sua plataforma CMP, usada nos Citroën, tem versões com motor a combustão, híbrida e 100% elétrica.

KLEBER SILVA/KDESIGN

● **Chevrolet Carbon**
Com produção em Gravataí (RS) a partir de 2026, o novo SUV será baseado na linha Onix. O Projeto Carbon terá a base do hatch e sistema de propulsão com motor 1.0 flex, além de opção híbrida leve.

INÊS 249

FOTOS: TABA BENEDICTO/ESTADÃO

1. SUV vai manter o visual do modelo atual (à esq.);
2. Duas telas grandes se destacam na cabine;
3. Tiggo 9 não deve chegar ao País antes de 2025

CHERY

Segredo

Caoa confirma novo Tiggo 8 para agosto e Tiggo 9 para 'depois'

Segundo executivo de alto escalão do Grupo, SUV médio ganhou atualizações no trem de força e ficou 'surpreendente'

TIÃO OLIVEIRA

Um executivo de alto escalão do Grupo Caoa Chery, que pediu anonimato, revelou, com exclusividade ao *Jornal do Carro*, que o próximo lançamento da marca no País será o renovado Tiggo 8. Além disso, afirmou que a chegada do Tiggo 9 "ocorrerá depois". Porém, não revelou detalhes, como versões e previsão de início das vendas do SUV maior.

A apresentação do novo Tiggo 8 para a imprensa será no próximo dia 23 de agosto. Segundo o executivo, houve atualizações no gerenciamento eletrônico do trem de força, entre outras melhorias. Assim, as respostas do SUV ficaram mais rápidas, afirma a fonte.

Ao menos por ora, o visual não vai mudar, diferentemente do que ocorreu na China. Atualmente, o Tiggo 8 é vendido no Brasil em duas versões.

Na de entrada, Max Drive, há motor 1.6 de quatro cilindros com turbo e injeção direta de gasolina, que gera 187 cv de potência e 28 mkgf de torque. O câmbio é automático de sete velocidades e a tração é no eixo dianteiro. A suspensão é do tipo independente nas quatro rodas e o preço sugerido parte de R$ 179.990. No primeiro momento, essa deve ser a principal aposta da Caoa Chery para o novo modelo.

Segundo dados publicados no site da empresa, a opção de topo, Pro Plug-in Hybrid, une motor 1.5 de quatro cilindros a gasolina (147 cv e 22,4 mkgf) e dois elétricos, com 170 cv e 34,2 mkgf. Como resultado, a potência total combinada é de 317 cv e o torque, de 56,6 mkgf.

Nessa opção, o câmbio também é automático, mas tem 11 velocidades. Conforme a fabricante, esse SUV acelera de 0 a 100 km/h em 7 segundos. Além disso, a versão híbrida pode rodar até 54 km no modo 100% elétrico. A tabela do modelo atual começa em R$ 239.990.

Conforme o executivo, o SUV evolui em vários aspectos. "Você vai se impressionar muito com o carro", diz. Porém, ele não revelou se haverá mudanças na tabela.

O Tiggo 8 é vendido no País com sete lugares. Segundo a marca, o porta-malas tem capacidade de 193 litros (com sete a bordo) a 889 l (com cinco). ●

LEAPMOTOR

Leapmotor chega em 2025 para brigar com BYD & Cia

Marca chinesa da Stellantis, a Leapmotor já tem vice-presidente para a região que inclui o Brasil, onde vai iniciar operações em 2025: o argentino Fernando Varela. Inicialmente, dois carros serão lançados no País. O urbano T03, com motor de 107 cv e autonomia de 265 km, é 16 cm mais curto que o BYD Dolphin Mini. O C10 (acima) é um SUV 5 cm maior que o Haval H6, tem autonomia de 420 km, 231 cv e já foi até registrado no INPI. ●

● **ARGO COM DESCONTO.** A Fiat oferece desconto de R$ 6.500 para o Argo Drive 1.3. Com isso, o preço baixou para R$ 89.990 e fez do hatch o carro com câmbio automático mais barato do Brasil. Pelo menos até o dia 5 de agosto, quando termina a promoção, ou enquanto durarem os estoques. De acordo com dados da marca, essa opção tem transmissão do tipo CVT que simula sete velocidades. O motor é o 1.3 Firefly flexível, que gera até 107 cv de potência e 13,7 mkgf de torque. Quando abastecido apenas com gasolina a aceleração de 0 a 100 km/h é feita em 12,1 segundos, enquanto com o etanol, o modelo cumpre a mesma tarefa em 11,2 segundos.

● **FRONTIER 2025 TEM PROMOÇÃO.** A linha 2025 da Frontier acaba de chegar às concessionárias Nissan com novidades na versão intermediária, Attack, além de preços reduzidos para todas as configurações. Até o dia 31 de julho a marca oferece condições especiais de pagamento, como taxa zero nos planos de financiamento para quatro das seis opções da picape média. No caso da Attack, por exemplo, com o desconto de R$ 39.200 o preço agora parte de R$ 227.390. Para a XE, o bônus é de R$ 35.200. Com isso, a picape e pode ser adquirida por R$ 244.990. O maior abatimento, de quase R$ 40 mil, vale para as configurações Pro-4X e Platinum. Assim, durante o período da promoção o valor é de R$ 268.490. Exceto na versão S, de entrada e voltada ao trabalho, a Frontier traz motor turbodiesel de 190 cv e 45,9 mkgf.

● **BYD KING É FRUGAL.** O BYD King (*abaixo*) estreou no Brasil em junho, tendo como principal rival o Toyota Corolla. Para isso, o sedã médio feito na China tem preço sugerido a partir de R$ 175.800. Agora, o híbrido teve os dados de consumo divulgados pelo Inmetro e, de acordo com o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), roda até 44,2 km na cidade e 36,7 km na estrada com um litro de gasolina. No modo 100% elétrico, autonomia é de 80 km. ●

BYD

INÊS 249

Lançamento

Guerrilla 450 tem base mecânica da Himalayan e moderno painel digital

Naked que acaba de ser apresentada pela Royal Enfield traz motor de um cilindro, 450 cm³ e 40 cv, e disputará compradores com motocicletas do segmento de médias

FOTOS: ROYAL ENFIELD

ARTHUR CALDEIRA
BARCELONA (ESPANHA)

A Royal Enfield acaba de apresentar, em Barcelona, na Espanha, a Guerrilla 450. A novidade, que disputará vendas no segmento de motocicletas médias, é naked (sem carenagem) e traz os mesmos motor e câmbio da conhecida "irmã" trail Himalayan 450.

Batizado de Sherpa, o monocilíndrico tem 452 cm³ de capacidade volumétrica, arrefecimento a líquido, quatro válvulas e comando duplo no cabeçote. E, embora a proposta da Guerrilla 450 seja urbana, o motor não recebeu mudanças.

Assim, gera os mesmos 40,02 cv de potência às 8.000 rpm e 4,08 mkgf de torque às 5.500 rpm. O câmbio de seis marchas tem embreagem com sistema deslizante e assistido. A transmissão final por corrente também é igual da trail, de acordo com a fabricante.

No visual, porém, é tudo diferente. Há farol redondo, motor à mostra, tanque com capacidade de 11 litros e traseira minimalista. Ou seja, a receita clássica das motos naked. Por fim, o guidão é mais baixo, as rodas são de liga leve e a iluminação é do tipo Full-LEDs.

1. Farol redondo e traseira curta são comuns em nakeds;
2. Motor faz parte da estrutura do quadro tubular;
3. Quadro de instrumentos tem GPS e conexão com celulares.

GARFO TELESCÓPICO. Além de ficar em destaque, o motor de um cilindro compõe a parte estrutural, juntamente com o quadro de aço tubular. Diferentemente da Himalayan, o conjunto de suspensões traz garfo telescópico convencional com tubos de 43 mm de diâmetro e curso de 140 mm, na dianteira. Na traseira, a suspensão da naked tem balança com amortecedor fixado por links e 150 mm de curso.

As rodas são de 17 polegadas, na frente e atrás. Calçam pneus sem câmara, nas medidas 120/70-17 (dianteira), e 160/60-17 (traseira). Discos ventilados nas duas rodas completam a parte ciclística.

ELETRÔNICA. Assim como exige a legislação, os freios têm sistema antitravamento ABS de dois canais. O peso em ordem de marcha é de 184 kg. A Guerrilla 450 também conta com dois modos de pilotagem. O "Eco" foca a economia de combustível e o "Performance" é voltado a melhorar as respostas em acelerações.

Também chama a atenção o novo painel de instrumentos redondo, com tela colorida com TFT de 4". De acordo com informações da marca, o dispositivo permite conexão com smartphones e tem sistema de navegação baseado no Google Maps.

Porém, esse equipamento virá apenas nas versões de topo da linha da Guerrilla 450. Ou seja: as opções de entrada trarão o painel clássico, que une elementos digitais e analógicos, utilizado em outros modelos da Royal Enfield. ●

O JORNALISTA VIAJOU A BARCELONA A CONVITE DA ROYAL ENFIELD DO BRASIL

NA WEB
Confira outros detalhes e ficha completa da moto no portal Mobilidade: mobilidade.estadao.com.br

Ficha técnica

Motor	1 cilindro, 4 válvulas, 4 tempos, arrefecimento a líquido
Cilindrada	452 cm³
Diâmetro x curso	84,0 mm x 81,5 mm
Potência máxima	40,02 cv a 8.000 rpm
Torque máximo	4,08 mkgf a 5.500 rpm
Taxa de compressão	9,3: 11

FONTE: ROYAL ENFIELD

Estreia da nova naked no mercado brasileiro deve ocorrer em 2025

A vinda da Guerrilla 450 ao País é uma aposta certeira. Afinal, a Royal Enfield já confirmou que trará a nova Himalayan, com a qual a nova naked divide a base mecânica. Inclusive, em maio a marca indiana registrou o nome do novo modelo no Brasil. Embora não haja detalhes sobre o lançamento, a expectativa é de que o preço sugerido seja de cerca de R$ 28 mil.

STOCK ADOBE

Vertiporto vai receber as novas aeronaves de decolagem e pouso vertical

Mobilidade aérea

SP terá 1º aeroporto para 'carros voadores' da América Latina

Nova estrutura para receber eVTOLs será montada em São José dos Campos; previsão de início da operação comercial é em 2027

ERICK SOUZA

O Aeroporto Internacional de São José dos Campos, a cerca de 100 km da capital paulista, receberá o primeiro vertiporto da América Latina. A estrutura permitirá a operação dos chamados "carros voadores", apelido das aeronaves elétricas de pouso e decolagem vertical, cuja sigla é eVTOL.

O anúncio da novidade foi marcado pela assinatura do memorando de entendimento (MoU, da sigla em inglês para Memorandum of Understanding) para dar início à instalação do vertiporto. O projeto de mobilidade aérea é fruto de uma parceria entre a SJK Airport, concessionária que gerencia o serviço do aeroporto, e a VertiMob Infrastructure.

Conforme previsão das duas empresas, a instalação do aeroporto para "carros voadores" deve começar em 2025. A conclusão da construção e o início das operações devem ocorrer em 2027. O vertiporto experimental será construído na área de teste de motores do aeroporto de São José dos Campos.

ECOSSISTEMA. Como parte do MoU, as organizações pretendem desenvolver um ecossistema de mobilidade aérea avançada no Estado de São Paulo. Paralelamente à assinatura do documento, o projeto também pretende fazer parte do processo regulatório da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). As duas iniciativas têm como objetivo fazer com que os projetos para carros voadores avancem no País.

POTENCIAL. São Paulo e Rio de Janeiro são apontadas como as principais cidades brasileiras que podem receber eVTOLs e infraestrutura para vertiportos nos próximos três anos. Assim como São José dos Campos, municípios a até 160 km dessas capitais também aparecem como possíveis candidatos a receber bases para esse tipo de aeronave. Essa distância está relacionado à capacidade das baterias que equipam os carros voadores.

Mercado promissor
Serviço será opção para atender cidades com até 300 km de distância das principais capitais

Além disso, a novidade representa um mercado promissor para companhias aéreas. "Não existe serviço aéreo para atender distâncias entre 100 e 300 km. Aviões não operam em menos de 300 km e carros tornam essas viagens demoradas", afirma Camilo Oliveira, responsável pelas relações institucionais da Azul.

No Estado de São Paulo, cidades como Campinas, Jundiaí e Sorocaba têm potencial por estarem dentro da distância limite em relação à capital paulista. No Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Petrópolis e Teresópolis também são opções viáveis para receber vertiportos. ●

Segurança viária

Nova campanha visa reduzir mortes de pedestres

FELLIPE GUALBERTO

O Detran-SP lançou a campanha educativa "Toda faixa de pedestres é um sinal. Sinal de respeito". O objetivo é incentivar o respeito à faixa de pedestre e diminuir o número de mortes na capital paulista.

A primeira parte da campanha terá divulgação em TV, rádio, jornal impresso e mídias digitais e externas. Em seguida, em 8 de agosto (Dia Internacional do Pedestre), começam as ações de conscientização nas ruas da cidade.

MIL MORTES. Nos últimos cinco anos, foram registrados 33.531 sinistros de trânsito envolvendo pedestres na capital. No período, o número de vítimas fatais beira mil pessoas.

Sem qualquer estrutura física que o proteja, o pedestre é a parte mais vulnerável em ocorrências de trânsito, ao lado de ciclistas e motociclistas. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a prioridade na via é de quem está a pé. Isso está claro no artigo 70 do CTB, enquanto o 214 enquadra o desrespeito à passagem do transeunte como infração grave ou gravíssima, conforme o caso.

Prioridade
Desrespeito à travessia de pedestres pode gerar multa de até R$ 293,47, além de suspensão da CNH

INFRAÇÃO GRAVE. Para o motorista, multa de R$ 195,23 e 5 pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) quando o pedestre estiver em travessia fora da faixa a ele destinada ou atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo. No caso de ser parte de um grupo prioritário (crianças, idosos, gestantes e portadores de deficiência física), de estar sobre a faixa ou em meio à travessia quando o semáforo abrir, trata-se de infração gravíssima, com pena de 7 pontos na CNH e multa de R$ 293,47.

Já ameaçar o pedestre, conforme o artigo 170, é infração gravíssima e leva à suspensão da CNH. Não à toa, o Detran-SP foca campanhas que proporcionem mais segurança a esse público.

DETRAN-SP

Divulgação inclui TV, rádio, jornal e mídias digitais e externas

"A faixa de pedestres representa não apenas um desafio para a integridade física e a vida, mas civilizacional", afirma o diretor-presidente do Detran-SP, Eduardo Aggio. No dia em que todos respeitarem a faixa de pedestres, teremos alcançado um novo patamar de convivência", diz.

A nova campanha tem a participação do filósofo Clóvis de Barros Filho. Além de pesquisador, ele é professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP) e tem um canal no YouTube no qual fala sobre Ética, Filosofia e História.

A campanha exibe falas que incentivam a reflexão sobre o papel dos motoristas para um trânsito seguro. Por exemplo: "Civilidade é o respeito de um pelo outro. Pratique, respeitando a faixa de pedestres" e "Motorista: pare antes de toda faixa. Inclusive daquelas que não têm sinal". ●

NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: **mobilidade.estadao.com.br**

Mobilidade ativa

Museu grátis para quem vai de trem e bike

Realizada na capital da Dinamarca, iniciativa é válida para turistas e moradores e inclui 24 atividades culturais

ERICK SOUZA

Para incentivar turistas e moradores a adotarem comportamentos mais sustentáveis, a capital da Dinamarca, Copenhague, lançou uma iniciativa para recompensar ações ecológicas. Andar de bicicleta, por exemplo, pode render ao visitante uma entrada gratuita ao Museu Nacional da Dinamarca. De acordo com informações da prefeitura de Copenhague, 62% de todos os cidadãos já utilizam a bicicleta como principal meio de transporte.

O CopenPay, lançado pela entidade oficial de turismo da cidade, recompensa ações como ciclismo, participação em atividades de limpeza ou voluntariado em fazendas urbanas. O projeto, que está em fase piloto, mas pode se tornar permanente, vai até o próximo dia 11 de agosto.

STOCK ADOBE

Em Copenhague, mais de 60% dos cidadãos utilizam a bicicleta como principal meio de transporte

"Ao converter ações verdes em moeda para experiências culturais, os turistas têm uma oportunidade única de explorar a cidade de uma forma que beneficia tanto o meio ambiente quanto a comunidade local", diz a prefeita de Copenhague, Sophie Hæstorp Andersen.

MODAIS SUSTENTÁVEIS. Para ter acesso ao CopenPay, turistas e moradores precisam apresentar provas de ações verdes, como passagens de trem ou mostrar a bicicleta utilizada para deslocamento no local com benefício ativo. Ainda assim, de acordo com a organização, a iniciativa é "construída com base na confiança", com a comprovação sendo facultativa.

Os benefícios estão distribuídos em três grupos, com atividades e serviços disponíveis de maneira gratuita ou com descontos. As 24 atrações incluem experiências gastronômicas, atividades de exploração da cidade e eventos ou ações culturais, por exemplo.

Chegar de bicicleta ou a pé ao canal Kanalhuset, por exemplo, dá direito a um mergulho e um café grátis. Ainda no mesmo grupo, ao realizar voluntariado por um dia no jardim urbano Øens Have, é possível ganhar um almoço vegetariano gratuito. Além disso, recolher lixo na área de BaneGaarden dá direito a uma refeição orgânica gratuita no local.

Pela cidade, também é possível ganhar tempo extra grátis para esquiar na Colina de Copen, ao chegar de bicicleta ou transporte público. Da mesma forma, o CopenPay também oferece horas grátis de uso de caiaque, sob duas condições: o usuário deve recolher o lixo e compartilhar a iniciativa nas redes sociais. ●

NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse:
mobilidade.estadao.com.br

Pensou
em Seguro Auto,
lembrou
Bradesco Seguros.

Saiba mais.

Fale com seu Corretor ou
com seu Gerente Bradesco.

bradesco
seguros
Com Você. Sempre.

Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros CNPJ: 92.682.038/0001-00. Bradesco Seguro Auto. Processo SUSEP nº 15414.900666/2014-89. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep.
SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 727 9966 | Ouvidoria: 0800 701 7000. Para atendimento à Deficiência Auditiva ou de Fala, acesse o nosso site.

PATROCÍNIO
ADOBE STOCK

Número de pontos de recarga ainda é reduzido

Eletromobilidade

Listamos 10 mitos e verdades sobre carro elétrico no Brasil

Questões relacionadas ao aumento da conta de luz, assim como ao risco de acidentes ainda são comuns entre os brasileiros

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

Por mais que já façam parte da realidade do mercado automotivo brasileiro, os veículos 100% elétricos são vistos com ressalvas. Muitos consumidores têm dúvidas e certa desconfiança com relação a temas como segurança, infraestrutura de recarga e aumento do preço da conta de luz.

Em vários aspectos, o ecossistema da eletrificação, de fato, precisa melhorar. Em contrapartida, há polêmicas que não têm fundamento. Veja 10 mitos e verdades sobre o carro movido a bateria no Brasil.

1. Os carros elétricos já estão mais baratos?

Verdade
Alguns movimentos vêm derrubando os preços dos veículos elétricos. Com o lançamento do BYD Dolphin Mini, em fevereiro, com tabela na faixa de R$ 115 mil, outras marcas resolveram mexer nos valores de seus carros para não perder espaço no mercado. São os casos da Renault, com o Kwid E-Tech, que foi de R$ 142.990 para R$ 99.990, da Caoa Chery, com o iCar, de R$ 139.990 para R$ 80 mil. "As margens de lucro diminuíram, porque as fabricantes tinham como cortá-las", diz Rodolfo Levien, diretor de operações da Voltbras, empresa de soluções de energia e software. "A tendência é que os preços caiam mais".

2. Os lançamentos de veículos elétricos no Brasil estão esfriando?

Mito
Vender um automóvel movido a bateria exige das fabricantes muito estudo do mercado, assim como acontece com carros com motor a combustão. Embora ajam com cautela, as fabricantes seguem com os planos de eletrificação. BYD e Great Wall continuam agressivas em suas estratégias e, em setembro, a Zeekr – marca da chinesa Geely – estreia no País, com os modelos 001 e X, aumentando a oferta. Outras montadoras, como Audi, BMW e Volvo, também vêm investindo no segmento.

3. A infraestrutura de recarga ainda é deficiente no Brasil?

Verdade
O número de eletropostos no País está crescendo, mas precisa melhorar muito. "A proporção de carregador por quilômetro quadrado é baixa e concentra-se na região Sudeste", diz Levien. Segundo a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), o Brasil tem cerca de 8 mil estações de recarga. "O problema é que nem todas são bem gerenciadas. Algumas unidades não funcionam ou não recebem manutenção", afirma.

BYD

Lançado neste ano no País, BYD Dolphin Mini sacudiu o mercado

4. O carro elétrico polui mais que o modelo convencional?

Mito
Há quem diga que, do berço ao túmulo – ou seja, desde a exploração do material para a bateria até o momento em que ele deixa de rodar –, o veículo elétrico é mais poluente. "Essa questão provoca uma guerra de narrativas", afirma Clemente Bauer, diretor executivo da ABVE. "A bateria do carro elétrico não tem um grama sequer de chumbo – presente na bateria dos modelos tradicionais – que é muito mais pesado e poluente." Ele cita os estudos do Conselho Internacional de Transportes Limpos (ICCT), em que as emissões dos veículos elétricos registrados nos Estados Unidos e na Europa são de 66% a 69% mais baixas. Na China, cuja matriz energética é o carvão, a emissão é de 37% a 45% menor.

5. Componentes das baterias são recicláveis?

Verdade
As montadoras têm o dever de dar destino correto às baterias de veículos elétricos depois da primeira e da segunda vidas. Atualmente, de 95% a 98% de seus componentes são recicláveis – até recentemente, o índice era de 80%. "No Brasil, já existem empresas totalmente preparadas para reciclar as baterias e direcionar os elementos químicos para a reutilização", afirma o executivo da Voltbras. Vale lembrar que uma bateria defeituosa não precisa ser totalmente trocada. Basta substituir o módulo que esteja danificado.

6. Os elementos químicos da bateria vão acabar?

Mito
Os metais utilizados na produção da bateria geram polêmica. "O lítio, presente em apenas 3% da composição total das baterias, é abundante na natureza", diz Gauer. "Outros elementos, como grafite, níquel, manganês, alumínio e cobre, também existem em profusão". Conforme o especialista, a utilização prudente dos metais e a reciclagem das baterias para reaproveitá-los garantem a produção sem a preocupação com a finitude de matéria-prima.

7. Ainda é difícil instalar ponto de recarga nos edifícios antigos?

Verdade
A complexidade não se deve apenas à precariedade das instalações de edificações antigas, mas também à resistência de moradores de condomínios, que temem aumento no preço da conta de energia elétrica e risco de incêndios provocado pelo carro elétrico. "Isso é bobagem. O risco de o carro a combustão pegar fogo é 11 vezes maior que o elétrico", diz Gauer. "Ademais, basta recorrer a empresas de qualidade para instalar o ponto de recarga no prédio com segurança e com as devidas adaptações".

8. Carro elétrico é menos seguro?

Mito
Além do risco menor de causar incêndio, o veículo elétrico tem pacotes de baterias com proteção antipenetrante para, em caso de forte impacto, ficar totalmente preservado. A carroceria recebe uma série de reforços estruturais para garantir maior segurança, como os dispositivos de proteção contra sobrecarga e curto-circuito das baterias, que cortam a energia imediatamente ao detectar uma avaria grave.

9. Recarga doméstica de carro elétrico aumenta a conta de luz?

Verdade
O aumento do valor da conta de energia elétrica deve ser ponderado. "Considerando que o motorista de um veículo elétrico precisa de, em média, 233 quilowatts hora por mês, ele pagará cerca de R$ 210 a mais na conta. No entanto, gastará por quilômetro rodado um quinto do valor do desembolsado ao usar gasolina", afirma Gauer.

10. As concessionárias estão totalmente preparadas para atender carros elétricos?

Mito
O treinamento dado pelas fabricantes para a rede de concessionárias ainda está longe do ideal. De acordo com estudo da consultoria automotiva J.D. Power, cerca de 40% das concessionárias mostram despreparo com o serviço de pós-venda porque seus profissionais não passaram por qualificação adequada. ●

NA WEB
Para saber mais sobre eletrificação no setor de transporte, acesse: **mobilidade.estadao.com.br/patrocinado/planeta-eletrico**

Tecnologia

Manchester usará IA para melhorar serviço de ônibus

Com nova plataforma eletrônica, cidade da Inglaterra pretende aumentar número de usuários do sistema de transporte em 30%

ERICK SOUZA

A região metropolitana de Manchester, cidade no noroeste da Inglaterra, receberá uma nova plataforma eletrônica para otimizar o desempenho da rede de ônibus. O sistema utiliza inteligência artificial (IA) e análise de dado\s do serviço de transporte público para propor ações que aprimorem a operação. A implementação da nova tecnologia faz parte da Estratégia de Ônibus da Grande Manchester, anunciada pela cidade no ano passado.

Desenvolvida pela City-Swift, a plataforma fornece aos operadores das linhas de ônibus e autoridades de transporte locais recomendações e previsões baseadas na análise de informações do serviço. A tecnologia é programada para entregar serviços mais eficientes, confiáveis e sob demanda.

MAIS PASSAGEIROS. De acordo com a Transport for Greater Manchester (TfGM), órgão do governo local responsável pelo transporte na região da grande Manchester, o uso da nova tecnologia deve aumentar o número de usuários de ônibus. A expectativa inicial é de, inicialmente, garantir o crescimento de 30% na quantidade de usuários dos ônibus que circulam pela cidade até 2030. O aumento é baseado nos níveis registrados entre 2022 e 2023.

Em números totais, isso equivale a quase 50 milhões de viagens de ônibus adicionais anualmente. A região metropolitana de Manchester abrange oito distritos metropolitanos e duas cidades, com uma população equivalente a 2,6 milhões de habitantes.

TFGM

Região metropolitana de Manchester abrange 8 distritos e 2 cidades, e tem 2,6 milhões de habitantes

> ***"Podemos usar as informações da rede para trazer melhorias e oferecer aos usuários um serviço de transporte público melhor e mais rápido"***
> **Catherine Towey**
> Líder sênior de franquias de ônibus na TfGM

DADOS DE TODA REDE. Para o órgão, o uso da plataforma poderá facilitar esse resultado. Com a tecnologia, a TfGM terá acesso aos dados de desempenho de toda a Bee Network, a rede de transporte integrada da grande Manchester. Essas informações poderão ajudar, por exemplo, a identificar novas tendências e pontos problemáticos do serviço.

"Podemos, então, usar essas informações para priorizar melhorias e oferecer um serviço mais eficiente e rápido para os passageiros", afirma Catherine Towey, líder sênior de franquias de ônibus na TfGM.

A rede Bee Network inclui viagens feitas em trens, bondes e ônibus da região. Ao todo, cerca de 5,6 milhões de viagens são realizadas nas vias públicas que passam por Manchester e cidades vizinhas. ●

NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse:
mobilidade.estadao.com.br

Procurando um carro novo para chamar de seu?

Tudo sobre o seu próximo zero você encontra no **Zerão.**

Mais de 170 automóveis do mercado: fichas técnicas, resenhas, fotos e preços de modelos de todas as marcas.

ZERÃO

REALIZAÇÃO: Jornal do Carro

jornaldocarro.estadao.com.br/guia-de-compras/carros-0km

Micromobilidade

Sorocaba passa a oferecer patinetes elétricos

Novo modal tem 100 veículos distribuídos em vários parques da cidade e só pode ser usado por quem tem a partir de 18 anos

FELLIPE GUALBERTO

A prefeitura de Sorocaba (SP), em parceria com a empresa Jet, passou a oferecer uma nova forma de mobilidade sustentável: o aluguel de patinetes elétricos. Mais de 100 veículos estão disponíveis e podem ser retirados em pontos de atendimento no Parque das Águas, Parque Amedeo Franciuli, Estação BRT Vitória Régia, Parque do Campolim, Parque do Jardim Ipiranga e Parque dos Espanhóis.

Para alugar um patinete, o interessado deve baixar o aplicativo da Jet, disponível em sistema operacionais iOS e Android. Feito isso, o usuário poderá encontrar os locais em que o veículo pode ser retirado indicados com uma letra "P" no mapa do aplicativo.

FOTOS: PREFEITURA DE SOROCABA

No app do serviço, usuário pode conferir os locais em que há veículos disponíveis para retirada

QUANTO CUSTA. O preço do aluguel varia de acordo com o horário. Em dias úteis, o valor para desbloquear o patinete é de R$ 2 e a cobrança por minuto é de R$ 0,25, das 5h às 10h. Após às 10h até às 17h, a ativação custa R$ 3 e o minuto, R$ 0,29. Por fim, após às 17h ate às 5h, a taxa de desbloqueio é de R$ 3 e a do minuto, de R$ 0,69.

Nos fins de semana e feriados, o valor de ativação é sempre de R$ 3 e o minuto sai por R$ 0,69, das 5h às 17h, e por R$ 0,89, das 17h às 5h. O pagamento pode ser feito por meio de Pix ou cartão de crédito diretamente no aplicativo da Jet.

PERMITIDO PARA MAIORES. Os veículos podem ser utilizados por uma pessoa de cada vez. Ao mesmo tempo, só podem pilotar os patinetes usuários com mais de 18 anos. Por meio do aplicativo, os condutores verificam a distância máxima que podem percorrer com o patinete elétrico de Sorocaba.

Desbloqueio e cobrança são feitos por meio de smartphone

A velocidade máxima permitida também varia de acordo com o local. Segundo a prefeitura, quando estiverem trafegando por ciclovias e ciclofaixas, a velocidade máxima será de 20 km/h. Em áreas de segurança, com tráfego compartilhado com pedestres, a velocidade limite será de 6 km/h.

Segurança em foco
Em ciclofaixas e ciclovias, velocidade máxima é de 20 km/h e em locais com pedestres, de 6 km/h

Segundo a Prefeitura, a velocidade dos patinetes elétricos é reduzida automaticamente toda vez que o veículo entra em áreas com alta circulação de pedestres. ●

NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: mobilidade.estadao.com.br

PLANETA ELÉTRICO

A MAIOR PLATAFORMA DE CONTEÚDO SOBRE ELETROMOBILIDADE DO PAÍS

CANAL EXCLUSIVO REÚNE CONTEÚDO MULTIMÍDIA SOBRE OS RUMOS DA MOBILIDADE ELÉTRICA NO BRASIL E NO MUNDO, COM INICIATIVAS RELEVANTES, OPORTUNIDADES E DESAFIOS SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE.

ACESSE E ACOMPANHE

Realização:

Criação:

Patrocínio:

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **Sterlite Brazil Participações S.A. (“Brazil Participações” ou “SBP” ou “Controladora”)** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

A Sociedade

A **Sterlite Brazil Participações S.A. (“Brazil Participações” ou “SBP” ou “Controladora”)**, constituída em 30 de junho de 2017, é uma sociedade anônima fechada brasileira, de capital privado, cujo propósito principal é atuar como holding de empresas, participando no capital de outras sociedades. Atualmente tem como acionistas as empresas estrangeiras Sterlite Power Transmission Limited e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.

No Brasil, o grupo econômico da SBP é formado pela própria Controladora e por suas Subsidiárias integrais - Sociedades de Propósito Específico (“SPE”).

A GBS Participações S.A. foi constituída dentro do planejamento de reestruturação societária e, a partir de fevereiro de 2022, passou a ser controladora direta das SPEs: Goyaz Transmissão de Energia S.A., Borborema Transmissão de Energia S.A. e Solaris Transmissão de Energia S.A., através da transferência de 100% das suas ações, que até então eram de posse e controle total da SBP.

Em 2022, a Sterlite Brazil Participações incrementou seu portfólio de ativos através das Companhias: Jaçanã Transmissão de Energia S.A., adquirida no Leilão de Transmissão da ANEEL nº 02/2021, e Serra Negra Transmissão de Energia S.A. e Tangará Transmissão de Energia S.A., adquiridas no Leilão de Transmissão da ANEEL nº 01/2022. Juntos, os novos ativos, quando em operação, proporcionarão ao Grupo um aumento de RAP de aproximadamente R$ 117 milhões.

Em 01 de julho de 2023, a Sterlite Brazil Participações S.A. realizou reorganização societária de suas controladas e, como consequência, nessa data, a Companhia São Francisco Transmissão de Energia S.A. passou a ser controlada pela Olindina Participações S.A., por meio da transferência de 100% das ações.

Em 31 de dezembro de 2023 a SBP manteve seu controle direto, com 100% de participação nas Companhias: GBS Participações S.A., Olindina Participações S.A., Marituba Transmissão de Energia S.A., Jaçanã Transmissão de Energia S.A., Serra Negra Transmissão de Energia S.A. e Tangará Transmissão de Energia S.A. e de forma indireta, nas SPEs: Goyaz Transmissão de Energia S.A., Borborema Transmissão de Energia S.A. e Solaris Transmissão de Energia S.A., através de sua subsidiária integral, a GBS Participações S.A. e de São Francisco Transmissão de Energia S.A., através de sua subsidiária integral, a Olindina Participações S.A.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. Por fim, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente que garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Perfil

No mundo, o Grupo Sterlite Power caracteriza-se pela atuação especializada no segmento de infraestrutura para transmissão de energia, com projetos na Índia e no Brasil. Motivada pela inovação e excelência operacional, comprometida com sua missão de oferecer serviços de infraestrutura de qualidade em transmissão de energia. O Grupo possui ainda investimentos em energias renováveis e produção de cabos para a indústria de energia na Índia.

No Brasil, a SPB trabalha para fortalecer o sistema de transmissão de energia através de seu portfólio, constituído de aproximadamente 2.000 km de linhas de transmissão em projetos nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, contribuindo para o escoamento da energia elétrica gerada nessas regiões e, consequentemente, para o progresso socioeconômico do país.

Início das operações

A Sterlite Brazil Participações S.A. possui em seu portfólio 4 concessões em operação comercial e com faturamento integral da RAP, ao quais:

Goyaz Transmissão de Energia S.A. (GO);

Borborema Transmissão de Energia S.A. (PB);

Solaris Transmissão de Energia S.A. (MG);

Marituba Transmissão de Energia S.A. (PA).

Os quatro projetos em construção são:

São Francisco (SE e BA): compreende uma linha de transmissão entre as subestações de Porto Sergipe e Olindina, linha de transmissão entre as subestações Olindina e Sapeaçu e linha de transmissão entre as subestações Morro do Chapéu II e Irecê e ampliação das respectivas subestações, que está em fase final e com entrega prevista para junho de 2024.

Jaçanã (BA): integração entre os pátios de 500 kV 3 230 kV na SE Olindina, com implantação de transformador 500/230 - 13.8 kV.

Há, ainda, os projetos Serra Negra e Tangará, em fase de engenharia executiva e aquisição de equipamentos e serviços.

Estruturação financeira

Em 2021 a Companhia colocou em prática novas iniciativas financeiras através do financiamento por meio de bancos privados e emissões de debêntures privadas, permitindo acesso além das linhas de fomento do setor público para projetos de infraestrutura, como as do FNO e FNE.

Ao longo de 2022, o grupo SBP obteve uma série de avanços nos financiamentos de longo prazo de seus projetos, destacando-se: (i) **Marituba**, primeira emissão de debêntures no valor de R$ 150 milhões e ainda R$ 536 milhões referentes ao financiamento do projeto junto ao Banco da Amazônia (“BASA”), dos quais foram recebidos R$ 394.242 milhões até 31 de dezembro de 2022; (ii) **São Francisco**, que em setembro de 2022 realizou a emissão de notas promissórias comerciais, em série única, no valor de R$ 80 milhões, através do Banco Modal. Em janeiro de 2023, foi assinado um contrato no valor de R$ 150 milhões com o FDNE, através do Banco do Brasil e em março de 2023 assinou empréstimo-ponte no montante de R$ 150 milhões com o Banco do Nordeste.

Processos de Licenciamento

PRINCIPAIS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS OBTIDAS EM 2023

Projeto	Licença		Órgão Emissor	Data de Emissão
	Tipo	Nº de Licença		
Marituba	Licença de Operação	14217/2023	SEMAS/PA	26/06/2023
Serra Negra	Licença Prévia	25/2023	ADEMAS/SE	16/11/2023

Governança corporativa

A Sterlite Brazil Participações S.A. é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

Na implantação das linhas de transmissão de energia, o Grupo SBP no Brasil opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A SBP entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e às populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

Neste sentido, a companhia desenvolveu um conjunto completo de processos que cobre todas as fases do ciclo de vida de seus projetos. O SWW (Sterlite Way of Working) compreende: Handovers; Criação das SPEs; Licenciamento ambiental; Engenharia; Negociações fundiárias; Supply Chain Management; Gerenciamento e execução de projetos; Qualidade; Saúde e segurança no trabalho.

Fato relevante

Em março de 2022, a GBS Participações S.A. realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R$ 1.000.

Na Escritura de Emissão das Debêntures, por um erro de digitação, ficou consignado na cláusula 6.1.2 (xiv) o ano de 2023 como exigível para cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Ainda que em decorrência desse equívoco, formalmente deu-se o não atingimento do índice no referido ano, sendo a correção da escritura considerada intempestiva para o período, ocasionando, por conseguinte, o descumprimento da obrigação “*covenant*”. Seguindo o determinado nas normas contábeis, a Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante, resultando em um Capital Circulante Líquido Negativo, o que pode levar ao questionamento quanto à sua continuidade operacional. Entretanto, tendo em vista que o perdão temporário “*waiver*” para o descumprimento da cláusula supracitada está em processo de formalização através de Assembleia Geral de Debenturistas “AGD”, a Companhia entende tratar-se de uma questão transitória. Vale destacar que a Companhia não antecipa dificuldades para obtenção do referido perdão, bem como informa que o não atingimento do índice não configura condição para declaração de vencimento antecipado automático.

Sendo uma subsidiária integral da SBP, a ocorrência em GBS Participações S.A. afetou diretamente as Demonstrações Financeiras de sua Controladora, razão pela qual entendemos relevante realizar o esclarecimento acima.

São Paulo, 19 de junho de 2024

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**33.517**	255.517	**238.256**	526.194
Concessionárias e permissionárias	8	**–**	–	**24.895**	7.189
Ativo de concessão	13	**–**	–	**307.094**	206.942
Prêmio de seguro		**86**	–	**3.934**	3.108
Tributos e contribuições a compensar	9	**5.752**	9.046	**9.715**	10.652
Adiantamento a fornecedores e funcionários	10	**2**	2.197	**14**	3.206
Dividendos a receber		**3.463**	2.901	**–**	–
Outros créditos		**–**	5	**35**	4.372
Valor a receber pela alienação de investimento	11	**2.771**	2.771	**2.771**	2.771
Partes relacionadas	12	**2.202**	2.202	**–**	–
Total do ativo circulante		**47.793**	274.639	**586.714**	764.434
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Caixa restrito	7	**–**	–	**6.958**	–
Ativo da concessão	13	**–**	–	**3.782.806**	2.692.417
Adiantamento a fornecedores	10	**2.643**	–	**64.373**	122.377
Tributos e contribuições a compensar	9	**–**	–	**–**	551
Impostos de renda e contribuição social diferido	18	**444**	17.818	**4.077**	17.901
Valores a receber pela alienação de investimento	11	**4.707**	5.213	**4.707**	5.213
Prêmio de seguro		**7**	11	**1.083**	2.432
		7.801	23.042	**3.864.004**	2.840.891
Investimentos	14	**1.339.100**	1.113.716	**–**	–
Imobilizado		**2.492**	3.132	**2.492**	3.132
Intangível		**2.253**	861	**2.253**	861
		1.343.845	1.117.709	**4.745**	3.993
Total do ativo não circulante		**1.351.646**	1.140.751	**3.868.749**	2.844.884
Total do ativo		**1.399.439**	1.415.390	**4.455.463**	3.609.318

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	**2.202**	8.654	**197.226**	194.244
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	**542.218**	90.071	**1.263.605**	182.105
Tributos e contribuições sociais	17	**10.703**	9.453	**24.756**	17.968
Imposto de renda e contribuição social	18	**2.623**	4.080	**3.827**	4.080
PIS e COFINS diferidos	18	**–**	–	**21.292**	11.633
Salários e encargos sociais		**1.453**	1.674	**9.027**	10.725
Arrendamentos		**250**	951	**250**	951
Encargos setoriais		**–**	–	**1.386**	327
Partes relacionadas	12	**90.279**	54.308	**38.997**	3.838
Dividendos a pagar		**3.902**	3.902	**3.347**	3.902
Outros		**1.238**	–	**2.927**	2.704
Total do passivo circulante		**654.868**	173.093	**1.566.640**	432.477
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	**–**	393.729	**1.730.260**	2.042.849
Arrendamentos		**475**	–	**475**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	**–**	–	**120.743**	114.086
PIS e COFINS diferidos	18	**–**	–	**258.924**	158.125
Provisão para contingências	19	**–**	–	**34.325**	13.213
Total do passivo não circulante		**475**	393.729	**2.144.727**	2.328.273
Patrimônio líquido					
Capital social	20	**397.407**	370.913	**397.407**	370.913
Reservas de lucros		**346.689**	477.655	**346.689**	477.655
Total do patrimônio líquido		**744.096**	848.568	**744.096**	848.568
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.399.439**	1.415.390	**4.455.463**	3.609.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua→★

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita de implementação e margem da infraestrutura		**–**	–	**942.577**	1.721.972
Remuneração do ativo de concessão		**–**	–	**285.366**	139.627
Receita de operação e manutenção		**–**	–	**4.454**	6.583
Receita operacional líquida	21	**–**	–	**1.232.397**	1.868.182
Custo de implementação de infraestrutura	22	**–**	–	**(1.014.198)**	(1.388.707)
Custo de operação e manutenção	23	**–**	–	**(12.923)**	(4.752)
Lucro bruto		**–**	–	**205.276**	474.723
Despesas gerais e administrativas	24	**(6.492)**	(17.169)	**(49.268)**	(34.592)
Ganho (perda) na alienação de investimentos	11	**–**	73.430	**–**	73.430
Resultado de equivalência patrimonial	14	**(26.721)**	310.671	**–**	–
Outras receitas (despesas) operacionais	25	**(2)**	168	**10.423**	168
Lucro antes do resultado financeiro líquido		**(33.214)**	367.100	**166.432**	513.729
Receitas financeiras	26	**12.914**	2.161	**21.418**	11.135
Despesas financeiras	26	**(94.757)**	(43.078)	**(295.413)**	(115.104)
Resultado financeiro líquido		**(81.843)**	(40.917)	**(273.995)**	(103.969)
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro de operações em continuidade		**(115.057)**	326.183	**(107.563)**	409.760
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	**–**	(3.382)	**(4.384)**	(5.805)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	**(15.909)**	(1.865)	**(19.019)**	(83.019)
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício das operações em continuidade		**(130.966)**	320.936	**(130.966)**	320.936
Prejuízo após os tributos das operações descontinuadas	11.c	**–**	(13.662)	**–**	(13.662)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(130.966)**	307.274	**(130.966)**	307.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(130.966)**	307.274	**(130.966)**	307.274
Total de resultados abrangentes	**(130.966)**	307.274	**(130.966)**	307.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**370.913**	**18.017**	**155.283**	**–**	**–**	**544.213**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	307.274	307.274
Constituição de reserva legal	–	15.364	–	–	(15.364)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(2.919)	(2.919)
Constituição das reservas de lucros a realizar	–	–		288.991	(288.991)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**370.913**	**33.381**	**155.283**	**288.991**	**–**	**848.568**
Aumento de capital social	**26.494**	**–**	**–**	**–**	**–**	**26.494**
Prejuízo do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**(130.966)**	**(130.966)**
Absorção de prejuízo do exercício	**–**	**–**	**–**	**(130.966)**	**130.966**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**397.407**	**33.381**	**155.283**	**158.025**	**–**	**744.096**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre as operações em continuidade	**(115.057)**	326.183	**(107.563)**	409.760
Lucro antes dos tributos provenientes de operações descontinuadas	**–**	(15.552)	**–**	(15.552)
Lucro antes dos tributos	**(115.057)**	310.631	**(107.563)**	394.208
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) nas atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	**26.721**	(310.671)	**–**	–
PIS e COFINS diferidos	**–**	–	**110.458**	129.493
Provisão para contingências	**–**	–	**21.112**	13.213
Depreciação e amortização	**(752)**	938	**(752)**	938
Atualização monetária - arrendamentos	**–**	277	**–**	277
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	**81.248**	29.796	**225.932**	105.669
Juros e IOF sobre empréstimos com partes relacionadas	**906**	–	**94**	–
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	**–**	–	**68.730**	31.146
Apropriação dos custos de captação	**–**	–	**2.714**	4.000
Outros ajustes	**1**	4.194	**348**	(1.713)
	(6.933)	35.165	**321.073**	677.231
Decréscimo (acréscimo) de ativos				
Concessionárias e permissionárias	**–**	–	**(17.706)**	(7.189)
Ativo de concessão	**–**	–	**(1.190.541)**	(1.965.633)
Tributos e contribuições a compensar	**3.294**	2.459	**1.488**	1.286
Prêmio de seguro	**(82)**	8	**523**	(3.076)
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	**(448)**	(2.130)	**61.196**	(73.851)
Partes relacionadas	**–**	3.934	**–**	–
Outros	**(550)**	2.811	**4.337**	(2.484)
	2.214	7.082	**(1.140.704)**	(2.050.947)
Aumento (diminuição) nos passivos				
Fornecedores	**(6.452)**	4.815	**2.982**	85.829
Tributos e contribuições sociais	**1.250**	(4.139)	**6.788**	(1.622)
Encargos setoriais	**–**	–	**1.059**	327
Salários e encargos sociais	**(221)**	(2.164)	**(1.698)**	6.271
Partes relacionadas	**–**	4.517	**–**	3.838
Ativos/passivos de operações descontinuadas	**–**	(29.978)	**–**	–
Outras obrigações	**1.245**	(1)	**(332)**	1.869
Fluxo de caixa de atividades operacionais de operações descontinuadas	**–**	–	**–**	(42.624)
	(4.178)	(26.950)	**8.799**	53.888
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**–**	–	**(3.522)**	(1.645)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(8.897)**	15.297	**(814.354)**	(1.321.473)
Atividades de investimentos				
Investimento em controladas	**(21.155)**	(246.384)	**–**	–
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	**(230.957)**	–	**–**	–
Recebível alienação de investimentos	**506**	28.724	**506**	28.724
Aquisição de ativo imobilizado	**–**	(1.762)	**–**	(1.762)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**(251.606)**	(219.422)	**506**	26.962
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital	**26.494**	–	**26.494**	–
Caixa restrito	**–**	–	**(6.958)**	–
Debêntures, empréstimos e financiamentos captados líquidos do custo de emissão	**42.900**	687.000	**990.404**	2.225.995
Custo de captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	**(11.500)**	(4.500)	**(19.311)**	(38.256)
Amortização do principal de debêntures, empréstimos e financiamentos	**(37.265)**	(201.390)	**(335.536)**	(444.362)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	**(16.965)**	(27.106)	**(164.022)**	(72.117)
Captação de empréstimos com partes relacionadas	**45.670**	–	**35.065**	–
Amortização de empréstimos com partes relacionadas	**(10.605)**	–	**–**	–
Passivo de arrendamentos	**(226)**	(1.108)	**(226)**	(1.108)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento de operações descontinuadas	**–**	–	**–**	12.646
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**38.503**	452.896	**525.910**	1.682.798
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	**(222.000)**	248.771	**(287.938)**	388.287
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**255.517**	6.746	**526.194**	137.907
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**33.517**	255.517	**238.256**	526.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Sterlite Brazil Participações Energia S.A. ("Companhia" ou "Brazil Participações"), é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de junho de 2017, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105, 12º andar no município de São Paulo. As acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited, com sede em Mumbai, Índia e Sterlite Grid 5 Limited, com sede em Nova Deli, Índia. As Companhias: Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Marituba"), Olindina Participações S.A. ("Olindina"), Jaçanã Transmissão de Energia ("Jaçanã"), Serra Negra Transmissão de Energia S.A. ("Serra Negra"), Tangará Transmissão de Energia S.A. ("Tangará") e GBS Participações S.A. (GBS) são controladas diretas da Sterlite Brazil Participações S.A.. Vale ressaltar que a Brazil Participações, controla indiretamente, as companhias: Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema"), Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz") e Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris"), através de sua subsidiária GBS Participações S.A., em razão de reorganização societária que ocorreu em 11 de fevereiro de 2022, que através de transferência de 100% das ações, ficaram sob o controle da GBS Participações S.A., subsidiária integral de Brazil Participações e a Companhia: São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco"), através de sua subsidiária Olindina Participações S.A., em razão de reorganização societária que ocorreu em 01 de Julho de 2023, que através de transferência de 100% das ações, ficaram sob o controle da Olindina Participações S.A., subsidiária integral de Brazil Participações. Elas têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **1.2. Das concessões:** As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

				Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP		
Concessionária	**Contrato**	**Prazo (anos)**	**Vencimento**	**Prazo (anos)**	**Próxima**	**Índice de correção**	**R$**	**Mês-base**	**Ciclo RAP**
Controladas direta									
Marituba	26/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	83.310	02/2018	2023-2024
Jaçanã	02/2022	30	31/03/2052	5	2024	IPCA	8.237	03/2022	2023-2024
Serra Negra	10/2022	30	30/09/2052	5	2024	IPCA	22.000	09/2022	2023-2024
Tangará	14/2022	30	30/09/2052	5	2024	IPCA	87.600	09/2022	2023-2024
Controladas indireta									
Borborema	15/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	33.662	02/2018	2023-2024
Borborema - RBNI	15/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	13.573	02/2018	2023-2024
Goyaz	23/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	34.248	02/2018	2023-2024
Solaris	31/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	42.487	02/2018	2023-2024
Solaris - RBNI	31/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	16.149	02/2018	2023-2024
São Francisco	18/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	70.982	02/2018	2023-2024

1.3. Receita Anual Permitida - RAP: A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo artigo13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. As controladas da Companhia aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 23 de maio de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$ 607.075 na controladora e R$ 979.926 no consolidado (positivo em R$ 101.546 na controladora e positivo em R$ 331.957 no consolidado em 31 de dezembro de 2022). O capital circulante negativo é decorrente da reclassificação para o passivo circulante, nos montantes de R$ 450.980 na controladora e R$ 1.050.725 no consolidado, correspondentes aos saldos de debêntures, anteriormente apresentados no não circulante, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas "covenants" previstas na escritura das referidas debêntures da sua controlada GBS Participações S.A., que podem ensejar na possibilidade da exigência do vencimento antecipado de tal dívida, por meio de deliberação da Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD"). Em razão, do não cumprimento do "covenant" relacionado ao ICSD na sua controlada, a Sterlite Brazil Participações S.A. em consonância com as disposições previstas na Escritura de Debêntures emitida pela Companhia, reclassificou os valores para o passivo circulante. A administração da GBS já iniciou as formalidades previstas na escritura e está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para organizar a instalação da "AGD" para solicitação de perdão temporário "waiver", a qual deverá ser realizado no dia 24 de maio de 2024. A Companhia não antecipa dificuldades na obtenção de declaração de não vencimento antecipado das debêntures. Vide mais informações na Nota 16. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que tem capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim, dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; • Contabilização de contratos de concessão. Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A Administração das controladas da Companhia avaliam o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre as entidades e seu cliente no início do contrato que foi de 9,44% (exceto a taxa de 10,53% para a controlada Jaçanã, a taxa de 9,73% para a controlada Serra Negra e a taxa de 9,64% para a controlada Tangará). Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos

continua →★

INÊS 249

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão. **2.5. Procedimentos de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e suas controladas. As controladas são todas as Companhias nas quais a Sterlite Brazil Participações S.A. detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Participação %	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Controladas diretas		
Olindina Participações S.A. ("Olindina")	**100**	100
Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Marituba")	**100**	100
São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco)	**–**	100
Jaçanã Transmissão de Energia S.A.	**100**	100
Serra Negra Transmissão de Energia S.A.	**100**	100
Tangará Transmissão de Energia S.A.	**100**	100
GBS Participações S.A.	**100**	100
Controladas indiretas		
Borborema Transmissão de Energia S.A ("Borborema")	**100**	100
Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz")	**100**	100
Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris")	**100**	100
São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco)	**100**	–

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as Companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas; (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e, (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. i) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. ii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Investimentos:** A Companhia bem como suas controladas reconhecem e demonstram os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.5. Ativo imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **3.7. Arrendamentos:** a) Controladora como arrendatária: A Companhia avalia na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. *Arrendatário:* A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a taxa implícita encontrada na taxa de capitação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.9. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.11. Dividendos e juros sobre capital próprio:** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. A Companhia e suas controladas podem distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e imputá-los aos dividendos obrigatórios. Quando distribuídos são demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. **3.12. Segmento de negócio:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. A Administração da Companhia entende que, embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica. **3.13. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.14. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado no fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto, que representa a remuneração dos investimento da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. d) Ganho ou perda de eficiência na implementação de infraestrutura: Refere-se às variações positivas ou negativas alocadas no resultado no momento da entrada em operação de cada projeto de reforço, melhorias e os novos contratos de concessão. **3.15. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.16. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes. A Companhia e as controladas GBS, Marituba e São Francisco se encontram em regime de tributação de Lucro real. As controladas Jaçanã, Serra Negra, Tangará, Borborema, Goyaz e Solaris optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia e suas controladas pretendem liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.17. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.18. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • CPC 50 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao CPC 23: Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis: Divulgação de políticas contábeis; e • Alterações ao CPC 32: Tributos sobre o lucro: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2); • Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; e • Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Após processo de reorganização societária realizada pela Sterlite Brazil Participações S.A., em 01 de julho de 2023, a Olindina Participações S.A., holding criada pela própria Sterlite Brazil, adquiriu 100% das ações da São Francisco Transmissão de Energia S.A., tornando-se sua controladora direta. Como essa transação foi realizada entre empresas do mesmo Grupo, onde a Sterlite Brazil mantém o controle indireto da São Francisco, os valores considerados na aquisição são apresentados a valores de históricos de custo. Valores de custos dos ativos adquiridos e passivos assumidos são apresentados a seguir:

	São Francisco 01/07/2023
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	105.198
Ativo de concessão	489.563
Tributos e contribuições a compensar	926
Adiantamentos a fornecedores e empregados	93.705
Prêmios de seguros	1.315
	690.707
Passivo	
Fornecedores	15.598
Tributos e contribuições sociais	9.638
Imposto de renda e contribuição social	131
Empréstimos, financiamentos e debêntures	293.696
Partes relacionadas	1.877
Dividendos a pagar	18
PIS e COFINS diferidos	45.285
Imposto de renda e contribuição social diferidos	525
Outros	967
Total dos ativos líquidos identificáveis	**367.735**
Total da contraprestação	**322.972**

continua ★

INÊS 249

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários	**1.500**	1.024	**37.837**	78.044
Aplicações financeiras	**32.017**	254.493	**200.419**	448.150
	33.517	255.517	**238.256**	526.194

As aplicações financeiras, classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são do tipo CDB, remuneradas a taxas que variam de 75% a 98% do CDI. Em 2023 a rentabilidade das aplicações financeiras da Companhia foi de R$12.664 (R$ 1.681 em 2022). No consolidado, a rentabilidade totalizou R$21.093 em 2023 (R$10.152 em 2022).

7. CAIXA RESTRITO

	Consolidado
	31/12/2023
Aplicações financeiras (caixa restrito) - Não circulante	**6.958**
	6.958

A aplicação financeira está mensurada pelo valor justo por meio de resultado. A aplicação financeira é do tipo CDB, entre 70% e 98% em 31 dezembro de 2023. Esta aplicação refere-se a um fundo de liquidez de reserva constituído para fins de garantia de empréstimos bancários (vide Nota 16).

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	**24.895**	7.189
	24.895	7.189

O saldo é mantido pelas controladas indiretas (Borborema, Goyaz, Solaris e Marituba). As controladas iniciaram os faturamentos da RAP a partir de: Solaris: A Companhia, em julho de 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela RAP original e em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação. Ressalta-se que o setor de 138 kV da SE Jaiba está pendente de energização em função das instalações pertencentes à CEMIG-D. Goyaz: A Companhia em junho de 2022, entrou em operação comercial parcial. A linha de transmissão Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação, com parcela de RAP equivalente a 36,6% da RAP original. Borborema: A Companhia entrou em operação comercial parcial em junho de 2022, com parcela de RAP de 89,57% e em novembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação completando a parcela de RAP original de 100%. Marituba: A Companhia entrou 100% em operação comercial em julho de 2023 e começou a receber a partir de agosto de 2023 100% da sua RAP. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributos retidos sobre faturamento	–	5	**46**	7
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	**2.342**	601	**4.614**	905
PIS e COFINS a recuperar	–	135	**1.036**	1.147
IR e CSLL retido na fonte	–	8.302	**4**	9.132
IR e CSLL a compensar	**3.207**	–	**3.208**	–
Outros	**203**	3	**807**	12
	5.752	9.046	**9.715**	11.203
Circulante	**5.752**	9.046	**9.715**	10.652
Não circulante	–	–	–	551

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E FUNCIONÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a funcionários	**2**	45	**14**	72
Adiantamento a fornecedores (a)	**2.643**	2.152	**64.373**	125.511
	2.645	2.197	**64.387**	125.583
Circulante	**2**	2.197	**14**	3.206
Não circulante	**2.643**	–	**64.373**	122.377

(a) No saldo da controladora refere-se basicamente a adiantamentos com despesas administrativas e financeiras. O saldo do consolidado refere-se substancialmente aos recursos liberados aos fornecedores e subcontratadas relacionados à obra, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

11. VALORES A RECEBER E RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO

a) Valores a receber pela alienação de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Valor a receber pela alienação de investimento	**7.478**	7.984	**7.478**	7.984
	7.478	7.984	**7.478**	7.984
Circulante	**2.771**	2.771	**2.771**	2.771
Não circulante	**4.707**	5.213	**4.707**	5.213

O montante de R$7.478 em 31 de dezembro de 2023, correspondente ao valor em custódia de parte da transação de transferência de controle acionário e servira como garantia e fonte de pagamento de qualquer indenização devida pela companhia às partes indenizadas pelas compradoras, sendo R$2.771, referente ao depósito realizado pela V2i compradora da Arcoverde, que deve ser mantido por 42 meses a partir do mês de março de 2020 e R$4.707, referente ao depósito realizado pela V2i compradora da Vineyards Participações e SE Vineyards, que deve ser mantido por 60 meses a partir do mês de novembro de 2022.

b) Resultado na alienação de investimentos

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
Receita de venda de participação de controladas (i)	–	204.270
Ajuste de preço de ativos vendidos	–	–
Baixa de ativos mantido para venda (i)	–	(126.717)
Ganho (perda) na venda de participação de controladas	–	77.553
Perda na alienação da Escrow da venda de Novo Estado	–	(4.123)
Resultado na venda de participação de controladas	**–**	**73.430**

(i) Valores de receita e ativo mantido para venda referente à companhia Dunas transmissão de Energia, Companhia vendida em maio de 2021 para companhia Cymi Construções e Participações S.A. A Companhia entende que devido a representatividade destas controladas, a venda destes ativos satisfaz os critérios de operação descontinuada, portanto, os resultados provenientes destas controladas estão apresentados em linha separada na demonstração do resultado bem como no fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

12. PARTES RELACIONADAS

a) Ativo - contas a receber

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
São Francisco Transmissão de Energia S.A.	**1.877**	1.877
Jaçanã Transmissão de Energia S.A.	**325**	325
Total	**2.202**	2.202

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia manteve com partes relacionadas saldos a receber relativos a compartilhamento de despesas com folha de pagamento.

b) Passivo - contas a pagar

				Controladora		Consolidado	
Credor	Companhia	Encargos	Data final	2023	2022	2023	2022
Sterlite Power Transmission Limited (i)	Índia	–	–	**3.838**	3.838	**3.838**	3.838
Total				**3.838**	3.838	**3.838**	3.838

(i) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia tem o saldo a pagar de R$3.838 para a Sterlite Power Transmission Limited, relacionado ao reembolso de comissão garantia.

c) Passivo - mútuos

				Controladora		Consolidado	
Credor	Companhia	Encargos	Data final	2023	2022	2023	2022
GBS Participações	Brasil	IOF	30/09/2024	**51.282**	50.470	–	–
Sterlite Power Transmission Limited (i)	Índia	IOF	24/09/2024	**35.159**	–	**35.159**	–
Total				**86.441**	50.470	**35.159**	–

(i) Em 28 de setembro de 2023, a Companhia recebeu o montante de R$35.065 da Sterlite Power Transmission Limited, referente a empréstimo concedido sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência. Em 24 de setembro de 2023 foi realizado por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, com vencimento em 24 de setembro de 2024. Abaixo demonstramos as movimentações dos mútuos nos períodos:

					Controladora
Credor	Saldo em 31/12/2022	Captações	Encargos	Pagamentos	Saldo em 31/12/2003
GBS Participações	50.470	**10.605**	**812**	**(10.605)**	**51.282**
Sterlite Power Transmission Limited	–	**35.065**	**94**	**–**	**35.159**
Total	50.470	**45.670**	**906**	**(10.065)**	**86.441**

				Controladora
Credor	Saldo em 31/12/2021	Encargos	Captações	Saldo em 31/12/2002
GBS Participações	49.791	679	–	50.470
Total	49.791	679	3.838	54.308

					Consolidado
Credor	Saldo em 31/12/2022	Captações	Encargos	Pagamentos	Saldo em 31/12/2003
Sterlite Power Transmission Limited	–	**35.065**	**94**	**–**	**35.159**
Total	–	**35.065**	**94**	**–**	**35.159**

13. ATIVO DE CONCESSÃO

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**2.899.359**	933.727
Receita de implementação e margem da infraestrutura	**1.034.916**	1.838.164
Remuneração do ativo de concessão	**306.272**	154.138
Receita de operação e manutenção	**12.477**	6.583
(–) Faturamento	**(163.124)**	(33.253)
Saldo final	**4.089.900**	2.899.359
Circulante	**307.094**	206.942
Não circulante	**3.782.806**	2.692.417

A Companhia não considerou perdas por parcelas variáveis em seu fluxo contratual, pois está dentro do cronograma de construção e não tem ocorrências de séries históricas de perdas por parcelas variáveis.

14. INVESTIMENTOS

a) Saldos de balancetes das investidas pela Companhia

Investidas	Data-base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)
Controladas diretas							
Olindina	31/12/2023	344.126.000	100	484.088	153.272	330.816	(13.310)
Marituba	31/12/2023	239.143.400	100	1.371.467	1.032.050	339.417	(10.043)
GBS	31/12/2023	475.820.000	100	1.289.167	629.370	659.797	(6.666)
Jaçanã	31/12/2023	100	100	5.334	1.545	3.789	172
Serra Negra	31/12/2023	400	100	2.368	444	1.924	241
Tangará	31/12/2023	400	100	4.450	1.093	3.357	468
Controladas indiretas							
Borborema	31/12/2023	164.458.647	100	675.651	314.914	360.737	41.652
Goyaz	31/12/2023	348.870.449	100	474.049	51.001	423.048	16.070
Solaris	31/12/2023	186.491.109	100	837.862	397.494	440.368	32.739
São Francisco	31/12/2023	491.129.494	100	1.020.257	536.540	483.717	(6.893)

Investidas	Data-base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)
Controladas Diretas							
Marituba	31/12/2022	293.143.400	100	1.134.952	785.372	349.580	104.007
São Francisco	31/12/2022	292.182.516	100	219.010	124.170	94.840	(2.443)
GBS	31/12/2022	474.186.000	100	1.267.811	601.348	666.463	195.543
Jaçana	31/12/2022	100	100	2.453	353	2.100	(51)
Serra Negra	31/12/2022	400	100	131	–	131	(9)
Tangará	31/12/2022	400	100	602	–	602	(38)
Controladas Indiretas							
Borborema	31/12/2022	164.458.647	100	590.074	278.249	311.825	76.502
Goyaz	31/12/2022	348.870.449	100	463.114	55.983	407.131	40.702
Solaris	31/12/2022	186.491.109	100	815.828	407.888	407.940	159.339

b) Movimentação dos investimentos

	Valor do Investimento em 2022	Transferência - Controlada indireta	Aporte de capital	Constituição de dividendos	Equivalência patrimonial	AFAC	Valor do Investimento em 2023
Marituba	349.580	–	–	–	**(10.043)**	**(120)**	**339.417**
São Francisco (**)	94.840	**(322.971)**	–	–	**2.417**	**225.714**	–
Jaçanã	2.100	–	–	**(1)**	**172**	**1.518**	**3.789**
Serra Negra	131	–	–	**(2)**	**241**	**1.554**	**1.924**
Tangará	602	–	–	**(4)**	**468**	**2.291**	**3.357**
GBS Participações	666.463	–	–	–	**(6.666)**	–	**659.797**
Olindina	–	**322.971**	**21.155**	–	**(13.310)**	–	**330.816**
Total controladas	1.113.716	–	**21.155**	**(7)**	**(26.721)**	**230.957**	**1.339.100**

	Valor do Investimento em 2021	Transferência - Controlada indireta	Aporte de capital	Constituição de dividendos	Equivalência patrimonial	Valor do Investimento em 2022
Marituba	97.836	–	148.725	(988)	104.007	349.580
São Francisco	35.358	–	61.924	–	(2.442)	94.840
Jaçana	–	–	2.151	–	(51)	2.100
Serra Negra	–	–	140	–	(9)	131
Tangará	–	–	640	–	(38)	602
GBS Participações	(6.971)	446.915	32.804	(1.828)	195.543	666.463
Borborema (*)	174.595	(179.185)	–	–	4.590	–
Goyaz (*)	97.317	(99.294)	–	–	1.977	–
Solaris (*)	161.342	(168.436)	–	–	7.094	–
Total controladas	559.477	–	246.384	(2.816)	310.671	1.113.716

(*) As investidas passaram a ser controladas pela GBS Participações a partir de 11 de fevereiro de 2022, desta forma a equivalência patrimonial considera o resultado acumulado das investidas do período compreendido entre 01 de janeiro de 2022 a 11 de fevereiro de 2022. (**) A investida São Francisco passou a ser controlada pela Olindina Participações a partir de 01 de julho de 2023, desta forma a equivalência patrimonial considera o resultado acumulado da investida do período compreendido entre 01 de janeiro de 2023 a 30 de junho de 2023.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de materiais e serviços (i)	**1.437**	5.706	**87.412**	6.181
Relacionados a implementação da infraestrutura (iv)	–	–	**90.899**	138.359
Retenções contratuais (iii)	–	–	**11.097**	10.446
Materiais e serviços não faturados (ii)	**765**	2.948	**7.818**	39.258
	2.202	8.654	**197.226**	194.244

(i) O saldo na rubrica de fornecedores refere-se basicamente a fianças bancárias. (ii) Materiais e serviços não faturados, conforme boletim de medição de serviços realizados para mobilização de canteiro, fundações e administração EPC. (iii) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimentos das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será ser aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência. Com a finalização do projeto, estamos em fase de reconciliação dos fornecedores. (iv) Este saldo refere-se substancialmente a valores retidos do fornecedor EPC que estão em discussão em um processo de arbitragem.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Os empréstimos e debêntures são compostos da seguinte forma:

				Controladora		Consolidado	
Instituições financeiras	Companhia	Encargos	Data final	2023	2022	2023	2022
Banco Alfa - CCB	Sterlite	CDI + 3,809%	24/04/2023	–	36.022	–	36.022
Banco Alfa - CCB	Marituba	IPCA + 3,73%	15/06/2044	–	–	**535.089**	395.678
Total Banco Alfa				–	36.022	**535.089**	431.700
Banco do Brasil	São Francisco	IPCA + 3,0747%	01/09/2042	–	–	**80.581**	–
Banco do Brasil	São Francisco	IPCA + 4,5216%	01/09/2042	–	–	**16.369**	–
Banco do Brasil	São Francisco	CDI + 3,0416%	24/05/2024	–	–	**49.969**	–
Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 2,1512%	01/09/2041	–	–	**17.336**	9.379
Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 3,1635%	01/09/2041	–	–	**41.216**	26.885
Total Banco do Brasil				–	–	**205.471**	36.264
Banco Modal - CCB (Ponte)	Sterlite	CDI + 5%	29/05/2024	**41.626**	–	**41.626**	
Banco Modal - CCB (Ponte)	Sterlite	CDI + 4,5%	18/03/2025	–	2.272	–	2.272
Banco Modal - CCB (Ponte)	São Francisco	CDI + 4,00%	14/09/2023	–	–	–	84.025
Total Banco Modal				**41.626**	2.272	**41.626**	86.297
BNB - Banco do Nordeste prioritário	São Francisco	IPCA + 1,5380%	15/02/2045	–	–	**245.533**	–
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 1.7577%	15/02/2045	–	–	**85.193**	74.134
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 2.1482%	15/02/2045	–	–	**62.130**	54.064
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Borborema	IPCA + 1,4541%	15/12/2040	–	–	**114.154**	102.677
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Borborema	IPCA + 1,7772%	15/12/2040	–	–	**17.604**	15.836
Total BNB				–	–	**524.614**	246.711
Banco Santander - CCB	Sterlite	CDI + 4,97%	02/04/2024	**49.612**	49.741	**49.612**	49.741
Total outros bancos				**49.612**	49.741	**49.612**	49.741
Debêntures	Sterlite	CDI + 4,0%	22/12/2027	**450.980**	395.765	**450.980**	395.765
Debêntures	Olindina	IPCA + 8,1349	15/01/2046	–	–	**153.272**	–
Debêntures	GBS	IPCA + 7,2731%	31/03/2024	–	–	**622.369**	598.964
Debêntures	Borborema	IPCA + 6,10%	16/01/2045	–	–	**59.739**	55.268
Debêntures	Marituba	IPCA + 7,24%	15/06/2044	–	–	**173.189**	154.302
Debêntures	Solaris	IPCA + 6,40%	15/01/2045	–	–	**177.904**	169.942
Total debêntures				**450.980**	395.765	**1.637.453**	1.374.241
Total				**542.218**	483.800	**2.993.865**	2.224.954
Circulante				**542.218**	90.071	**1.263.605**	182.105
Não circulante				–	393.729	**1.730.260**	2.042.849

continua→★

INÊS 249

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

b) Movimentação dos empréstimos e debêntures

Controladora

Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Juros	Pagamento de juros	Custos de captação	Amortização do principal	Saldo em 31/12/2023
Debêntures	Sterlite	395.765	–	63.815	–	(8.600)	–	450.980
Banco Alfa - CCB	Sterlite	36.022	–	6.673	(7.695)	–	(35.000)	–
Banco Santander - CCB	Sterlite	49.741	–	9.134	(9.263)	–	–	49.612
Banco Modal - CCB	Sterlite	2.272	–	–	(7)	–	(2.265)	–
Banco Modal - CCB	Sterlite	–	42.900	1.626	–	(2.900)	–	41.626
Total		483.800	42.900	81.248	(16.965)	(11.500)	(37.265)	542.218

Controladora

Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Pagamento de juros	Custos de captação	Amortização do principal	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	Sterlite	–	400.000	265	–	(4.500)	–	395.765
Banco Alfa - CCB	Sterlite	–	25.000	2.943	(2.289)	–	(25.654)	–
Banco Alfa - CCB	Sterlite	–	35.000	1.965	(943)		–	36.022
Banco Santander - CCB	Sterlite	–	49.000	741	–	–	–	49.741
Banco Modal - CCB	Sterlite	–	28.000	3.912	(3.904)	–	(25.736)	2.272
Banco Modal - CCB	Sterlite	–	150.000	19.970	(19.970)	–	(150.000)	–
Total		–	687.000	29.796	(27.106)	(4.500)	(201.390)	483.800

Consolidado

Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamento de juros	Apropriação dos custos de captação	Custos de captação	Amortização do principal	Saldo em 31/12/2023
Debêntures	Sterlite	395.765	–	63.815	–	–	–	(8.600)	–	450.980
Banco Alfa - CCB	Sterlite	36.022	–	6.673	–	(7.695)	–	–	(35.000)	–
Banco Santander - CCB	Sterlite	49.741	–	9.134	–	(9.263)	–	–	–	49.612
Banco Modal - CCB	Sterlite	2.272	–	–	–	(7)	–	–	(2.265)	–
Banco Modal - CCB	Sterlite	–	42.900	1.626	–	–	–	(2.900)	–	41.626
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	102.677	15.658	6.599	–	(6.665)	16	–	(4.131)	114.154
BNB - Banco do Nordeste, Não prioritário	Borborema	15.836	2.415	1.065	–	(1.075)	–	–	(637)	17.604
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	9.379	8.404	844	–	(571)	1	–	(721)	17.336
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	26.885	15.332	2.656	–	(1.882)	54	–	(1.829)	41.216
Debêntures	Borborema	55.268	–	3.534	2.685	(1.748)	–	–	–	59.739
Debêntures	Solaris	169.942	–	10.810	7.802	(10.650)	–	–	–	177.904
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	74.134	11.220	4.895	–	(5.056)	–	–	–	85.193
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	Solaris	54.064	8.178	3.759	–	(3.871)	–	–	–	62.130
Debêntures	GBS	598.964	–	45.289	28.850	(45.103)	2.635	–	(8.266)	622.369
Nota promissória (Modal)	São Francisco	84.025	–	10.421	–	(14.446)	–	–	(80.000)	–
BNB - Banco do Nordeste (Ponte)	São Francisco	–	150.000	14.225	–	(14.225)	–	–	(150.000)	–
CCB Alfa	São Francisco	–	50.000	4.304	–	(4.304)	–		(50.000)	–
Banco do Brasil - FDNE (Prioritário)	São Francisco	–	81.635	22	–	–	–	(1.076)	–	80.581
Banco do Brasil - FDNE (Não prioritário)	São Francisco	–	16.582	5	–	–	–	(218)	–	16.369
BNB (novo)	São Francisco	–	246.519	2.046	–	–	–	(3.032)	–	245.533
Banco do Brasil - CCB	São Francisco	–	50.000	3.454	–	–	–	(3.485)	–	49.969
BASA - Banco da Amazônia, prioritário	Marituba	395.678	142.161	16.340	21.058	(37.461)	–	–	(2.687)	535.089
Debêntures	Marituba	154.302	–	11.775	7.104	–	8	–	–	173.189
Debêntures	Olindina	–	149.400	2.641	1.231	–	–	–	–	153.272
Total		2.224.954	990.404	225.932	68.730	(164.022)	2.714	(19.311)	(335.536)	2.993.865

Consolidado

Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamento de juros	Apropriação dos custos de captação	Custos de captação	Amortização do principal	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	Sterlite	–	400.000	265	–	–	–	(4.500)	–	395.765
Banco Alfa - CCB	Sterlite	–	25.000	2.943	–	(2.289)	–	–	(25.654)	–
Banco Alfa - CCB	Sterlite	–	35.000	1.965	–	(943)	–	–	–	36.022
Banco Santander - CCB	Sterlite	–	49.000	741	–	–	–	–	–	49.741
Banco Modal - CCB	Sterlite	–	28.000	3.912	–	(3.904)	–	–	(25.736)	2.272
Banco Modal - CCB	Sterlite	–	150.000	19.970	–	(19.970)	–	–	(150.000)	–
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	84.382	18.035	7.154	–	(6.894)	–	–	–	102.677
BNB - Banco do Nordeste Não prioritário	Borborema	13.012	2.781	1.149	–	(1.106)	–	–	–	15.836
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	–	9.379	–	–	–	–	–	–	9.379
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	–	26.885	–	–	–	–	–	–	26.885
Debêntures	Borborema	49.552	–	3.290	2.925	–	–	(499)	–	55.268
Debêntures	Solaris	150.961	–	10.704	8.277	–	–	–	–	169.942
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	–	73.852	1.201	–	(919)	–	–	–	74.134
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	Solaris	–	53.804	951	–	(691)	–	–	–	54.064
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	66.377	–	2.224	–	(2.224)	–	–	(66.377)	–
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	–	44.000	882	–	(882)	–	–	(44.000)	–
CCB Banco Modal, (Ponte)	GBS	56.595	–	1.840	–	(1.840)	(4.000)	–	(52.595)	–
Debêntures	GBS	–	600.000	33.570	19.002	(20.851)	–	(32.757)	–	598.964
Nota promissória (Modal)	São Francisco	–	86.000	4.246	–	(6.221)	–	–	–	84.025
BASA - Banco da Amazônia, prioritário	Marituba	–	394.242	3.768	–	(2.332)	–	–	–	395.678
Debêntures	Marituba	–	150.017	3.843	942	–	–	(500)	–	154.302
CCB (Ponte)	Marituba	–	80.000	1.051	–	(1.051)	–	–	(80.000)	–
Total		420.879	2.225.995	105.669	31.146	(72.117)	(4.000)	(38.256)	(444.362)	2.224.954

Sterlite: Banco Alfa CCB - A Companhia, em outubro de 2022, firmou um empréstimo ponte no montante total de R$35.000 com o Banco Alfa, desembolsado integralmente em outubro de 2022, remunerado pela taxa CDI + 3,809%, com vencimento em abril de 2023. Porém somente os juros foram pagos em abril de 2023 e o principal foi renovado para 24 de julho de 2023 com a taxa de CDI + 2,69% a.a. Em 24 de julho de 2023 ocorreu um novo aditamento postergando seu vencimento para 22 de setembro de 2023, com a taxa de CDI + 2,70%. Em 22 de setembro de 2023 ocorreu um novo aditamento postergando seu vencimento para 10 de outubro de 2023, com a taxa de CDI + 2,70%. A Companhia realizou o pagamento integral da dívida, em 02 de outubro de 2023, com o aporte de R$35.065 recebido de sua controladora, Sterlite Power Transmission Limited. Banco Modal CCB - A Companhia, em março de 2022, firmou um empréstimo ponte no montante total de R$28.000 com o Banco Modal, desembolsado integralmente em março de 2022, remunerado pela taxa CDI + 4,5%, com vencimento em março de 2025, porém 92% do valor foi pago antecipadamente em dezembro de 2022. O restante foi liquidado em janeiro de 2023. Banco Santander CCB - A Companhia, em dezembro de 2022, firmou um empréstimo ponte no montante total de R$49.000 com o Banco Santander, desembolsado integralmente em dezembro de 2022, remunerado pela taxa CDI + 4,97%, com vencimento original em 01 de dezembro de 2023. A Companhia, em 30 de novembro de 2023, aditou a CCB tendo o seu vencimento do principal prorrogado para o dia 02 de abril de 2024, com uma taxa de CDI + 4,93%. Debêntures - A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures, no montante total de R$400.000 em dezembro de 2022, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado e pagamento dos juros remuneratórios no vencimento, em dezembro de 2027, remunerada pela taxa CDI + 4,00% a.a. Em 29 de setembro de 2023, a Companhia assinou um contrato de empréstimo CCB com o Banco Modal, no montante de R$40.000, desembolsados no mesmo dia, com vencimento para o dia 29 de maio de 2024, com taxa de CDI + 5% a.a. Em 31 de dezembro de 2023, a GBS Participações S.A., subsidiária da Sterlite Brasil Participações S.A. não atingiu ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), exigido de acordo com a cláusula 6.1.2 (xiv) da respectiva Escritura de Emissão das Debêntures, o que resultou no reconhecimento no passivo circulante o valor total das debêntures. Diante do fato, a Sterlite Brasil Participações S.A., em consonância com as disposições da sua Escritura de Emissão de Debêntures, conforme preceitua a cláusula 6.3 (III), reconheceu o valor total das suas debêntures no passivo circulante. Entretanto o não cumprimento da obrigação "covenant" não configura vencimento automático antecipado, uma vez que o evento em questão precisa ser aprovado em assembleia para ser considerado evento de inadimplemento. A administração da Companhia, por intermédio do Agente Fiduciário, está em processo de convocação de uma Assembleia Geral de Debdenturista (AGD) para deliberação do pedido de waiver sobre o não cumprimento da obrigação descrita acima. Em função do não cumprimento da cláusula citada acima, a Administração da Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante. *Borborema:* A Borborema realizou, em novembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,10% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 28 (vinte e oito) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045. A Borborema firmou com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), em novembro de 2019, com contrato de financiamento no valor de R$ 139.019. Sobre os valores prioritários, correspondentes a R$ 120.218, incidirão juros remuneratórios de 1,4541%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, correspondentes a R$ 18.801, os juros serão de 1,7772%, acrescidos de IPCA. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em 15 de julho de 2023. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em 15 de dezembro de 2040. Até dezembro de 2023, a Boborema recebeu o montante de R$136.238, sendo R$118.036 destinados a áreas prioritárias e R$18.202 destinados a áreas não prioritárias. A Borborema firmou com o Banco do Brasil, em novembro de 2021, um contrato de financiamento no valor de R$ 60.000, providos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) ("Financiamento BB-FDNE"). Sobre o Subcrédito I ("FDNE I"), no valor de R$ 17.783, incidirão juros de 2,1512%, sobre o Subcrédito II ("FDNE II"), no valor de R$ 42.216, incidirão juros de 3,1635%, ambos acrescidos de IPCA. O primeiro desembolso ocorreu em outubro de 2022, no valor de R$ 36.264, o segundo e último aconteceu em agosto de 2023, no valor de R$ 23.736. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão em 38 (trinta e oito) prestações semestrais consecutivas, sendo o primeiro pagamento em março de 2023 e o último em setembro de 2041. Em novembro de 2021 a Borborema firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Santander e BTG. Foram emitidas, em nome de Borborema, fianças bancárias no valor de R$50.000, referente à Emissão de Debêntures e ainda R$139.000 referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste ("BNB"). De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em junho de 2023 as cartas de fiança emitidas em favor dos debenturistas foram exoneradas pelo Agente Fiduciário, dada a Companhia ter atingido a Conclusão do Projeto, de acordo com a cláusula 4.22 da Escritura de Emissão das Debêntures. Em novembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança em favor do BNB foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, do Financiamento BB-FDNE e do CPG a Boborema cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 04 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Borborema aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado à cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) que deve ser de no mínimo 1,20, índice que foi atingido em 2023. *Solaris:* A Solaris realizou, em dezembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,40% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045. Em janeiro de 2021, a Solaris firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), no valor de R$150.056, sendo aproximadamente R$87.000 destinados a áreas prioritárias e R$63.000 a áreas não prioritárias, conforme critérios definidos pelo próprio BNB ("Financiamento BNB"). Em maio de 2022, a Solaris recebeu o primeiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R$75.390, sendo R$43.664 destinados a áreas prioritárias e R$31.726 destinados a áreas não prioritárias. Em novembro de 2022, a Solaris recebeu o segundo desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R$52.266, sendo R$30.188 destinados a áreas prioritárias e R$22.078 destinados a áreas não prioritárias. Em abril de 2023, a Solaris recebeu o terceiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R$19.398, sendo R$11.220 destinados a áreas prioritárias e R$8.178 destinados a áreas não prioritárias. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em março de 2024. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em fevereiro de 2045. Sob os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,7576%, acrescidos de IPCA conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, os juros serão de 2,1482%, seguindo a mesma metodologia. Em novembro de 2021 a Solaris firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R$150.000 referente à Emissão de Debêntures e R$150.056 referente ao Financiamento BNB. Os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures e do Financiamento BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em dezembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança, emitidas em favor do BNB e dos debenturistas, foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, e do CPG a Solaris cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 20 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Solaris aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado à cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que foi atingido em 2023. *Goyaz:* A Goyaz em fevereiro de 2022 firmou um empréstimo ponte no montante total de R$44.000 com o Banco Modal, desembolsado integralmente em fevereiro de 2022. A Goyaz em março de 2022 quitou os empréstimos ponte com o Banco Modal nos montantes de R$68.601 e R$44.882. *GBS Participações:* A GBS realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R$1.000, em março de 2022. A amortização do valor nominal unitário atualizado será em 43 (quarenta e três) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 12 (doze) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2023 e a última em março de 2044, indexadas ao IPCA e com juros remuneratórios de 7,2731% a.a. Em março de 2022 a GBS assinou o Contrato Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores, com participação igualitária, os bancos: Itaú Unibanco e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (SMBC). Foram emitidas garantias bancárias em nome da GBS Participações S.A. no valor de R$600.000 referente a Emissão de Debêntures. Os pagamentos da comissão de fiança serão pagos ao final de cada trimestre com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures. O custo é de 2,50% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão dos projetos detidos pela GBS. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures a GBS cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios dos dividendos dos projetos de que é proprietária, dentre outros. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil alienou fiduciariamente as ações da GBS aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, a GBS não atingiu ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), exigido de acordo com a cláusula 6.1.2 (xiv) da Escritura de Emissão das Debêntures, entretanto o não atingimento do índice não configura vencimento automático antecipado, uma vez que o evento em questão precisa ser aprovado em assembleia para ser considerado evento de inadimplemento. A administração da Companhia, por intermédio do Agente Fiduciário, está em processo de convocação de uma Assembleia Geral de Debenturista (AGD) para deliberação do pedido de waiver sobre o não cumprimento da obrigação descrita acima. Em função do não cumprimento da cláusula citada acima, a Administração da Companhia reclassificou o montante total da debêntures para o passivo circulante. *Marituba:* A Marituba realizou a primeira emissão 150.000 de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, no valor nominal de R$ 1.000,00, em agosto de 2022 ("Debêntures"). O valor nominal unitário atualizado será amortizado em 41 (quarenta e uma) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em julho de 2024 e a última em julho de 2044, remunerada pela taxa de IPCA + 7,242% a.a. A Marituba assinou, em dezembro de 2021, um contrato de financiamento com o Banco da Amazônia ("BASA") no valor de R$536.403, com recursos advindos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO") ("Financiamento BASA-FNO"). Em dezembro de 2023 o volume total do financiamento já havia sido desembolsado. Sobre estes valores, incidirão juros remuneratórios de 3,7086%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Durante o período de carência, os encargos financeiros serão exigíveis mensalmente, todo dia 15 de cada mês. A partir de agosto de 2023, os encargos financeiros serão exigíveis juntamente com as parcelas de principal, mensalmente, até o vencimento da dívida em novembro de 2045. Em agosto de 2022 a Marituba firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG") com os bancos fiadores Itaú Unibanco e Santander. Foram emitidas, em favor dos debenturistas, cartas de fiança bancária no valor de R$150 milhões, referente às Debêntures. Em favor do BASA, foram emitidas cartas no valor de R$535 milhões, referente ao Financiamento BASA-FNO. Os pagamentos das comissões de fiança serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO. A comissão de fiança será de 1,95% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão físico-financeira do projeto, e de 1,35% após. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO, a Marituba cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 15 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil penhorou as ações da Marituba aos Credores. Os empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos pela Marituba exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração da Marituba monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante, de modo que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Marituba, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023 e inexistem eventos de vencimento antecipado. *São Francisco:* A São Francisco realizou, em setembro de 2022, a emissão de notas promissórias comerciais, em série única. ("NPs"), com garantia real e garantia fidejussória adicional, na forma de Aval. Sobre o valor nominal unitário das NPs incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over, acrescida de 4% ao ano, base 252 dias úteis. A São Francisco realizou o pagamento integral das NPs em 14 de setembro de 2023, com aportes de capital recebidos de sua controladora, à época, Sterlite Brazil Participações S.A. A São Francisco emitiu a CCB nº 250017880 junto ao Banco Alfa de Investimento S.A. ("Alfa") no valor de R$ 50.000 em 10 de março de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 2,697 % a.a. A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré de 2,697% a.a. considera os dias corridos em uma base anual de 360 dias. Em maio e agosto de 2023, a Companhia aditou a CCB tendo seu vencimento prorrogado para o dia 06 de outubro de 2023, elevando a taxa pré-fixada para 2,7% a.a. A operação contou com aval da Sterlite Brazil Participações S.A. como avalista ("CCB Alfa"). A São Francisco realizou o pagamento integral da dívida em 06 de outubro de 2023 com aportes de capital recebidos de sua atual controladora, Olindina Participações S.A. A São Francisco emitiu a CCB nº 191.101.391 junto ao Banco do Brasil S.A. ("Empréstimo-Ponte BB") no valor de R$ 50.000 em 26 de maio de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 2,85 % a.a. A data de pagamento do principal e dos juros é 24 de maio de 2024, correspondente à data de vencimento original do contrato. Em 17 de julho de 2023 o Empréstimo-Ponte BB foi desembolsado. A operação é garantida pelo aval da Sterlite Brazil Participações S.A. A São Francisco emitiu o Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular nº 44.2023.194.21455 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Empréstimo-Ponte BNB") no valor de R$ 150.000 em 10 de março de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 0,25% a.m. (equivalente a CDI + 3,0416% a.a.). A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré-fixada de 0,25% a.m. considera os dias corridos em uma base mensal de 30 dias. Os juros são exigidos mensalmente desde a partir de abril de 2023. O Empréstimo--Ponte BNB foi totalmente liquidado no dia 25 de outubro de 2023 com os recursos do primeiro desembolso do Financiamento BNB- FNE. A São Francisco emitiu o Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 44.2019.890.20153 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Financiamento BNB-FNE") no valor de R$ 290.024 em 13 de março de 2020, cujas taxas de juros são 1,4805% a.a. para municípios prioritários (R$ 269.718) e 1,8095% a.a. para municípios não prioritários (R$ 20.304),

continua→★

INÊS 249

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

corrigidas pelo IPCA, de acordo com as regras da Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (“TFC”). O pagamento de principal e juros ocorrerá mensalmente a partir do dia 14 de abril de 2024 até o vencimento do contrato, em 15 de março de 2044. No dia 25 de outubro de 2023 o BNB desembolsou R$ 246.519, sendo R$ 229.261 para municípios prioritários e R$ 17.258 para municípios não prioritários. Como garantia, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva de R$6.755. Em setembro de 2023 a São Francisco, juntamente com sua controladora, Olindina Participações S.A., assinou o Contrato de Prestação de Garantia (“CPG”), tendo como fiadores, de participação igualitária, os bancos: Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A. Em outubro de 2023 foram emitidas cartas de fiança, em benefício do BNB, no valor de R$290.022 a fim de garantir Financiamento BNB-FNE. Os pagamentos das comissões de fiança ocorrerão ao final de cada trimestre com base no saldo atualizado do Financiamento BNB-FNE à taxa de 2,20% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão físico-financeira do Projeto. Em janeiro de 2023 a São Francisco firmou o Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 20/00900-3 junto ao Banco do Brasil, como banco repassador dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (“Financiamento BB-FDNE”), nos termos da Resolução SUDENE nº 768, de 28 de dezembro de 2022, e publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2022. O valor do crédito é de R$ 150.000, sendo R$ 133.418 direcionados a municípios prioritários e R$ 16.582 a municípios não prioritários. Os pagamentos de principal e juros ocorrerão semestralmente, com carência até março de 2025 e vencimento em setembro de 2042. A taxa de juros para municípios prioritários é de 3,0747% e para municípios não prioritários é de 4,5216%, corrigidas pelo IPCA. Em dezembro de 2023 foram desembolsados R$ 98.217, sendo R$ 81.635 direcionados a municípios prioritários e R$ 16.582 a não prioritários. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes do Financiamento BB-FDNE e do CPG, a São Francisco cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 07 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a Olindina Participações alienaram fiduciariamente as ações da São Francisco aos Credores. Os empréstimos e financiamentos obtidos pela São Francisco exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante, de modo que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023 e inexistem eventos de vencimento antecipado. *Olindina:* A Olindina realizou a primeira emissão de 149.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R$1.000,00, em setembro de 2023 (“Debêntures”). O valor nominal unitário atualizado será amortizado em 42 (quarenta e duas) parcelas, sendo o vencimento da parcela em julho de 2025 e o vencimento em janeiro de 2046, remunerada à taxa de IPCA + 8,1349% a.a. Em setembro de 2023 a Olindina, juntamente com sua controladora, Sterlite Brazil Participações S.A., assinou o Contrato de Prestação de Garantia (“CPG”), tendo como fiadores, de participação igualitária, os bancos: Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A. Em outubro de 2023 foram emitidas cartas de fiança, em benefício dos debenturistas, no valor de R$149.400 a fim de garantir as Debêntures. Os pagamentos das comissões de fiança ocorrerão ao final de cada trimestre com base no saldo atualizado do Financiamento BNB-FNE à taxa de 2,20% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão físico-financeira do Projeto. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes das Debêntures e do CPG, a Olindina cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 07 do Leilão ANEEL nº 002/2018, bem como dos dividendos de sua investida São Francisco. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil alienou fiduciariamente as ações da São Francisco da Olindina Credores. Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Olindina exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração da Olindina monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante, de modo que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Olindina, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023 e inexistem eventos de vencimento antecipado. Os vencimentos das parcelas do não circulante estão distribuídos conforme quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
		31/12/2023		31/12/2022
2024	–	–	–	29.040
2025	–	**37.863**	–	29.674
2026	–	**41.767**	–	32.465
2027	–	**45.731**	393.729	432.997
2028	–	**50.276**	–	42.409
2029	–	**54.983**	–	47.640
2030	–	**58.480**	–	51.518
2031	–	**59.941**	–	53.129
Após 2032	–	**1.381.219**	–	1.323.977
Total das obrigações	–	**1.730.260**	393.729	2.042.849

17. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS	**39**	41	**2.106**	231
IRPJ	**7.823**	6.360	**7.823**	6.817
CSLL	**2.829**	2.768	**2.829**	3.138
ISS	**7**	–	**2.495**	2.809
INSS terceiros	**3**	5	**25**	735
ICMS	**2**	–	**6.056**	3.586
Contribuição social retida na fonte	**–**	277	**–**	454
Imposto de renda retido na fonte	**–**	2	**21**	48
Outros impostos e contribuições retidos na fonte	**–**	–	**3.401**	150
Total	**10.703**	9.453	**24.756**	17.968

18. TRIBUTOS DIFERIDOS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda diferido	**326**	13.101	**2.997**	13.162
Contribuição social diferida	**118**	4.717	**1.080**	4.739
IR/CS diferidos ativos	**444**	17.818	**4.077**	17.901
Imposto de renda diferido	**–**	–	**(83.735)**	(79.496)
Contribuição social diferida	**–**	–	**(37.008)**	(34.590)
IR/CS diferidos passivos (*)	**–**	–	**(120.743)**	(114.086)
PIS diferido	**–**	–	**(42.789)**	(18.994)
PIS diferido (presumido)	**–**	–	**(7.174)**	(11.269)
COFINS diferida	**–**	–	**(216.134)**	(87.490)
COFINS diferida (presumido)	**–**	–	**(14.119)**	(52.005)
PIS e COFINS diferidos	**–**	–	**(280.216)**	(169.758)
Ativo não circulante	**444**	17.818	**4.077**	17.901
Passivo circulante	**–**	–	**(21.292)**	(11.633)
Passivo não circulante	**–**	–	**(379.667)**	(272.211)

(*) Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será realizado na proporção das operações, considerando a receita e custos de operação bem como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social. O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados nas controladas, Jaçanã, Serra Negra, Tangará, Borborema, Goyaz e Solaris, em Lucro presumido são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a controlada receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. As controladas São Francisco e Marituba são do regime do lucro real. O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados no regime do Lucro Real são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a controlada receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

a) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora	
	2023	2022
Resultado antes do IR e CS	**(115.057)**	326.183
Alíquotas nominais vigentes	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	**–**	(110.902)
Adições permanentes/temporárias		
- Resultado de operações descontinuadas	**–**	4.645
- Provisões diversas	**1.465**	–
- Baixa de prejuízo de 2022 (i)	**(17.340)**	–
- Resultado de equivalência	**–**	100.983
Outros	**(34)**	27
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(15.909)**	(5.247)
Corrente	**–**	(3.382)
Diferido	**(15.909)**	(1.865)
	(15.909)	(5.247)
Alíquota efetiva	**13,83%**	(1,61)%

(i) Refere-se a baixa de prejuízo constituído em 2022, baixado no período corrente.

	Consolidado (lucro real)	
	2023	2022
Resultado antes do IR e CS (i)	**(138.126)**	169.388
Alíquotas nominais vigentes	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	**–**	(57.592)
Adições permanentes		
- Provisões diversas	**1.465**	–
- Baixa de prejuízo fiscal de 2022 (ii)	**(17.240)**	–
Outros	**(667)**	32
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(16.442)**	(57.560)
Corrente	**–**	(3.382)
Diferido	**(16.442)**	(54.178)
	(16.442)	**(157.560)**
Alíquota efetiva	**11,93%**	33,98%

(i) Resultado das Companhias Sterlite Brazil, GBS Participações, Marituba e São Francisco que se encontram em regime de tributação lucro real. (ii) Refere-se a baixa de prejuízo constituído em 2022, baixado no período corrente.

b) Conciliação do Imposto de renda e contribuição social para projetos em lucro presumido:

	31/12/2023	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida (i)	267.744	267.744
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	21.420	32.129
Alíquotas utilizada para cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(5.355)	(2.892)
Outros ajustes	4.141	1.529
Impostos de renda e contribuição social diferido	**(1.214)**	**(1.363)**
Receita realizada	115.012	115.012
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	9.201	13.801
Receitas financeiras	2.687	2.687
Base de cálculo total	11.888	16.488
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	25%
	(2.972)	(4.122)
Outros ajustes	72	2.638
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(2.900)**	**(1.484)**
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(1.214)**	**(1.363)**
	(4.203)	**(2.892)**

	31/12/2022	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida (i)	923.305	923.305
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	73.864	110.797
Alíquotas utilizada para cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(18.466)	(9.972)
Outros ajustes	(1.835)	(991)
Impostos de renda e contribuição social corrente	**(1.573)**	**(850)**
Impostos de renda e contribuição social diferido	**(18.728)**	**(10.113)**

(i) Receita da Borborema, Solaris e Goyaz - controladas diretas da GBS participações e Jaçanã, Tangará e Serra Negra que se encontram em regime de tributação lucro presumido.

c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Controladora

	31/12/2021	Reconhecido no resultado	Outros movimentos	31/12/2022	Reconhecido no resultado	Outros movimentos	31/12/2023
Ativo/passivo							
Imposto de renda	16.404	(1.361)	(1.942)	13.101	**(11.698)**	**(1.077)**	**326**
Contribuição social	5.906	(504)	(685)	4.717	**(4.211)**	**(388)**	**118**
Não circulante	22.310	(1.865)	(2.627)	17.818	**(15.909)**	**(1.465)**	**444**

Consolidado

	31/12/2021	Reconhecido no resultado	Outros movimentos	31/12/2022	Reconhecido no resultado	Outros movimentos	31/12/2023
Ativo							
Imposto de renda	16.404	(1.242)	(2.000)	13.162	**(9.088)**	**(1.077)**	**2.997**
Contribuição social	5.906	(539)	(628)	4.739	**(3.271)**	**(388)**	**1.080**
Total	22.310	(1.781)	(2.628)	17.901	**(12.359)**	**(1.465)**	**4.077**
Passivo							
Imposto de renda	(24.153)	(55.343)	–	(79.496)	**(4.216)**	**(23)**	**(83.735)**
Contribuição social	(8.695)	(25.895)	–	(34.590)	**(2.444)**	**26**	**(37.008)**
Total	(32.848)	(81.238)	–	(114.086)	**(6.660)**	**3**	**(120.743)**
Total líquido	(10.538)	(83.019)	(2.628)	(96.185)	**(19.019)**	**(1.462)**	**(116.666)**

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem os seguintes processos: **a) Contingências passivas - risco de perda provável:** A administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

		31/12/2023		31/12/2022	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Processos judiciais					
Borborema	Cíveis	**61**	**5.930**	65	5.189
Goyaz	Cíveis	**35**	**9.909**	36	7.114
Solaris	Cíveis	**38**	**1.887**	43	910
Marituba	Cíveis	**1**	**16.599**	–	–
		135	**34.325**	144	13.213

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referiam-se ao seguinte assunto: Ação de Constituição de Servidão, Fundiário.

b) Movimentação das provisões para contingências:

	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Processos judiciais					
Cíveis	–	13.213	13.213	**21.112**	**34.325**
	–	13.213	13.213	**21.112**	**34.325**

c) Contingências passivas - risco de perda possível:

		2023		2022	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Controladas diretas					
São Francisco	Cíveis	**1**	**1.141**	1	1.141
Borborema	Cíveis	**1**	**52**	1	46
Marituba	Cíveis	**1**	**15.522**	–	–
		3	**16.715**	2	1.187

Intimação de Penalidade ANEEL - São Francisco: A São Francisco recebeu em 7 de dezembro de 2023 um Termo de Intimação de Penalidade Editalícia enviado pela ANEEL, indicando possíveis penalidades, estimadas no montante de R$ 46.358, em virtude do atraso na conclusão e entrada em operação comercial do empreendimento, a qual deveria ter ocorrida em 21 de setembro de 2023, conforme previsto no contrato de concessão. Este mesmo termo indica que a controlada da Companhia poderá eventualmente ter parte do valor da multa prevista coberta pelo Seguro Garantia firmado pela Companhia. A administração da controlada da Companhia enviou a Manifestação acerca do referido Termo de Intimação em 30 de janeiro de 2024, apresentando as suas justificativas para o atraso citado acima, que incluem dentre outras: a dificuldade na obtenção de determinadas licenças e as limitações administrativas impostas pelo período da Covid-19. Com base nas premissas destacadas acima, a administração da controlada da Companhia, assessorada pelos seus consultores jurídicos externos, entende que a probabilidade de perdas relacionadas ao pagamento da multa prevista acima, bem como outras penalidades previstas no contrato de concessão, é possível. A São Francisco não considera perdas por parcela variável em seu fluxo contratual, apesar da entrada em operação comercial estar prevista para acontecer após o prazo regulatório. Tendo em vista o atraso da emissão de licenças ambientais pelos órgãos competentes em razão da pandemia da COVID-19 e, mais recentemente, dos empecilhos criados pela greve no IBAMA, a Companhia entende possuir bom direito para sustentar um pedido de excludente de responsabilidade perante a Aneel. Embora a agência reguladora somente acate pedidos dessa natureza após a entrada em operação, e consequente configuração do atraso, a Companhia já vem há algum tempo relatando de forma oficial todas as ocorrências que consubstanciarão o processo administrativo e, se necessário, legal.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$397.407 (R$ 370.913 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 397.407.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas. A composição do capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Sterlite Power Transmission Ltd.	**74.92%**	74.92%
Sterlite Grid 5 Ltd.	**25.08%**	25.08%
	100%	100%

b) Dividendos mínimos obrigatórios: A destinação do lucro líquido do exercício está prevista no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia. Os dividendos obrigatórios equivalem a 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2023 não foi constituído dividendos mínimos obrigatórios por conta do prejuízo líquido apurado no exercício (no exercício de 2022 foi constituído dividendos mínimos obrigatórios de R$2.919). c) Destinação dos lucros: Dessa forma, a Administração propõe a seguinte destinação:

	31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo)/ lucro líquido do exercício	(130.966)	307.274
Constituição da reserva legal	–	(15.364)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	(2.919)
Constituição de reservas de retenção de lucros e reserva de lucros a realizar	**–**	288.991

d) Reservas de lucro:

	31/12//2023	31/12/2022
Reserva legal (i)	**33.381**	33.381
Reserva de retenção de lucro (ii)	**155.283**	155.283
Reserva de lucros a realizar (iii)	**158.025**	288.991
	346.689	477.655

continua →★

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A Administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. (iii) Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, consequente geração de caixa pela Companhia.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2023	**2022**
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura	**1.034.916**	1.838.164
Remuneração do ativo de concessão	**306.272**	154.138
Receita de operação e manutenção	**12.477**	6.583
Total da receita bruta	**1.353.665**	1.998.885
PIS e COFINS sobre a receita	**(119.359)**	(130.374)
Encargos setoriais	**(1.909)**	(329)
Receita operacional líquida	**1.232.397**	1.868.182
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 20)	**1.014.198**	1.388.707
Margem de implementação da infraestrutura (Em milhares de reais)	**69.716**	326.707
Margem de implementação de infraestrutura-(Em %)	**6,74%**	17,77%

22. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

	Consolidado	
	2023	**2022**
Pessoal	**(13.294)**	(33.271)
Máquinas e equipamentos	**(497.500)**	(688.338)
Serviços de terceiros	**(1.641)**	(265.485)
Terrenos	**(29.005)**	(3.493)
Gastos ambientais	**(65)**	(14.230)
Edificações	**(389.015)**	(255.834)
Servidão	**(5.680)**	(23.556)
Capitalização de juros	**(68.890)**	(52.606)
Outros	**(9.108)**	(51.894)
	(1.014.198)	(1.388.707)

23. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	Consolidado	
	2023	**2022**
Pessoal	**(597)**	(1.597)
Serviços de terceiros	**(9.266)**	(2.343)
Outros	**(3.060)**	(812)
	(12.923)	(4.752)

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Pessoal e encargos	**(185)**	(3.564)	**(20.754)**	(5.218)
Serviços de terceiros	**(2.860)**	(10.304)	**(18.683)**	(21.490)
Material	**(171)**	(402)	**(171)**	(424)
Aluguéis	**168**	(543)	**(282)**	(650)
Tributos	**(1.737)**	(172)	**(2.086)**	(257)
Seguros	**(148)**	(336)	**(5.284)**	(4.169)
Depreciação e amortização	**(675)**	(938)	**(675)**	(938)
Outros	**(884)**	(910)	**(1.333)**	(1.446)
	(6.492)	(17.169)	**(49.268)**	(34.592)

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Outras receitas (CDE) (i)	**–**	–	**10.425**	–
Outros	**–**	168	**–**	168
	–	168	**10.425**	168

(i) Valores referem-se a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE das controladas da Companhia.

26. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	**12.664**	1.681	**21.093**	10.655
Outras receitas financeiras	**250**	480	**325**	480
	12.914	2.161	**21.418**	11.135
Despesas financeiras				
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	**(88.152)**	(30.254)	**(232.676)**	(84.692)
Despesas bancárias	**(348)**	(23)	**(2.038)**	(368)
PIS/COFINS sobre rendimentos financeiros	**(600)**	(100)	**(729)**	(145)
Comissões, taxas e fianças	**(1.238)**	(9.828)	**(51.587)**	(22.813)
Multas e juros sobre atraso	**(2.921)**	301	**(6.635)**	137
IOF	**(1.287)**	(3.157)	**(1.313)**	(4.240)
Outros	**(211)**	(17)	**(435)**	(2.983)
	(94.757)	(43.078)	**(295.413)**	(115.104)
Resultado financeiro líquido	**(81.843)**	(40.917)	**(273.995)**	(103.969)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e suas controladas é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

27.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

		Controladora		Consolidado	
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Caixa e depósitos bancários		**1.500**	1.024	**37.837**	78.044
Valor a receber da alienação de investimento		**7.478**	7.984	**7.478**	7.984
Dividendos a receber		**3.463**	2.901	**–**	–
Concessionárias e permissionárias		**–**	–	**24.895**	7.189
Partes relacionadas		**2.202**	2.202	**–**	–
		Controladora		**Consolidado**	
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	**Nível**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Aplicações financeiras	2	**32.017**	254.493	**200.419**	448.150
Caixa restrito	2	**–**	–	**6.958**	–
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fornecedores		**2.202**	8.654	**197.226**	194.244
Partes relacionadas		**90.279**	54.308	**38.997**	3.838
Empréstimos, financiamentos e debêntures		**542.218**	483.800	**2.993.865**	2.224.954
Arrendamentos		**725**	951	**725**	951

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **27.2. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. *Análise de sensibilidade:* O ativo financeiro da Companhia e suas controladas está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, adotando-se a data-base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

				Controladora 2023			
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	**Posição em 31/12/2023**	**Cenário provável**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (50%)**	**Cenário IV (25%)**
Ativos							
	CDI		11,65%	5,83%	8,74%	17,48%	14,56%
Caixa e equivalentes de caixa		32.017	3.730	1.865	2.797	5.595	4.662
Passivos							
	IPCA		4,62% + taxas fixas do contrato	8,15%	12,23%	24,46%	20,38%
Empréstimos e financiamentos		542.218	85.755	42.877	64.316	128.632	107.193

				Consolidado 2023			
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	**Posição em 31/12/2023**	**Cenário provável**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (50%)**	**Cenário IV (25%)**
Ativos							
	CDI		11,65%	5,83%	8,74%	17,48%	14,56%
Caixa e equivalentes de caixa		200.419	23.349	11.674	17.512	35.023	29.186
Caixa restrito		6.958	811	405	608	1.216	1.013
Passivos							
	IPCA		4,62% + taxas fixas do contrato	5,35%	8,02%	16,04%	13,37%
Empréstimos e financiamentos		2.993.865	322.427	166.214	249.320	489.641	415.534

b) Riscos de preço: As receitas da Companhia e de suas controladas são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Risco de liquidez: A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia e de suas controladas por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e das suas controladas. A Administração da Companhia e suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e das suas controladas são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada a índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. **27.3. Gestão do capital:** A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

28. SEGUROS

A controladora possui seguro contratado contra riscos de incêndios do prédio comercial locado para suas atividades, de acordo com cláusula contratual de arrendamento. As controladas possuem contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016, 002/2017, 002/2018 e 004/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, são apresentadas a seguir:

Companhia	Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Borborema	Operacional	Risco Civil	Swiss RE Corporate	12/06/2023	12/06/2024	R$30.000
Borborema	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	21/06/2021	30/09/2024	R$283.282
Borborema	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	18/06/2023	18/06/2024	R$410.315
Goyaz	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	30/06/2023	30/06/2024	R$40.000
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/08/2021	30/05/2025	R$263.213
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/08/2021	30/05/2025	R$263.213
Goyaz	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	30/06/2023	30/06/2024	R$297.438
Jaçanã	Performance Bond	Performance Bond	Austral	10/03/2022	29/06/2025	R$15.213
Marituba	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	31/03/2024	R$28.025
Marituba	Construção	Risco Civil	Chubb Seguradora	04/07/2023	04/07/2024	R$40.000
Marituba	Construção	Risco de Engenharia	Fator Seguradora	23/05/2022	21/05/2025	R$736.794
São Francisco	Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	17/06/2024	R$38.632
São Francisco	Construção	Risco Civil	Fairfax Brasil Seguros	20/09/2022	30/01/2024	R$30.000
São Francisco	Construção	Risco de Engenharia	Swiss RE Corporate	20/09/2022	01/10/2025	R$832.420
Serra Negra	Performance Bond	Performance Bond	Austral	05/09/2022	31/03/2027	R$10.513
Solaris	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	27/09/2024	R$20.156
Solaris	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	05/07/2023	05/07/2024	R$30.000
Solaris	Construção	Riscos de Engenharia	AXA Seguros	25/06/2021	15/04/2024	R$345.091
Solaris	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	28/06/2023	28/06/2024	R$377.331
Solaris II	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	06/12/2021	28/02/2025	R$83.078
Sterlite Brazil	Corporate	Locação	Fairfax Brasil Seguros	16/02/2022	16/08/2026	R$469
Sterlite Brazil	Corporate	Risco de Incêndio	Chubb Seguradora	03/07/2022	03/01/2024	R$4.341
Tangará	Performance Bond	Performance Bond	Avla	05/09/2022	30/12/2027	R$44.179

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Sterlite: **a) Empréstimos e financiamentos:** Em 02 de abril de 2024 a Companhia aditou a CCB com o Banco Santander alterando o vencimento do principal e dos juros para o dia 02 de outubro de 2024, com uma taxa de CDI + 4,95%. **b) Valores a receber pela alienação de investimentos:** Em 23 de janeiro de 2024, foi realizado um acordo comercial para encerramento da Escrow, conta correspondente ao valor em custódia de parte da transação de transferência de controle acionário e que serviu como garantia e fonte de pagamento de qualquer indenização devida pela companhia a parte indenizada para a V2i compradora da Arcoverde. Sendo acordado que o saldo residual da conta Escrow deverá ser dividido igualmente entre comprador e o vendedor. O montante de R$ 1.924 foi liberado em 31 de janeiro de 2024 e o montante de R$ 1 foi liberado em 01 de fevereiro de 2024, para a Companhia. ***Olindina:*** **a) Aumento de capital em investida:** Conforme ata de assembleia geral extraordinária realizada em 2 de fevereiro de 2024, a Olindina aumentou o capital social da sua controlada São Francisco Transmissão de Energia S.A. no montante de R$ 40.000, mediante a subscrição particular de 40.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas à vista e em moeda corrente nacional. **b) Empréstimos e financiamentos:** No dia 28 de março de 2024 o BNB desembolsou o restante dos recursos do Financiamento BNB-FNE no valor total de R$ 43.503, sendo R$ 40.458 para municípios prioritários e R$ 3.045 para municípios não prioritários, completando assim 100% do desembolso nesta data.

DIRETORIA

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor

Jell Lima de Andrade
Diretor de Projetos

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

INÊS 249

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Sterlite Brazil Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sterlite Brazil Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que conforme balanço patrimonial o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$ 607.075 mil na controladora e R$ 979.926 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2023. O capital circulante líquido está afetado substancialmente pela reclassificação de determinadas dívidas, nos montantes de R$ 450.980 mil na controladora e R$ 1.050.725 mil no consolidado para o curto prazo, em virtude do descumprimento de convenants financeiros. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 2.2 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do ativo de concessão: Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 13, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R$ 4.089.900 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de suas controladas, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de maio de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE026317/O

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.

PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

Sterlite Power

JAÇANÃ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 45.133.828/0001-56

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **Jaçanã Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Jaçanã")** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade

A **Jaçanã Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Jaçanã")**, foi constituída em 01 de fevereiro de 2022 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Brazil Participações" ou "SBP" ou "Controladora"), cujas acionistas são: Sterlite Power Transmission Limited. e pela Sterlite Grid 5 Limited., ambas sediadas na Índia, apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Power Transmission Limited — 74,92%
Sterlite Grid 5 Limited — 25,08%
Sterlite Brazil Participações S.A.
100,00%
Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

Concessão

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 02 do Leilão ANEEL nº 02/2021 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 02/2022 foi assinado em 31 de março de 2022, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) atualizada de R$ 7.093.000 após entrada em operação prevista março de 2025, mas com previsão de antecipação ao prazo contratual com a ANEEL.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Bahia.

- integração entre os pátios de 500kV e 230kV na SE Olindina, com a implantação de Transformação 500/230 -13,8kV, além das unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado e busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 07 de junho de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**1**	37
Ativo de concessão	7	**741**	–
Prêmio de seguro	15	**41**	41
Total do ativo circulante		**783**	78
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	7	**1.363**	462
Prêmio de seguro		**20**	61
Adiantamento a fornecedores	6	**3.168**	1.852
Total do ativo não circulante		**4.551**	2.375
Total do ativo		**5.334**	2.453

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	**1.072**	–
Tributos e contribuições sociais		**3**	1
Imposto de renda e contribuição social		**2**	–
PIS e COFINS diferidos	9	**27**	–
Dividendos a pagar		**1**	–
Partes relacionadas	10	**325**	325
Total do passivo circulante		**1.430**	326
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	**65**	10
PIS e COFINS diferidos	9	**50**	17
Total do passivo não circulante		**115**	27
Patrimônio líquido			
Capital social (*)	11.a	**–**	–
Prejuízos acumulados		**121**	(50)
		121	(50)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.b	**3.668**	2.150
Total do patrimônio líquido		**3.789**	2.100
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.334**	2.453

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 100,00 (reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito (*)	Reserva de legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Total
Conforme AGE de Constituição de 21 de fevereiro de 2022 (*)	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	2.150	2.150
Prejuízo do exercício	–	–	–	(50)	(50)	–	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	–	–	(50)	(50)	2.150	2.100
Adiantamento para futuro aumento de capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.518**	**1.518**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**172**	**172**	**–**	**172**
Constituição de reserva legal	**–**	**6**	**–**	**(6)**	**–**	**–**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**(1)**	**(1)**	**–**	**(1)**
Reserva de lucros a realizar	**–**	**–**	**115**	**(115)**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**6**	**115**	**–**	**121**	**3.668**	**3.789**

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 100,00 (reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida		**1.454**	399
Remuneração do ativo de concessão líquido		**128**	45
Receita operacional líquida	12	**1.582**	444
Custo de implementação de infraestrutura	13	**(1.094)**	(407)
Lucro bruto		**488**	37
Despesas gerais e administrativas	14	**(257)**	(77)
Lucro antes do resultado financeiro		**231**	(40)
Receitas financeiras		**–**	–
Despesas financeiras		**(4)**	–
		(4)	–
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**227**	(40)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	**(55)**	(10)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**172**	(50)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**172**	(50)
Total de resultados abrangentes	**172**	(50)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos impostos de renda e contribuição social	227	(40)
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	60	17
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	(1.642)	(462)
Prêmio de seguro	41	(102)
Adiantamentos a fornecedores	(1.316)	(1.852)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	1.072	–
Tributos e contribuições sociais	4	1
Salários e encargos sociais	–	–
Partes relacionadas	–	325
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(1.554)	(2.113)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital (*)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.518	2.150
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**1.518**	**2.150**
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(36)**	**37**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**37**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**1**	**37**

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 100,00 (reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Jaçanã Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Jaçanã"), foi constituída em 01 de fevereiro de 2022 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105 - 12º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Power Grid 5 Limited ("Grid 5") ambas sediadas na Índia. A Companhia está desenvolvendo as atividades preliminares para o início da implantação, com prazo contratual com a ANEEL para entrada em operação comercial em março de 2025. Contudo, a expectativa da Companhia é concluir a construção da infraestrutura de transmissão em dezembro de 2024, iniciando a sua operação antes do prazo estipulado. Para isso, a administração planeja a aceleração das obras de construção ao longo do 2º semestre de 2024. Após a entrada em operação comercial, a Companhia terá direito a receita prevista no contrato de concessão de aproxidamente R$ 8.200, conforme detalhado mais abaixo na Nota 1.3. O orçamento remanescente previsto para conclusão do referido projeto é de R$ 80.500, o qual será incorrido até o final de exercício de 2024. Deste montante, a Companhia estima o aporte de capital de R$ 20.000 pela sua controladora e a parcela remanescente será obtida por meio de contratos de financiamento de longo prazo, o qual estão em fase de negociação. **1.2. Da Concessão:** Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 02 do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 02/2021 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 02/2022 foi assinado em 31 de março de 2022, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste nas instalações de transmissão de energia localizadas no estado da Bahia, tais como: integração entre os pátios de 500kV e 230kV na SE Olindina, com a implantação de Transformação 500/230 -13,8kV, além das unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R$7.093 (R$8.237 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-2024) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art.13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 3 de maio de 2024. **2.2 Continuidade Operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$647 (negativo em R$ 299 em 31 de dezembro de 2022). Contudo, a administração não entende esta situação como um risco, uma vez que para reverter esse ponto, as acionistas de sua controladora Sterlite Brasil Participações S.A. efetuarão aportes de capital, quando necessário, os quais serão utilizados nos pagamentos das obrigações com o projeto, diminuindo assim seu passivo circulante. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; • Contabilização de contratos de concessão. Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 10,53%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações

continua →★

INÊS 249

Sterlite Power

JAÇANÃ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 45.133.828/0001-56

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. a) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.8. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 10,53% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: Durante os exercícios de 2023 e 2022, a Companhia apurou os impostos no regime tributário Lucro presumido. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023
A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • CPC 50 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2); • Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	1	37
	1	37

6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores (i)	3.168	1.852
	3.168	1.852

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

7. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	462	–
Receita de implementação e margem da infraestrutura	1.510	415
Remuneração do ativo de concessão	132	47
	2.104	462
Circulante	741	–
Não circulante	1.363	462

8. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de materiais e serviços	1.072	–
	1.072	–

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Tributos diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	42	6
Contribuição social diferida	23	4
IR e CS diferidos	65	10
PIS diferido	14	3
COFINS diferida	63	14
PIS e COFINS diferidos	77	17
Tributos passivos	142	27
Circulante	27	–
Não circulante	115	27

Os tributos diferidos sobre o lucro são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	1.582	1.582
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	127	190
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Impostos de renda e contribuição social efetiva	(32)	(17)
Outros	(4)	(2)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(36)	(19)

	2022	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	444	444
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	35	53
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Impostos de renda e contribuição social efetiva	9	5
Outros	(3)	(1)
Impostos de renda e contribuição social diferido	6	4

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

	31/12/2021	Reconhecido no resultado	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Ativo/passivo					
Imposto de renda	–	(6)	(6)	(36)	(42)
Contribuição social	–	(4)	(4)	(19)	(23)
Não circulante	–	(10)	(10)	(55)	(65)

10. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui operações com partes relacionadas (pessoas jurídicas) em 31 de dezembro 2023 no valor de R$325 (R$ 325 em 31 de dezembro de 2022) a pagar para a empresa Sterlite Brasil Participações S.A., referente a compartilhamento de despesas de folha de pagamento.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 01 de fevereiro de 2022, com capital social autorizado de R$ 100,00 (cem reais), divididas em 100 (cem) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. Em 22 de abril de 2022, conforme a 2ª Alteração Contratual, transformou a Sociedade em sociedade por ações. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 100,00 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R$ 100,00 (cem reais). b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC: A Companhia recebeu da sua única acionista Sterlite Brazil Participações S.A., valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital sem que haja a possibilidade de sua devolução, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$3.668 (R$ 2.150 em 31 de dezembro de 2023).
c) Reservas de lucros

	31/12/2023
(Prejuízo)/ Lucro líquido do exercício	172
Compensação de prejuízos anteriores	(50)
Constituição da reserva legal (i)	(6)
Base de cálculo de dividendos	116
Dividendos mínimos obrigatórios	(1)
Reserva de retenção de lucros (ii)	(115)
Saldo de lucros acumulados	–

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde à parcela de lucro líquido do exercício excedente à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. d) Dividendos mínimos obrigatórios: O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 foram distribuídos dividendos no montante de R$ 1 (não foram distribuídos dividendos 31 de dezembro de 2022 uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício).

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura	1.510	414
Remuneração do ativo de concessão	132	47
Total da receita bruta	1.642	461
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura	(9)	(3)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(1)	–
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura	(46)	(12)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(4)	(2)
	(60)	(17)
Encargos setoriais	–	–
Receita operacional líquida	1.582	444
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 12)	(1.094)	(407)
Margem de implementação da infraestrutura	361	(8)
Margem %	33,00%	2,03%

13. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	–	(82)
Pessoal	–	(325)
Edificações	(1.094)	–
	(1.094)	(407)

continua →★

INÊS 249

Sterlite Power

JAÇANÃ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 45.133.828/0001-56

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(212)	(43)
Seguros	(41)	(33)
Tributos	(4)	–
Outros	–	(1)
	(257)	(77)

15. SEGUROS

A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2021-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública. As garantias de indenizações, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R$15.213, com vigência de 10 de março de 2022 até 29 de junho de 2025 junto à Austral.

	31/12/2023	
	Prêmio	Término da vigência
Perfomance Bond	102.519	29/06/2025

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

16.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Bancos	1	37
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fornecedores	1.072	–

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **16.2. Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades. Adicional mente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **16.3. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) Riscos de preço: As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Riscos de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros para financiamentos à Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionário.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em dia 30 de janeiro de 2024, o capital social da Companhia foi aumentado, no montante de R$ 1.732 mediante subscrição de 49 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pela nova acionista Sterlite Power Transmission LTD.,Nesta mesma data, a acionista Sterlite Brazil Participações S.A. abriu mão do direito de preferência na presente subscrição. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2024, a acionista e controladora - Sterlite Brazil Participações S.A. aumentou o capital social da Companhia, no montante de R$ 3.668, mediante a subscrição particular de 3.668.415 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas à vista, por meio da conversão do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital.

DIRETORIA

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor

Jell Lima de Andrade
Diretor de Projetos

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Jaçanã Transmissão de Energia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Jaçanã Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Empreendimento em fase de construção:** Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia encontra-se em fase de construção. A conclusão total das obras de construção do empreendimento da Companhia, e o consequente início integral das operações, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como da obtenção dos recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas, ou de terceiros. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema. **Ênfase - Reservas de lucros excedentes:** Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das reservas de lucros excede o capital social. De acordo com o artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), nesta situação a Assembleia dos Acionistas deve deliberar sobre a destinação do montante excedente. Conforme divulgado na Nota 17, por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2024, os acionistas decidiram realizar o aumento de capital da companhia, realizando a integralização do capital social no montante de R$ 3.668 mil, com o objetivo de eliminar o excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao referido artigo da Lei das Sociedades Anônimas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de maio de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

INÊS 249

Sterlite Power

SERRA NEGRA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 45.912.973/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Administração da **Serra Negra Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Serra Negra")** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade
A **Serra Negra Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Serra Negra")**, foi constituída em 14 de março de 2022 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
A Companhia é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Brazil Participações" ou "SBP" ou "Controladora"), cujas acionistas são: Sterlite Power Transmission Limited. e pela Sterlite Grid 5 Limited., ambas sediadas na Índia, apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Brazil Participações S.A.

100,00%

Serra Negra Transmissão de Energia S.A.

Concessão
Em 30 de junho de 2022, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 05 do Leilão ANEEL nº 01/2022 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 10/2022 foi assinado em 30 de setembro de 2022, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 24.135, após entrada em operação para dezembro de 2026, mas com previsão de antecipação ao prazo contratual com a ANEEL.

Perfil
O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados de Sergipe e da Bahia:

- Linha de transmissão Olindina - Itabaianinha, em 230 kV, circuito simples, C1, com extensão aproximada de 73,4 km, com origem na Subestação Olindina término na Subestação Itabaianinha;
- Subestação Nossa Senhora da Gloria II 230/69 kV, 2 x 150 MVA;
- Seccionamento na linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, Paulo Afonso III - Itabaiana C2, com extensão aproximada de 20 km para entrada da Subestação Nossa Senhora da Glória; e
- Unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, Instalações Vinculadas e demais Instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão
O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).
O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.
Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa
A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.
Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social
A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 19 de julho de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**13**	10
Prêmio de seguro		**28**	28
Total do ativo circulante		**41**	38
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo de concessão	6	**2.260**	–
Prêmio de seguro		**62**	93
Adiantamento a fornecedores e funcionários		**5**	–
Total do ativo não circulante		**2.327**	93
Total do ativo		**2.368**	131

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		**22**	–
Imposto de renda e contribuição social		**13**	–
Dividendos a pagar		**2**	–
Total do passivo circulante		**37**	–
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	7	**209**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	**198**	–
		407	–
Patrimônio líquido			
Capital social (*)	8.a	**–**	–
Reserva de lucros	8.b	**230**	–
Prejuízos acumulados		**–**	(9)
		230	(9)
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	**1.694**	140
Total do patrimônio líquido		**1.924**	131
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.368**	131

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida		**1.990**	–
Remuneração do ativo de concessão líquido		**60**	–
Receita operacional líquida	9	**2.050**	–
Custo de implementação de infraestrutura	10	**(1.467)**	–
Lucro bruto		**583**	–
Despesas gerais e administrativas	11	**(142)**	(9)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		**441**	(9)
Despesas financeiras		**(2)**	–
		(2)	–
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**439**	(9)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	**(198)**	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**241**	(9)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**241**	(9)
Total de resultados abrangentes	**241**	(9)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

	Capital social subscrito (*)	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Total
Constituição e integralização do capital social (*)	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	140	140
Prejuízo do exercício	–	–	–	(9)	(9)	–	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**	**–**	**(9)**	**(9)**	**140**	**131**
Adiantamento para futuro aumento de capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.554**	**1.554**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**241**	**241**	**–**	**241**
Constituição de reserva legal	**–**	**12**		**(12)**	**–**	**–**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**(2)**	**(2)**	**–**	**(2)**
Reserva de lucros a realizar	**–**	**–**	**218**	**(218)**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**12**	**218**	**–**	**230**	**1.694**	**1.924**

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes dos impostos de renda e contribuição social	**439**	(9)
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	**209**	–
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	**(2.260)**	–
Prêmio de seguro	**31**	(120)
Adiantamento a fornecedores e empregados	**(5)**	–
(Aumento) diminuição nos passivos operacionais		
Fornecedores	**22**	–
Tributos e contribuições sociais	**13**	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(1.551)**	(129)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital (*)	**–**	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	**1.554**	139
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**1.554**	139
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**3**	10
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**10**	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**13**	10

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Serra Negra Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Serra Negra"), foi constituída em 14 de março de 2022 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia está desenvolvendo as atividades preliminares para o início da implantação, com prazo contratual com a ANEEL para entrada em operação comercial em dezembro de 2026, mas com previsão de antecipação ao prazo contratual com a ANEEL. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105 - 12º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPG-VL") e Sterlite Power Grid 5 Limited ("Grid 5") ambas sediadas na Índia. A Companhia está em fase de construção com entrada em operação prevista para dezembro de 2026. Após a entrada em operação comercial, a Companhia terá direito a receita prevista no contrato de concessão de aproxidamente R$ 24.000, conforme detalhado mais abaixo na Nota 1.3. O orçamento remanescente previsto para a conclusão do referido projeto é R$ 247.000, sendo o montante de R$ 184.000 a ser incorrido nos próximos 12 meses e o montante remanescente nos exercícios subsequentes até a finalização das obras. Deste montante, a Companhia estima o aporte de capital de R$ 62.000 pela sua controladora e a parcela remanescente será obtida por meio de contratos de financiamento de longo prazo, o qual estão em fase de negociação. **1.2. Da Concessão:** Em 24 de maio de 2022, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 05 do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 01/2022 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 10/2022 foi assinado em 30 de setembro de 2022, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste nas instalações de transmissão de energia localizadas nos estados de Sergipe e da Bahia, tais como: (I) Linha de transmissão Olindina - Itabaianinha, em 230 kV, circuito simples, C1, com extensão aproximada de 73,4 km, com origem na Subestação Olindina término na Subestação Itabaianinha; (II) Subestação Nossa Senhora da Gloria II 230/69 kV, 2 x 150 MVA; (III) Seccionamento na linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, Paulo Afonso III - Itabaiana C2, com extensão aproximada de 20 km para entrada da Subestação Nossa Senhora da Glória; e (IV) Unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, Instalações Vinculadas e demais Instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R$22.000, (R$24.135 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-2024) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art. 13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.
A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 3 de maio de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$ 205 (positivo em R$ 38 em 31 de dezembro de 2022). Contudo, a administração não entende esta situação como um risco, uma vez que para reverter esse ponto, as acionistas de sua controladora Sterlite Brazil Participações S.A. efetuarão aportes de capital, quando necessário, os quais serão utilizados nos pagamentos das obrigações com o projeto, diminuindo assim seu passivo circulante. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; • Contabilização de contratos de concessão. Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,73%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos

continua →★

Sterlite Power

SERRA NEGRA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 45.912.973/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. a) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual**: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referente à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável *("impairment"):*** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.8. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,73% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: Durante os exercícios de 2023 e 2022, a Companhia apurou os impostos no regime tributário Lucro presumido. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • CPC 50 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2); • Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	13	10
	13	10

6. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023
Saldo inicial	–
Receita de implementação e margem da infraestrutura	2.194
Remuneração do ativo de concessão	66
	2.260
Circulante	–
Não circulante	2.260

7. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Tributos diferidos

	31/12/2023
Imposto de renda diferido	**146**
Contribuição social diferida	**52**
IR e CS diferidos passivos	**198**
PIS diferido	**37**
COFINS diferida	**172**
PIS e COFINS diferidos	**209**
Tributos passivos	**407**
Passivo circulante	**–**
Passivo não circulante	**407**

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do IR e CS	**(439)**	–
Alíquotas nominais vigentes	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	**149**	–
Outras diferenças temporárias	49	–
Imposto de renda e contribuição social efetiva	**198**	–
Diferido	**198**	–
Alíquota efetiva	**45%**	–

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Ativo/passivo			
Imposto de renda	–	**(146)**	**(146)**
Contribuição social	**–**	**(52)**	**(52)**
Não circulante	**–**	**(198)**	**(198)**

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 14 de março de 2022, com capital social autorizado de R$ 400,00 (quatrocentos reais), divididas em 400 (quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$1,00 (um real) cada uma. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais) dividido em 400 (quatrocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R$ 400,00 (quatrocentos reais). **b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:** A Companhia recebeu da sua única acionista Sterlite Brazil Participações S.A., valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital sem que haja a possibilidade de sua devolução, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$1.694 (R$ 139 em 31 de dezembro de 2022).

c) Reservas de lucros

	31/12/2023
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	**241**
Compensação de prejuízos anteriores	**(9)**
Constituição da reserva legal (i)	**(12)**
Base de cálculo de dividendos	**220**
Dividendos mínimos obrigatórios	**(2)**
Reserva de retenção de lucros (ii)	**(218)**
Saldo de lucros acumulados	**–**

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde à parcela de lucro líquido do exercício excedente à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. **d) Dividendos mínimos obrigatórios:** O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 foram distribuídos dividendos no montante de R$ 2 (não foram distribuídos dividendos 31 de dezembro de 2022 uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício).

9. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023
Receita operacional bruta	
Receita de implementação e margem da infraestrutura	**2.194**
Remuneração do ativo de concessão	**66**
Total da receita bruta	**2.260**
Tributos sobre a receita	
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura	**(37)**
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(1)**
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura	**(167)**
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(5)**
	(210)
Encargos setoriais	**–**
Receita operacional líquida	**2.050**
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 10)	**(1.467)**
Margem de implementação da infraestrutura	**523**
Margem %	**35,65%**

10. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023
Edificações	**(1.467)**
	(1.467)

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	**(140)**	–
Tributos	**(2)**	–
Seguros	**–**	9
	(142)	9

12. SEGUROS

A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 001/2022-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública. As garantias de indenizações, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R$10.512, com vigência de 5 de setembro de 2022 até 31 de março de 2027 junto à Austral.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

13.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	**13**	**10**
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fornecedores	**22**	**–**

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **13.2. Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **13.3. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são

continua

Sterlite Power

SERRA NEGRA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 45.912.973/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) Riscos de preço: As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Riscos de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros para financiamentos à Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada a índice inflacionário.

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2024, a acionista e controladora - Sterlite Brazil Participações S.A. aumentou o capital social da Companhia, no montante de R$ 1.695, mediante a subscrição particular de 1.694.787 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas à vista, por meio da conversão do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital.

DIRETORIA

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor

Jell Lima de Andrade
Diretor de Projetos

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Serra Negra Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Serra Negra Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Empreendimento em fase de construção:** Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia encontra-se em fase de construção. A conclusão total das obras de construção do empreendimento da Companhia, e o consequente início integral das operações, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como da obtenção dos recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas, ou de terceiros. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema. **Ênfase - Reservas de lucros excedentes:** Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das reservas de lucros excede o capital social. De acordo com o artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), nesta situação a Assembleia dos Acionistas deve deliberar sobre a destinação do montante excedente. Conforme divulgado na Nota 14, por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2024, os acionistas decidiram realizar o aumento de capital da Companhia, realizando a integralização do capital social no montante de R$ 1.695 mil, com o objetivo de eliminar o excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao referido artigo da Lei das Sociedades Anônimas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de maio de 2024

EY Building a better working world

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

ESTADÃO

QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 149 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.

ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

ACESSE E CONHEÇA

LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES

CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)

ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS

LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ESTADÃO ESTADÃO RI ELDORADOFM 107|3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22

INÊS 249

Sterlite Power

TANGARÁ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 45.892.975/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **Tangará Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Tangará")** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade

A **Tangará Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Tangará")**, foi constituída em 14 de março de 2022 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Brazil Participações" ou "SBP" ou "Controladora"), cujas acionistas são: Sterlite Power Transmission Limited. e pela Sterlite Grid 5 Limited., ambas sediadas na Índia, apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Brazil Participações S.A.

100,00%

Tangará Transmissão de Energia S.A.

Concessão

Em 30 de junho de 2022, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 09 do Leilão ANEEL nº 01/2022 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 14/2022 foi assinado em 30 de setembro de 2022, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 87.600, após entrada em operação para setembro de 2027, mas com previsão de antecipação ao prazo contratual com a ANEEL.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados de Mato Grosso e do Pará:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Cláudia e Cachimbo, em circuito simples, com extensão aproximada de 278 km;
- Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Cachimbo e Novo Progresso, em circuito simples, com extensão aproximada de 227 km;
- Subestação Cláudia novo pátio de 500/230 kV, (3+1 Res) x 150 MVA;
- Subestação Cláudia novo pátio de 230/138 kV, (1) x 200 MVA;
- Subestação Cachimbo em 230 kV, 1x Compensador Síncrono (-45/+45) Mvar
- Subestação Novo Progresso em 230 kV, 1x Compensador Síncrono (-45/+45) Mvar;
- Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre a subestação de Cláudia e a linha de distribuição em 138 kV Sinop B - Colider, em circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km;
- Unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado e busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 19 de julho de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Fornecedores	7	**330**	–
Caixa e equivalentes de caixa	5	**15**	5	Tributos e contribuições sociais		**1**	–
Prêmio de seguro	13	**120**	119	Imposto de renda e contribuição social		**26**	–
Total do ativo circulante		**135**	124	Dividendos a pagar		**4**	–
Não Circulante						**361**	–
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Ativo de concessão	6	**3.956**	–	PIS e COFINS diferidos	8	**366**	–
Prêmio de seguro	13	**358**	477	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	**366**	–
Adiantamento a fornecedores e funcionários		**1**	–			**732**	–
Total do ativo não circulante		**4.315**	477	Passivo			
				Patrimônio líquido			
				Capital social (*)	9.a	**–**	–
				Prejuízos acumulados		**426**	(38)
						426	(38)
				Adiantamento para futuro aumento de capital	9.b	**2.931**	639
				Total do patrimônio líquido		**3.357**	601
Total do ativo		**4.450**	601	Total do passivo e patrimônio líquido		**4.450**	601

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação e margem da infraestrutura		**3.496**	**–**
Remuneração do ativo de concessão		**94**	**–**
Receita operacional líquida	10	**3.590**	**–**
Custo de implementação e infraestrutura	11	**(2.513)**	**–**
Lucro bruto		**1.077**	
Despesas gerais e administrativas	12	**(241)**	**(38)**
Lucro antes do resultado financeiro		**836**	**(38)**
Despesas financeiras		**(2)**	**–**
Resultado financeiro líquido		**(2)**	**–**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**834**	**(38)**
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	**(366)**	**–**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**468**	**(38)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**468**	**(38)**
Total de resultados abrangentes	**468**	**(38)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social (*)	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Total
Constituição e integralização do capital social (*)	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	640	640
Prejuízo do exercício	–	–	–	(38)	(38)	–	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	–	–	(38)	(38)	640	602
Adiantamento para futuro aumento de capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.291**	**2.291**
Lucro líquido do período	**–**	**–**	**–**	**468**	**468**	**–**	**468**
Constituição de reserva legal	**–**	**22**		**(22)**	**–**	**–**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**(4)**	**(4)**	**–**	**(4)**
Reserva de lucros a realizar	**–**	**–**	**404**	**(404)**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**22**	**404**	**–**	**426**	**2.931**	**3.357**

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos impostos de renda e contribuição social	**834**	**(38)**
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	**366**	**–**
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	**(3.956)**	**–**
Tributos e contribuições a compensar	**26**	**–**
Prêmio de seguro	**119**	**(596)**
Adiantamento a fornecedores e a empregados	**(1)**	**–**
(Aumento) diminuição nos passivos operacionais		
Fornecedores	**330**	**–**
Tributos e contribuições sociais	**1**	**–**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(2.281)**	**(634)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital(*)	**–**	**–**
Adiantamento para futuro aumento de capital	**2.291**	**639**
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**2.291**	**639**
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**10**	**5**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**5**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**15**	**5**

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Tangará Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Tangará"), foi constituída em 14 de março de 2022 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105 - 12º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Power Grid 5 Limited ("Grid 5") ambas sediadas na Índia. A Companhia está em fase de construção com entrada em operação prevista para setembro de 2027. Após a entrada em operação comercial, a Companhia terá direito a receita prevista no contrato de concessão de aproxidamente R$ 87.000, conforme detalhado mais abaixo na Nota 1.3. O orçamento remanescente previsto para a conclusão do referido projeto é R$ 981.000, sendo o montante de R$ 550.000 a ser incorrido nos próximos 12 meses e o montante remanescente nos exercícios subsequentes até a finalização das obras. Deste montante, a Companhia estima o aporte de capital de R$ 246.000 pela sua controladora e a parcela remanescente será obtida por meio de contratos de financiamento de longo prazo, o qual estão em fase de negociação. **1.2. Da Concessão:** Em 01 de julho de 2022, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 09 do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 01/2022 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 14/2022 foi assinado em 30 de setembro de 2022, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste nas instalações de transmissão de energia localizadas nos estados de Mato Grosso e do Pará, tais como: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Cláudia e Cachimbo, em circuito simples, com extensão aproximada de 278 km; (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Cachimbo e Novo Progresso, em circuito simples, com extensão aproximada de 227 km; (iii) Subestação Cláudia novo pátio de 500/230 kV, (3+1 Res) x 150 MVA; (iv) Subestação Cláudia novo pátio de 230/138 kV, (1) x 200 MVA; (v) Subestação Cachimbo em 230 kV, 1x Compensador Síncrono (-45/+45) Mvar; (vi) Subestação Novo Progresso em 230 kV, 1x Compensador Síncrono (-45/+45) Mvar; (vii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre a subestação de Cláudia e a linha de distribuição em 138 kV Sinop B - Colider, em circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km; (viii) Unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R$87.600, (R$96.101 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-2024) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 3 de maio de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$ 223 (positivo em R$ 124 em 31 de dezembro de 2022). Contudo, a administração não entende esta situação como um risco, uma vez que para reverter esse ponto, as acionistas de sua controladora Sterlite Brazil Participações S.A. efetuarão aportes de capital, quando necessário, os quais serão utilizados nos pagamentos das obrigações com o projeto, diminuindo assim seu passivo circulante. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos; • Contabilização de contratos de concessão. Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,64%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão,

continua→★

Sterlite Power

TANGARÁ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 45.892.975/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. a) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado. a) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.8. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,64% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: Durante os exercícios de 2023 e 2022, a Companhia apurou os impostos no regime tributário Lucro presumido. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • CPC 50 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2); • Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	15	5
	15	5

6. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023
Saldo inicial	–
Receita de implementação e margem da infraestrutura	3.852
Remuneração do ativo de concessão	104
	3.956
Circulante	–
Não circulante	3.956

7. FORNECEDORES

	31/12/2023
Materiais e serviços não faturados	330
	330

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Tributos diferidos:

	31/12/2023
Imposto de renda diferido	268
Contribuição social diferida	98
IR e CS diferidos passivos	366
PIS diferido	65
COFINS diferida	301
PIS e COFINS diferidos	366
Tributos passivos	732
Passivo circulante	–
Passivo não circulante	732

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2023
Lucro antes do IR e CS	(834)
Alíquotas nominais vigentes	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	284
Outras diferenças temporárias	82
Imposto de renda e contribuição social efetiva	366
Diferido	366
Alíquota efetiva	44%

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Ativo/passivo			
Imposto de renda	–	(268)	(268)
Contribuição social	–	(98)	(98)
Não circulante	–	(366)	(366)

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 14 de março de 2022, com capital social autorizado de R$ 400,00 (quatrocentos reais), divididos em 400 (quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$1,00 (um real) cada uma. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais) dividido em 400 (quatrocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R$ 400,00 (quatrocentos reais). b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC: A Companhia recebeu da sua única acionista Sterlite Brazil Participações S.A., valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital sem que haja a possibilidade de sua devolução, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 2.931 (R$ 640 em 31 de dezembro de 2022). c) Reservas de lucros:

	31/12/2023
(Prejuízo)/ Lucro líquido do exercício	468
Compensação de prejuízos anteriores	(38)
Constituição da reserva legal (i)	(22)
Base de cálculo de dividendos	408
Dividendos mínimos obrigatórios	(4)
Reserva de retenção de lucros (ii)	(404)
Saldo de lucros acumulados	–

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde à parcela de lucro líquido do exercício excedente à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. d) Dividendos mínimos obrigatórios: O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 foram distribuídos dividendos no montante de R$ 4 (não foram distribuídos dividendos 31 de dezembro de 2022 uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício).

10. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023
Receita operacional bruta	
Receita de implementação e margem da infraestrutura	3.852
Remuneração do ativo de concessão	104
Total da receita bruta	3.956
Tributos sobre a receita	
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura	(64)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(2)
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura	(292)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(8)
Total de deduções	(366)
Encargos setoriais	–
Receita operacional líquida	3.590
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 10)	(2.513)
Margem de implementação da infraestrutura	983
Margem %	39,12%

11. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023
Edificações	(2.513)
	(2.513)

12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(109)	–
Tributos	(1)	–
Seguros	(119)	(38)
Outros	(12)	–
	(241)	(38)

13. SEGUROS

A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 001/2022-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública. As garantias de indenizações, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R$44.179, com vigência de 5 de setembro de 2022 até 31 de dezembro de 2027 junto à Avla.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. **14.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo custo amortizado	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	15	5
Passivos mensurados pelo custo amortizado	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	330	–

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos

continua→★

Sterlite Power

TANGARÁ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 45.892.975/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **14.2. Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **14.3. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) Riscos de preço: As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Riscos de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros para financiamentos à Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionário.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2024, a acionista e controladora - Sterlite Brazil Participações S.A. aumentou o capital social da Companhia, no montante de R$ 2.931, mediante a subscrição particular de 2.930.800 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas à vista, por meio da conversão do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital.

DIRETORIA

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor

Jell Lima de Andrade
Diretor de Projetos

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Tangará Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Tangará Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Empreendimento em fase de construção:** Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia encontra-se em fase de construção. A conclusão total das obras de construção do empreendimento da Companhia, e o consequente início integral das operações, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como da obtenção dos recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas, ou de terceiros. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema. **Ênfase - Reservas de lucros excedentes:** Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das reservas de lucros excede o capital social. De acordo com o artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), nesta situação a Assembleia dos Acionistas deve deliberar sobre a destinação do montante excedente. Conforme divulgado na Nota 15, por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2024, os acionistas decidiram realizar o aumento de capital da companhia, realizando a integralização do capital social no montante de R$ 2.931 mil, com o objetivo de eliminar o excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao referido artigo da Lei das Sociedades Anônimas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de maio de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

ESTADÃO

QUERO RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 149 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.

ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

ACESSE E CONHEÇA

LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES

CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)

ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS

LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ESTADÃO ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22